



Temas emergentes em

# Antropologia, Ciência Política e Sociologia

Organizadoras/es:  
Esmael Alves de Oliveira | Aline Castilho Crespe  
Claudio Reis | Alzira Salete Menegat

 Pedro & João  
editores

**TEMAS EMERGENTES EM  
ANTROPOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA  
E SOCIOLOGIA**



**Esmael Alves de Oliveira**  
**Aline Castilho Crespe Lutti**  
**Claudio Reis**  
**Alzira Salete Menegat**  
**(Organizadoras/es)**

**TEMAS EMERGENTES EM**  
**ANTROPOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA**  
**E SOCIOLOGIA**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Esmael Alves de Oliveira; Aline Castilho Crespe Lutti; Claudio Reis; Alzira Salete Menegat [Orgs.]**

**Temas emergentes em Antropologia, Ciência Política e Sociologia.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 367p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0567-0 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9786526505670**

1. Temas emergentes. 2. Antropologia. 3. Ciências Políticas. 4. Sociologia. I. Título.

CDD – 301/370

---

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2023

## Sumário

<b>Prefácio</b>	9
Ilka Boaventura Leite	

<b>Apresentação</b>	13
Esmael Alves de Oliveira	
Aline Castilho Crespe Lutti	
Alzira Salete Menegat	
Claudio Reis	

### Diálogos antropológicos

<b>1. Palestinos em Manaus: a migração redefinindo a diáspora e a questão da Palestina</b>	19
Luiza Angélica Oliveira Guglielmini	
Sidney Antônio da Silva	
<b>2. De Kuña a Kuña Kuéra – notas sobre gênero, mulheres e etnologia guarani</b>	45
Lauriene Seraguza	
Noêmia Moura	
<b>3. Gênero e Sexualidades na Educação: representações sociais de profissionais da educação na baixada cuiabana</b>	67
Moisés Lopes	
<b>4. O tecer de uma história de vida desde uma prisão</b>	81
Juliana Deprá Cuozzo	

- 5. Percorrendo as tramas das “vulnerabilidades”: uma etnografia de uma instituição de acolhimento de crianças no estado de Mato Grosso do Sul** 99  
Paola Amorim de Vargas Quinhones & Esmael Alves de Oliveira

### **Diálogos políticos**

- 6. Desafios à luta emancipatória no atual momento histórico** 129  
Claudio Reis  
Ricardo Rodrigues Alves de Lima
- 7. Ascensão do novo populismo de direita: o caso brasileiro** 161  
Davide Giacobbo Scavo  
Daiane Joice Schuindt Fernandes  
Yasmim Fabro Macena
- 8. Um gigante à deriva: rupturas e retrocessos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2022)** 185  
Marcos Antonio da Silva
- 9. Elites políticas, partidos e ideologia em Mato Grosso do Sul: uma análise comparativa do perfil e posição ideológica dos vereadores de Campo Grande e Dourados (2020-2024)** 215  
Yasmim Fabro Macena  
Marcos Antonio da Silva

## Diálogos sociológicos

- 10. A Educação em Direitos Humanos diante da ascensão autoritária (2016 - 2022): investigando as dinâmicas de ataques e esperando formas de Res(ex)istências políticas** 241  
Rodolfo Arruda Leite de Barros
- 11. O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Brasil: entre avanços e retrocessos** 273  
André Luiz Faisting
- 12. A terceirização nos serviços públicos: das raízes históricas às perspectivas futuras** 301  
Vinicius Farias de Souza & Marcilio Rodrigues Lucas
- 13. Os assentamentos rurais promovendo mudanças no município de Nioaque-MS** 329  
Jaqueline Pardini Braz & Alzira Salete Menegat
- Sobre as autoras e os autores** 361





## Prefácio

Ilka Boaventura Leite

Profa. titular aposentada do Departamento de Antropologia/UFSC  
Instituto de Estudos Africanos e das Diásporas da UFSC

A palavra “diálogo” é uma chave poderosa nos dias atuais, abrindo diversas portas que nos conduzem a um universo rico estrelado de constelações da vida social em uma temporalidade excepcional e funesta de nossa existência: a pandemia e a hecatombe política que abalou o Brasil desde o golpe contra a democracia em 2016 e a tentativa de implantação de um patético regime nazifascista. Este livro evidencia que o fim desse período de instabilidade não parece próximo, ao destacar as fragilidades presentes, analisar os fatos e emitir sinais de alerta sobre os riscos para nossa jovem e precária democracia.

Procurou encontrar os diálogos anunciados e eles realmente acontecem - tanto nas profundas, ricas e complexas pesquisas de campo, como nas conversas íntimas com as teorias sociais: as clássicas, as atuais, as mais consagradas e algumas mais polêmicas, em seus próprios campos, transformando cada capítulo em um raio de luz que atravessa as Ciências Sociais feitas no Brasil do Século XXI.

A composição geral, reunida em capítulos, permite olhares complementares, convergentes e até divergentes, realizando uma potência autoral e co-autoral de efeito clarividente, apontando as múltiplas possibilidades de revelar nossos mundos e conversar com os demais. Cada capítulo contém certas particularidades temáticas e questões locais muito próprias do contexto social e político do país, ao mesmo tempo em que percorrem questões de identidade social, políticas públicas, lutas emancipatórias, direitos humanos, poder e ideologia. Organizados a partir das três áreas

norteadoras das Ciências Sociais, o livro apresenta uma abordagem complementar e multifacetada das humanidades, mantendo-se coeso em sua diversidade.

De um modo geral, as definições canônicas das Ciências Sociais costumam evidenciar que as áreas denominadas antropologia, política e sociologia cumprem tarefas bem distintas. Entretanto, é possível observar e este livro é um claro exemplo, que suas fronteiras são sutis e, por vezes, meramente formais, suas margens são constituídas por material volátil composto por uma mistura entre a história da produção acadêmica, as coleções bibliográficas e um conjunto de regras criadas para distingui-las. Mas a realidade social que estudam se revela complexa e indissociável, desafiando essas divisões.

Esta indissociabilidade é fartamente aqui demonstrada. Um bairro palestino aciona questões familiares, parentais e geracionais, ao mesmo tempo que serve como palco para debates sobre lutas emancipatórias, diáspora, nação e direitos humanos. As mulheres guaranis e kaiowás, analisadas sob a ótica de gênero, oferecem a oportunidade de discutir questões de direitos educacionais e políticas públicas. A produção antropológica, apropriada à construção de um saber baseado na compreensão e na tradução intercultural, mostra-se eficaz na análise da educação sexual nas escolas e a urgência e importância das interseccionalidades. Uma mulher confinada em um presídio nos dá acesso a uma história de vida que reflete sobre violência, punitivismo, silenciamentos e as condições carcerárias em uma sociedade desigual e injusta. A vulnerabilidade infantil presente em instituições de acolhimento coloca em xeque as políticas de assistência social e o próprio conceito de vulnerabilidade como ferramenta de ação social.

Nota-se até aqui que problemas “micro”, sujeitos sociais e suas demandas por direitos, de modo inequívoco, estão dependentes e correlacionados a questões macrosociais e vice-versa. Também fica claro que um olhar abrangente e cuidadoso sobre o que ocorreu em determinados períodos históricos e sistemas de poder, como o ocorrido no país entre 2013-2023, é capaz de revelar um amplo

cenário e as movimentações dos blocos políticos e os atores tecendo lideranças e forças coercitivas, através da redefinição do papel do Estado e sua interferência direta nos direitos cidadãos. Crises de legitimidade realçam personagens inesperados e ideologias consideradas ultrapassadas, reconduzindo as vidas das pessoas a situações diversas e opostas, de um lado promovendo privilégio, de outro, precariedade e marginalização. Também é possível ver que a política de Estado não deixa de expor a quebra de valores e as tradições consagradas, alterando e retraindo a participação social e a posição da nação perante as demais. E ainda, vereadores eleitos em partidos de centro e de direita operam sobre pautas políticas alinhadas a um perfil ideológico erosivo à representação política da sociedade em que atuam.

São inúmeras as questões e suas transversalidades que podemos continuar apontando a riqueza desses diálogos. O capítulo sobre a ascensão autoritária revela os efeitos deletérios nas políticas públicas desenvolvidas pelo sistema educacional e sua pseudopolítica de Direitos Humanos, intensificando graves retrocessos que atingem a vida das pessoas e dos lugares. Ações advindas do campo legislativo são analisadas para demonstrar sua ineficácia frente à abominável tolerância da justiça criminal perante as violações graves dos direitos perpetradas cotidianamente por agentes públicos.

Olhando para o mundo do trabalho, aparece o triste avanço da terceirização e as profundas alterações nas relações e garantias de direitos trabalhistas anteriormente conquistados, a precarização e a grave transferência de recursos e investimentos para o mercado, acelerando a acumulação por espoliação realizada pelos órgãos estatais para atender aos reclames neoliberais. Por fim, a questão da eterna reforma agrária incompleta surge como um elemento crucial das dinâmicas entre o rural e o urbano, impactando as fronteiras entre campo e cidade e intervindo diretamente nas famílias que migram em busca de um lugar para residir, plantar e viver com dignidade.

A maior parte das pesquisas apresentadas foi produzida como dissertações e teses. Embora nem sempre isso tenha sido mencionado, esses trabalhos foram financiados por agências estatais e políticas de formação e qualificação profissional nos programas de pós-graduação do país. Isso enfatiza a importância do ensino público como meio de garantir que investigações livres e descomprometidas com o mercado possam ser realizadas, tornando a trajetória de formação um campo criativo e sensível aos problemas sociais que impactam o cotidiano de pesquisadores e pesquisadoras, coroando conhecimento e histórias de vida, aproximando o ideal do real.

É por isso que insisto em enfatizar que tudo está interligado: o macro e o micro, o local, o global, o multipolar, o gênero, o étnico, o cultural e o político. Afinal, esses são os diálogos infinitos que se escondem por trás dos diálogos efetivos e possíveis que este livro nos convida a participar. Como leitores/as e atores/as, somos instigados a sair do senso comum, dos clichês, expandir nossa consciência social e continuar o esforço crítico que as Ciências Sociais almejam. Essa é a chave para abrir a janela e ver as novas estrelas que surgem, olhar em todas as direções, superar momentos anteriores, vazios de crítica e criatividade. Felizmente, já podemos respirar, reunir e expor nossas forças, quebrando as muitas e diversas correntes criadas para tentar nos calar.

## **Apresentação**

### **Temas emergentes em Antropologia, Ciência Política e Sociologia**

Esmael Alves de Oliveira  
Aline Castilho Crespe Lutti  
Alzira Salete Menegat  
Claudio Reis  
Organizadores

Nos últimos anos, sobretudo no período marcado pela gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, as Ciências Humanas e Sociais sofreram ataques significativos. Como política de governo, o questionamento do pensamento científico, o congelamento dos investimentos em pesquisa, saúde e educação, os inúmeros ataques às Universidades Públicas e seus docentes e discentes tornaram-se não apenas reiterados, mas também estimulados. Tal contexto tornou-se ainda mais grave se considerarmos o complexo cenário político-pandêmico inaugurado pela pandemia da covid-19 no Brasil e no mundo, que resultou em milhares de mortes. É tomando tal cenário sociopolítico como pano de fundo que a coletânea "Temas emergentes em Antropologia, Ciência Política e Sociologia" foi motivada e gestada.

Para além do intuito de visibilizar pesquisas e reflexões produzidas no âmbito do curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados e também dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) e Sociologia (PPGS), em continuidade aos trabalhos iniciados em publicações anteriores (AGUIAR, GALHERA, FAISTING, 2022; CAMPOS, *et al* 2022; OLIVEIRA, MOURA, REIS, 2021), a obra, bastante comprometida com o caráter inter e transdisciplinar do conhecimento científico, deseja se constituir como um espaço

compartilhado de reflexão crítica sobre o presente. Ademais, embora seja uma obra constituída majoritariamente por trabalhos internos à UFGD, também quisemos privilegiar diálogos e cruzamentos com colegas de outras Universidades (UFAM, UFMT, UFSC, UFRGS, UNESP) no desejo de consolidação e fortalecimento de nossas redes de pesquisa bem, como de articulação entre docentes e discentes tanto de graduação quanto de pós-graduação, privilegiando, assim, olhares críticos e complexos à altura dos desafios que atravessam e constituem os fenômenos sociais contemporâneos.

Ao tomar a realidade sociocultural brasileira como um analisador, chamamos a atenção para os aspectos sociais, políticos, econômicos, ideológicos e simbólicos que enredam os fenômenos sociais. Aqui o “emergente” possui propositalmente um duplo sentido: tanto enquanto algo que “surge” como um problema de pesquisa e/ou reflexão, quanto algo que se impõe como emergencial, ou seja, que não pode ser adiado. Se historicamente as Ciências Humanas e Sociais têm sido caracterizadas pelo estranhamento e problematização das realidades sociais nas quais se inserem, o tempo presente, a partir das condições e contradições que o perfazem, constitui-se como um chamado à atualização da reflexividade socioantropológica e política.

Tal exercício de reflexividade não apenas desconfia das narrativas essencializantes, naturalistas e universalizantes, como sustenta-se em seu questionamento e desnaturalização. Afinal, o que as Ciências Humanas e Sociais têm a dizer sobre um país que é recordista nos índices de encarceramento em massa da população preta, jovem e pobre? Sobre a violência policial voltada, sobretudo, aos corpos pretos e pobres das periferias brasileiras? Sobre as taxas alarmantes de feminicídio e transfeminicídio país afora? Sobre as cotidianas violências lgbtfóbicas? Sobre a violência no campo (sobretudo envolvendo comunidades indígenas e quilombolas) e nas cidades? Sobre os altos índices de insegurança alimentar que acomete de milhões de brasileiros/as? Portanto, tal reflexividade nos permite pensar como os regimes necrobiopolíticos atuais são

multifacetados e, ao mesmo tempo, articulados, sistemáticos, sistêmicos, deliberados. Como dissemos em outra oportunidade, se todos podem morrer, alguns (muitos) morrem mais do que outros! (OLIVEIRA, MARTINS, SILVA, 2021)

Os textos aqui reunidos buscam possibilitar um estranhamento socioantropológico e político sobre o presente ao mesmo tempo que se comprometem com a visibilização das estratégias de resistência e mobilização de sujeitos e coletivos face aos projetos de morte. No momento em que finalizamos esta apresentação somos surpreendidos com a triste notícia do assassinato, por motivações homofóbicas de Danilo Cezar de Jesus, mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Uma notícia que choca e revolta, e ao mesmo tempo não surpreende, dado o histórico processo de violência destilado contra corpos minoritários no Brasil (FEITOSA, 2023). Assim, em memória de João e de tantas/os outros corpos minoritários, desejamos que a presente coletânea se constitua como um exercício ético-político que faz da escrita resistência. Desejamos que os trabalhos aqui reunidos se tornem um brado, um grito ao não silenciamento, à não naturalização de qualquer forma de violência e sistema de opressão e desigualdade, um ato ético-político de reafirmação de que sujeitos e coletivos (assim como seus modos de vida, identidades, territórios, comunidades, narrativas etc.) não podem mais ser silenciados pelas biopolíticas do presente.

Esperamos que as reflexões aqui oportunizadas possam servir de estímulo às/aos discentes, docentes, pesquisadoras e pesquisadores. E que a leitura de cada capítulo, constituído a partir das tessituras dos campos antropológico, político e sociológico, engaje a todas/os/es na defesa da importância das Ciências Humanas e Sociais, do conhecimento científico, bem como da Universidade Pública – patrimônio de todas/os/es.

Nosso agradecimento especial às autoras e autores pelas inestimáveis contribuições, à Capes (edital PROAP/2022 e portaria n. 155/2022) pelos financiamentos que possibilitaram respectivamente, a publicação e a revisão da obra – sem os quais



nosso trabalho não seria possível – , bem como às/aos docentes e discentes do curso de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da UFGD, que tornam nosso trabalho de ensino, pesquisa e extensão estimulantes.

## Referências

AGUIAR, Márcio Mucedula; GALHERA, Katiúscia Moreno; FAISTING, André Luiz (Orgs). **Refletindo sobre educação: impactos da BNCC e temas atuais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

CAMPOS, Marcelo Siqueira *et al* (Orgs). **Sociologia, Antropologia e Ciência Política: temas emergentes**. Curitiba-PR: CRV, 2022.

FEITOSA, João Victor Rossi. **Análise discursiva das (re)produções de morte de corpos abjetificados no sul de Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2023.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; MOURA, Noêmia; REIS, Claudio (Orgs). **A pesquisa em Ciências Sociais em Mato Grosso do Sul: Diálogos Cruzados**. São Carlos: Pedro & João, 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; MARTINS, Catia Paranhos; SILVA, Marcos Aurélio da. “Coronacrise”: reflexões sobre alguns efeitos necropolíticos de/em uma pandemia e os desafios para as Ciências Humanas e Sociais em Saúde. **TOMO (UFS)**, Aracaju, v. 39, p. 19-44, 2021.

# **Diálogos antropológicos**



# 1.

## **Palestinos em Manaus: a migração redefinindo a diáspora e a questão da Palestina**

Luiza Angélica Oliveira Guglielmini<sup>1</sup>  
Sidney Antônio da Silva<sup>2</sup>

Traga o lugar, então, com as rédeas da expressão;  
leva-o como levaste teu nome, na tua sombra, na tua  
fantasia, tua imaginação, na tua mala, só palavras  
estão qualificadas neste pôr do sol para restaurar o  
que se quebra(ra) a tempo e espaço, para que fossem  
dados nomes e deuses indiferentes a ti, guerreando  
guerras próprias com armas primitivas, palavras são  
matéria-prima de casas, palavras são a terra natal!  
(DARWICH, 2020, p. 97).

### **Introdução**

A oportunidade de realizar estudos sobre a migração palestina em Manaus, nasceu de um acompanhamento efetivo durante seis meses, entre os anos de 2014 e 2015. Isso se deu através da observação direta e espontânea do movimento de parte da comunidade palestina nas lojas da rua Barroso e da rua Saldanha Marinho, ambas localizadas no Centro histórico da cidade.

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social (UFAM). É gerente de Patrimônio Cultural Imaterial no Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – Governo do Amazonas. <https://orcid.org/0000-0003-1961-3491>, e-mail: [luiza.guglielmini@gmail.com](mailto:luiza.guglielmini@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social. É professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). <http://orcid.org/0000-0002-3515-163x>, e-mail: [sidsilva@ufam.edu.br](mailto:sidsilva@ufam.edu.br)

Todavia, com quem conversávamos sobre a possibilidade de uma pesquisa, obtínhamos a mesma resposta: “Tinha que pedir a permissão ‘ao Tio’”, ou seja, ao senhor Issa Yacub, considerado um dos patriarcas da comunidade

Com essa indicação, partimos em busca da sua autorização para uma possível pesquisa, pois da sua palavra dependia nossa ideia inicial de projeto. Com a proposta aceita, iniciamos o trabalho de campo entrevistando-o, e no início de nossa conversa ele mesmo pediu que fosse gravado o que iria nos relatar. Dessa conversa chegamos à oportuna decisão de trabalhar com os imigrantes da primeira geração, formada pelos que chegaram no Brasil, em especial a Manaus, na década de 1960.

A trajetória de imigrantes palestinos em Manaus se mostrou com um caráter fortemente geopolítico e não dependia de intermediários, como os chamados “coiotes”, conhecidos como facilitadores na travessia de fronteiras. Isso revela que a ideia de rede, com nexo transescalar, sinaliza grandes desafios no ir e vir entre escalas geográficas, do local ao transnacional, na impossibilidade de um retorno (retornar para onde?). Simultaneamente, essa cartografia, que também é social, se refere a uma Palestina que não está nas representações cartográficas, porque “os palestinos estão no mundo”, conforme afirmou um interlocutor e coautor desta pesquisa. Logo, a Palestina da atualidade é aquela onde estão os palestinos. Nessa perspectiva, o retorno segue sempre no horizonte, conforme aponta Sayad (2000), sendo postergado por distintas razões, incluindo, por exemplo, a formação de novas famílias em solo brasileiro.

Importava saber como os palestinos se auto identificavam, como percebiam suas trajetórias e como enxergavam o entorno. Entretanto, no decorrer do caminho, durante a coleta de dados, fomos levados a refletir sobre a questão central na qual estão engajados, a incansável busca de reivindicar o reconhecimento da identidade política da Palestina como Estado-Nação.

Vale notar que a situação política da *Nakba*<sup>3</sup> e da diáspora palestina, no entender dos interlocutores, trata-se de uma limpeza étnica e perpassa a reconstrução do cotidiano deles na comunidade, demonstrando o modo como a etnicidade foi ressignificada na cidade de Manaus. Além dessa militância política pró-Palestina, outras dimensões da migração palestina, como a valorização do “*ethos*” do trabalho e a centralidade das redes familiares, contribuíram para o engajamento e o consentimento deles na busca pelo reconhecimento enquanto grupo étnico, numa situação diaspórica, pois há indivíduos que não podem esconder a sua origem, já que o seu rosto pode ser considerado um “fato social total” (MAUSS, 2003), que precisa ser desvendado.

O cenário desta pesquisa é a cidade de Manaus, o maior centro urbano da Região Norte<sup>4</sup>, marcada por sua diversidade étnica e cultural, dispondo de mecanismos diversos de comunicação. Fato que favorece a preservação de vínculos do imigrante com seu país de origem, realidade que, com certeza, difere da ocasião em que as primeiras famílias se estabeleceram na cidade, já que as dificuldades em manter contato com os que ficaram na terra natal eram maiores.

Considerando os contatos prévios com alguns interlocutores e a proximidade geográfica, pois a pesquisadora deste trabalho trabalhava no centro de Manaus, explorou-se a possibilidade da prática etnográfica no urbano, tal como sugerido por Magnani (2002), propondo o resgate de um olhar de perto e de dentro, capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva de enfoques classificados pelo autor, para efeito de contraste, como de fora e de longe.

---

<sup>3</sup> Palavra árabe cujo significado é catástrofe ou desastre. A *Nakba* diz respeito ao êxodo dos palestinos, expulsos ou forçados a fugirem de suas casas e aldeias sob o ataque de milícias sionistas para estabelecer o Estado Judeu em 1948.

<sup>4</sup> De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), Manaus possui uma população estimada de 2.219.580 de pessoas, numa área territorial de 11.401,092 km<sup>2</sup>.

No entanto, no decorrer da pesquisa, fomos obrigados a nos isolarmos, em razão da pandemia da covid-19. Essa realidade nos levou a um distanciamento dos interlocutores. Se, por um lado, isso limitou os contatos, por outro, permitiu maturar as informações já colhidas pelas entrevistas, fato que nos ajudou a obter uma visão de conjunto das questões em foco, incluindo os significados da presença palestina em Manaus e o seu engajamento com a questão política da Palestina.

### **Palestinos em Manaus: um pouco de história**

Dos cinco interlocutores que participaram da pesquisa, três deles convergiram sobre quem chegou primeiro na cidade de Manaus: Ali Yacub, Issa Yacub e Muhammad Tarayra. Eles foram três dos quatro primeiros palestinos da comunidade em Manaus. Todos, em suas memórias, se reportaram especificamente à década de 1960, como marco importante para a decisão de viver em Manaus (AM), em virtude do papel histórico das políticas públicas voltadas à Região Norte, naquele momento.

Eles identificaram as possibilidades de mudanças nas estratégias comerciais, que se consolidou como um caminho de sucesso nos negócios. Todos relataram que a fixação na cidade se deu em decorrência dos ajustes econômicos regionais. Para as lideranças do grupo palestino, a memória, os valores e as ideias da primeira geração representam a própria história da *Nakba* e da diáspora palestina, e esse é o discurso recorrente. Por isso mesmo, tornou-se imprescindível realizar o registro desta história.

Na comunidade em Manaus há a primeira geração e os seus filhos (segunda geração), que migraram ainda crianças ou que nasceram no Brasil e vivem em Manaus, juntamente com os que chegaram posteriormente, motivados pelo ideal do empreendedorismo, a partir do apoio de parentes, já residentes na cidade. Há também a terceira geração, brasileira/amazonense, cujos membros, foi possível conhecer alguns deles durante o levantamento de dados da comunidade

O levantamento quantitativo realizado, que chamamos de censo, para fins didático de construção, foi solicitado pela Embaixada Palestina para uso em reuniões nacionais, num esforço para demonstrar através de números, a diáspora do povo palestino. Os dados gerados são fruto da participação plena de parcela significativa da comunidade palestina, sendo balizada por meio do registro inicial do mediador Issa Yacub (*in memoriam*), que na época (2015) autorizou a pesquisa, e sem o qual não teria sido possível acessar a comunidade. Tivemos também o apoio de sua filha Hamida, de Mamoun, seu sobrinho direto, com quem ocorreu o maior contato durante o desenvolvimento do trabalho, e de Muna, que nos acompanhou e exerceu a importante função de tradutora.

Durante a coleta de dados tivemos que lidar, ainda que de forma sutil, com a questão do “contradiscorso”, ou seja, do que poderia ou não ser falado do cotidiano, pois, em diversos momentos, falavam entre si em árabe, respondendo depois em português. Isso nos impedia de entender a língua, mas deixava margem no contexto da entrevista a interpretação da linguagem corporal.

Os dados revelam uma comunidade que teve início a partir de dois troncos familiares: os Yacub e os Tarayra, que na década de 1960 escolheram a cidade de Manaus como lugar de moradia. As narrativas demonstram a opção pela inserção num novo contexto de vida que, ao longo das trajetórias, apresentou um forte vínculo com a terra natal, Bani Na'im, na Palestina, de onde efetivamente são provenientes e para onde retornam para passar férias.

São considerados palestinos todos os que nasceram na Palestina até 1948, e os seus descendentes que nasceram e nascem no exterior. Reconhecem-se como palestinos todos os que têm ascendência paterna, ou seja, os filhos palestinos pela linha paterna, e os que vivem na diáspora. Também é dado aos que vivem como refugiados o direito de retorno, operando pelo mesmo modelo de Estado-Nação moderno, a partir do qual Israel fundamentou as exclusões dos ocupantes dos territórios palestinos incorporados aos cidadãos de Israel nascidos na diáspora (JARDIM, 2000, p. 99-100).



O campo desta pesquisa apontou o caráter histórico-social da imigração árabe palestina, na cidade de Manaus, iniciada na década de 1960, a partir de seis patriarcas – os cinco interlocutores da pesquisa e um já falecido, que não tivemos a oportunidade de conhecê-lo. Dos seis imigrantes citados por eles, conhecemos, quatro que entraram no Brasil por São Paulo, indo para Brasília, onde dois se fixaram por conta do trabalho, e os outros dois escolheram viver em Manaus.

Entre as cidades pretendidas, Manaus foi a que se mostrou melhor quanto às perspectivas de trabalho, ensejando o convite de mudança aos que estavam em Brasília. Outros dois pesquisados saíram direto da Palestina com destino para Manaus, a convite do irmão Muhammad, na década de 1980.

Além desse grupo, foram contabilizados na planilha, em 2019, 43 nomes (patriarcas) que seguiram o grupo inicial, mas declararam ter entrado no Brasil e vindo diretamente para a cidade de Manaus (AM), e dois que declararam ter entrado no Estado do Amazonas via Letícia/Tabatinga (Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru). Junto aos nomes dos patriarcas, constatamos 36 esposas brasileiras e 29 esposas palestinas.

No entanto, os dados foram atualizados em 13.02.2021, de modo que, além de Issa Yacub, que havia entrado na contagem dos falecidos em 2019, também estavam como falecidos: Ali Yacub, Muhammad Tarayra, Amado Ali Hajoj (75 anos) e a esposa Zahieh Abdel Karim Hassan Hajoj (65 anos). Esses dados foram atualizados novamente em 24.01.2022, para contabilizar o falecimento de Fayez Taraireh, e no dia 02.02.2022, para quantificar o falecimento de Munzer Ata Manasra (72 anos) no dia 31.01.2022.

Com isso, os dados organizados para a genealogia levaram-se em conta os falecidos e os cônjuges brasileiros, mas para efeito do censo solicitado pela Embaixada Palestina no Brasil, considerou-se a exclusão dos falecidos, reservando na contagem, também a total exclusão dos cônjuges brasileiros.

Do ponto de vista dos pesquisados, e a partir da construção dos dados levantados pelas famílias, suas genealogias e suas redes

familiares, a comunidade palestina em Manaus é um sistema patrilinear, cuja descendência é considerada de pai para filhos (as) e destes aos seus descendentes.

Quanto ao parentesco, parente é a pessoa relacionada pelo sangue, a substância material hereditária, elencada de modo inteiramente objetivo através do laço permanente. Também pode ser quem se relaciona através do casamento, laço que é feito a partir da lei, de modo subjetivo, mas que pode terminar, tal como apontado por Schneider (2016, p. 49). Para além disto, no caso dos interlocutores, parente também pode ser o patrício nascido e oriundo do mesmo lugar, Bani Na'im, na Palestina.

Quanto aos casamentos, constatamos que os cinco interlocutores se casaram com brasileiras. Importa ressaltar nos arranjos matrimoniais a diferença apontada por eles no tratamento das esposas: a oficial e, como me disse Issa, “a que os filhos chamam amante”. Todavia, na fala dos interlocutores, estas surgem também como esposas.

A explicação dos que possuem mais de uma mulher, nos foi dada segundo o preceito religioso, segundo o qual, quando o homem procura ter mulheres fora do casamento, vive em pecado. No entanto, se ele constitui família, então já estará sob as bênçãos divinas – a exceção foi o senhor Abdel Karim, que aparece somente com uma única esposa, que é uma das filhas de Ali Yacub.

Quanto às distinções do casamento no Oriente Médio, ele é regulado pela endogamia, entendida como casamento com primos cruzados. No Brasil, a endogamia é flexibilizada, pois os grupos concebem o casamento com brasileiras, filhas de árabes, e aqui essa identidade generalizante pode incluir sírios, libaneses entre outros. Nesses casos, são quase sempre, também, uma espécie de primos cruzados, talvez como meio de assegurar a solidariedade do grupo, através do parentesco.

Na comunidade, há as brasileiras filhas de árabes, e também as brasileiras que se convertem à cultura e à religião, além das mulheres palestinas, que vêm estritamente para casar-se. Contudo, também há as brasileiras que se envolveram e deram à luz, sem o

intuito de relacionamento. Esses filhos de palestinos permitem ao grupo uma espécie de “estoque” de primos.

Logo, é possível apontar *regras* ou *padrões árabes* em relação ao discurso sobre o casamento. Na verdade, são arranjos usados para melhor realizá-los numa tentativa de corresponder a um “modelo”, negociando “em família” a sua realização, o que muitas vezes não se completa (JARDIM, 2000, p. 373-374). Para a autora, são realizações diversas de um sistema de normas plenamente efetivado pelos outros e que está disponível, permitindo revelar um uso da “tradição” numa criação própria, baseada na incompletude da tradição.

Em Manaus, também esse “modelo árabe” explica os arranjos familiares e demarca a tendência do que ocorreu na primeira geração, demonstrando, durante o campo da pesquisa, os dilemas que surgem na produção das famílias como algo distinto, por se tratar de uma família étnica, principalmente em relação à aceitação dos filhos entre si.

Os árabes palestinos de Manaus têm no comércio sua principal atividade laboral e seus estabelecimentos se encontram em alguns *shoppings* e na área do Centro Histórico. Em geral, são donos de lojas, de prédios, onde há galerias de lojas, e redes de lojas em todos os *shoppings* da cidade. Assim, o comércio próspero, ao longo das décadas, resulta na formação de uma elite econômica e de uma classe média de descendentes no meio urbano com fortes vínculos ao seu universo de origem. Cada um deles, na ocasião, buscou trazer algum parente próximo, e foi assim que Muhammad mudou-se de Brasília para Manaus, tão logo ocorreu o fechamento do Congresso Nacional, pelo então presidente Castello Branco. Isso porque, durante o governo do regime militar, o comércio por lá entrou em declínio e a Amazônia inaugurava, a partir de 1964, uma projeção política com base na reestruturação de órgãos destinados a estratégias voltadas para o desenvolvimento regional amazônico (MATTOS, 1980).

Vale ressaltar que Manaus estava no segundo *boom* da borracha, ou seja, o momento efêmero, durante a Segunda Guerra

Mundial, ocasionado pelo bloqueio dos seringais asiáticos, fato que ensejou uma breve superação da estagnação econômica na região amazônica, o que não foi suficiente para propagar em seu bojo o tão esperado progresso.

Ante à decadente situação econômica, compreende-se a organização do grupo frente à sociedade que o abraçava, tendo como mola propulsora as mudanças políticas e econômicas na Amazônia. Isso ocorreu a partir do cenário nacional, com a implantação do que ficou conhecido como Operação Amazônia, a qual envolveu todos os grandes projetos desenvolvimentistas, voltados para a região Norte do Brasil.

Foi nesse contexto que os irmãos Abdel Kareem e Fayez Cassem chegaram a Manaus para morar. O primeiro no ano de 1988 e o segundo em 1989. Abdel ressaltou que, ao chegar à capital do Amazonas, já estavam cinco pessoas: Alexandre (Ali Yacub), Mohamed Zureiq, Muhammad Tarayra, Issa Yacub e Isaque Manastra, e depois dele (Abdel), Amado, o pai de Muna Hajoj, a vice-presidente da Sociedade Palestina do Amazonas. Depois veio Iahet, Ismael e cada um que chegava chamava mais um, consolidando um grupo de palestinos inseridos no comércio da cidade.

Para Abdel, sua chegada a Manaus esteve permeada por esse *frisson* do trabalho no Centro de Manaus. A cidade estava indo bem, e eles começaram junto com a Zona Franca. Situações bem-sucedidas que resulta no enorme respeito da comunidade aos mais velhos. Sua melhor lembrança da Manaus de sua chegada, é a Zona Franca, porque o comércio estava repleto de pessoas, ávidas por comprar, e a cidade, ponderou ele, “era bem visitada, como um polo de comércio, com clientes que vinham especialmente fazer compras”. Ele recordou que isso significou para todos muito trabalho, mas também, orgulho, prosperidade, sensação de sucesso e ascensão social.

No ano seguinte, em 1989, chegou Fayez, irmão de Muhammad e de Abdel, que disse ter vindo de férias, a convite do irmão mais velho, apenas para visitar. Porém, uma vez em Manaus, Fayez resolveu ficar, porque gostou do jeito do povo brasileiro. Em

sua opinião, tanto o trabalho quanto o povo eram bons, e disse acreditar que cresceram em importância econômica, porque isso esteve atrelado ao crescimento do centro comercial de Manaus.

O irmão Abdel iniciou o trabalho com confecções, seguindo a tradição dos que aqui estavam, e agradece a Deus por ter dado certo, atribuindo aos mais velhos o fato de ainda estar aqui, e disse ser muito grato a todos, sobretudo, ao irmão mais velho que o trouxe, e ao outro irmão, Harbi Tarayra (*in memoriam*), pela forma como foi acolhido e por ter recebido todo tipo de ajuda necessária. O fato de ter recebido o apoio dos que aqui já se encontravam fez Abdel se considerar como segunda geração. Entretanto, Muna explicou que ela e as demais lideranças jovens o consideraram como primeira geração, porque ele conseguiu com o esforço do trabalho, conquistar sua loja na rua Marechal Deodoro, quando ela ainda era criança.

Contudo, é preciso considerar a conjuntura regional/nacional em que os interlocutores se inseriram e o contexto de suas relações econômicas, na ocasião das respectivas inserções no mercado de trabalho, tanto no contexto do local/regional quanto do nacional/internacional já que a Zona Franca de Manaus tem se pautado no modelo de importação e exportação de produtos, e isso lhes permitiu prosperar através da comercialização dos mesmos, no mercado local e nacional.

## **A diáspora Palestina e os desafios teóricos**

As três gerações de palestinos em Manaus, contribuí para a construção de processos identitários, sejam como árabes, palestinos, brasileiros ou manauaras, remetendo-nos a questões fundamentais, traçadas por Barth (2000) quanto às formas de persistências e continuidades de um grupo étnico no tempo e no espaço, apontando que a unidade resulta das diferenças e mudanças culturais, definindo as fronteiras.

Os interlocutores se referiram à entrada no Brasil, a partir da experiência da diáspora palestina, a *Nakba* – a catástrofe de 1948 - em virtude da criação do Estado de Israel. Contexto que significou

possibilidades de trabalho em novas trajetórias de circulação, nos países do Oriente Médio ou em outras localidades.

Devido ao uso recorrente do termo *diáspora*, buscamos descobrir além de seus próprios limites, a “diáspora da diáspora”, tornando-se isso um idioma, uma postura e uma reivindicação (BRUBAKER, 2005, p. 1, apud BRAGA, 2014, p. 31). Porém, considero o alerta de Stéphane Dufoix (2008, p. 54), que salienta o caráter instável do termo, ao observar suas semânticas. Apontamos também o uso de Durham Peters, Avtar Brah e Stuart Hall, que denominam o termo como disperso (PETERS, 1999, p. 18), escorregadio (BRAH, 1996, p. 179), heterogêneo e diverso (HALL, 1997, p. 312): por isso, deve haver critérios no seu uso.

Tanto Bhabha (2010, p. 16) quanto Hall (2003) não veem o presente diaspórico como um espaço harmônico, mas, mostram-se avessos à insolubilidade identitária do sujeito, que não interage com outras civilizações nem organiza seu processo de tradução cultural, apegado que está à autorreclusão. Já Steven Vertovec, em seu trabalho *Three meanings of Diaspora, exemplified among South Asian religions* (1997), discute três significados contemporâneos para *diáspora*, nos quais o termo pode se referir a uma “forma social”, um “tipo de conscientização”, e um “modo de produção cultural”, visto que a partir de um fluxo de pessoas ocorre uma produção transnacional, híbrida, sincrética e em permanente transformação (BEZERRA JÚNIOR, 2014, p. 16).

Por isso, o autor diz ser instigante não utilizar o termo *diáspora* como método, com todas as suas implicações epistemológicas na pesquisa da atualidade, pois ele pode adquirir uma conotação de capacidade de adaptação, contribuição, obstinação, tenacidade, sagacidade e transformação. Logo, se espera a evolução do termo, abrangendo todo e qualquer povo, saídos de um centro ou terra natal, que se disperse por terras estrangeiras e deixe de se referir apenas a dos judeus, gregos e armênios, definidas como clássicas, por Tölölyan (1991 apud BRAGA, 2014, p. 34).

Trazendo a questão para a contemporaneidade, Tölölyan (1991 apud BRAGA, 2014) afirma que as comunidades diaspóricas,

tal como a nigeriana, representam o momento transnacional que se vive, e necessitam de teorização, em contraste com as diásporas clássicas pesquisadas com profundidade.

Em Manaus, constatamos que os palestinos se unem ao movimento mundial organizando o povo em diáspora com os simpatizantes da causa palestina, envolvendo-os em novos movimentos sociais e em arenas políticas virtuais, transnacionais, emergentes, promovendo novas construções políticas com esse transnacionalismo de números crescentes.

Aos palestinos, a noção da diáspora incorpora-se enquanto uma estratégia política, que force o reconhecimento da Palestina como Estado-nação. Por isso, assume esse viés político-estratégico, fazendo-os considerar toda a comunidade palestina como diaspórica.

Agrega-se ao exposto o entendimento que as migrações atuais são vistas como um “fato social total” (MAUSS, 2003), pois são multiescalares, interpretáveis em vários níveis, inter-relacionados entre si: social, cultural, histórico, geográfico, econômico, entre outros, ocasionando os deslocamentos não somente no espaço geográfico, mas também em outras dimensões espaciais, como o social, o político, o econômico e/ou o cultural (SAYAD, 1998, p. 16).

Em vista disso, cabe assinalar que, dentre as considerações teóricas e as ações práticas que dinamizam a vida dos grupos, há estudos sobre imigração que se apoiam no termo *etnicidade*<sup>5</sup>, porque se estabelecem os conflitos em face da definição identitária de pertença. E dessa fricção derivam ações sociais e direitos coletivos, resultantes da perspectiva étnica que se quer estabelecer/perpetuar. Todavia,

---

<sup>5</sup> O termo surgiu na Inglaterra a partir da década de 1940 e designava “a pertença a um grupo outro que não anglo-americano”. A partir da década de 1970, passa a ser utilizado nas ciências sociais norte-americanas. Surge a revista *Ethnicity* (1974), dentre outras produções coletivas, que alicerçaram conceitos e estudos aplicados, ocorrendo na França em meados de 1981 (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 17).

teorizar a etnicidade não significa fundar o pluralismo étnico como modelo de organização sociopolítica, mas examinar as modalidades segundo as quais uma visão de mundo 'étnica' é tornada pertinente aos atores. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 17).

O sentido de pertencimento cultural é percebido, tal como apontado por Geertz (1973 apud ORTNER, 2011, p. 423), derivando da lógica de organização e da ação de pessoas, operando a partir do seio de certas ordens institucionais, interpretando suas situações com vistas a agir de modo coerente nelas. Com isso, o processo migratório de parte dos interlocutores deste trabalho, segundo eles, ocorre no contexto de uma migração forçada para o Brasil. A rota incluía a Jordania, por conta do estímulo da documentação desse país, fato que lhes possibilitou optar depois pela nacionalidade brasileira. Aquele que chegava primeiro custeava a vinda de parte de sua família com o intuito de contar com a ajuda mútua no trabalho.

Essa situação revela a singular experiência palestina, em razão da ausência do Estado-nação palestino, capaz de expedir documentos relativos ao pertencimento. Esta conjuntura os impede de transitar pelo mundo árabe em busca de postos de trabalho e faz com que os campos de refugiados sejam tidos por eles como lugares de precariedade, de ausência de assistência e/ou de possibilidade de escolarização. Isso, cria alternativas gestadas no seio familiar e nas relações imediatas de origem comunitária, que tracem uma experiência comum, e demonstre a constante conexão com o Oriente Médio, entendida como a diáspora, a partir da *Nakba* (JARDIM, 2007, p. 248-249), conforme já mencionado.

Nisso, a migração que protagonizaram os palestinos para Manaus, não é considerada produto de uma decisão unicamente individual, mas, antes, contou com o apoio de uma base familiar e inicialmente com uma rede de conterrâneos árabes, como os libaneses, residentes e prósperos em Manaus, situação essa que assegurou a ocorrência de uma fragmentação temporária do grupo familiar, suficiente para permitir a recomposição do grupo.



Nesse caso, em migrações de caráter familiar, a fragmentação não dura mais que o necessário para assentar as bases de subsistência no lugar de destino ou de passagem. Apoiado numa base econômica duradoura, a reconstrução do grupo familiar é imediata, estendendo seu assentamento para outros grupos domésticos aparentados, que os sucedem rapidamente. Em outras palavras, há na singularidade da migração individual ou mesmo familiar o caráter grupal do processo migratório, manifesto em todas as etapas deste, iniciado pela tomada de decisão de emigrar, passando pela modalidade migratória, até a inserção nos locais de residência (FÍGOLI; VILELA, 2004, p. 7-8).

Sociologicamente, no caso palestino, Jardim (2007, p. 258) aponta que os aspectos econômicos seguem tangenciando a migração, evidenciada pela busca das causas gerais que delinham as motivações no ato de migrar. E acrescenta que a imigração para o Brasil significou encarar alguns caminhos, entre os quais a destituição de um Estado de origem, assumindo a condição de refugiado. Todavia, entrar na esfera humanitária significava não circular entre os países por livre escolha. Por outro lado, para sair da Palestina, os documentos, necessariamente, ou eram israelenses – o que não permitia acesso ao mundo de trabalho nos países árabes – ou, na melhor das hipóteses, jordanianos, situação que explica a dificuldade de precisar o número de palestinos emigrados.

Diante disso, há tantos problemas em quantificar os palestinos, que estes, parecem ser inacessíveis, quase que “virtuais”. Mas, também os filhos rememoram e recriam noções relativas à identidade étnica, já que não se definem como sujeitos “de origem palestina” e, sim, como palestinos. Assim, mesmo com a regularização dos documentos jordanianos no Brasil, há uma singularidade na experiência recente dos palestinos, que não dispõem de um Estado-nação, de um avalista expresso no documento do passaporte, fato que é referido tanto pelos interlocutores quanto por especialistas em imigração palestina como uma diáspora (JARDIM, 2007, p. 248-251).

Desse ponto de vista, trajetórias de palestinos, tal como as de sírio-libaneses em São Paulo, Truzzi (2019, p. 3), ilustram as possibilidades de mobilidade, a formação das lideranças e o modo como organizaram a transformação conquistada através da formação universitária dos filhos nascidos no Brasil e da mobilidade acentuada como “doutores” e como políticos.

Em termos de macropolítica para a Região Norte na década de 1960, havia uma perspectiva advinda do projeto denominado “Operação Amazônia” (1967), que visava uma mudança na infraestrutura, tanto legal quanto administrativa, para conseguirem a execução do Plano de Desenvolvimento da Amazônia<sup>6</sup>. Logo, a partir do que surgia, não foi difícil ao grupo decidir por se acomodar no nicho econômico específico que estava nascendo, buscando assim comercializar bens de consumo não duráveis<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> A chamada “Operação Amazônia” basicamente foi constituída por três Projetos de Lei que posteriormente foram transformados em leis e sancionadas pelo Presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Sendo estas: Lei n. 5.122, de 28 de setembro de 1966, que “dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em BANCO DA AMAZÔNIA S/A”; Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966, que “dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia: extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências”; Lei n. 5.174, de 27 de outubro de 1966, que “dispõe sobre a concessão de Incentivos Fiscais em Favor da Região Amazônica e dá outras providências”.

<sup>7</sup> Para Becker (2004, p. 25), esse planejamento regional governamental com viés militarista (1930-1985) e um moderno aparelho de Estado com crescente intervenção econômica e territorial aceleraram sobremaneira o processo de ocupação da Amazônia, sendo muito mais discursiva que ativa. A inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na Constituição de 1946 e a delimitação oficial da região por critérios científicos foram marcos dessa fase, seguidos pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mas apenas revelou uma preocupação regional sem ações correspondentes, acentuando a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960, de modo acelerado.

## A Migração redefinindo a Diáspora e a questão da Palestina

No campo prático das políticas públicas voltadas para a Amazônia, coordenada pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a colaboração da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e dos governos das unidades federativas da área, tivemos a 1ª. Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia (RIDA) no dia 3 de dezembro de 1966 em Manaus. A reunião se encerrou no dia 11, em Belém, após todos os participantes viajarem a bordo do navio “Rosa da Fonseca”.

Dessa reunião saiu o conjunto de leis criadas para disciplinar o desenvolvimento da Amazônia, entre as quais se destaca a Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966, que criou a SUDAM. Essa lei atribui a esse órgão, entre outras responsabilidades, elaborar, coordenar e promover a execução do Plano de Valorização da Amazônia.

Acreditava-se que essas medidas ajudariam a enfrentar a fase de industrialização que viria, já que era condição *sine qua non* para a valorização da Amazônia e do amazônida. Todavia, não havia a perspectiva da permanência, caso outra localidade se mostrasse mais vigorosa aos ganhos financeiros, mas era importante participar da construção econômica regional. Nesse sentido, a comunidade palestina, mesmo sem ter clareza do papel que teria frente à cidade, vislumbrava a importância da sua participação naquele momento. E foi assim que Ali trouxe Issa e Muhammad veio a convite de Zureiq, deixando Brasília para viver em Manaus.

Issa tornou-se mascate e Muhammad, ambulante. Para o primeiro, iniciava-se o período de “ouro” (1964 a 1984), com muitas possibilidades no Brasil. O trabalho se consolidava em conquista pessoal para todos, que, com o árduo trabalho, prosperavam e traziam mais pessoas para a nova terra.

Nesse período de crescimento econômico, é possível dizer que estavam no momento certo e com as pessoas certas, já que, segundo

Issa, eles participaram da reunião com o governador Arthur Reis. Posteriormente, ele também se reuniu com o presidente Castello Branco. E conforme nos relatou, havia rumores na cidade de que o Amazonas seria alugado para os norte-americanos, para que eles explorassem minerais no subsolo e a água doce da bacia amazônica. Segundo Issa, essa preocupação do governo militar estimulou a implantação de grandes projetos na Amazônia como uma forma de fomentar a economia.

Dessa forma, a Zona Franca, ao olhar de Ali, Muhammad e Issa, foi um marco importante, diante do qual Issa completou: “Sem ela, não éramos nada, e sem ela, seremos nada”. Nessa perspectiva do trabalho árduo, ocorreu uma pretensão institucional por parte dos gestores da cidade<sup>8</sup> em orientar e controlar o crescimento econômico com a inevitável explosão demográfica, fator que ocasionou a macrocefalia da capital<sup>9</sup> em relação aos municípios do interior do Amazonas.

Para todos os interlocutores, o estranhamento inicial foi recorrente. Foram unânimes em afirmar que o choque cultural ocorreu devido serem provenientes de uma área do interior da Palestina. Porém, mesmo com tantas diferenças, interessava a todos o propósito do “vencer”. E a práxis dos irmãos nas duas famílias (Yacub e Tarayra) revelou o sentido dos conflitos que se estabelecem no viver urbano, mas também permitiu a cada um a realização do processo de acumulação de capital, permitindo, que conquistassem uma das formas do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001), viabilizado pela criação da Zona Franca de Manaus. Assim, iniciam-se a

---

<sup>8</sup> Lei n. 1.033, que instituiu o Plano Diretor de Manaus em 12 de julho de 1968. Essa lei apresenta um plano dividido em quatro capítulos: o primeiro, que a institui como Plano Diretor de Manaus; o segundo, que marca suas diretrizes; o terceiro, sobre os órgãos executores; e finalmente o quarto, que trabalha suas disposições gerais.

<sup>9</sup> A cidade de Manaus absorveu a população migrante do interior do Estado e de outras regiões do Brasil, e aglutinou o comércio e os serviços em detrimento dos demais municípios, fato que ocasionou o desequilíbrio em sua rede urbana, tornando-se uma grande cidade sem o vínculo com cidades médias próximas, em termos demográficos.

adequação da simbologia trazida de longe, numa frenética combinação com os caminhos da lembrança, resguardando em parte, o passado em ações que se desdobram no presente.

Em Manaus, há um Festival Folclórico conhecido como Marquesiano<sup>10</sup>, em que ocorre um campeonato de danças internacionais. Há alguns grupos que dançam o *Dabke*, dentre eles os que dançam o *Dabke* Palestino “legítimo”, e é aqui que ocorre a sutil associação política por meio da música e da dança.

Muhammad explicou: “Realmente nós criamos isso naquele colégio Santa Cruz”. Relatou que, entre os anos de 1984-1985, houve um grupo de estudantes que perguntaram como eram as danças da terra deles, e mediante o interesse dos alunos, passaram a dar vídeos para ensaios dos interessados, doando também roupas e objetos, inclusive as bandeiras. Vale notar que eles continuam dançando com o apoio da comunidade palestina.

Mamoun revelou ser para ele algo significativo o tremular das bandeiras, já que, indiretamente, é uma forma de lembrar a Questão da Palestina e toda a luta do povo palestino por sua liberdade a partir dos sentidos, qualquer que seja o lugar em que se está.

Para nosso interlocutor importa impulsionar esse objetivo silencioso por meio da alegria da dança, que ao mesmo tempo revela o fausto desse novo trilhar, a partir das conquistas alcançadas por ele. Retomar a Questão da Palestina por meio da arte, ainda que seja na forma de uma intenção, necessária e imperativa, numa visão de mundo representativa, demonstra força e poder local, por meio do auxílio à causa, revelando também aprendizado no que foi realizado pela geração anterior.

---

<sup>10</sup> O nome do festival é atribuído em razão de o evento ocorrer na Escola Estadual de Tempo Integral Marquês de Santa Cruz, desde sua primeira edição, no ano de 1972. As apresentações artísticas e culturais contam, anualmente, com cerca de vinte grupos de dança, além dos convidados especiais. Os grupos de dança são avaliados por comissão julgadora composta por artistas e profissionais renomados no Amazonas e no Brasil. Essa comissão é levada a premiar, com troféus, os grupos concorrentes pela divisão de três categorias: regional, nacional e internacional.

Nesse caso, importa a busca por dignidade para o povo palestino, visando contribuir para a formalização do Estado-nação, por ora na condição de diáspora política, transformando-o numa realidade possível, representada metaforicamente nas bandeiras espalhadas por diferentes lugares.

Mamoun deseja que a cultura árabe seja forte em Manaus e que esteja totalmente disponível para quem quiser aprender, tanto as tradições, quanto a religião, ou qualquer que seja a nuance cultural. Muna completou dizendo que, querem a Escola de Interação, e estão buscando palestrantes, professores universitários para ajudar a construir a história da Palestina, que, segundo eles, não está disponível nos livros e, por isso mesmo, se não vão até lá, como é o caso dos nascidos no Brasil, não têm a chance de conhecê-la.

Com isso, ultrapassando a organização bilocal, os imigrantes palestinos e seus negócios interagem em Manaus e em qualquer lugar do mundo, presencial ou virtualmente, visto que o comércio segue sendo impessoal; pode-se comprar e vender de qualquer um, para além do território palestino. Em vista disso, a Amazônia, proporcionou uma trajetória econômica de sucesso para o grupo pesquisado e mantém a tradicional comercialização dos produtos, principalmente os importados, que surgem combinados com outras atividades econômicas, principalmente com as profissões liberais.

Aos que fincaram raízes na Amazônia no suspiro nacionalista, e tiveram crescimento econômico coletivo na década de 1960, coube participar na construção de parte da história da cidade, confirmando a questão norteadora da pesquisa, qual seja, o papel das redes familiares embasando o processo migratório da comunidade palestina em Manaus.

Dessa fôrma, os palestinos compõem uma imigração “recente” e dinâmica na cidade de Manaus, pois, mesmo que tenham sido auxiliados pela rede de patrícios, ou tendo sido intermediada a vinda por seus parentes, não são uma “leva” definida em seus contornos temporais. Mas mantêm uma continuidade nas redes de relações de patrícios de outras procedências árabes,

compartilhando muitas experiências, dentre elas, a ocupação inicial de mascate (JARDIM, 2007, p. 247).

Jardim (2007, p. 247) sustenta ainda que os palestinos são um terço da população refugiada no mundo, e a história de seus destierros, grosso modo, pode ser datada como uma imigração do pós-guerra, relativa à criação do Estado de Israel em 1948 – experiência que remete à perda de seus territórios em favor da colonização de Israel. No Brasil, a experiência dos imigrantes palestinos revela os nexos com outros conflitos de guerra, tal como a Guerra dos Seis Dias, em 1967 e a Intifada, em 1987, que marcou uma década de guerras civis, o que permite entender o ir e vir de familiares, que emigram precipitadamente e podem ter também suas viagens de visitas familiares limitadas, por conta da dificuldade de reingresso na terra natal de suas famílias.

Por isso, os palestinos se referem à experiência da diáspora quando lembram que há uma intenção de retorno idealizado ou programado. Seu transnacionalismo em nada se refere a ter um estilo de vida cosmopolita, de possuir um gosto puro e simples pelo deslocamento, mas sim ao fato de abrir novas rotas de trânsito (JARDIM, 2007, p. 264).

Isso porque, durante a *Nakba*, cerca de 500 aldeias e cidades palestinas foram despovoadas e destruídas, sendo reassentadas por imigrantes judeus, ou reconstruídas como cidades judaicas, recebendo nomes hebraicos. Todavia, os palestinos que deixaram suas casas entre 1947 e 1949 levaram as chaves na crença do retorno iminente. E essas chaves foram passadas de uma geração a outra, juntamente com as escrituras que levam os nomes das respectivas aldeias históricas palestinas, representando a memória coletiva do povo palestino, que reivindica o direito de viver nas terras de seus avós. A chave manteve e mantém viva a memória das casas e das aldeias ancestrais, ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, Sayad (2000) indica que a ideia de retorno, na verdade, se trata de um elemento constitutivo da migração e se encontra presente na maioria dos projetos migratórios, pressupondo as dimensões de tempo (passado e futuro), de territorialidade (o

lugar onde nasceu e a relação com o lugar que deixa) e suas afetividades (social e material), tudo relacionado no migrante.

O reencontro com a memória é permeado pelo estranhamento de já não se sentir parte dos familiares, do local de origem, devido ao tempo de ausência. Isso no presente, faz com que a vivência se dê de modo distinto, e mesmo que o projeto de retorno seja elaborado pela família e/ou pela comunidade, as experiências são vivenciadas de formas distintas nas trajetórias individuais. É o que Hall (2003, p. 415) chama de “estrangeiro familiar”, que remete ao íntimo conhecimento do lugar de origem e de onde se vive, mas que não se pertence completamente a nenhum deles. É a experiência diaspórica: longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda; perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada.

Assim, é possível afirmar que a comunidade tem mantido sua militância pela independência da Palestina, questão que demanda esforços, inclusive em comparecer nos eventos nacionais, como sessões plenárias do Senado Federal brasileiro. Isso porque a Palestina não está no mapa, mas os palestinos estão no mundo, e em Manaus fizeram e fazem a diferença, seja no âmbito comercial, seja no campo cultural manauara.

## **Conclusão**

O fato de os palestinos não terem uma perspectiva de retorno definitivo à Palestina, pelo menos a curto prazo, não significa dizer que não haja uma necessidade de lutar por uma reparação. Como constatado em Manaus, em diversos momentos, a construção simbólica da imagem da nação palestina é passada ao mundo e aos descendentes, denotando que a luta por um futuro deve continuar, para além da ausência na sua terra natal.

No Amazonas, a comunidade caminhou em sintonia com o constructo político-econômico regional, fundamental para suas conquistas individuais e coletivas. Mas, isso ocorreu concomitantemente junto às trajetórias de cada um e à construção



da comunidade, e fez com que, em meio às conquistas materiais, essa se fortalecesse e não deixasse no esquecimento a memória do conflito que balizou a emigração.

A situação de um considerável êxito econômico da primeira geração permitiu a construção de uma “ilusão migratória” de sucesso em Manaus, pois havia uma mobilização de contingentes que vinham em busca de uma possível prosperidade que a Zona Franca de Manaus poderia propiciar. E tal como relata Truzzi (2019), a acolhida dos que chegavam, através das redes de apoio, foi comum e muito importante entre os imigrantes libaneses em São Paulo, pois os que já estavam na cidade eram referência aos que se dispunham a vir. Em uma situação distinta dos que iniciaram a comunidade em Manaus, os que vieram posteriormente “chegaram com a ‘cama feita’, não começaram do zero”, como afirmou Muhammad. Embora a maioria dos interlocutores tenham destacado o êxito econômico naquele período de expansão da cidade, vale lembrar que numa economia capitalista, a reprodução da desigualdade é inerente a esse processo, e o sucesso econômico não é extensivo a todos os trabalhadores.

Em relação à cultura, é inegável a contribuição em sabores, crenças, ritmos, e o apelo histórico feito pelos interlocutores aos grupos de danças folclóricas internacionais da cidade. Ainda que esse gesto não seja percebido como político, ele traz uma forte conotação étnica identitária, valorizando e contribuindo para que a Palestina ocupada e o povo palestino sejam lembrados.

Para os palestinos amazonenses, isso significou participar de decisões que implicaram diretamente no reconhecimento do Estado-nação da Palestina, quando o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, defendeu a criação do Estado Palestino em convívio com o Estado de Israel. Na prática, a Embaixada Palestina no Brasil obteve o reconhecimento político legítimo de um chefe de Estado fora dos países árabes.

Quanto ao papel desempenhado pela Embaixada Palestina no Brasil, apontamos o fato dela fomentar a coesão com as Sociedades Árabes Palestinas existentes no país, que subsistem em

consonância com a Federação Árabe Palestina, pela qual estão representadas. Esse aporte político-econômico organizacional tem por função não deixar cair no esquecimento a *Nakba* palestina. Em vista disso, a hipótese verificada nesta pesquisa foi a ocorrência de constantes negociações nas redes familiares, fato que permitiu a organização da comunidade, seu crescimento e sua vinculação efetiva à vida manauara, por meio do *ethos* do trabalho e de suas práticas culturais. De um modo geral, enfatizamos a coragem do povo palestino, inclusive, o de emigrar em condições adversas, revelando a sua capacidade de superar desafios e de se reinventar na Amazônia.

Vale lembrar que a pandemia da covid-19, infelizmente, levou alguns personagens basilares da comunidade e certamente afetou todo o grupo, deixando em aberto os desdobramentos dessa história recente, cujo maior desafio que se coloca é a reconstrução da comunidade, conjugando interesses e pontos de vistas, às vezes, divergentes.

A história dos patriarcas registrada nesta pesquisa é tida por Mamoun como um modelo idealizador a ser seguido pelos descendentes. Isso dá uma conotação positiva à ancestralidade dentro do grupo, responsável também por elevar a autoestima da comunidade. Contudo, será necessário saber para quem a diáspora propagada faz sentido, uma vez que essa situação pode ter sido modificada entre os “pioneiros” e as gerações subsequentes. Nesse ínterim, cabe verificar se as gerações seguintes estão/estarão ou não conectadas com esse ideal diaspórico.

## Referências

- BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. (Coleção Typographos).
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BEZERRA JÚNIOR, Heleno Álvares. “Para além do trauma intransponível: novas reflexões sobre a diáspora em ficção contemporânea”. In.: **Diásporas e deslocamentos: travessias críticas** / Paulo César Oliveira, Shirley de Souza Gomes Carreira (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 11-30.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BRAH, Avtar. Diaspora, border and transnational identities. In: BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora: contesting identities**. Londres; Nova York: Routledge, 1996. p. 178-248.

BRAGA, Cláudio. Os contos diaspóricos de Chimamanda Ngozi Adichie: representações da experiência nigeriana nos Estados Unidos. In: OLIVEIRA, Paulo César; CARREIRA, Shirley de Souza Gomes (Org.). **Diásporas e deslocamentos: travessias críticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 31-54.

DARWICH, Mahmud. **Da presença da ausência**. Rio de Janeiro: Tabla, 2020.

DUFOIX, Stéphane. The Spaces of Dispersion. In: DUFOIX, Stéphane. **Diasporas**. Tradução: William Rodarmor. Berkeley: University of California Press, 2008. p. 35-58.

FÍGOLI, Leonardo Hipólito G.; VILELA, Elaine Meire. Migração internacional, multiculturalismo e identidade: sírios e libaneses em Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú, MG. **Anais [...]**. Disponível em: <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1292/1256>. Acesso em: 23 set. 2018.

HALL, Stuart. **Representation cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage, 1997. (Culture, media and identities).

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 25-50. (Humanitas).

JARDIM, Denise Fagundes. 2000. **Palestinos no Extremo Sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade – Chuí/RS**. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

JARDIM, Denise Fagundes. Estratégias da imigração em tempos de globalização: os palestinos e suas viagens internacionais. *In*: JARDIM, Denise Fagundes (org.). **Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 245-267.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados – Manaus**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>. Acesso em: 13 jun. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], 2002, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7yt/>. Acesso em: 5 ago. 2017.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL-MEC, 1980. (Coleção Documentos Brasileiros).

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314.

ORTNER, Sherry B. Documenta: Teoria na Antropologia desde os anos 60. **Mana**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PETERS, John Durham. Exile, nomadism, and diaspora. *In*: NAFICY, Hamid (ed.). **Home exile, homeland: film, media, and the politics of place**. New York: Routledge, 1999. p. 17-41.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia – Revista do Migrante**, [s. l.], n. Especial, p. 7-10, 2000. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/449>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SCHNEIDER, David M. **Parentesco americano**: uma exposição cultural. Tradução: Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Coleção Antropologia).

SILVA, S. A.; ASSIS, G. O (Orgs). **Em busca do Eldorado**: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus, EDUA, 2016.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Sírios e libaneses no oeste paulista – décadas de 1880 a 1950. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, v. 36, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sf95nNCvLpJBqKbqqqPKMhQ/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

VERTOVEC, Steven. Three Meanings of “Diaspora”, Exemplified among South Asian Religions. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**. University of Toronto Press. Volume 6, Number 3, p. 277-299, Winter 1997.

## 2.

### **De *Kuña* a *Kuña Kuéra* – notas sobre gênero, mulheres e etnologia guarani**

Lauriene Seraguza<sup>1</sup>

Noêmia Moura<sup>2</sup>

#### **Introdução**

Este texto traz reflexões elaboradas por duas mulheres antropólogas a partir das experiências vividas com os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul, como aliadas, parceiras, pesquisadoras e professoras com estes indígenas. A relação das autoras se fortalece no espaço compartilhado de trabalho da recém-criada Licenciatura Intercultural Indígena, na Universidade Federal da Grande Dourados, a partir de 2007 e contém as inúmeras inquietações acerca de gênero que afetaram as autoras ao longo de suas jornadas, desde o gênero das próprias pesquisadoras em campo ao de nossas amigas guarani e kaiowa, muitas vezes nossas alunas, parceiras e interlocutoras de nossas pesquisas.

Dessa maneira, buscaremos articular as discussões realizadas por Lauriene Seraguza entre o mestrado, orientado e inspirado com Noêmia Moura na primeira turma do PPGANT/UFGD (2013) e tais

---

<sup>1</sup> Antropóloga, doutora em antropologia (USP), professora da Faculdade Intercultural Indígena e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Orcid <https://orcid.org/0000-0001-9825-6626> E-mail: [seraguza@gmail.com](mailto:seraguza@gmail.com)

<sup>2</sup> Cientista Social, historiadora e professora do curso de Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1443-5569> E-mail: [noemiamoura@ufgd.edu.br](mailto:noemiamoura@ufgd.edu.br)

experiências referidas e o doutorado, orientado por Márcio Silva no PPGAS/USP (2023) que aprofunda algumas reflexões acerca das mulheres, a política e as relações de gênero estabelecidas nos mundos guarani.

Os Kaiowa e Guarani, atualmente, ultrapassam as estimativas de 60 mil pessoas no Mato Grosso do Sul e ocupam mais de 80 áreas, homologadas ou em estudo, em bairros urbanos, em acampamentos e retomadas em áreas de reivindicação (MAPA GUARANI, 2016). Destas, ao menos 60 são áreas de retomadas, em conflito fundiário, e que ainda aguardam os estudos para demarcação e homologação como Terra Indígena, em promessas adiadas pelo Estado brasileiro.

A configuração de Terra Indígena em Mato Grosso do Sul é composta pela presença das Reservas, demarcadas entre 1915 e 1928, pelas terras demarcadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e das áreas reivindicadas como retomadas a partir dos anos 1970, ainda sem reconhecimento oficial. Especificar essa configuração é considerar o processo histórico que é transformador do cotidiano indígena, alterando seus modos de ser e se relacionar com os seus e o seu entorno. É também reconhecer o esforço de luta de homens e mulheres, insistentemente batendo à porta dos poderes públicos e cobrando seus direitos.

A presença constante de carroças puxadas por cavalos, controlados por mulheres e crianças indígenas, percorrendo o centro comercial de Dourados, Mato Grosso do Sul/MS, aconchegadas às sombras das árvores dessa cidade nos dias quentes; crianças indígenas a procura de “pão ou alguma coisa”, vendendo milho ou mandioca, são situações corriqueiras no cotidiano dos douradenses, cidade de maior concentração da população Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. A resistência de parte da sociedade não indígena douradense em relação às mulheres e demais indígenas Guarani e Kaiowa do entorno leva a questionar quem são essas mulheres e desperta a curiosidade de saber mais sobre o modo de ser e de viver dessas indígenas (SERAGUZA, 2013).

Centrar nessas mulheres e na cosmologia kaiowa e guarani, sublinhar as vozes e as relações estabelecidas por elas – é necessário para a consideração de que, quando se fala em gênero, fala-se em homens e mulheres. No entanto, na história da Antropologia, especialmente da Etnologia Indígena, falar de mulheres e com mulheres nem sempre foi a tônica do discurso.

### **Olhar, escutar e escrever com e como mulheres**

Na etnologia sul-americana, em geral, é possível perceber uma concentração na socialidade masculina ou, aproximando essa proposição às considerações da antropóloga Marilyn Strathern (1995) sobre a produção e reprodução feminina, na não criação da “cultura” ou da “sociedade” por parte das mulheres (STRATHERN, 1995, p.316). Nesses estudos, as mulheres foram apresentadas majoritariamente vinculadas aos aspectos gerais da organização social, dos coletivos étnicos, quiçá pelo olhar e entrada em campo do próprio pesquisador/antropólogo – recorrentemente no masculino.

Nos últimos anos, houve uma aparente preocupação crescente de produções na antropologia com as mulheres indígenas. Entretanto, por mais que isso possa parecer uma novidade, não o é, já que as primeiras produções etnográficas com mulheres indígenas nas terras baixas da América do Sul foram realizadas a partir dos anos de 1950, resultados de prolongados períodos de campo e tomavam por foco principal aspectos da sexualidade em rituais e mitologias (BELAUNDE, 2015). Apenas nas últimas décadas é que o tema tomou assento nas esteiras das preocupações etnológicas, como não deixam dúvidas as contribuições de Lea (1994, 2012), Franchetto (1996), McCallum (1999, 2001) entre outros/as.

Frente a isso, sugerimos que a pesquisa etnográfica com mulheres indígenas proporcione outras percepções sobre a política, o parentesco e a produção de pessoas. Partimos do pressuposto, compartilhado pela antropóloga Luisa Elvira Belaunde, “de que a sexualidade coloca em movimento uma abertura à alteridade,



corporal, social e temporal, nos convida a pensar as possíveis interconexões entre as cosmologias indígenas e a produção de subjetividades diferenciadas, genderizadas e vivenciadas no desejo por outrem.” (BELAUNDE, 2015, p.399).

Nas etnografias sobre os povos falantes de Guarani em Mato Grosso do Sul, as mulheres aparecem, até 2013<sup>3</sup>, em breves momentos nas etnografias locais onde, na maioria das vezes, são percebidas em suas relações com os outros, nas descrições da vida social e nos aspectos cosmológicos. Isso pode ser verificado em Graciela Chamorro (1995), Egon Schaden (1974), Levi Marques Pereira (1999, 2004a, 2004 b, 2010, 2011), Antônio Brand (1997), Fabio Mura (2004), Bartomeu Melià (1987, 2008), Veronice Rossato (2002), Tónico Benites (2009) e Izaque João (2011). Poucos estudiosos se debruçaram sobre a temática feminina kaiowa e guarani em Mato Grosso do Sul.

Dentre esses, Pereira (2008) discutiu em seu trabalho de pós-doutorado as relações de gênero e geração entre esses coletivos étnicos. Pode ser encontrado em Vietta (2007) referências às mulheres nos aspectos gerais de sua etnografia e, em específico, *ao kuñague ka’u*, um ritual relacionado as mulheres kaiowa na terra indígena Panambizinho, descrito em sua tese de doutoramento. A antropóloga também discute os dados e reflexões de Deise Lucy Montardo (2002) acerca de sua descrição sobre as composições da música guarani, a partir do processo de iniciação ao xamanismo de uma rezadora kaiowa em Mato Grosso do Sul. Chamorro (2008) dedica um subitem da segunda parte de seu livro “Terra Madura” para tratar da temática, entremeada com a discussão “religiosa”.

A preocupação em estudar as mulheres dos coletivos étnicos falantes de Guarani são presentes em bibliografias de outros cenários etnográficos, como os registros entre os Guarani Mbya, do

---

<sup>3</sup> Com as produções de Lauriene Seraguza (2013) e Mariana Pereira Silva (2013), muitas outras produções centradas nas mulheres foram elaboradas no contexto kaiowa e guarani, entre elas, Nívia Santos (2018), Marta Soares (2018), Priscila Anzoategui (2017), Lucia Pereira (2021), Sandra Benites (2018), Valdelice Veron (2018) e o interesse etnográfico na temática se mostra em crescimento constante.

sudeste e sul do Brasil. Isso pode ser identificado nos trabalhos de Pissolato (2007), Albernaz (2009), Prates (2009), Mendes Júnior (2009), Melo (2008), Mello (2009), Macedo (2009, 2011, 2022), Aranha (2018), Ciccarone (2001), Signori (2022).

Adentrar no mundo das diversas etnografias dos falantes de Guarani é deparar-se com um universo dissecado em vários momentos; é deparar-se com o desafio de trazer outros olhares para a etnologia indígena. O termo mulheres é utilizado sem ambicioná-lo enquanto categoria universalizadora. Dialogamos com mulheres distintas entre si e entre nós, constituídas de experiências individuais, mas não descoladas do coletivo. Trata-se de formas possíveis de ser mulher no coletivo.

Seria uma justificativa para a concentração na socialidade masculina decorrente do sexo do antropólogo, isto é, homens falam com homens e mulheres com mulheres? Ou poderia ser, então, a assimilação da mulher nas narrativas cosmológicas de descaminhos da humanidade, a “culpada inconsciente”? Ou ainda, a divisão ocidental setentista entre os domínios “públicos” e “privados”, “com o uma ferramenta de discriminação analítica com potencial universalizador” (STRATHERN, 2006, p.126)?

Quando utilizamos a categoria gênero, propomos extrapolar esta ordem e dualidade e, conforme sublinha Marilyn Strathern (2006, p.88) acerca das sociedades nas Terras Altas da Papua Nova Guiné, onde for possível, sugerir uma aproximação com as sociedades de falantes de Guarani, nas quais “[...] as formas da vida coletiva estão intimamente ligadas aos construtos de parentesco familiar. Mas, isso é muito diferente de sugerir que a vida pública (“sociedade”) seja a vida doméstica (“parentesco”) em maior escala”.

Entre os Kaiowa e Guarani, essa dualidade, a da vida pública e privada, não corresponde à realidade dos grupos, diante da “complementariedade” desejada nas relações, em que a vida social das mulheres compreende a dos homens, e o contrário também. Isto, segundo Luisa Elvira Belaunde (2016, p.11), “Não é porque os homens e as mulheres são complementares, é justamente por não serem complementares que a complementaridade é um desejo, uma

prática, algo a ser realizado”. Para Cariaga, essa composição se dá para além da conjugalidade, mas na composição entre os modos de ser e saber de homens e mulheres dentro do âmbito do parentesco (CARIAGA, 2019). De certa maneira, entre os Kaiowa e Guarani, homens e mulheres são considerados “opostos equivalentes e assimétricos” (PEREIRA, 2008, SERAGUZA, 2013, 2023).

Essa teoria do gênero pensada entre os Kaiowa e Guarani, se apresenta a partir da existência de *Mba'ekuaa*, um terceiro vivente que existiu no primeiro mundo, traduzido em língua portuguesa como “aquele que tudo sabe”. Este ser é acusado do desequilíbrio entre o Primeiro Pai e a Primeira Mãe na ontologia destes indígenas e traz à tona a ideia de uma suposta ignorância da paternidade dos heróis míticos deste coletivo étnico. A temática da ignorância da paternidade é elencada entre os temas clássicos da Antropologia e foi abordada em Edmund Leach (1971), Lévi-Strauss (2011) e Marilyn Strathern (1995). Sendo assim, percebemos homens e mulheres, tal qual o proposto por Pereira (2008), como “opostos equivalentes e assimétricos”, observando a mulher, *kuña*, como a personificação de uma alteridade e, por vezes, o excesso dela, *Aña* (SERAGUZA, 2013).

A concentração dos estudos etnográficos a partir da socialidade masculina é o gancho e o gargalo para as teorias de gênero na Antropologia, bem como a possibilidade de percepção de um conceito nativo sobre as relações de gênero. A alteridade está imbricada na condição de ser mulher entre os Kaiowa e Guarani.

É possível perceber isso, a partir da proposta de *Ore* e *Pavẽ*, apontada por Pereira, em que o *ore* remete ao universo feminino e o *pavẽ*, ao masculino ou, em suas palavras, “A maior parte do tempo a sociedade presentifica o princípio *ore*, o que faz da sociedade um ambiente feminino por excelência. O princípio *pavẽ* só eclode em lampejos esporádicos, fulgurantes, mas efêmeros: os rituais religiosos.” (PEREIRA, 1999, p.196).

Entre os Mebengokre é possível identificar relações próximas, como registrou Vanessa Lea:

Na sociedade Mebengokre, a relação entre os sexos é assimétrica, mas não se pode simplesmente rotular as mulheres como subordinadas, oprimidas, ou dominadas, porque uma interpretação totalizante seria simplória ou insatisfatória. Dummont [...] refinou o conceito de hierarquia, definindo-o em termos de englobamento, o que permite conceber uma esfera ou uma lógica feminina como alternadamente englobando ou sendo englobada pela esfera ou lógica masculina[...] (LEA, 1994, p.86).

A concentração dos estudos em etnologia indígena a partir dos olhares masculinos, identificada também nos estudos amazônicos (BELAUNDE, 2005), sugere algo que sinaliza para a categoria de “gênero”, cuja principal significação nos remete ao clássico artigo de Joan Scott (2012[1990]). Para ela se trata de uma categoria voltada à compreensão de como as relações de poder são produzidas a partir das diferenças postas no “sexo”. Se não, vejamos:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT,2012[1990], p.21).

Gênero engendra relações de socialidade e sugere uma demarcação de “diferentes tipos de atuação (*agency*)” (STRATHERN, 2006, p.153). Partimos do pressuposto, tal qual Strathern (2006), da qualificação de “[...] sociais as espécies de relações que as pessoas estabelecem entre si, sua capacidade de influência e efetividade, as obrigações, restrições e poderes que essas interações determinam, então, [...] os homens e as mulheres surgem desses estudos, de maneira igualitária como atores sociais.” (STRATHERN, 2006, p.151).

Sendo “atores sociais” de maneira igualitária, não concebemos a mulher kaiowa e guarani como um dado biológico naturalmente dado, ou igual a nós, pois os modos de vida, concepção da pessoa e “fabricação dos corpos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), são distintos em nossas sociedades. A noção, por meio da qual deslizamos ao longo deste texto, alia a que até aqui foi pontuado sobre a categoria gênero com aquela pautada na sexualidade como um lócus produtor de saber-poder em termos foucaultianos.

Em uma de suas reflexões sobre poder e corpo, Michel Foucault parece reiterar o que antes fora colocado como crítica às abordagens de gênero e quiçá feministas, em especial, no movimento de centrar a discussão no biológico/cultural, transpondo nossas visões ocidentais para sociedades outras, como as indígenas: “o poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (FOUCAULT, 2001, p.148-149).

Nesse sentido, a categoria gênero vem sendo problematizada na antropologia, sobretudo a partir das críticas e contribuições de Annette Weiner (1992) e Marilyn Strathern (2006), que preconizam a necessidade de sua atualização na sociedade estudada, a partir do pressuposto de que gênero é uma categoria ocidental. Assim, dizer que gênero e sexualidade como difundido nas teorias não indígenas não existem, não parece ser tão distante diante do contexto que acabamos de apresentar, mas de modo algum significa a inexistência dessas relações. Ao contrário, as relações de gênero estão postas e é preciso atenção para lidar com elas.

A princípio, parece ser recomendável partir do pressuposto da não fixidez destes conceitos, nem gênero, nem sexualidade, nem mesmo mulher. Segundo Belaunde, “você é feminina na medida que você faz coisas femininas e não porque você nasce com um corpo pré-determinado feminino ou porque existe uma substância feminina. É a maneira de se viver que vai gerar essa feminilidade” (BELAUNDE, 2016, p.9). Ou seja, se é mulher porque se faz coisas de

mulheres, mas é um estado de devir. E nos mundos indígenas, só se é, porque se faz acontecer.

### **Pensar com as mulheres na Etnologia Guarani**

A reflexão sobre a pesquisa antropológica com mulheres guarani é fundamental para a produção de uma teoria etnográfica com as mulheres e de seus modos de vida, o *kuña kuéra reko*. Dessa maneira, é possível observar as mulheres como protagonistas da criação e recriação da vida nos tempos de fins – da invasão do Estado nos territórios indígenas, do esbulho de suas terras que gera uma violência crescente –, bem como, o doméstico como lugar privilegiado para se observar a política e o próprio protagonismo das mulheres no fazer político guarani e kaiowa. As mulheres arrematam as pessoas a partir de suas palavras, moldadas pelas suas próprias substâncias, inspiradas pelas divindades, pelas suas experiências e pela escuta à experiência dos mais velhos, mas isso só pode ser observável na intimidade e no convívio (SERAGUZA, 2023).

As perguntas a serem feitas às mulheres indígenas também devem ser outras, e, para ter outras respostas, é preciso nos despir das nossas preconceções do que se é e do que se tem expectativa. Tais provocações possibilitam pensar as negociações realizadas nas relações de gênero estabelecidas como composições, conexões possíveis e parciais, experimentações; como política. Essas questões podem nos conduzir a uma outra compressão das categorias de gênero e sexualidade entre os povos indígenas e produzir efeitos no que chamamos de política, nos modos de fazê-la e na percepção de suas (seus) protagonistas. É possível pensar a agência das relações de gênero e de sexualidade como modos específicos de fazer política feminina ameríndia, de produzir corpos e pessoas, de criar a vida social.

Mas, se o ser mulher indígena, em sua multiplicidade, não pode ser fixo, muito menos o ser mulher não indígena etnóloga em campo, o que nos exige uma série de deslocamentos,

transformações e engajamentos para o trabalho com as mulheres. Deslocar as categorias e atualizá-las conforme as compreensões do coletivo que se estuda talvez seja um outro desafio teórico-metodológico da pesquisa de campo com mulheres indígenas, mas é preciso ter em mente que "[...] não é necessário ser stratherniano, eu acho que é necessário gostar das mulheres, gostar de estar com elas, gostar das coisas que elas gostam. Isso é mais importante, curtir o que elas curtem, ou chorar com elas, aí é que a gente vê este dia a dia, faz boa etnografia e contribui para a renovação da teoria antropológica" (BELAUNDE, 2015, p.22).

Descentralizar nossas percepções de mundo frente às múltiplas violências a que mulheres historicamente são submetidas, da agressão, morte, à "simples" interrupções de falas são desafios para estar em campo e fazer desta estadia prazerosa, construir relações alegres a partir da pesquisa, e ainda "[...] se deixar transformar, se deixar levar. Não é se posicionar como uma mulher, mas é entrar nos processos em que pessoas com que a gente queira estar também estão [...]" (BELAUNDE, 2016, p.21). Dessa forma, é possível colocar sob suspeição nossas compreensões dos modos de ser mulher e a necessidade de determinadas respostas às nossas perguntas realizadas em trabalho de campo (SERAGUZA, 2017).

A tentativa de reposicionar as mulheres no contexto das produções documentais e científicas produzidas sobre o povo Guarani pode parecer ousadia, mas também se trata de justiça e reparação histórica e etnográfica com as mulheres indígenas, com as mulheres antropólogas e as mulheres indigenistas na história dos povos indígenas, da política indigenista e da produção antropológica no Brasil.

Por conseguinte, se cabe às mulheres o compartilhamento dos ensinamentos da vida, cabe a elas a delineação dos estilos que se acentuam no cotidiano da organização social desses indígenas (SERAGUZA, 2023). Diz-se em Guarani *kuña kuéra laja reta*, muitos estilos têm as mulheres, e todos eles compõem o que aqui percebo como *kuña kuéra reko*. Trazer trajetórias de mulheres, em sua multiplicidade, possibilita a compreensão de que existem formas

de ser e agir específicas de diferenciação em relação às famílias e que o *kuña kuéra reko* é composto por vários *kuña kuéra laja reta*, mostrando a diversidade na produção das pessoas e na composição das parentelas.

Isso é percebido também em Tônico Benites (2009), que, sem o foco etnográfico voltado para as mulheres, traduz *teko laja kuéra* como “um modo de ser peculiar” de diferenciação, que segundo ele compõe “[...] uma realidade contemporânea como sendo caracterizada pelo *teko reta*: o modo de ser múltiplo de conjuntos dessas famílias indígenas kaiowá. O *teko reta* continua sendo, no entanto, um *ñande reko*, um “nosso modo de ser”, sempre contraposto ao *karai kuéra reko*, modo de ser do não-índio.” (BENITES, 2009, p.20).

Essa diferença, desenhada nos discursos guarani e kaiowá, é produzida a partir de seus exercícios de produção corporal, em que se alinham corpo e palavra – onde o corpo é pensado em conjunto com a parcela imaterial que compõe o ser, configurando-se enquanto categoria de pensamento, cuja materialização é experimentada junto aos seus esforços durante suas lutas cotidianas. Todos os estilos femininos se configuram também de acordo com um saber local, marcado pelas vivências e experiências da família, mas todos eles compõem o que aqui percebemos como *kuña kuéra reko* (SERAGUZA, 2023).

Observar a intimidade, perceber a produção do cotidiano, por muito tempo, não foi o foco das pesquisas em etnologia indígena, o que pode justificar a ausência das mulheres kaiowa e guarani como protagonistas dos muitos estudos etnográficos produzidos sobre e com estes coletivos étnicos. Focalizar na produção do cotidiano pode ser uma estratégia para perceber as relações de gênero, assim como o enfoque nas práticas rituais que converge para a relação das mulheres kaiowa e guarani com a cosmologia desses coletivos. A necessidade e o prestígio do casal, herança mítica, sugerem a harmonização e o equilíbrio na vida social dos Kaiowa e Guarani, bem como a concepção do desejo da complementaridade em suas relações de gênero. A *ñe ã* - palavra-



espírito-alma, eminente que possui a mulher faz com que permaneça, por vezes, no espaço da convivialidade do “fogo doméstico”, pois, fora dali, pode “ofender”, comprometendo a parentela, sendo identificada, por isso, ora como um afim real, ora como um inimigo real (SERAGUZA, 2023, SERAGUZA, 2013).

Por mais que vivam em uma mesma área e sejam falantes de uma mesma língua, os processos de educação indígena, apreendidos no interior da parentela, falam alto quando colocados em destaques, seja pela participação nas igrejas, no domínio da medicina nativa, nas escolas ou nas práticas agrícolas. No entanto, de qualquer maneira, tais diferenças oriundas da educação indígena do “fogo doméstico” e da intimidade se ocultam nas relações de reciprocidade, produto de uma política na qual todos se tornam “parentes”.

### **Considerações Finais**

As reflexões aqui apresentadas apontam para a multiplicidade na constituição das aldeias guarani e kaiowa em Mato Grosso do Sul e para a distinção das famílias, os *laja*, ou *reta*, os estilos que fazem com que cada kaiowa e cada guarani reconheçam os chefes da sua família como suas lideranças e reconheçam as mulheres como as “donas do fogo” (SERAGUZA, 2023).

O pouco destaque dado às mulheres, percebido na etnologia indígena sul mato-grossense, assim como a percepção de outros desfechos cosmológicos nas narrativas circuladas entre as mulheres kaiowa e guarani em Mato Grosso do Sul (SERAGUZA, 2013), sugerem uma transformação ocasionada a partir da convivialidade nas parentelas, nas relações das mulheres com humanos e não humanos que povoam o entorno, com a fabricação do corpo e a concepção da pessoa, com a alteridade – relações produzidas a partir da vida social, terrena e cósmica.

A ênfase na produção do cotidiano (OVERING, 1999) demonstra-se eficiente em relação à justificativa da concentração na socialidade masculina nas etnografias sobre Kaiowa e Guarani em

Mato Grosso do Sul. Foi a participação nesse cotidiano que permeia homens e mulheres, e estas, no protagonismo da comensalidade, da medicina tradicional, do controle do “fogo doméstico” (PEREIRA, 2004), que um movimento na organização social e na cosmologia pode ser visto sob a luz das teorias de gênero, flexionadas para a atualização e a percepção desta categoria (STRATHERN, 2006) entre os Kaiowa e Guarani.

Esses movimentos na organização social referem-se, de maneira geral, à atuação feminina nos espaços de decisão na parentela, proporcionados diante de sua inserção entre os espaços não indígenas de trabalho, de produção intelectual, de saúde pública, da escola, de trabalho remunerado e de luta indígena, como a luta pela demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul, demonstrando a habilidade das mulheres nos trâmites do mundo indígena e não indígena.

No diálogo com as mulheres, evidenciamos aspectos pouco conhecidos de sua presença no mundo, humano e não humano, em detrimento do homem kaiowa e guarani, magnificado, de certa maneira, nesses âmbitos por antropólogos, linguistas, historiadores e indigenistas.

Assim, privilegiar interlocutoras mulheres significa possibilitar a investigação de outros aspectos da vida social, nos patamares terrenos e celestes. Considerar o viés de gênero nas etnografias produzidas em Mato Grosso do Sul, falar de homens, mulheres e crianças, é relevante do ponto de vista etnográfico, apontando para a existência de outros mundos guarani. O cotidiano das mulheres sugere a complexidade da organização social, a produção e reprodução da vida social, bem como, a relação com as práticas rituais e com o universo cosmológico.

Esses caminhos apontados auxiliam na compreensão das mulheres como um feixe das relações entre os Guarani e Kaiowa, mostrando que elas conectam as famílias a lugares e a questões intimamente ligadas ao cotidiano, alimentando suas redes de relações que contribuem com a retomada das suas redes de parentesco, seus conhecimentos e valores, a partir de uma maneira

específica de fazer política que compõe os modos de ser mulheres (*kuña kuéra reko*) entre os Guarani (SERAGUZA, 2023).

## Referências

ALBERNAZ, Adriana Cristina Repelevickz de. **Antropologia, Histórias e Temporalidades entre os Ava-Guarani de Oco'y (PR)**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

ANZOATEGUI, Priscila de Santana. **“Somos Todas Guarani-Kaiowá”**: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. Dissertação de mestrado em antropologia. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017.

ARANHA, Aline O. **Inspirações sobre o fazer(-se) polític@ entre os Guarani-Mbyá**. 2018. 348 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2018.

BELAUNDE, Luisa; DAINESE, Grazielle; SERAGUZA, Lauriene. Sobre gêneros, arte, sexualidade e a falibilidade desses e de outros conceitos: Entrevista com Luisa Elvira Belaunde Olschewski. **Revista Ñanduty**, Dourados, v.5, p.286 - 308, 2016.

BELAUNDE, Luisa Elvira. A força dos pensamentos, o fedor do sangue. Hematologia e gênero na Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 205-43, jan./jun. 2006.

BELAUNDE, Luisa Elvira. **El recuerdo de la luna. Género, sangre y memoria entre los pueblos amazónicos**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, Unidade de Pos Grados de Ciencias Sociales, 2005.

BELAUNDE, Luisa Elvira. O estudo da sexualidade na etnologia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 399-411, 2015.

BENITES, Eliel; SERAGUZA, Lauriene. Levantar gente, Levantar terra: lutas pela terra e resistências como modos de vida entre os Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. **Anais CIPIAL**, 2019.

Disponível em: Levantar gente, Levantar terra: lutas pela terra e resistências como modos de vida entre os Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul – Anais do 3º congresso internacional povos indígenas da America latina (congressopovosindigenas.net)

BENITES, Sandra. **Viver na língua guarani**: mulher falando. Dissertação de mestrado em antropologia, Museu Nacional, UFRJ, 2018.

BENITES, Tônico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese de doutorado, Museu Nacional, UFRJ, 2014.

BENITES, Tônico. **A Escola na Ótica dos Avá Kaiowá**: impactos e interpretações indígenas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2009.

BRAND, Antonio Jacob. **O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Tese de Doutorado em História, Porto Alegre: PUC/RS, 1997, 378p.

BRAND, Antonio Jacob. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi-Kaiowá**. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 1993.

CARIAGA, Diógenes Egídio. **Relações e Diferenças: a ação política kaiowa e suas partes**. Tese de doutorado em antropologia social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2019.

CHAMORRO, Cândida G. A. **Terra Madura, yvy araguayje**: fundamento da palavra guarani. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2008.

CHAMORRO, Cândida G. **Kurusu Ñe'ëngatu: palavras que la história no podría olvidar**. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos/Instituto Ecumênico de Posgrado/COMIN, 1995.

CICCARONE, Celeste. **Drama e Sensibilidade**: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC/SP, 2001.

CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e Temporalidade Kaiowá**: Do Tekoha À “reserva”, Do Tekoharã Ao Tekoha. Tese de doutorado apresentada no programa de pós graduação em História, UFGD, 2015.

FERREIRA, Marta Soares. **Kuñangue Ñandesy: Os Kaiowá De Aral Moreira Entre Conflitos E Resistências Para Manter Seus Modos De Ser.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UNIOESTE, 2018.

FOUCAULT, Michel. "Poder-corpo". In: **A microfísica do poder.** 16ª edição. RJ: Graal, 2001.

FRANCHETTO, Bruna. Mulheres entre o Kuikuro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v4, n. 1, p. 35-54, 1996.

JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual jerosy puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul.** Dissertação de Mestrado em História. Dourados: UFGD, 2011.

LEA, Vanessa. Desnaturalizando gênero na sociedade Mëbengôkre. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 176-194, 1999.

LEA, Vanessa. Gênero Feminino Mebengokre (Kayapó): desvelando representações desgastadas. **Cadernos Pagu**, Campinas, (3), p. 85–116, 1994.

LEACH, Edmund. **Genesis as myth and other essays.** London: Cape Editions, 1971.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Problemas do Mundo Moderno.** São Paulo: Cosac Nayf, 2011.

MACEDO, Valéria M. **Nexos da diferença: cultura e afecção em uma aldeia Guarani na Serra do Mar.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACEDO, Valéria. Jepota e aguyje entre os Guarani. O desejo da carne e da palavra. **35º Encontro Anual da ANPOCS.** Caxambu, MG, 2011.

MCCALLUM, Cecília. **Gender and sociality in Amazonia. How people are made.** Oxford and New York, Berg Editorial Office, 2001.

MCCALLUM, Cecília. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, p. 157-175, 1999.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Paz. **Los Pãi-Tavyterã- Etnografia Guarani del Paraguay Contemporáneo.**

Asunción: Centro de Estudios Antropológicos. Universidad Católica “N. S. de la Asunción”, 1998.

MELLO, Flávia C. **Aetcha Nhanderukuery Karai Retará. Entre deuses e animais: Xamanismo, Parentesco e Transformações entre os Chiripá e Mbyá Guarani.** 2006. 300 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Santa Catarina, 2006.

MELO, Clarice Rocha de. **Corpos que falam em silêncio - Escola, Corpo e Tempo entre os Guarani.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis/SC: UFSC, 2008. 146 p.

MENDES JUNIOR, Rafael Fernandes. **Os animais são muito mais do que algo somente bom para comer.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **Através do M'baraká: música e xamanismo guarani.** Tese de doutorado em Antropologia. São Paulo: USP, 2002. 276 p.

MOURA, Noêmia Pereira. **O Processo de Terenização do Cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX.** Tese de Doutorado em Antropologia. Campinas: UNICAMP/SP, 2009.

MOURA, Noêmia Pereira; MILITÃO, Andrea N. Implementação da educação escolar indígena Guarani/Kaiowá no território etnoeducacional Cone Sul. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 10, p. e019013, 2019. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v10i0.8219. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8219>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MURA, Fábio. 2006 [2019]. **À procura do “bom viver”. Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Programa de Pós Graduação em Antropologia. Rio de Janeiro.

OVERING, Joanna. A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, p. 7-33, 1991.

OVERING, Joanna. O Mito como História: um problema de Tempo, Realidade e outras Questões. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 107-140, 1995.

OVERING, Joanna. Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica. **Mana**, Rio de Janeiro, v.5, n. 1, p. 81-107, 1999.

PEREIRA, Levi M. A socialidade da família Kaiowa: relações geracionais e de gênero no microcosmo da vida social. Temáticas. **Revista dos pós-graduandos em Ciências Sociais IFCH**, Campinas, SP, ano 16, n. 31/32, 2008.

PEREIRA, Levi Marques. A criança Kaiowa, o fogo doméstico e o mundo dos parentes. Espaços de sociabilidade infantil. **Anais 32 Encontro da ANPOCS**, 2008.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Levi Marques. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: SILVA, Aracy Lopes; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Angela. (Orgs.). **Crianças Indígenas. Ensaios Antropológicos**. FAPESP/Global Editora/ MARI, SP, 2002.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Kaiowa em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Editora UFGD, Dourados, MS, 2016.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/ UNICAMP, Campinas, 1999.

PISSOLATO, Elizabeth. **A Duração da Pessoa – mobilidade, parentesco e xamanismo M'bya (Guarani)**. São Paulo: Editora Unesp/ISA, Rio de Janeiro: NuTI, 2007.

PISSOLATO, Elizabeth. Gênero, Casamento e Trocas com Brancos. In: SACCHI, Angela; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs). **Gênero e Povos Indígenas**. Museu do índio, FUNAI, 2012.

PRATES, Maria Paula. **Dualidade, Pessoa e Transformação - relações sóciocosmológicas m'bya no contexto de três aldeias**

RS/Brasil. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFRG, Porto Alegre, 2009.

ROSSATO, Veronice Lovato. **Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: Será o 'letrão' ainda um dos nossos?**. Dissertação de Mestrado em Educação. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2002. 169p.

SANTOS, Nívia Maria Trindade dos. **As trajetórias das mulheres intelectuais indígenas no ensino superior: experiências das Kaiowá e Guarani na Licenciatura Intercultural – Teko Arandu/ UFGD**. Dissertação de Mestrado em antropologia, UFGD. 2018.

SEEGER, Antony, VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DA MATTA, Roberto. A Fabricação dos corpos nas sociedades indígenas no Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 32, 1979.

SERAGUZA, Lauriene. 2023. **As Donas do Fogo - política e parentesco nos mundos guarani**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da USP.

SERAGUZA, Lauriene. (2018). Fazer-se antropóloga na terra do agronegócio: adversidades e desafios no trabalho antropológico em Mato Grosso do Sul. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), 27(1), 335-349. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v27i1p335-349>.

SERAGUZA, Lauriene & PEREIRA, Levi Marques (orgs.). **Etnologia Guarani – diálogos e contribuições**. Dourados, MS, EDUFGD, 2022. Disponível em: Etnologia Guarani: diálogos e contribuições | Portal de Livros Abertos da Editora da UFGD.

SERAGUZA, Lauriene. Cosmologia e Sexualidade entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul. **Revista Ñanduty**, Dourados, v. 4, n. 5, p. 33-52, 2016. disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5755/2925>.

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, Corpos e Mulheres Kaiowa e Guarani – De Aña a Kuña**. Dissertação de mestrado em antropologia, Dourados: PPGAnt/UFGD, 2013, 196 p.

SERAGUZA, Lauriene. Do fluxo do sangue aos cortes da vida em reserva: sangue, ritual e intervenção entre as mulheres Kaiowa e Guarani em MS. **Revista Tellus**, Campo Grande-MS, ano 17, n. 33, p. 139-162, 2017a.



SERAGUZA, Lauriene. Em Tempos de Fins: “reservamento”, “retomadas” e múltiplas formas kaiowa e guarani de composição. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 5, n. 10, p. 223-240, 2018.

SERAGUZA, Lauriene. Kuña Aty Guasu - sexualidade e relações de gênero entre os Kaiowá e os Guarani. In: PEREIRA, Levi Marques *et al.* (Orgs.). **Saberes, sociabilidades, formas organizacionais e territorialidades entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2017.

SERAGUZA, Lauriene. Mulheres em retomadas: sobre política e relações de gênero entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul. **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 215-228, jul./dez. 2018.

SERAGUZA, Lauriene. Mulheres, xamanismo e acusações de feitiçaria entre os Guarani e Kaiowa. In: IORIS, Antônio Augusto Rossoto; PEREIRA, Levi Marques; GOTtert, Jones Dari. (Orgs.). **Guarani e Kaiowa: modos de existir e produzir Territórios**. Vol. II. 1ed. Curitiba, PR: Appris, 2022, v. 2, p. 271-291.

SIGNORI, Amanda. **Kunhangue reko – modos e movimentos entre mulheres guarani mbya**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UNIFESP, 2022.

SILVA, Mariana Pereira Da. **Entre Vivências & Narrativas De Jarýi Parteiras De Amambai/Ms E Ais Do Posto De Saúde Bororó II/MS**. Dissertação de mestrado em antropologia, UFGD, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.71-99, 1990.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentales de la Cultura Guaraní**. Assunción/Py: Universidad Católica, 1998.

STHRATERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo, Cosac & Naify, 2014.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p.303-329, 1995.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

VERON, Valdelice. **Tekombo'e Kunhakoty**: Modo De Viver Da Mulher Kaiowa. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Terras Indígenas, MESPT, UNB, BRASÍLIA 2018.

VIETTA, Katya. 2007. **Histórias sobre terras e xamãs Kaiowá**: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowá de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, SP.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WEINER, Annette. **Inalienable possessions**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1992.



### 3.

## **Gênero e sexualidades na Educação: representações sociais de profissionais da educação na baixada cuiabana**

Moisés Lopes<sup>1</sup>

### **Introdução**

A despeito do crescente fortalecimento dos movimentos sociais que lutam pela igualdade de gênero e pelo respeito às distintas sexualidades, infelizmente ainda hoje persistem no Brasil convenções, representações e imagens sociais que estão fundadas na exclusão, na hierarquia, na “patologização” de diferentes identidades, na expressão do preconceito, das discriminações sociais e violências contra esses sujeitos. A violência de gênero e a violência LGBTfóbica são as expressões mais destacadas e evidentes deste fenômeno, mas estão longe de ser as únicas; outras formas mais insidiosas e menos visíveis comprometem de forma significativa a qualidade de vida das mulheres e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (os LGBTs). Entre essas outras formas mais insidiosas de expressão do preconceito e discriminação sociais a que estes grupos estão sujeitos, podemos citar especialmente o acesso desigual à educação, ao trabalho e à saúde, só para citar alguns exemplos da infinidade de

---

<sup>1</sup> Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, pós-doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Departamento de Antropologia, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Orcid 0000-0002-7506-707X. E-mail: sepolm@gmail.com

comportamentos produzidos e reproduzidos em todos os espaços da vida social e que contribuem para o quadro de profunda desigualdade social que ainda persiste no país.

Como já discuti em trabalhos anteriores (Lopes, 2005, 2006; Lopes e Jeolás, 2008), estes fatos não se constituem em fenômenos de fácil análise e diagnóstico pelos(as) pesquisadores(as), visto que estão ancorados em um conjunto distinto de convenções, representações e imagens sociais construídos historicamente em nossa sociedade – não apenas nela diga-se de passagem – que associam a heterossexualidade como a única expressão “natural” da sexualidade e as demais sexualidades como manifestações do “pecado”, da “perversão”, da “doença”, da “anormalidade” e, por conta disso, fenômenos “problemáticos” que colocariam em xeque seus pilares fundamentais e que deveriam passar por processos de “recuperação”, de “correção”, ou de “cura”.

Particularmente, acredito que a mudança dessa realidade não se dará apenas com a formulação de leis antidiscriminatórias – apesar destas representarem uma grande e importante transformação social na realidade brasileira contemporânea – mas, igualmente, é fundamental a produção de conhecimento consistente, baseado em pesquisas muito bem desenhadas e conduzidas que possam nos levar a compreender a forma como estes discursos dão respaldo à discriminação, ao preconceito e às violências baseadas no gênero e nas diferentes sexualidades, bem como a forma na qual estes se expressam cotidianamente. A meu ver, esta é uma das principais funções sociais da universidade – além de formar quadros profissionais competentes para atuar em um mundo competitivo – ou seja, compreender a realidade cotidiana na qual estamos inseridos e dar ferramentas para que as iniquidades, sejam elas quais forem possam ser superadas “produzindo” simultaneamente cidadãos críticos e preocupados com as desigualdades que assolam nossa realidade. Para alcançarmos essa função social, temos ao nosso alcance a possibilidade de lançarmos mão de uma série de ferramentas, sendo a principal delas o estímulo ao desenvolvimento do espírito

crítico, especialmente entre nossas(os) alunas(os), mas não exclusivamente entre elas(es).

Esse espírito crítico deve estar fortemente assentado na transformação das mentalidades, valores e práticas sociais que dão suporte às desigualdades e ao desrespeito pelos direitos de pessoas e grupos considerados “estranhos”, “diferentes” ou “diversos” do que o senso-comum considera como a “normalidade social” vigente. E, nesse ponto, vejo a educação – não importa a que grau estejamos nos referindo, se formal ou informal, se de ensino fundamental, médio ou superior – como instrumento essencial de mudança social e de luta contra as desigualdades sociais.

No que tange especificamente à nossa sociedade, ainda hoje permanece como um grande desafio construir na educação uma abordagem das desigualdades sociais que prime pela sensibilização das diferentes pessoas acerca da realidade social a que diferentes grupos estão sujeitos cotidianamente e, não apenas, pelo diagnóstico dessas situações. E aqui cabe um parêntesis: não me refiro exclusivamente às desigualdades que envolvem questões como as calcadas nas sexualidades e no gênero, meu objeto de investigação, mas, também, às desigualdades raciais, de classe, de etnia, religiosas, entre muitas outras.

A Antropologia, entre outras humanidades, tem muito a acrescentar nesta discussão, visto ser uma ciência que surgiu tendo como objeto de estudo específico a questão da alteridade e a compreensão das distintas lógicas que organizam e dão sentido às diferentes visões de mundo. No entanto, frequentemente, seus conhecimentos historicamente produzidos têm sido objeto de desvalorização e depreciação, muitas vezes sendo alçados à categoria de saberes militantes ou comprometidos com a visão de mundo do subjugados.

Por essa premissa, joga-se fora, literalmente, a criança junto com a água de banho, pois tal como nos mostram Judith Butler (1998), Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1996), entre outras autoras, no debate acerca da construção de uma epistemologia feminista, é problemático acreditar que a Ciência

seja absolutamente neutra, imparcial e baseada em uma noção de razão tomada como instrumento de percepção privilegiada da realidade. Essa concepção iluminista de Ciência Moderna, fundada na visão de que a racionalidade é capaz de oferecer fundamentos concretos, objetivos e imparciais para se construir um conhecimento “seguro” e “correto” da realidade “verdadeira”, trata-se apenas de um “discurso de poder” construído para dar suporte ao discurso da Ciência. Ao contrário disso, temos de pensar, tal como defende Haraway (1995), que todos os conhecimentos produzidos são “situados” (social, cultural e historicamente) e, desse modo, é inevitável que sejam parciais. Isso não implica que tenhamos de abandonar toda e qualquer possibilidade de construção do conhecimento, apenas temos de ter consciência que estes nunca são neutros e imparciais.

De modo contrário, também não podemos cair na tentação do relativismo ingênuo ou inocente, descartando os conhecimentos produzidos historicamente pelas ciências, visto serem eles “implicados”, tais como os outros saberes. Na visão de Haraway (idem, p. 26), analisar a partir do ângulo dos subjugados não implica a busca por uma “posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial”, visto que os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de desconstrução e de interpretação.

Por essa perspectiva, a construção de conhecimentos e saberes acerca da realidade não pode, nem deve ser tomada como instrumento “neutro” e “imparcial” de apreensão de uma “realidade” natural, mas como um saber contextual, histórica e culturalmente implicado. E a Antropologia, como uma abordagem preocupada com a construção de um saber baseado na compreensão e na tradução intercultural das distintas lógicas, assume um papel essencial. Partindo desta perspectiva, construo minha análise acerca da “maneira pela qual” o gênero e as sexualidades vêm sendo tratadas como temáticas na formação dos profissionais de educação na Baixada Cuiabana. Para isso, partirei de experiências concretas de pesquisa e extensão já finalizadas.

## Três experiências concretas

A primeira destas experiências foi o projeto de extensão intitulado “Sexualidade na Escola: atividades educativas com adolescentes”, desenvolvido e coordenado pela Professora Neuza Cristina Gomes da Costa, do Departamento de Saúde Coletiva (UFMT), e com minha participação no ano de 2012 em uma escola do ensino fundamental de Cuiabá, Mato Grosso. Esse projeto, que teve como público-alvo adolescentes entre 11 a 14 anos de idade que cursavam a sétima série do ensino fundamental, objetivava analisar as representações sociais destes adolescentes acerca das sexualidades por meio de diversas atividades e debates sobre a temática. Nesse contexto de atividades, estabelecemos contato com diretores, coordenadores pedagógicos e docentes que nos traziam uma série de imagens e representações das sexualidades como questões problemáticas de serem trabalhadas na escola.

A segunda experiência é resultante do “I Ciclo de Oficinas de Capacitação do Gesex”, evento inserido nas atividades do projeto de extensão intitulado “Hierarquias, preconceitos e diversidades. A construção sociocultural do gênero”, que tem como finalidade ampliar e fortalecer o diálogo entre comunidade acadêmica e sociedade – representada aqui por profissionais da educação, representantes e ativistas de movimentos sociais e estudantes universitárias(os) – no que tange à discussão da construção das hierarquias, dos preconceitos e discriminações que envolvem a temática de gênero e sexualidade, com o fim de se pensar em práticas educativas que primem pelo respeito às diferenças na sociedade contemporânea. As atividades do I Ciclo de Capacitação foram finalizadas em 2013, sendo desenvolvidas pelos integrantes do grupo de pesquisas<sup>2</sup> e por mim, coordenador da atividade, com

---

<sup>2</sup>Integravam na época o GESEX os professores Flávio Luiz Tarnovski e Moisés Lopes (líderes do grupo), Ana Maria Marques, Neuza Cristina Gomes da Costa, Silvana Maria Bitencourt e Sônia Regina Lourenço pesquisadoras permanentes.



o apoio da UFMT/PROCEV/CODEX e do Departamento de Antropologia/UFMT.

A terceira experiência é o projeto de pesquisa coordenado por mim e intitulado “As imagens e representações sociais acerca do gênero e das sexualidades entre docentes do Ensino Médio de Cuiabá – MT”, que teve como objetivo analisar as representações sociais e o imaginário acerca do gênero e das sexualidades veiculadas pelos(as) professores(as) das disciplinas de Sociologia, Biologia, Ciências e Ensino Religioso de Escolas Públicas estaduais do ensino médio da cidade de Cuiabá, com o fim de compreender como os mecanismos de construção da diversidade podem engendrar diferenças, hierarquias e preconceitos. Trata-se de um projeto de pesquisa que foi desenvolvido com um financiamento do CNPq via CHAMADA UNIVERSAL – MCTI/CNPq Nº 14/2013.

Essas três experiências concretas de investigação e extensão nos colocou em contato com o cotidiano docente e de outros profissionais da educação, que nos trouxeram um sem-número de representações e imagens acerca das questões de gênero e sexualidades, bem como a maneira pela qual estas são “tratadas” ou invisibilizadas no dia a dia das instituições de ensino em Cuiabá, e que relatarei abaixo.

### **Alguns pontos de convergência**

Antes de desenvolver tal análise, é importante destacar que tais convergências foram expressas nas falas e conversas resultantes das atividades desenvolvidas por estes projetos, neste sentido, não tenho a intenção de identificar os sujeitos que emitiram tais falas ou em qual dessas atividades estas foram expressas, visto que o objetivo é trabalhar com regularidades e não com especificidades. Para uma análise dos contextos específicos das falas e conversas, será necessário ainda aguardar a publicação de artigos e comunicações que resultem destes projetos ainda em curso. Desse modo, trata-se aqui de uma análise dessas falas e conversas com o fim de problematizar algumas questões.

A principal recorrência expressa nas falas das(os) profissionais da educação é a profunda necessidade de se discutir a temática do gênero e das sexualidades em espaço escolar. Todos(as) acreditam e defendem que a escola tem um papel extremamente importante a ser cumprido no debate acerca destas temáticas, trazendo informações e dados “acertados” que possam resultar no “esclarecimento” e na “educação” das futuras gerações. Assim, defendem que a temática seja “tratada” pelas diferentes disciplinas em espaço escolar, tal como preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) desde 1998. Segundo os PCNs, o tema da orientação sexual constitui-se em questão transversal a ser abordada pelas diversas áreas do conhecimento, que deve impregnar toda a área educativa desde o ensino fundamental – mas, especialmente, a partir da quinta série – ocorrendo seja dentro da programação das disciplinas ou, ainda, como atividades extraprogramação quando surgirem demandas relacionadas ao tema.

A grande maioria das(os) professoras(es) com os quais tivemos contato no decorrer destas atividades ressaltam o surgimento de inúmeras demandas ou “eventos problemáticos” ocorridos nas escolas que envolviam questões de gênero ou sexualidades que requereram sua atenção ou intervenção. Uma das situações relatadas resultou na expulsão de dois alunos que durante uma atividade extra programada na escola, foram pegos em uma sala de aula vazia mantendo relações sexuais. Fato similar ocorreu em outra escola com duas meninas surpreendidas em um ato sexual em um dos banheiros da escola. Outro fato relatado pelas(os) professoras(es) dizia respeito à “proibição” por parte das(os) alunas(os) de uso dos banheiros masculinos e femininos por parte de sujeitos homossexuais assumidos. Estes tiveram de passar a usar o banheiro das(os) professoras(es) até que se encontrasse uma solução, fato que até o momento do relato não havia ocorrido. Foi relatado ainda, outro “evento problemático” ocorrido em uma das salas de aula: reiteradas conversas por um telefone que nunca tocava de um aluno com seu “suposto”

namorado durante as aulas, que geravam distúrbios, provocações, xingamentos e o rótulo de “aluno problema”.

Sempre após esses relatos, havia o questionamento por parte das(os) professoras(es) sobre a partir de que momento tais alunas(os) estariam prontas(os) para manter relações sexuais? Proibir expressões de carinho e de afetividade entre alunas(os)? E, como lidar com a homossexualidade e a travestilidade na escola? Como corrigir estes “problemas”? Como agir diante de casos tais como estes? Relatar aos pais? Expulsar? Obrigar o uso de roupas, maquiagens e acessórios condizentes com seu “sexo biológico”? Proibir o uso de elementos não condizentes com seu corpo? Todas essas questões são válidas e demonstram o cenário atual no qual a “sexualização dos corpos” vem avançando para idades cada vez mais jovens, momento no qual a expressão de uma identidade sexual ou performance de gênero não condizente com a heterossexualidade adentrou o espaço da escola.

Muitas vezes perplexos, as(os) professoras(es) se deparam com estes eventos e, apesar de perceberem a necessidade de adotar uma maior abertura para o tratamento das questões relativas à sexualidade e ao gênero na escola, as transformam em “situações-problemas”, estigmatizando alunas(os), identidades e, com isso, reproduzindo um discurso hierárquico que pode dar origem a preconceitos, discriminações e violências (simbólicas ou concretas) no espaço escolar e fora dele. É claro que a escola e as(os) professoras(es) não são seres etéreos que pairam acima da sociedade. Pelo contrário, são pessoas e instituições que, inseridas na sociedade e na cultura, acabam por reproduzir os discursos socialmente hegemônicos.

Nesse sentido, é extremamente necessário que as questões de gênero e sexualidades sejam discutidas e apresentadas no espaço escolar, mas para isso é necessária uma formação prévia das(os) profissionais da educação, fato que, conforme como constatado em diversas conversas informais estabelecidas durante a realização das atividades de pesquisa e extensão supracitadas, não ocorreram.

Mais do que isso, tal como apontam Lopes e Oliveira (2014), no que tange à formação das(os) profissionais de pedagogia, verificou-se por meio da análise das grades curriculares das graduações dos cursos de Pedagogia existentes na cidade de Cuiabá (UNIVAG, UNIC, UNIRONDON, ICEE e UFMT), excetuando-se a UFMT, que possuía a disciplina optativa “Educação e Sexualidade”, que não é ministrada desde 2004, nenhuma das outras instituições possuía uma disciplina específica voltada para a discussão de gênero e sexualidade. E ainda, por meio de entrevistas pessoalmente ou por telefone, as(os) coordenadoras(es) desses cursos relataram a efetiva inexistência de disciplinas atinentes às temáticas de gênero e sexualidades que, quando muito, tornam-se assuntos tratados superficialmente por disciplinas relacionadas, como, por exemplo, a disciplina de “Psicologia e Educação”. Esse fenômeno já havia sido constatado anteriormente em pesquisa desenvolvida por Carvalho (1996), que 16 anos antes relatou o simultâneo despreparo e interesse das(os) professoras(es) pelas temáticas.

Para além da escassa preparação dos profissionais da educação para lidarem com as temáticas do gênero e das sexualidades, outra questão importante verificada durante a realização destes projetos foi a constante referência a discursos, imagens e representações respaldadas em uma perspectiva biologizante acerca do gênero e das sexualidades com a função de apresentar a discussão de maneira “objetiva”, “naturalizada” e “distanciada” na tentativa de resguardar a(o) profissional da educação frente à comunidade escolar e suas ansiedades. Nesse sentido, de acordo com Louro (1998, 41),

*[...] a sexualidade que é geralmente apresentada na escola está em estreita articulação com a família e a reprodução. O casamento constitui a moldura social adequada para seu ‘pleno exercício’ e os filhos, a consequência ou a bênção desse ato. Dentro desse quadro, as práticas sexuais não reprodutivas ou não são consideradas, deixando de ser observadas, ou são cercadas de receios e medos. A associação da sexualidade ao prazer e ao desejo é deslocada*

*em favor da prevenção dos perigos e das doenças. Nesse contexto que centraliza a reprodução, os/as homossexuais ficam fora da discussão [...] A homossexualidade é virtualmente negada, mas é, ao mesmo tempo, profundamente vigiada.*

Além disso, tal perspectiva “naturalizante” do gênero e das sexualidades está calcada na visão de uma heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), que se constitui em uma exigência (cultural e social) de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, sendo que qualquer outra forma de vivência da sexualidade é tomada como desvio, anormalidade ou pecado. Institui-se, desse modo, a heterossexualidade como padrão, norma, princípio universal que não deve ser questionado quanto às causas enquanto as demais sexualidades podem e devem ser questionadas quanto a seu fundamento e origem. É o que se constata em diversas falas de profissionais da educação que constroem, muitas vezes sem se dar conta, as manifestações das sexualidades não-heterossexuais como “situações-problemas” que devem ser “corrigidas”, “punidas” ou “invisibilizadas”, por não terem lugar no espaço escolar.

### **Algumas considerações finais**

*Foi, sem dúvida, Carmen da Silva quem melhor sintetizou a história da Educação Sexual no país: ‘pela enésima vez o Brasil redescobre a educação sexual’ (Revista Cláudia, outubro de 1978). E assim foi, e assim está sendo, pois afora algumas experiências piloto, perfeitamente circunscritas no tempo e no espaço, os educadores brasileiros ainda não ultrapassaram o debate se a escola deve ou não incluir a educação sexual em seu currículo. E mais: debates e experiências têm se circunscrito quase que exclusivamente à escola de 1º e 2º graus, deixando de considerar carências e demandas universitárias. É claro que a discussão através dos anos foi envolta por um discurso mais ou menos sofisticado, mais ou menos “progressista”, usando argumentos variados, de acordo com o momento político (Rosemberg, 1985: 12).*

Novamente, o Brasil vem redescobrimdo o tema da educação sexual. Trata-se de um processo de redescoberta que nunca foi “efetivado totalmente” e que atingiu sua expressão máxima nos PCNs de 1998, sendo alçado a categoria de “questão transversal” que deve impregnar toda a área educativa desde o ensino fundamental. No entanto, apesar da transversalidade da temática, trata-se de uma questão que vem sendo relegada, de maneira geral, às disciplinas de biologia, ciências e educação física, com o foco nas questões do funcionamento do corpo, na prevenção da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis, o que relega a temática a uma abordagem médica:

*[...] pautada na díade saúde-doença (com ênfase na ação terapêutica para tratamento de ‘desajustes sexuais’, ansiedades ou angústias relativas à sexualidade); valoriza o fornecimento de informações em contexto de relação terapêutica ou de programas preventivos de saúde pública, para assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade (Figueiró, 1996: 52).*

Ou ainda, em uma abordagem pedagógica, “[...] o processo ensinolaprendizagem é a característica fundamental. É dada ênfase ao aspecto informativo, no qual pode-se incluir também o aspecto formativo (discussão de valores, atitude e sentimentos)”. (idem) Ambas abordagens vistas como meio de “levar o indivíduo a viver bem sua sexualidade”, mas desconsidera-se a abordagem política que:

*[...] embora considere a relevância da vivência pessoal (saudável) da sua sexualidade, sua característica essencial consiste em perceber na Educação Sexual um compromisso com a transformação social, conduzindo as discussões para as questões que envolvem relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias. Há também uma preocupação em resgatar o erotismo (o prazer e a visão positiva da sexualidade) e as questões de gênero, em que os papéis sexuais são pensados à luz de um enfoque social, histórico e cultural. (ibidem)*

Nesse aspecto, a abordagem política da educação sexual, tão pouco difundida e aplicada na prática docente, tal como definida

acima por Mary Neide Damico Figueiró, se aproxima sobremaneira do documento da UNESCO lançado em junho de 2010, intitulado “Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade”. Esse documento, ao utilizar o conceito de Educação em Sexualidade, tem como objetivo trabalhar a saúde sexual e reprodutiva em termos mais abrangentes, com o fim de propiciar um aprendizado não só baseado na aquisição de conteúdos, mas também incluir o questionamento de atitudes e habilidades para redução dos riscos de infecção à HIV e outras ISTs, bem como uso de álcool, drogas e situações de violência. Além disso, parte dos seguintes princípios:

- *A sexualidade é um aspecto fundamental da vida humana, tem dimensões físicas, psicológicas, espirituais, sociais, econômicas, políticas e culturais.*
- *A sexualidade não pode ser compreendida sem referência ao gênero.*
- *Diversidade é uma característica fundamental da sexualidade.*
- *As regras que governam a conduta sexual divergem amplamente em torno de e dentro de culturas. Certos comportamentos são vistos como aceitáveis e desejáveis, enquanto outros são considerados inaceitáveis. Isto não significa que estes comportamentos não aconteçam, ou que devem ser excluídos de discussão dentro do contexto da educação da sexualidade.*

Apesar deste artigo ser resultado de análises preliminares sobre a situação da educação em sexualidade, podemos perceber que ainda há muito a ser debatido e construído no que refere a esse campo. Isso inclui a inserção de disciplinas com essa temática na formação básica e permanente de profissionais de educação, o debate sobre as maneiras nas quais as representações sociais acerca das sexualidades dessas(es) profissionais influenciam nas discussões e na implantação da temática da orientação sexual como temas transversais na escola. Além disso, é importante considerar a maneira como as(os) alunas(os) trazem, vivenciam e “sofrem” discriminações, preconceitos e violências no que tange as expressões de gênero e das sexualidades no cotidiano da escola. Trazer essas questões para discussão no espaço escolar é algo urgente, necessário e que não deve ser tratado como um

“problema” apenas para determinadas áreas de saber, mas para toda a comunidade escolar.

## Referências

BUTLER, Judith. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, (11), 1998:11-42.

CARVALHO, Sumaya Persona de. **Sexualidade, educação e cultura: instantâneos de escolas de Cuiabá e Várzea Grande**. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1996.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. “A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual”, **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, (98), 1996: 50-63.

HARAWAY, Donna, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, **Cadernos Pagu**, (5), 1995:07-42.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

LOPES, Moisés. **Debates, diálogos e confrontos: representações sociais das homossexualidades nas discussões sobre a Parceria Civil Registrada**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Brasil, 2005.

LOPES, Moisés. “Debates, Diálogos e Confrontos: Representações sociais das homossexualidades nas falas dos deputados nas discussões acerca do projeto de Parceria Civil Registrada”. **Revista Ártemis**, Paraíba, v. 4, 2006.

LOPES, Moisés; JEOLAS, Leila Sollberger. “Do permanente e da mudança: representações sociais das homossexualidades no debate da Parceria Civil Registrada”. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 7, 2008.

LOPES, Moisés; OLIVEIRA, Josiane M. F. S.. “A invisibilidade da temática da sexualidade na formação de pedagog@s e licenciad@s:



Algumas considerações". Anais do III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas. Londrina, 2014.

LOURO, Guacira Lopes "Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares". In: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 33-47.

RICH, Adrienne. "Heterossexualidade compulsória e existência lésbica". **Bagoas**, n. 05, 2010, p. 17-44. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01\\_rich.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf)

ROSEMBERG, Fúlvia. "Educação sexual na escola". **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, (53), 1985: 11-19.

UNESCO. **Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. v.1. Razões a favor da educação em sexualidade. UNESCO, 2010. Consultado em 20 de julho de 2013, <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281por.pdf>

## 4.

### O tecer de uma história de vida desde uma prisão

Juliana Deprá Cuozzo<sup>1</sup>

#### Introdução

Este capítulo busca refletir sobre a metodologia de História de Vida em Antropologia, a partir da prisão como contexto de pesquisa. Tal exercício possibilitou a elaboração de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CUOZZO, 2022). A centralidade deste texto, portanto, é em uma etnografia que se faz a partir de Histórias de Vida. Uma etnografia não é uma simples descrição, uma metodologia adotada ou escolhida, tampouco uma curiosidade apresentada ou revelada ao mundo. Nela, estão encravadas, de acordo Peirano (2014), posturas teóricas as quais fazem parte da sua própria existência, da indagação, da pergunta antropológica que a orienta.

A etnografia não é uma parte isolada da construção ou da realização de um projeto de pesquisa. Ela não é um detalhe da pesquisa ou um meio de alcançar o seu resultado. Seguindo a concepção da autora já referida, poder-se-ia definir uma etnografia como a comunicação do que foi vivido ao longo do trabalho de campo de maneira analítica. É essa etnografia que, como busco argumentar ao longo dessas linhas, é uma História de Vida. A etnografia tecida para fins deste texto foi concentrada na vida das mulheres, uma vida cheia de dores. Nas miudezas do cotidiano,

---

<sup>1</sup> Cientista Social, Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). E-mail: julianacuozzo@yahoo.com.br

essa etnografia foi, aos poucos, tecida. Longe de qualquer representação – de uma população carcerária no país – essa etnografia, espero, permite acessar uma vida. Esta vida traz dentro de si questões políticas, econômicas e raciais que atravessam e sustentam o cotidiano da prisão.

Uma História de Vida não deixa de ser parte dos dados estatísticos produzidos sobre a população carcerária no país e os trabalhos disponíveis a ela. No Brasil, do total de 673.614 mil pessoas presas, menos de 20% delas trabalha<sup>2</sup>. São 117.759 pessoas presas que trabalham dentro da prisão. Desse total, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) coletou informações de pouco mais de 80 mil pessoas (6.794 mulheres e 73.217 homens). Dessas informações coletadas pode-se afirmar que a maioria das pessoas presas que trabalha não recebe remuneração. Entre os que recebem alguma remuneração, quase 50%, ou seja, 37.727 pessoas, não recebem mais do que um salário-mínimo. Esses dados ajudam a localizar uma História de Vida, ainda que essa não se pretenda uma amostra desse universo. Por outro lado, ela não deixa de ser uma parte dele.

Do total de pessoas presas no Brasil, 5% delas, ou seja, 30.750 são mulheres, e, dessas apenas 10.526 trabalham. daquelas que trabalham, as mulheres brancas, embora sejam minoria entre as mulheres presas, detêm os melhores cargos, como constatou Santos (2014) em sua pesquisa realizada na Penitenciária Feminina de Salvador (BA). Segundo essa autora, isso ocorre devido a sua maior escolaridade. Outros cargos, por exemplo, o de responsável pelo trabalho de limpeza, são ocupados, na maior parte das vezes, por mulheres negras. Os dados do DEPEN afirmam que a maioria das pessoas presas são pardas. Mas vale ressaltar que esses dados sobre raça não são autodeclarados. Eles são preenchidos pelos gestores

---

<sup>2</sup> Dados do Departamento Penitenciário Nacional (2022), entre Janeiro de Junho de 2021, referente às pessoas presas em penitenciárias estaduais.

responsáveis pelo estabelecimento prisional e coletados sem qualquer controle na autodeclaração das características<sup>3</sup>.

O objetivo deste texto é apresentar uma perspectiva de História de Vida desde um estudo antropológico localizado a partir de uma prisão feminina (CUOZZO, 2022). O que se denomina de Histórias de Vida, neste capítulo, é o tecer encadeado de muitos relatos de vida. Bourdieu (1996) afirma que a construção de uma História de Vida – em sua coerência e linearidade – é uma ilusão. Em outras palavras, este autor defende que uma História de Vida é menos coerente e menos organizada do que ela se mostra em uma versão de um registro final. Assim, uma História de Vida pode fazer iludir ao fazer acreditar que coerência e linearidade existem. Por isso, uma História de Vida é, para o autor referido, uma “ilusão biográfica”. Ela é feita por uma seleção – bem escolhida – de relatos. É ingenuidade ler uma história sem considerar a existência dessa seleção, assim como a dos seus objetivos. Em outras palavras, uma História de Vida é uma produção.

Para este texto, a concepção de História de Vida desde a leitura de Bourdieu (1996) foi um horizonte. Buscou-se, de certa forma, em algum momento, criar essa “ilusão biográfica”. Porém, por muitas vezes, isso não foi possível. Organizar tantos relatos de vida em uma linearidade temporal nem sempre fazia sentido com a própria vida das mulheres. Essa, talvez como qualquer outra, era tão cheia de idas e vindas, que um tempo linear lhe escapava. Ou seja, datas e anos subsequentes um ao outro organizaram essas histórias, mas nem sempre foi possível mobilizá-los com precisão.

As Histórias de Vida tecidas de Dona Maria, assim como das demais interlocutoras deste estudo, não seguem, de modo preciso, a ordem de um tempo cronológico e linear. É uma História de Vida, na qual, às vezes, é possível se perder no seu tempo, na sua estrutura, no seu eixo temporal. Ela vai e vem; é fluida. Às vezes, parece confusa, pouco coerente. Solta. Os seus fios podem ser

---

<sup>3</sup> <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>

puxados por quem as lê, as escuta, as lembra, as conta. Às vezes, ela se descola de um lugar determinado. Ela está acontecendo.

Várias são as partes que compõem uma História de Vida. Uma História de Vida não é feita apenas de conversas gravadas e não gravadas em áudio, em diferentes salas do Presídio. Ela também é feita por relações próprias com a família, com os agentes penitenciários, com outras pessoas presas, com a tornozeleira eletrônica, com a morte, com o tráfico de drogas, com o estelionato, com outros presídios, com a máquina de costura, com o trabalho, e com muitas outras camadas, discursos, agências e estratégias que estão envolvidos em cada uma dessas relações.

A História de Vida, tecida a partir do regime fechado de cumprimento de pena, me conduziu às reflexões ainda em desenvolvimento sobre essa metodologia de pesquisa. Dona Maria, o nome escolhido pela interlocutora para fins desta pesquisa, era um nome sugestivo. Ele era um nome comum, um nome de qualquer pessoa. Qualquer pessoa poderia estar no lugar de Dona Maria, qualquer pessoa poderia ter uma vida de costura – ocupação com a qual a interlocutora se identificava. Qualquer pessoa poderia ter sido acusada e condenada por um estelionato. Talvez fosse isso que Dona Maria estivesse costurando ao longo deste estudo: a sua própria costura, a costura do seu nome, da sua vida; do início ao fim. Em torno do nome Dona Maria, uma costura era feita.

## **A História da Costura**

Desde os nove anos de idade, Dona Maria se sentava, em casa, ao lado da mãe, para ajudá-la a costurar: “pregando botão e fazendo costura reta”. A sua mãe costurou, por encomendas, bombachas e fardamentos para o quartel, ao longo de trinta anos. Dona Maria é filha adotiva de um “casal de idosos”, o qual também – naquela época, quando Dona Maria ainda era criança –, adotou um rapaz, dez anos mais velho que ela. Os fardamentos, feitos com a mãe, eram, muitos anos depois, suas lembranças, suas histórias primeiras com a costura.

Aos quatorze anos de idade, Dona Maria era levada pelo pai, no turno da noite, até um clube para fazer um curso de corte e costura. Nessa idade, ela “já era filha de santo”. “Por ser muito doente”, aos sete anos foi “batizada”, e depois se tornou “tamboreira” na umbanda. Aos dezesseis anos, quando se casou, afastou-se de sua mãe de santo porque o marido “tinha medo que eu soubesse o sem vergonha que ele era”. Apesar desse distanciamento, ela saía para “pagar uma oferenda todo ano pros orixás”.

Dona Maria, com o passar dos anos, continuou costurando. Seja para os filhos, seja para os vizinhos, seja para si mesma. Naquela época, ela trabalhava em dois empregos. No hospital, Dona Maria trabalhava em regime de plantão. Ela havia cursado a graduação e a pós na área da saúde, no início da década de 1970. As filhas gêmeas e “as duas adotadas” – as mais velhas – ficavam na creche disponibilizada para os filhos dos funcionários do hospital. De duas em duas horas, Dona Maria amamentava as duas bebês; os locais de trabalho e da creche eram próximos um do outro.

Em outro horário, Dona Maria trabalhava em uma agência da Previdência Social. Esse emprego, diferente do trabalho “no hospital”, em que o pagamento do salário era irregular – “a gente ficava seis meses sem receber” –, permitia o sustento de toda a sua família. No final da década de 1990, o marido de Dona Maria morreu. Viúva, ela voltou a frequentar a casa de sua mãe de santo.

A venda de artesanatos e o trabalho de cuidar, informalmente, de idosos tornaram-se, diferentemente do período anterior de sua vida, a fonte de renda principal de sua casa. Isso aconteceu após Dona Maria ter ficado por, aproximadamente, quatro meses presa pela acusação de estelionato contra a Previdência Social. Depois daquela prisão, Dona Maria não foi “aceita de volta” também no trabalho no hospital, do qual ela não foi indenizada pelo tempo – trinta anos –, de trabalho naquela Instituição.

Depois de permanecer presa por quatro meses, Dona Maria estava em casa, em liberdade provisória – condição esta que lhe foi comunicada por um agente penitenciário, no Presídio –, há sete meses. Certo dia, ela foi informada sobre os vinte e sete anos de sua

condenação. Porém, a data da sua prisão era incerta, poderia acontecer imediatamente ou depois de alguns anos. Diante dessa informação, e para evitar que os policiais a prendessem – em casa – na frente do neto, “desde pequeno” cuidado por ela, ela decidiu “se apresentar”, voluntariamente, no Presídio. Naquela época, Dona Maria tinha 52 anos de idade. Até aquela idade, “eu nunca tinha delinquido, minha filha”.

Dona Maria não gostaria que o neto a visse sendo presa, nem que ele soubesse da sua condenação, da sua prisão. Dona Maria costurava com aquele neto na casa de sua família. A polícia não poderia descosturar aquele parentesco. Tempos depois, aquela costura continuou. Ele passou a visitar a avó no “pátio” do Presídio.

Às onze horas da manhã, Dona Maria chegou. O agente penitenciário plantonista mandou-a sentar-se. Dona Maria acomodou próxima de si a sua “sacola”, levada de casa, na qual estavam alguns dos seus pertences. Esse agente era o mesmo que, meses antes, tinha lhe avisado, no Presídio, sobre a sua liberdade provisória. Na Portaria, ao escutá-la, ele lhe informou: “mas, pode levar até dois anos”. “Até dois anos” é o intervalo de tempo existente entre a condenação e a ocasião em que os policiais se deslocam até a casa da sua família para prendê-la. “Busca” é o nome desta atuação. “Mas pode não levar, aí o meu neto vai ver eu sair presa”, respondeu-lhe Dona Maria.

A revista, feita em uma sala conhecida como “jumbo”, e o encaminhamento para uma cela específica, conhecida como “tragem”, são os procedimentos aos quais é submetida uma pessoa presa. Porém, por decisão daquele agente, à Dona Maria esses procedimentos foram dispensados. A essa decisão – de encaminhá-la diretamente para uma galeria – uma das colegas de plantão do agente lhe disse: “puxa o saco dessa velha”. Ele argumentou: “tenho respeito por ela, é uma pessoa muito trabalhadora”. Depois de mais de quinze anos, Dona Maria recordava-se daquele episódio, o qual aconteceu no início dos anos 2000.

De uma das janelas da galeria, Dona Maria – sozinha – ficou olhando para “a rua” à espera da máquina de costura. Ela passou um dia assim. No dia seguinte, acordou cedo, tomou banho, organizou e limpou a cela. Instantes depois, escutou o barulho do “portão da galeria” abrir. Uma agente levava consigo uma sacola “cheia” de aviamentos e outros materiais de costura. Ao longo dos anos seguintes, seria a própria Dona Maria quem, regularmente, os buscaria na Portaria do Presídio, e os organizaria, diariamente, em cima de sua cama. Com o passar do tempo, aquela agente tornou-se, dia após dia, parte da costura de Dona Maria.

As duas mulheres, as responsáveis pelo trabalho de manutenção do Presídio, acompanhadas da agente, carregavam a máquina, desde o térreo até o segundo andar. Em uma máquina similar àquela, Dona Maria, anos antes, em casa, costurava sandálias de couro, encomendadas por uma empresa gaúcha. Aquela máquina tornava-se, com a prisão de Dona Maria, parte do Presídio.

A primeira jaqueta estava quase pronta. Era vermelha. O forro, a pedido do empresário, era feito à mão. Dona Maria a costurou em menos de um dia. Ao vê-la – a jaqueta estava, de forma improvisada, pendurada na porta da cela – a agente ficou “encantada”, nas palavras de Dona Maria, e, por isso, recebeu-a de presente do empresário. Ele a deixou escolher o acabamento, o qual, como para as demais jaquetas a serem costuradas, poderia ser feito com zíper ou com botão de pressão.

A costura de jaquetas de couro femininas foi um trabalho que Dona Maria conseguiu um dia após chegar ao Presídio. A oportunidade lhe foi oferecida após o pedido “para conversar” com a agente que Dona Maria conhecera ao ser presa pela primeira vez. Ao vê-la novamente no Presídio, a agente lhe perguntou: “Maria, o que quê tu tá fazendo aqui?”. “Saiu a minha condenação”. Na ocasião, interessado em estabelecer “uma parceria” para empregar mulheres presas, o empresário visitava o Presídio.

A agente chorou ao ouvir a solicitação de revisão feita pela defesa de Dona Maria, porque “por ser (crime) federal, a



condenação aumenta”. Aquele estelionato era um “crime federal” porque foi praticado contra a Previdência Social. Solicitar a revisão para uma condenação desse tipo de crime, ao contrário das expectativas de Dona Maria, implica, na maior parte dos casos, aumento do tempo da pena. Sobre isso, quem lhe explicou, naquela época, foi a própria agente. “Então tá, vamos trabalhar!”, disse a agente. E, em seguida, lhe apresentou o empresário, aquela era uma oportunidade para diminuir o tempo da pena. Aquele era uma costura que estava começando, entre Dona Maria e a agente.

Aquele estelionato era contra a Previdência Social. Era assim que ele era definido, explicado, falado. A agente oferecia costura para Dona Maria. Ela oferecia uma grande costura. Meses após Dona Maria começar a costurar as jaquetas foi confirmado: a condenação do estelionato contra a Previdência Social aumentou onze anos. Aumentou para trinta e oito anos. Era necessário trabalhar. Outras costuras chegaram; era uma costura “em cadeia”. Uma “cadeia” de costuras que um dia terminaria.

Aquela agente chorou ao ouvir Dona Maria. Ela a acompanhou ao longo de muitos anos. Ela atendia aos “recados” de Dona Maria, levava aviamentos e outros materiais de costura até a sua cela, ajudava a viabilizar salas de trabalho, escutava as suas queixas, lhe pedia para ter paciência, a “acalmava”. A agente conheceu Dona Maria desde a sua primeira prisão, a acompanhou na seguinte e na posterior. E ao longo deste estudo, foi ela também quem me explicou sobre os trabalhos e os seus funcionamentos no Presídio, pois já havia sido diretora daquela Instituição. Ela o conhecia; conhecia também processos jurídicos e outros papéis; sabia sobre o estelionato, o seu tempo e a sua condenação. Ela continuou com Dona Maria até o fim; até a última linha daquela costura.

O que é uma acusação de estelionato contra a Previdência Social? Quais outras relações permeiam, no Presídio, acusações e condenações como essa? Essas questões foram tocadas nos momentos das “entrevistas” com Dona Maria. Quando Dona Maria recupera – para mim – diálogos, de anos anteriores, entre ela e a agente, como esses referidos acima, ela está narrando esse

estelionato, sem, contudo, descrevê-lo em suas práticas. Dona Maria fala sobre o que é uma condenação de estelionato – uma pena “alta”; uma condenação que aumentou –, quando conta sobre a importância de trabalhar no Presídio, de conseguir a remição da pena. Era apenas por meio da costura que ele aparecia; na fala de Dona Maria e neste texto.

Por falta de espaço, a máquina de costura de couro não pôde ser instalada na galeria onde Dona Maria morou nos seus primeiros dias presa, como lhe informou a agente. Tampouco, naquela época – início dos anos 2000 –, existiam, no Presídio, salas de uso exclusivo para o funcionamento das atividades de empresas. Por isso, Dona Maria lhe perguntou: “vou pra onde?”. Para poder costurar, ela ficou sozinha em uma cela de outra galeria, na qual estavam mulheres acusadas de crimes diversos; uma delas “era de facção”.

Ao chegar à galeria, Dona Maria foi recebida com um “miojão” preparado pelas demais colegas. A uma delas, recém-conhecida, Dona Maria explicou que, para a confecção de cada jaqueta, era enviada ao Presídio uma quantidade precisa de tecidos. Foi dessa forma que se recusou a participar, ainda que parecesse “uma piada”, de uma proposta de roubo ao empresário, quando as jaquetas fossem vendidas, sem a autorização e o conhecimento dele, no interior do Presídio.

Por meio da costura de jaquetas de couro na máquina e também pelos artesanatos feitos à mão, Dona Maria garantia o seu sustento no Presídio e a ajuda aos seus familiares “na rua”, incluindo os gastos com tratamento de saúde de um de seus netos, pois, naquele período, os seus bens estavam confiscados pela Justiça. Esses bens foram devolvidos a ela quinze anos mais tarde, quando a investigação para averiguar a existência de alguma aquisição com dinheiro ilícito havia terminado.

Com máquina, aviamentos, jaquetas, forro, botão de pressão, zíper, e um cabide improvisado, a cela tornava-se também um espaço da costura. As filhas, semanalmente, na Portaria do Presídio, entregavam para os agentes os aviamentos para Dona Maria fazer também artesanatos. As filhas eram parte dessa família

“estruturada” de Dona Maria, como me disse, tempos depois, a agente. Dona Maria ficou – mais de oito anos naquela cela –, sozinha com a máquina de costura.

Certa vez, Dona Maria observou que uma cela próxima a sua estava “trancada com cadeado durante todo o tempo”. Ela estranhou porque naquela galeria era permitida a circulação das mulheres; as celas permaneciam abertas. E, por isso, perguntou: “o que quê essa guria tá atrás da porta?”. “É, ela diz que é traficante”, outra mulher lhe respondeu.

No térreo, na sala administrativa, Dona Maria negociou a sua transferência com o chefe de segurança. Naquela época, era mais acessível às mulheres presas circularem pelo prédio, e, às vezes, diante dos seus pedidos para conversarem pessoalmente com o chefe de segurança, elas escutavam dos agentes: “desce ali e fala com ele”. Ambos, segundo Dona Maria, ao retornarem, depois da conversa, para a galeria escutaram, “na portinhola, contando com riqueza de detalhes o crime que ela tinha feito, ela matou a criança de quatro meses...”. Em seguida, Dona Maria avisou o chefe de segurança: “Não fico, não fico mais aqui! Não, do jeito que eu sou mãe, não, vou conviver com isso aí, não! Me recuso, eu não fico”. Provavelmente, aquele agente também já sabia que Dona Maria era mãe, avó e bisavó.

As “infanticidas” são consideradas “monstros, sanguinárias e perversas” nos processos judiciais, analisados por Almeida (2001). Elas são consideradas “perigosas” para aquelas que são mães cujos filhos, bebês, também estão – temporariamente – no Presídio, de acordo com Lopes (2014). Dona Maria não as adjetivou, com uma palavra. Dona Maria adjetivou a si mesma. A sua maternidade não era qualquer uma. A sua maternidade a impedia daquela convivência.

Aquela galeria tornava-se, aos poucos, habitada por mulheres acusadas de infanticídio. A tipificação desse crime transformou um espaço em outro, uma galeria em outra. Esse tipo de crime, com o passar dos anos, qualificava e definia esse espaço de uma forma

generalizada: “a galeria das infanticidas”, onde, para Dona Maria, não era mais possível estar, permanecer, costurar.

A partir do ano de 2006, aquela galeria estava “se transformando” em “seguro”, ou seja, todas as suas celas passaram a ser trancadas ao longo das horas do dia, e as mulheres, acusadas de tráfico de drogas, assalto, estelionato e roubo, aos poucos, foram transferidas daquela galeria para outras. Aquela galeria deixava de ser parte do trabalho de Dona Maria: da sua costura, da sua máquina, das suas jaquetas de couro; uma costura que não era separada da sua maternidade.

A máquina de costura foi instalada em um saguão, porque o espaço dividido com mais vinte e seis mulheres, onde Dona Maria por, aproximadamente, dois anos, esteve presa era insuficiente para comportá-la. Foi Dona Maria quem orientou o chefe de segurança tanto sobre o novo local para a instalação da máquina, quanto sobre a galeria de destino para a sua transferência. Diariamente, ela se deslocava até o saguão para continuar costurando as jaquetas de couro. A galeria para aonde Dona Maria tinha sido recém-transferida e o saguão se localizavam no segundo andar do prédio, próximos a uma sala onde funcionava a confecção de roupas hospitalares. A caixa com os materiais de costura era guardada em outra sala, que, anos depois, se tornou a “sala do sabonete”. Durante algumas horas do dia, aquele saguão, até aquele momento apenas um espaço – controlado – de trânsito, tornava-se também um espaço de costura.

Nesse período, o crochê era feito por Dona Maria, nos finais de semana, no “pátio da creche”. Um agente permanecia “durante horas parado” em uma das portas de grades laterais, a qual permite acesso da Portaria a esse pátio, conversando com Dona Maria. “Pensando nos filhos? Que dor, hein, Maria!”. Ela lhe respondeu: “é, eu vou aprender a administrar. Mas, esquecer, nunca...”. O acidente rodoviário, que vitimou cinco de seus filhos havia sido noticiado pela mídia. Ele aconteceu antes da prisão de Dona Maria. O agente, assim como outros, sabia dessa história.

A barra da direção de uma carreta, a qual transportava pedaços de madeira, quebrou e, por isso, este caminhão se chocou contra o carro da família, uma caminhonete. O filho de Dona Maria, o único que morava em outro Estado, era quem dirigia o veículo recém-comprado, “não tinha nem placa, só um mês fazia que eu tinha comprado ela”. O motorista da carreta foi lançado para cima da caminhonete, que estava do outro lado da pista. “Ele não teve culpa”, como foi comprovado no julgamento, ao qual Dona Maria esteve presente.

Dona Maria estava no interior de um ônibus; ela era proprietária de uma empresa de transporte para idosos. Naquele dia, na rodovia, ela acompanhava, junto a essa excursão, o veículo onde estavam os seus filhos. Ambos se deslocavam, a passeio, para a mesma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. “De tanto que eu chorava no asfalto lá, gritando na volta, sabe”, um amigo a reconheceu no noticiário. Após a morte dos seus filhos, Dona Maria vendeu a casa onde morou durante muitos anos com a família.

Esse acidente aconteceu poucos meses após a morte do único irmão de Dona Maria – por cirrose hepática, estava doente havia sete anos –; a de seus dois sobrinhos, vítimas de um assalto na capital; e a da sua cunhada, que ficou inconsciente ao longo de quatro anos, e morreu aos 50 anos de idade, de ataque cardíaco, chamando pelos filhos. Após o acidente, Dona Maria perdeu mais dois filhos, e a mãe que “morreu de tristeza” porque estava “perdendo os netos tudo”. “Ela tinha uma dor que ninguém descobria o que era”. “Pelo rádio” da cidade, conhecidos e amigos da família foram informados do sepultamento. Foi naquela ocasião que Dona Maria reencontrou, após muitos anos, a sua mãe de santo.

Um dia após o sepultamento da sua mãe, Dona Maria queria retornar para o trabalho no hospital. Nas dependências dele, mãe e filha tinham o hábito de lancharem juntas. Dona Maria a levava para “comer um bauru”. No trabalho que realizava “na Previdência”, Dona Maria retornaria após quinze dias. Isso “é

praxe, não tem como não aceitar”. Depois desse período, Dona Maria “seguiu a vida”.

O “pátio da creche”, ao se tornar um espaço para fazer o artesanato, também era um espaço para viver, falar e costurar o luto. O luto – cotidiano – era a costura. Esse luto não era silencioso; silenciado. Ele era dividido, cuidado, compartilhado. Em torno do luto existiam: as suas feitura – manuais –; o seu espaço – “o pátio” –; e a sua companhia – um agente. O luto era ativo, produtor de relações. Era um luto que não tinha fim. Era uma costura que não terminava.

Um espaço de morte, o “pátio” era também um espaço de vida. Era a costura do luto dos filhos, alguns deles adotados por Dona Maria, mas todos eram filhos biológicos do marido dela. História que algumas agentes, ao longo dos anos, perguntavam-lhe sobre a veracidade: “você não tem vergonha, Dona Maria?”. As iniciais dos nomes dos seus filhos, netos, e bisnetos – tatuadas no braço esquerdo de Dona Maria –, são a árvore da vida. Com alfinetes, uma colega de galeria foi quem fez essa e as suas outras duas tatuagens. Essas últimas, iniciais também dos nomes de familiares, não deixam de ser também a árvore da vida.

O agente, com quem Dona Maria dividia e vivia o seu luto no “pátio da creche”, morreu atropelado, anos depois, em frente ao Presídio, próximo ao viaduto que estava em construção. No final do ano de 2009, da calçada do Presídio, Dona Maria viu, pela primeira vez, o viaduto – sobre o qual apenas tinha ouvido falar –, e o acesso dos passageiros nos ônibus pela porta dianteira. O tempo contínuo em que Dona Maria esteve presa, mais de oito anos, trabalhava sobre as suas dores, sobre o seu corpo. Esse tempo trabalhava também sobre a cidade. Dona Maria podia ver a construção das obras, como aquela feita em frente ao Presídio; a avenida havia sido duplicada.

A notícia de que Dona Maria sairia do Presídio lhe foi comunicada pelo chefe de segurança daquela época. Lamentando o atraso da chegada do Ofício, que determinava a progressão do regime e o direito “aos passeios”, o chefe de segurança,

imediatamente, autorizou a sua transferência. Naquele período, o saguão já não era mais o espaço da costura das jaquetas de couro, isso porque um dos sócios da empresa das jaquetas faleceu, e, em decorrência, a empresa faliu. Em uma sala próxima ao saguão, Dona Maria continuou, por alguns meses, costurando. Ela ensinava outras mulheres a costurar bolsas; sacolas grandes para guardar DVDs.

A progressão para o semiaberto (albergue), prevista para ser autorizada no início daquele ano, atrasou nove meses. De acordo com Dona Maria, isso aconteceu porque os alunos de uma Faculdade, que faziam trabalhos de conclusão de curso no Presídio, perderam o seu processo (físico). Foi o seu genro que, no Fórum, após muita insistência, descobriu sobre esse atraso. Atraso que, segundo Dona Maria, era passível de indenização.

### **A costura de uma História**

Por limitações de espaço, interrompo aqui a História de Vida de Dona Maria. A sua versão mais completa se encontra na tese de doutorado (CUOZZO, 2022). Como as Histórias de Vida são tecidas? Essa é uma das perguntas que estrutura e organiza o presente texto. A etnografia tecida ao longo do trabalho de campo é aquela feita nas miudezas do cotidiano. O cotidiano tem um lugar central neste estudo. É esta atenção a ele que também permite compreender de que modo os trabalhos, como o da costura na vida de Dona Maria, ocupam a vida das pessoas presas. O cotidiano a que me refiro é o modo demorado, prolongado e com detalhes com que o trabalho de campo (e o trabalho do tempo) foi realizado desde a Penitenciária. Debruçar-se sobre as histórias das mulheres (quando essas já haviam sido colhidas, compartilhadas e divididas) exigia tempo. Debruçar-se sobre elas era também aproximar-me da vida, e, assim também da morte e da dor.

Essa relação tecida com as mulheres no cotidiano da Penitenciária permitiu tecer Histórias de Vida. Mulheres com alguma permanência ou familiaridade – esses dois componentes se mostravam como fundamentais para alcançar o objetivo da pesquisa

–, nas atividades existentes na Penitenciária poderiam, caso fosse do interesse delas, participar deste estudo. Foi dessa forma que Dona Maria tornou-se uma das interlocutoras principais deste estudo. Antes do início do trabalho de campo para o estudo (ano de 2016) que originou este texto, Dona Maria, assim como as demais interlocutoras de pesquisa, havia recebido uma condenação. Mas, naquela Penitenciária elas não eram a maioria das mulheres presas. Lá, eram as presas provisórias – quem não tem condenação definitiva – a grande parte das 242 mulheres presas.

Dona Maria conta uma história – desde o seu início até o seu fim; ainda que esta tenha sido interrompida neste texto – da costura. Uma costura que começou desde os nove anos de idade dela, e que continuou ao longo dos anos, das décadas. A costura e o que existia em torno dela – vida, morte e luto – era o que Dona Maria me contava. A acusação que a levou presa não foi descosturada. O estelionato, uma “pena alta”, nas palavras de Dona Maria, foi pouco caracterizado. Dona Maria contava a história da costura em sua vida; não a de processos. Aquele entrou pouco dentro dessa costura; a costura que foi a História de Vida de Dona Maria.

As acusações, os crimes e as condenações faziam parte da vida das mulheres, das histórias que elas contavam sobre si mesmas, das que silenciavam, e também do modo como eram conhecidas e mencionadas por outras pessoas. As atividades realizadas pelas mulheres, no Presídio, não estavam separadas de suas condenações. Por exemplo, trabalhava-se para conseguir uma remição da pena de uma condenação “alta”; de trinta e oito anos de prisão.

Essas condenações, no processo de construção do objeto de pesquisa, estavam fora do interesse antropológico deste estudo. Com o passar de pouco tempo, compreendi o quão ingênuo era tentar construir histórias estruturadas por essas atividades de trabalho – como a da costura, por exemplo – desconsiderando informações como essas sobre as mulheres. Se, aparentemente, as protegia – porque tais dados não seriam publicizados em registros acadêmicos –, por outro lado, uma omissão das informações das condenações desfazia parte da própria construção do problema de



pesquisa: compreender os significados das atividades prisionais na vida das mulheres. Principalmente, nesta postura de pesquisa estavam implícitas questões morais da própria pesquisadora, as quais estabeleciam para um crime e uma condenação um espaço-tempo do passado.

A costura criava vida junto a Dona Maria; ela a fazia viva, principalmente dentro da Penitenciária. A costura também dava vida aos números mencionados no início deste capítulo; aqueles referentes às mulheres presas “trabalhadoras”. Tecer essa História de Vida – criativa na sua produção – era também tecer as mortes e as dores que criavam aquelas histórias. As costuras não feitas por Dona Maria ou não proporcionadas a ela, eram também os tecidos dessas histórias. Tecer essas histórias era tecer vidas e mortes; entrelaçadas. Biehl (2011; 2008; 2005) ao mostrar o modo criativo, com o qual Catarina se fazia viva – a escrita dos seus dicionários – trabalhava também uma História de Vida, que apesar de linear, era também, nas suas linhas, cheias de morte e de abandono.

Costurar uma História de Vida é também compreender que cada uma das interlocutoras de pesquisa conta do seu próprio modo a sua própria história. Seja com muitas palavras, ou com poucas; com repetições, ou com silêncios. Tanto quanto os ditos, os não ditos e os silêncios também alimentam uma História de Vida. A forma de contar também é um dado de campo. Trabalhar com Histórias de Vida é também tentar estar sensível a essas formas de contar. Identificá-las é também perceber o modo com o qual se é convidada para conhecer a vida das mulheres. Neste conhecer também se pode apreender características do sistema punitivo e penal brasileiro e suas implicações, dores e violências na vida das pessoas presas e na de seus familiares.

Nesses modos de contar abrem-se alguns dos pedaços das histórias das mulheres, e, outros não. Assim, pode-se falar mais ou menos de uma acusação, de um crime, de uma condenação. Desses pedaços, uma História de Vida é construída. Escrevê-la é amarrar esses pedaços entre si; costurá-los; editá-los, encadeá-los e menos uma reprodução; como se existisse algo pronto e acabado a ser

transcrito, contado e revelado a um mundo. Por isso, mais do que narrar uma História de Vida, acredito que essas podem ser tecidas. Nesse tecer, elas foram, ao longo do tempo, trabalhadas e editadas em suas descrições; por quem as conta; as escreve. Nas suas edições, muitos trechos tornam-se entrelinhas.

A costura foi a árvore da vida de Dona Maria. Uma árvore com raízes e com muitos ramos. Uma árvore com frutos e sementes. Uma árvore que, às vezes, secou. Uma árvore que, também se esparramou, se espalhou, cresceu. Uma árvore que estava desenhada no corpo; enraizada, nas profundezas. Uma árvore que estava presente no Presídio, nos seus andares; salas, galerias e celas. Uma árvore que estava presente nas casas das pessoas que tinham suas roupas feitas, reformadas e costuradas por Dona Maria. Uma árvore cheia de vidas e também cheia de lutos. Uma árvore que começou com a sua mãe, mãe que Dona Maria acompanhou até os seus últimos dias de vida. Uma árvore que era sua costura. Uma árvore que também era um sonho. Foi essa a costura dessa história.

A costura puxava Dona Maria para fora. Costurar diminuía o seu tempo na prisão. Costurando, Dona Maria estava voltando para casa. Construir essa História de Vida por meio da costura é falar sobre vida; e também sobre morte. A costura não era uma história, inteiramente, pronta – aguardando por seu registro –, ela também foi tecida conjuntamente em uma sala do Presídio. Ao tecer a História de Vida de Dona Maria, uma etnografia teórica também estava sendo vivida.

## Referências

- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.
- BIEHL, João. **A vida cotidiana das palavras**: a história de Catarina. Cadernos da APPOA, n. 140, p. 14-29, 2005.

BIEHL, João. **Antropologia do devir**: psicofármacos – abandono social – desejo. In: Revista de Antropologia. Vol. 51, n. 2, SP, USP, p. 413-449, 2008.

BIEHL, João. **Antropologia no campo de saúde global**. In: Horizontes antropológicos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.  
BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M., AMADO, J. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CUOZZO, Juliana Deprá. **Vidas e Mortes em Trabalhos**: um estudo antropológico a partir de um Presídio Feminino. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2022.

LOPES, Katia Moreira. **Prisão e maternidade**: a experiência de presas e egressas do sistema prisional. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo. 2014.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf&lang=pt>.

SANTOS, Carla Adriana da Silva. **Ó pa í, Prezada!** Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal de Salvador. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. Universidade Federal da Bahia. 2014.

## 5.

### **Percorrendo as tramas das “vulnerabilidades”: uma etnografia de uma instituição de acolhimento de crianças no estado de Mato Grosso do Sul**

Paola Amorim de Vargas Quinhones<sup>1</sup>

Esmael Alves de Oliveira<sup>2</sup>

#### **Introdução – Afinal, que infância é esta?**

Este capítulo apresenta alguns resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida pela primeira autora e orientada pelo segundo autor, e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) (QUINHONES, 2022). A partir do método etnográfico, percorremos ao longo de meses uma instituição de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social localizada em uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul. Levando em consideração a dinâmica da instituição, a observação do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais que ali atuam, bem como os diálogos travados com os diferentes sujeitos que compõem o cenário etnográfico (diretoria, funcionárias/os, crianças e mães atendidas), pudemos problematizar os dilemas e complexidades

---

<sup>1</sup> Psicóloga, mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) - onde foi bolsista CAPES. E-mail: paoladevargas@outlook.com

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Docente dos cursos de Ciências Sociais e Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) e Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal da Grande Dourados. ORCID: 0000-0002-9235-5938 E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br

das políticas de assistência social, bem como os limites da própria noção de sujeito “vulnerável”.

Criada na década de 1960, muito antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>3</sup>, o surgimento da instituição pesquisada esteve vinculado ao próprio desenvolvimento da cidade e aos desafios impostos a partir de tais transformações. De acordo com seu estatuto, seu objetivo era de acolher menores “abandonados” por suas famílias. É importante destacar que a noção de criança e de infância não é autoevidente e passou por uma série de transformações ao longo do tempo.

Segundo Cláudia Terra do Nascimento, Vantoir Roberto Brancher e Valeska Fortes de Oliveira (2008), pesquisas envolvendo crianças são recentes, e elas demoraram a serem consideradas como sujeitos histórico e de direitos, ficando invisíveis para o adulto ao longo do tempo. Ainda que a ideia de invisibilidade possa ser posta em pauta, pois crianças e adolescentes sempre tiveram seus lugares, mesmo que esses não sejam reconhecidos, os autores apontam para uma dimensão que não pode ser completamente ignorada, a saber, os direitos de crianças e adolescentes não eram sequer admitidos. Somente em meados da década de 60, nos Estados Unidos e na França, que as pesquisas começaram a aparecer para entender o fenômeno da infância, com o livro de Philippe Ariès sobre a “História social da infância e da família” (1973) e o texto de Lloyd Demause “A evolução da infância” (1991). Para Demause (1991) e Ariès (1973), os estágios da vida não eram valorizados, portanto, a infância é um fenômeno histórico e não natural, e o que hoje compreendemos como infância era inexistente até o século XVII.

Na Idade Média, adultos, jovens e crianças, frequentavam os mesmos lugares e eram expostos a violências muito cedo, pois não havia sentimento de infância. Foi durante o século XVII que começou a se pensar nas ditas “Idades da Vida”, que

---

<sup>3</sup> Sancionado em 13 de julho de 1990, o ECA determinou direitos e garantias fundamentais de crianças e adolescentes.

correspondiam seis fases: primeiro, a idade que equivalia entre o nascimento até por volta dos 7 anos, a segunda idade de 7 a 14 anos, a terceira de 14 a 21 anos. Sendo essas três primeiras fases não valorizadas pela sociedade da época. Somente eram reconhecidas socialmente a partir da quarta idade, considerada a juventude que era por volta dos 21 a 45 anos. Já a quinta idade eram sujeitos que não eram considerados idosos, mas já haviam passado da fase da juventude. A velhice era a partir dos 60 anos em diante (ARIÈS, 1973). Essa tese marca o início das discussões em torno da infância e das fases da vida.

Portanto, foi a partir do século XVII, com a consolidação da modernidade, que surge a primeira concepção de infância, vista apenas em sua dimensão biológica e “irracional”, que se deu a partir da visão dos adultos sobre a dependência da criança pequena, sempre relacionada à fragilidade. Por isso, essa fase era considerada uma etapa de proteção e disciplina e somente quando saísse da relação de dependência deixava de ser criança para se tornarem adultos socialmente aceitos (LEVIN, 1997).

Mudanças não param de acontecer para conceber a infância, com o advento da industrialização, onde famílias grandes que viviam de produções agrárias, passam a viver em pequenos grupos nas cidades, em busca de trabalho. A criança já não vive mais com muitas gerações, como costumava viver na vida no campo, ocorrendo mudanças na estrutura familiar que corroboram para a concepção da infância.

Nesse período, o desenvolvimento da infância era visto apenas nas idealizações intelectuais e emocionais, ficando de lado as relações entre o ser corporal e sua espacialidade e temporalidade. Isso significa que pensar a infância é importante para problematizar as noções que orientam a compreensão da vida social. Tais noções sustentam uma universalização da vida humana, que despreza o sujeito real, corpóreo e contextual em troca de um sujeito idealizado e cristalizado. Isso me permite problematizar que, quando falamos de infância, não podemos generalizar, como foi feito e ainda é, mas trazer a infância e seu

contexto histórico, cultural e social, nos permite vislumbrar de que criança está sendo pensada e falada.

Segundo José Ricardo Bulhoes (2018), a desigualdade social de crianças é antiga na história da humanidade. Na Grécia antiga, crianças privilegiadas eram educadas por meio de música e fábulas em um mundo de fantasia e riqueza, enquanto filhos de escravos sofriam e tinham a infância roubada em favor de seus senhores, que dominavam seus corpos. Outra forma de violentar a infância era na antiga Esparta, onde crianças do sexo masculino viviam desde cedo condutas militares com o propósito de tornar guerreiros. A noção de infância na Europa foi introduzida a partir de transformações na ordem sociopolítica, já que a mão de obra infantil era o meio de algumas famílias conseguirem sobreviver na produção de alimentos na vida rural.

No Brasil, com a vinda dos portugueses em meados do século XVIII, o conceito de infância era determinado não somente pela classe social, mas pela diversidade étnica presente na população. O modo como as crianças eram vistas e tratadas dependia de sua raça/etnia: se eram escravas/negras, indígenas ou brancas. Nessa época colonial, ainda segundo Bulhoes (2018), crianças negras eram doadas a instituições de caridade, pois o seu trabalho escravo não rendia lucros aos senhores, que preferiam comprar escravos negros adultos. Já as crianças indígenas eram vistas como não civilizadas, sendo submetidas à violência por meio de imposições culturais e religiosas para que fossem civilizadas e se tornassem úteis para o trabalho.

A violência permeava também a vida de crianças brancas, podendo ser de duas formas que se impunham conforme sua classe social. Crianças brancas e ricas, vindas de famílias estruturadas economicamente, eram submetidas desde muito novas a sustentar a classe social de suas famílias, além de serem incentivadas a agir com violência. Por outro lado, crianças brancas advindas de

famílias pobres e ditas “desestruturadas”<sup>4</sup> – por não se enquadrarem no modelo de família socialmente delimitada – aguardavam a vida de trabalho quase escravo para sobreviverem. Às mulheres restavam duas alternativas: a mais comum era o casamento precoce com um “bom” homem, o que significaria que essas teriam um dono para lhe “proteger” e submeter em troca de estar menos expostas a explorações sexuais, incluindo a própria família. A outra alternativa, mais difícil, era trabalhar na casa de uma família rica “estruturada”, realizando serviços domésticos, e em troca ter onde dormir e comer, todavia também estavam expostas a explorações sexuais por seus senhores. Percebe-se que não havia saída contra os abusos sexuais, já que a sexualidade de crianças pobres era precocemente explorada e, desse modo, estavam em constantemente ameaçadas de sofrer algum tipo de violência (SOUZA, 2009).

Diante de tanta pobreza e miséria que as famílias viviam, criar um filho não era uma tarefa fácil. Além do moralismo presente, onde mães solteiras, crianças que nasceram com alguma anomalia genética, filhos frutos de adultério e exploração sexual, eram rechaçados pela sociedade, não tinham lugar para viver, e eram deixados à mercê da própria sorte, pois não gozavam do status necessário para serem considerados na vida social. Portanto, eram postos numa condição de “impossibilidade”, suas vidas eram despidas de qualquer humanidade possível e seus corpos deixados à própria morte. Tal como nos provoca Giorgio Agambem (2002), com o seu conceito de vida nua. Para esses sujeitos só restavam as instituições religiosas de caridade que em última instância lhes assistiam à morte social ou física.

É nesse período, em meados do século XVIII, segundo Maria Luiza Marcilio (2003), que foi criado a roda dos expostos. Ela

---

<sup>4</sup> Importante destacar que a noção de família estruturada e desestruturada toma como referência a família pequeno burguesa e seus referenciais patriarcais e normativos. Portanto, a noção de “desestruturada” opera como dispositivo normalizador dos diferentes arranjos familiares.



consistia em cilindros anexados em muros de hospitais e instituições religiosas (como conventos), para que os pais pudessem deixar seus filhos de forma sigilosa e “segura”. Esses bebês eram entregues para essas entidades e, quando sobreviviam, segundo Irene Rizzini e Francisco Piloti (1995), o índice de mortalidade das Casas de Expostos no Brasil girava em torno de 70% a 90%. Isso se justifica pelo exercício de cuidados precários, pois não havia renda nem financiamento para sua manutenção. Além dessas instituições corroborarem para o trabalho infantil, educando essas crianças a exercer o trabalho que futuramente seria aproveitado pelo serviço do Estado ou trabalho doméstico nas casas de outras famílias.

Ao retomar essa trajetória, percebe-se o quanto a infância foi marcada por violências, quase sempre relacionadas à exploração sexual e/ou econômica. E com o passar dos anos, no final do século XVIII e início do século XIX, período esse marcado pelo impulso do capitalismo, a infância ainda era confusa e sofria novas formas de crueldade. As desigualdades sociais eram cada vez maiores, com isso o trabalho infantil e crianças em situação de rua era intenso, além do acesso à educação ser para poucos.

No Brasil, com o advento da Proclamação da República (1889-1930), houve um aumento da indústria em decorrência da expansão capitalista. Consequentemente, a busca por mão de obra submetia homens, mulheres e crianças a condições precárias de trabalho, em nome da economia, levando à revolta da população atingida a se manifestarem por meio de greves, pois o aumento das desigualdades sociais e violências só crescia. Todavia, o estado precisava reprimir e controlar esses corpos que não seguiam a ordem almejada, e a alternativa para essa medida se deu por meio da expansão de instituições disciplinares, como hospícios, reformatórios e escolas. Período esse que ficou conhecido como movimento “higienista”, onde a burguesia implantou medidas sanitárias, médicas, jurídico-policiais e educacionais rígidas, afim de “adestrar” e “higienizar” a população minoritária, impulsionados pelo anseio do progresso da nação espelhada na

Europa (PATTO, 1996 apud PATTO, 2004). Nesse período, em 12 de outubro de 1927, constitui-se o decreto nº 17.943, que denominava como a primeira lei de assistência e proteção a menores no Brasil.

Foi somente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 (popularmente conhecida como Constituição Cidadã), que se começou a pensar reconhecimentos de direitos da infância e juventude, sendo sancionado em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA determinou direitos e garantias fundamentais às crianças e adolescentes. Com essa legislação, foram criadas também instâncias de fiscalização que fazem o controle da efetividade nas políticas públicas, como o atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que tem o papel de promover a defesa dos direitos desses. Além de órgãos como os Conselhos Tutelares, que articulados têm obrigação de zelar por esses direitos (BULHOES, 2018).

Percebe-se, portanto, pela nossa história, que a defesa da criação de instituições voltadas a menores surgiu com o intuito de “higienizar” a sociedade, a fim de que as crianças (sobretudo, pobres) não se tornassem “delinquentes”, “abandonadas” e “anormais” (PATTO, 2004). É importante ressaltar que tal normalidade idealizada era (e ainda é) produto de uma sociedade economicamente desigual, onde as políticas públicas muitas vezes atuam de forma isolada, sem se ocupar dos reais problemas sociais que estão na gênese da vulnerabilização das crianças e adolescentes.

### **E que história é essa de vulnerabilidade?**

Mary Castro e Miriam Abromovay (2002), Jorge Rodríguez Vignoli (2001), Irmã Arriagada (2001) e Carlos Filgueira (2001) propõem que a vulnerabilidade social implica em várias unidades

de análise – indivíduo, domicílio e comunidades –, bem como diferentes contextos e cenários. Demanda, portanto, diferentemente do conceito de exclusão, olhares para múltiplos planos, e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionantes de estados de vulnerabilidades.

Mary Castro e Miriam Abromovay (2002) destacam que esse conceito parte muitas vezes de certa passividade do sujeito frente às diversas situações que implicam na constituição de situações vulnerabilizantes. Dessa forma, a análise aqui proposta visa sair de uma lógica estática para propor um olhar integral para o tema das vulnerabilidades sociais, destacando, sobretudo, a diversidade de situações e de sentidos que se descortinam para diferentes grupos, famílias e comunidades, que se baseiam em numa remodelação das relações sociais e processos contemporâneos, onde a subjetividade aparece de forma criativa na dinâmica de enfrentamento a situações difíceis e controversas, e não apenas estática e passiva.

O termo vulnerabilidade aparece em diversas áreas disciplinares e, muitas vezes, acaba sendo articulado a uma compreensão de fragilidade do indivíduo, isolando-o de seu contexto e tornando-o responsável pela situação que se encontra. Para Lúcio Kowarick (2009), a vulnerabilidade significa que o sujeito se encontra desassistido de seus direitos. Isso pode ocorrer por desigualdades sociais que refletem na falta de moradia ou na dificuldade em ter acesso a um serviço de saúde, assistenciais ou educacionais. Também pode se observar situações associadas a questões trabalhistas, que implicam no acesso a fontes de renda ou em situações de exploração de mão de obras e/ou alienadas de seus direitos de trabalho, entre outras situações que colocam esse sujeito à mercê da falta de garantia de seus direitos e de acesso a condições de vida de acordo com seu contexto sociocultural.

Ainda a respeito desse conceito, segundo José Ricardo Ayres *et al* (2003), a vulnerabilidade é a situação onde a população encontra-se politicamente desamparadas na garantia da cidadania, onde esse sujeito encontra-se vulnerabilizados pelas condições materiais, psicológicas, culturais, morais, jurídicas e políticas

(SEVALHO, 2018). Portanto, seguindo a argumentação dos autores aqui articulados, posso então admitir que não existem populações vulneráveis e sim vulnerabilizadas por políticas ou pela falta delas.

Partindo dessa compreensão que as populações vulneráveis são, na verdade, sujeitos vulnerabilizados pelo Estado, esta dissertação se aproxima daquilo que Butler (2015) chamou de “vida precária”, fazendo menção a uma vida que pode ser “enquadrada” como a moldura de um quadro, por instituições sociais (escolas, religião, dispositivos jurídicos, entre outros), a fim de controlar os corpos por meio de estratégias disciplinares, estabelecendo assim quais vidas importam.

Portanto, percebe-se que Butler (2015) dialoga com o pensamento foucaultiano (FOUCAULT, 1993), onde a biopolítica aparece como forma de produzir certos tipos de vida em detrimento daquelas que não interessam, tornando-as vulnerabilizadas. Butler (2015) abre, com esse pensamento, uma dimensão ético-fenomenológica que aponta na direção da alteridade, aqui entendida enquanto condição de diferença, indicando que as vidas abandonadas pelo Estado carecem de cuidado e acolhimento. Contudo, desde uma perspectiva ética, esse cuidado deve ser realizado a partir do contexto e das necessidades dos sujeitos vulnerabilizados, e não da imposição de um governo sobre a vida.

### **“Era uma ‘casa’ ‘não’ tão engraçada”<sup>5</sup>**

Após buscarmos algumas informações sobre a instituição, fizemos um primeiro contato apresentando a proposta da pesquisa e seus objetivos. No dia e horário combinado, chegamos à recepção. Na ocasião, fomos atendidos por uma moça que pediu para aguardarmos. Nesse momento de espera, passamos a observar a dinâmica que cercava a recepção, nela tinha alguns brinquedos

---

<sup>5</sup> Nos inspiramos na canção “A casa” dos compositores Toquinho e Vinicius de Moraes.

decorando o lugar, e mais adiante na parede, havia os nomes de todas/os as/os presidentas/es que passaram por ali, com as fotos e o período de gestão de cada um. Percebemos de imediato que por muito tempo a entidade foi presidida majoritariamente por mulheres, e que nos últimos cinco mandatos passou a ser presidida por homens.

Depois da espera, fomos convidados a conversar com a psicóloga técnica que atuava ali a mais de 10 anos e que acompanhou todas as mudanças da instituição. Segundo a interlocutora, a instituição fundada em meados dos anos 60, em modalidade de abrigo, que acolhia mais de 50 crianças de todos os gêneros e idades em formato de pavilhão, onde as crianças e adolescentes ficavam em um grande salão com camas uma ao lado da outra.

De acordo com a profissional, por conta de reformulações de ordem legal, a entidade abandonou o formato de abrigo e passou a investir em uma nova modalidade de acolhimento inspirada no modelo de “Casas Lares”, definida pela lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. A entidade possui 4 casas lares, com capacidade no total para 40 crianças de 0 a 12 anos de idade, podendo eventualmente acolher adolescentes com seus filhos/as. Naquele momento de nossa visita, havia 38 crianças acolhidas, que variavam na faixa etária de 1 mês a 11 anos. Vale ressaltar aqui que nesse tempo de pesquisa, prevaleciam crianças da etnia indígena Kaiowá e Guarani, sendo as demais variando entre brancas e pardas, e três crianças identificadas como negras.

Após essa conversa inicial, foram apresentadas brevemente as “Casas Lares”, onde foi possível vislumbrar rapidamente a dinâmica de funcionamento da entidade, de forma superficial e breve, a ponto de não se deter em nenhum detalhe, a não ser a afetuosa recepção das crianças que não economizaram abraços e perguntas curiosas.

Passado esse momento de apresentação formal da pesquisa, fomos autorizados a iniciar o trabalho de campo. Ainda nesse processo de acolhida, fui conhecendo os profissionais que compunham a equipe. Na sala de estar, fica a recepção, onde

encontramos uma profissional que atua na casa e que tem o papel de realizar uma espécie de triagem da família das crianças acolhidas, da comunidade externa, das doações que chegam, dos encaminhamentos para demais setores e as demais demandas que surgem.

Outro espaço é a sala do telemarketing, composta por dois profissionais que ficam a maior parte do tempo no telefone, buscando junto à sociedade civil a captação de recursos para a manutenção da entidade, pois a principal fonte de renda da instituição são doações, recursos advindos de rifas, almoços, entre outros, seguido do financiamento do Poder Público – que corresponde a 35% das despesas mensais da entidade.

Quem gerencia essa relação de manutenção é a parte administrativa, que em termos de espaço físico fica localizada ao lado da sala administrativa. Ali encontramos a diretora da instituição. Ela tem a função de operacionalizar e coordenar as decisões da Diretoria, que tem a função de gerir, como instância máxima, o funcionamento da instituição. A sala da diretoria fica logo mais adentro, porém permanece constantemente fechada, e só é ocupada esporadicamente quando os membros da diretoria, compostos por empresários e/ou aposentados, brancos e em sua maioria homens, que voluntariamente ocupam esse lugar, se reúnem para deliberações.

Por fim, a sala das técnicas é composta por uma assistente social e uma psicóloga. É ali que acontecem todas as etapas do acolhimento da criança, e o acompanhamento dela e de sua família. A criança chega na instituição através de encaminhamentos do Juizado da Infância e da Juventude e pelo Conselho Tutelar – previamente autorizado pelo Juizado da Infância e da Juventude. O encaminhamento para esses serviços de acolhimento ocorre quando as medidas de proteção à criança e ao adolescente são violadas ou ameaçadas, segundo o Art. 98 do ECA.

O ECA e as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009), estabelecem que o papel principal das entidades de acolhimento é oferecer moradia provisória, garantindo os direitos da criança por meio da educação,

assistência à saúde e convivência comunitária, como preconizados na lei garantindo e assegurando os direitos da criança que se encontram em situação de acolhimento. Essas instituições de acolhimento estão interligadas com atores institucionais que compõem o serviço, destacam-se: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), órgãos de assistência à saúde, no caso de crianças indígenas a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e o Judiciário da Vara da Infância e família. Juntos formam uma rede que tem o papel de buscar alternativas que priorizem o retorno da criança a sua família de origem ou extensa, e quando isso não é possível, vão para famílias substitutas.

Essas redes, junto com o serviço de acolhimento, precisam acompanhar e realizar estudos de casos, traçando intervenções a serem propostas às famílias das crianças acolhidas, no intuito de enfrentar as dificuldades que levaram à retirada da criança do contexto familiar.

O modo como a instituição e a rede de acolhimento foi caracterizado pelas leis, é idealizado e, em certa medida, utópico. Pois trabalhar com as famílias para que essas tenham condições de ter novamente a criança no seu seio familiar é o mesmo que impor um modelo familiar teoricamente constituído que não leva em consideração a diversidade cultural e econômica da população, impondo exigências para esse grupo que deveriam anteriormente ter sido garantidos pelo Estado, por meio de políticas públicas eficazes de educação, acesso ao trabalho, moradia, alimentação e não pela responsabilização das famílias diante de sua precarização – própria de um estado neoliberal que propõe que cada sujeito é responsável pelo seu estado de bem-estar social, da mesma forma também pelas suas mazelas.

Para ilustrar isso, retomamos um dos relatos que ouvimos de um dos profissionais da equipe de atua na instituição. Tal relato se deu em torno de um caso de uma criança que foi acolhida por ter sofrido violência doméstica por parte do companheiro de sua mãe – a família vivia em situação de violência e pobreza. De acordo com

a narrativa do interlocutor, depois de algum tempo de acolhimento, a criança retornou para sua mãe. No entanto, muitos sujeitos que atuam na instituição foram contra essa reintegração familiar, sendo que um desses “senões” teria se manifestado na seguinte frase: “Essa criança não pode voltar para a essa mãe, tem que ser adotada”. Como se a situação de pobreza e violência fosse uma responsabilidade exclusiva da mãe e de sua “escolha”.

A pobreza como um fator que marca as crianças abrigadas não apareceu somente em minha pesquisa, mas também foi identificado e discutido por Bárbara Snizek (2008), Andréia Prestes (2010) e Silvana Nascimento (2013). Não por acaso, Claudia Fonseca e Andrea Cardarello (2009) problematizam como abandono e negligência acabam se tornando sinônimos de pobreza, além da criminalização em torno da “criança pobre” e “mulher pobre”, que levam a discursos como o acima, em que a adoção aparece como único caminho possível.

Outro aspecto importante de ser mencionado é que, ao tratar crianças e adolescentes, parte-se de um pressuposto universalizante, como se essa etapa do desenvolvimento não sofresse influências culturais, econômicas e políticas que estigmatizam experiências ou indivíduos que não estejam adequados ao modelo normativo do que é ser família, criança ou adolescente, conforme problematizado por Silvana Nascimento (2013).

Com relação aos marcadores de classe e raça, a instituição acolhe em sua maior parte, crianças indígenas. E, quando essas não são indígenas, são brancas ou pardas que vieram de um contexto de pobreza ou extrema pobreza. Tal constatação não é diferente do que foi identificado na pesquisa de Nascimento (2013). Em sua pesquisa de mestrado, a autora se deparou com o aumento no número de acolhimento de crianças indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, além de identificar como os/as profissionais que atendem essas crianças sentem desconforto diante desse cenário, por terem opiniões diferentes em torno da criança indígena. Logo, essas opiniões acabam por interferir no trabalho desempenhado na rede



de proteção. Além disso, revelam o quanto não há uma preparação adequada dos/as profissionais que atuam junto a esse público.

Considerando tais fatores, a autora percebeu que, quando crianças indígenas são acolhidas em instituições administradas por brancos e pelo Estado, sofrem violências, pois acabam tendo que se enquadrar a forma imposta, onde não se fala sua língua nativa, vivem de formas diferentes e não estão preparadas, favorecendo desta forma a violação do direito da criança.

### **Que “acolhimento” é este?**

Quando falamos de uma criança em acolhimento, falamos também dos estigmas sociais que ela carrega. Andréia Prestes (2010), em sua pesquisa de mestrado, aponta como a sociedade tem preconceito com crianças e adolescentes que estão ou passaram por abrigos, que hoje a nomenclatura mudou para acolhimento institucional, mas será que mudou a percepção?

Esse estigma é marcado por uma visão carregada de preconceitos e inferioridades, onde crianças institucionalizadas são vistas como pertencentes a um lugar “anormal”, portanto emocionalmente deficientes pela sua história de vida. São problematizadas por advir de um contexto familiar “desajustado”. Esses e outros estigmas acabam por caminhar junto dessa criança, reduzindo suas perspectivas e colocando-a em um lugar de perigo para a sociedade (GOFFMAN, 1988 apud PRESTES, 2010).

É o que pudemos observar a partir do enredo que segue. Em mais um dia de trabalho de campo, chegamos à instituição como de costume e fomos até a sala de reforço. Esse espaço é ocupado todas as manhãs pelas crianças acolhidas, que vão realizar suas tarefas e atividades com o auxílio da professora contratada exclusivamente para elas.

**Relato de diário de campo de Paola:** “Chegando na porta da sala, cumprimentei todas elas, e com um sorriso no rosto já veio uma me dar um abraço, e logo solta a pergunta “tia quando vou embora?” Diante dessa pergunta, me sinto imponte e afetada por

não conseguir responder ao que ela anseia. Respiro e, com todo cuidado, passo a mão em seus cabelinhos, com um gesto de carinho e aconchego e digo “meu amor, a tia não sabe te dizer quando...”. Sem entender muito o que significa ser “o mais em breve”, a criança solta um sorriso de esperança. Outra criança, ao ouvir, solta outra pergunta “e eu tia? É verdade que Maria (nome fictício) vai embora? Para onde ela vai?” Foi a oportunidade que elas encontraram para falar sobre suas histórias de uma forma bem sutil e espontânea. Quando de repente, a professora ouvindo as conversas, diz “já conversamos que aqui não quero que fala sobre isso!”. As crianças logo abaixaram suas cabeças, e antes que retornasse a sentar e fazer suas atividades, disse a uma delas: “Depois a gente conversa e falamos sobre isso, tudo bem?”. Fui tomada novamente pelo sentimento de impotência, entendendo que ali elas estavam realizando atividades, mas me incomodou o fato de talvez não terem espaço para falar sobre si.

Em outro momento, em conversa sobre as crianças, uma de minhas interlocutoras pude entender de onde vinha esse movimento de silenciá-las. Ao perguntá-la sobre como é a experiência dela em trabalhar na entidade de acolhimento junto das crianças diariamente:

*(...) me marcou muito quando cheguei aqui a história de uma criança (se referia a um caso específico), por isso prefiro não saber as histórias delas, por que me envolvo demais e não consigo viver lá fora.”*

Pensando nisso, retomamos o que Nascimento (2013) destacou em sua pesquisa, ao referir que os/as profissionais envolvidos com crianças acolhidas não conseguem ser neutros e acabam por se envolver com as histórias vivenciadas por cada criança e se afetando.

Outro relato. **Relato de diário de campo de Paola:** “Vivencio uma situação envolvendo uma criança parda, por volta de seus 8 anos. Acolhida em virtude de negligência por parte de sua mãe, que o deixou em casa sem alimentação e sem cuidados de higiene. A mãe é dependente química e estava nesse período vendendo e fazendo uso das substâncias - a mesma tinha a guarda da criança e

não havia nenhuma participação do pai, além de estar em um contexto de extrema pobreza. Após o acolhimento, a criança passou a manifestar alguns comportamentos como comer exageradamente. Diante disso, era comum ouvir da cuidadora 'é guloso demais'. Nesse momento, intervi contextualizando que a criança vinha de um contexto em que passava fome, para que pudesse entender tal comportamento e, assim, acolher a criança. Com isso, essa queixa cessou dando lugar a outras. A mesma criança passou a pegar objetos e até comida sem consentimento da cuidadora, e levar para os colegas e professora da escola em que estava estudando. Tal atitude passou a incomodar alguns/mas funcionários/as, que assim se expressavam: '*Tem que fazer alguma coisa, ele está roubando isso... quando crescer vai ser um bandido*' (funcionária A); '*Ele sabe que está fazendo sim, é dele isso aí*' (funcionária B); '*Ele roubou de novo, é difícil essa criança*' (funcionária C).

Em todas as falas, um sentido de julgamento. Embora eu tenha feito a mesma tentativa de contextualizar a situação, e até mesmo ouvir essa criança a fim de achar uma solução, os discursos apontam a criança como o problema, estigmatizando-a e não dando voz à mesma. Mas tais comentários me pareceram bastante ambíguos, pois eram mesclados com atitudes de carinho e boa vontade por parte dos/as funcionários."

Problematizamos que, para além de uma questão estrutural, tais falas expressam uma das dimensões mais presentes nas instituições de acolhimento: se, de um lado há boa vontade, de outro, percebe-se pouca capacitação para compreender e manejar histórias de vidas tão complexas.

Assim nos diz Mirella Brito (2014), é extremamente necessário pensar a criança como protagonista de sua história, bem como suas percepções sobre o mundo, seus sentidos e suas vivências precisam ser significadas para dar voz a elas. Pois, apesar da lei dizer que a criança é sujeito de direitos, em momentos como apresentados aqui, e como também mostra a autora, essa criança está mais como objeto do direito, onde sua vida é determinada por adultos que trabalham para esse direito.

De acordo com a pesquisadora, essas crianças relutam em dizer, de várias formas, que, apesar de não se sentirem pertencentes a aquele lugar de “guardar pessoas”, estão à espera da família, da expectativa do dia de ir embora da instituição, de ir em encontro com a sua casa. Esse não-lugar que vivenciam tem sofrimento, mas também mostra mais uma vez que essa vulnerabilidade não é passiva e frágil, mas sim criativa e resistente (BRITO, 2014).

Esse conceito de não-lugar é cunhado por Marc Augé (1994), que trata sobre espaços de transitoriedade destinados a abrigar por um tempo aqueles que foram afastados de seus representantes sociais, sendo colocados em um contexto de esvaziamento de suas histórias e subjetividades. Nesse sentido, a instituição refere-se a um não-lugar, pois, até mesmo de acordo com o ECA, a instituição de acolhimento deve ser um lugar temporário, pois a longa permanência acarretaria prejuízos para a criança. Contudo essa ideia não é a mesma que os sujeitos envolvidos pensam; quase todos os relatos aparecem falas que o melhor lugar da criança é na instituição. E quando questionamos o que aquele lugar significa, uma de nossas interlocutoras se emociona e diz: *“Olha é triste, porque quando tem o acolhimento é por que a criança não estava bem cuidada... nenhuma criança deveria ser acolhida, todas deveriam ser bem cuidadas, mas por outro lado elas vieram para o socorro para o hospital, aqui eu tenho como um hospital, elas vieram para ser socorridas, vieram para ser salvas no nosso serviço de acolhimento.”*

Essa ideia de compreender a instituição de acolhimento como um hospital, como já mencionamos, também foi vista por uma cuidadora residente. E, indo ao encontro desses discursos, outro sujeito da entidade também trouxe a mesma ideia. Quando questionamos a ele o porquê acha que ainda é necessário o serviço de acolhimento, ele diz: *“...se não tivesse esse tipo de serviço as crianças estariam jogadas, não teria como dar o tratamento a elas.”*

Da mesma forma que na fala de uma das professoras, em conversa com ela acerca de sua opinião sobre a permanência das crianças na entidade, afirma: *“Coloca essas crianças aqui, para de deixar essas crianças sofrer. Aqui elas estão limpinhas, cheirosinhas... Eu*

*sei que aqui não é a casa delas, só que aqui elas pelos menos tem a possibilidade de ter um futuro."*

Diante dessa fala, questionamos a profissional se ela acha que as crianças gostam de estar ali. Ao que responde: *"Elas preferem estar aqui do que estarem em casa, por que elas são conscientes, as mais novas nem tanto, já as mais velhas (menciona 3 crianças mais velhas dentre as 38 crianças acolhidas), querem estudar e ter um futuro"*.

Percebe-se que, assim como apontado por Prestes (2010), a forma como é a representação em torno da realidade do acolhimento, em grande parte, se dá a partir de uma perspectiva médica e psicologizante, ou seja, a partir da ideia de um lugar que oferece tratamento e disciplina. Mas afinal, curar do que? Socorrer de quem? (ABU-LUGHOD, 2012).

Se seguirmos essa ideia de cura e/ou tratamento, o que teria dentro das instituições que possibilitariam isso? Brito (2014), ao apresentar o cotidiano das crianças acolhidas em uma instituição de Santa Catarina e os discursos presentes ali, destaca como as rotinas, regras, costumes, além das instituições que permeiam esses espaços como a própria lei, a escola, médicos, psicólogos, assistentes sociais, o poder judiciário, entre outros, acarretam formas de disciplinar os corpos dessas crianças a fim de transformá-las em um "bom cidadão".

Na instituição, através de suas rotinas e da pedagogia que as sustentam - e o Projeto Político Pedagógico é o documento/currículo que as define -, vai se constituindo modelos de corpos, sendo assim, o currículo institucional dá passagem a um corpo institucionalizado, que precisa corresponder à normatividade imposta por esse currículo (BRITO, 2014, p. 197).

Então, pensando desta forma, seria a disciplina o tratamento a tornar a criança um "cidadão do bem"? Ao que tudo indica, seguindo as falas das profissionais que atuam na instituição, sim. A partir de tal imaginário, nos pareceu importante perguntar a uma de nossas interlocutoras, que ocupa um papel hierárquico

importante na instituição, sobre o que significa trabalhar no serviço de acolhimento. Ela responde: *“Se a família não tiver condições, essa criança vai ser encaminhada para adoção então vai salva-las também. É bom estar aqui por que você consegue transformar vidas de crianças e você sabe que vão ter mudança, ter um futuro diferente. Quando recebemos foto de uma criança que foi adotada ou foi para o exterior é muito gratificante. O lado bom é saber que a criança foi adotada, é muito gratificante”*

Esses discursos estão bastante presentes nas falas dos/as funcionários da instituição, onde a própria equipe técnica e cuidadoras falam: *“é melhor ela ir logo para uma família adotiva”*, como se a família de origem representasse um perigo incontornável e a família adotiva a panaceia universal e o único caminho possível. Do tempo que permanecemos na instituição, nunca ouvimos falar em: *“que bom que ela voltou para a sua família de origem”*. Ao ao invés disso, sobravam inseguranças e desesperanças em relação às famílias de origem: *“Para que vai mandar essa criança para família de novo? Para ser judiada?”* (interlocutora A); *“Essa criança tinha que ir para adoção, essa mãe não vai cuidar direito.”* (interlocutora B); *“Aí o juiz liga aqui e fala, ‘devolve essa criança por que ela tem pai e não pode ficar aí’ (se referindo a entidade) E aí? Ai daqui a um tempo você escuta que ela foi abusada e volta para entidade.”* (interlocutora C)

Exceto uma fala de uma das interlocutoras, sendo ela cuidadora residente, que se aproxima e diz que o melhor lugar para a criança é a família de origem. Aproveitamos para perguntar a ela o que significava o acolhimento dessas crianças, se ela achava necessário. Ao que nos respondeu: *“Acho muito bom, antes eles aqui do que no mundo lá fora. Se os pais tem problemas tinha que ter a casa das crianças e a casa dos pais, por que se eles tivessem acompanhamento mais de perto, essas crianças não precisavam ir para outras famílias, elas voltariam para a família dela. Elas sentem falta dos pais. Não adianta abrir a porta para criança e fechar para os pais, você não aprende com a porta fechada.”*

Brito (2014) e Bálamo (2005) entendem que a adoção acaba por ser a resposta mais rápida e tida como eficaz para a saída das

crianças das instituições, pois investir nas famílias é considerado mais trabalhoso, no sentido de que a poucas ações efetivas das políticas públicas, além de ser necessário acompanhamento mais de perto com essa família, para a superação das dificuldades.

Além disso, como destacado por Nascimento (2013), os/as profissionais que atuam na intervenção com essas famílias são constantemente pressionados/as a tomarem decisões e darem pareceres sobre o destino da criança “sem ao menos ter a possibilidade de problematizá-los no sentido filosófico, sociológico ou antropológico” (2013, p. 50). Ao invés de dar lugar às próprias concepções das crianças e ao seus contextos de convivência e relação.

### **A proeminência dos marcadores sociais de diferença: as crianças indígenas**

A literatura antropológica tem chamado a atenção para a importância de se considerar os marcadores sociais de diferença (HIRANO, 2019; SCHWARCZ, 2019). Com contribuições fundamentais de feministas negras, a reflexão de que a compreensão dos processos sociais produtores de hierarquia e desigualdade não estão desarticulados da perspectiva de raça/etnia, classe, gênero, sexualidade, geração, deficiência, dentre outros. Dentro desse contexto, merece atenção o modo como o acolhimento de crianças indígenas se dava no interior da instituição. Como mencionado por Nascimento (2013), as crianças indígenas são, em sua maioria, acolhidas em instituições. Sendo que no período da pandemia do covid-19, o acolhimento na instituição em tela representou 90%.<sup>6</sup> Para a pesquisadora, crianças

---

<sup>6</sup> Importante destacar que a pesquisa também foi impactada pela pandemia da covid-19 no Brasil. Em decorrência das medidas sanitárias adotadas para a contenção do vírus, as atividades de campo na instituição foram inviabilizadas. O trabalho de campo foi retomado apenas após a liberação oficial por parte das agências sanitárias sinalizando o “controle” da pandemia e a posterior autorização da direção da instituição. Portanto, tal informação foi acessada após o retorno do trabalho de campo.

indígenas, quando são acolhidas, acabam sendo inseridas em outro contexto de violência, já que sua língua, seus costumes e suas rotinas não são valorizados.

A etnia mais presente no município no qual a instituição está inserida, é a Guarani e Kaiowá. Essa população habita as chamadas reservas indígenas (RID), caracterizadas pelo território pequeno pela quantidade da população que nela vive, além de não possuírem recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência a partir de sua própria perspectiva sociocultural. O que culmina em sofrimento, violência e conflitos internos (NASCIMENTO, 2013).

Em decorrência disso, conforme Pereira (2016), o consumo de bebida alcoólica, conflitos familiares e violência vêm crescendo, o que impacta na configuração de muitas famílias e, conseqüentemente as crianças são afetadas e acabam sendo acolhidas. Todavia, há sempre um questionamento se as retiradas das crianças das comunidades indígenas estão sendo realizada por que de fato elas estão passando por violência ou se a negligência é apenas uma interpretação de um fenômeno próprio daquele contexto. Assim, é comum ouvir esse embate na rede de proteção, conforme pode ser visualizado na narrativa de algumas interlocutoras: *“Aí vem a FUNAI e os antropólogos faz uma visita a família e fala que pode entregar..., Mas eles não ficam lá acompanhando essa família, eles não conseguem ver a realidade de fato.”* (interlocutora A); *“A FUNAI e antropólogos acham tudo lindo [se referindo as reservas e os indígenas].”* (interlocutora B).

Não se trata aqui de dizer se tudo é contingência cultural ou violências. Tomar um ou outro extremo de compreensão é o mesmo que incorrer em um etnocentrismo que pauta a avaliação sobre os contextos e realidades indígenas por parte de não indígenas. Em nossa perspectiva, considerar o ponto de vista socioantropológico implica em considerar que o papel primordial da rede de assistência é se deter sobre cada caso, avaliando seus desdobramentos e impactos, a fim de minimizar a possibilidade de produção de violência. Essa postura exige por parte do/a profissional da rede de assistência, uma posição no mínimo crítica,



pois trata-se de olhar o fenômeno para além daquilo que foi preconizado nas políticas públicas, principalmente porque essas não são suficientes para a compreensão e encaminhamentos da maior parte das situações vinculadas à população indígena.

Para ilustrar esse paradoxo, apresentamos aqui duas situações. A primeira se refere a um caso de uma criança indígena acolhida, que foi retirada da família, dos cuidados de sua mãe, pois a mesma era dependente química do álcool e era vítima de violência doméstica por parte do companheiro. Ocorre que, após a criança ser acolhida, essa mãe não foi visitá-la na instituição de acolhimento, o que provocou comentários e relatórios por parte da rede de acolhimento de que ela não estava interessada na criança, pois, se estivesse, teria ido visitá-la. Diante disso, de acordo com os/as profissionais da instituição, a criança havia perdido o vínculo com essa mãe, o que justificava não investir na restituição familiar e sim apostar na adoção. Essa situação só foi melhor compreendida depois do estudo antropológico realizado, onde se evidenciou que a mãe era uma mulher doente, dependente química, e que precisaria caminhar no sol 2h para chegar à instituição de acolhimento (o que justificava a demora e as ausências) além do fato de que o trajeto era composto por bares (o que se constituía como uma situação de exposição ao consumo de álcool). Ressalta-se ainda que essa mulher indígena não tinha uma rede de apoio. Então, por mais que as políticas públicas prevejam a visita como uma forma de avaliar as disponibilidades e condições para reinserção familiar, nesse caso, era necessário reconhecer quais as condições para que a mãe-indígena, em um contexto de vulnerabilidade social, pudesse acessar a instituição.

A segunda situação refere-se ao caso de duas irmãs indígenas que foram acolhidas em virtude de violência doméstica por parte da tia, com quem estavam vivendo após a morte de sua mãe. Acontece que a mais velha passou a ser tratada como “guacho puro”, termo utilizado pelos Guaranis e Kaiowá, segundo Pereira (2002), para se referir a uma pessoa que agregada da família – seja por motivos econômicos ou políticos –, podendo ser parente sanguíneo ou não.

Ela é tratada de forma diferente dos demais membros daquele grupo familiar, sendo muita das vezes privada de lazer e educação, e sobrecarregada com as responsabilidades domésticas da casa, além de sofrerem castigos físicos e psicológicos.

Esse fato se confirmou na chegada dessa criança que estava com sinais visíveis de violência física, somados ao seu próprio relato sobre a violência que havia vivenciado. Situações como essa tendem a criar uma comoção imediata entre os profissionais da instituição de acolhimento, gerando uma tensão sobre a possibilidade de reinserção no contexto da família extensa, pois há apreensão de que a violência possa se repetir. Vale ressaltar que tal apreensão não é de todo injustificada, pois, no período de realização desta pesquisa, sete crianças – sendo quatro indígenas – retornaram para rede de acolhimento devido a situações similares que as trouxeram da primeira vez. Não se trata aqui de construir uma argumentação sobre a naturalização ou não de uma violência em certos contextos, mas de apontar os limites, muitas vezes estreitos, de atuação das políticas públicas de proteção e promoção da infância e juventude. Os equipamentos responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e proteção desses indivíduos, na grande maioria das vezes, são impossibilitados de desempenharem seu papel de forma efetiva por falta de recursos humanos e materiais, para dizer o mínimo.

Essa constatação nos permite compreender que a constituição de um bem-estar social para população indígena e de uma rede adequada de proteção depende da articulação de vários aspectos que são constituídos pelos elementos mais básicos (como alimentação, saneamento, saúde e educação), e essenciais – como território tradicional. Trata-se de reconhecer para além do “problema imediato”, o crítico processo histórico de espoliação do território, de segregação, exploração e aniquilação de sua forma de vida, organização social e cosmologia. Portanto, nenhum discurso que responsabilize seja as crianças indígenas, seja suas famílias e/ou suas comunidades se mostram suficientes para a compreensão de suas condições de vida e dos dramas vivenciados.

## **Algumas inconclusões**

Esta pesquisa se iniciou cheia de incertezas e dificuldades que, em última análise, acabaram por evidenciar os limites da noção de vulnerabilidade. Tomada enquanto categoria autoevidente, tal noção acaba por desconsiderar as condições sociais em que se tecem os dramas sociais. A partir das experiências que tivemos em campo, entendemos que as “vulnerabilidades”, mais do que a priori, são constituídas por processos complexos de desigualdade (VÍCTORA, RUAS-NETO, 2011). Desigualdades essas que só podem ser compreendidas historicamente e situadas socialmente.

Dessa forma, nos pareceu relevante compreender como a questão do acolhimento de crianças era significado pelos atores de uma instituição de acolhimento a partir de um complexo jogo de valorações e significações. A partir de tal enredo, o termo acolhimento passou a ser problematizado, ou seja, mais do que autoevidente trata-se de uma prática (bio)política voltada a determinados corpos e grupos sociais. Assim, ao nos aproximarmos dos dilemas e contradições que cercam o acolhimento, buscamos evidenciar seu caráter histórico e político. Desse modo, se as políticas públicas “cuidam” de crianças e adolescentes, tal dispositivo de cuidado, ao desconsiderar os marcadores sociais de diferença e os determinantes sociais em saúde, acabam por contribuir com os dispositivos de vulnerabilização e produção de vulnerabilidades.

Ao deslindar as práticas e os discursos institucionais, e que tornam o estado “em ação” (MALUF, ANDRADE, 2017), vulnerabilidade torna-se um conceito que explicita muito mais um abandono do estado do que uma condição social pré-determinada. Nessas zonas produtoras de abandono (BIEHL, 2008), ser ou estar vulnerável torna-se uma categoria política em que atuam estado, políticas públicas, instituições e atores sociais.

Acreditamos, portanto, que a perspectiva antropológica pode contribuir não apenas com a compreensão dos dilemas e complexidades que cercam as políticas públicas, mas também com a

visibilização e desnaturalização dos mecanismos e dispositivos produtores de exclusão. Ao percorrermos o espaço de uma instituição voltada ao “acolhimento” de crianças em situação de vulnerabilidade social, pudemos compreender e acessar as micropolíticas do cotidiano, que com suas teias de saberes, poderes e moralidades, produzem políticas, sujeitos e processos de subjetivação.

## Referências

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2), p. 451-470, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ARRIAGADA, Irmã. Famílias vulnerables o vulnerabilidad de las famílias? In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

AYRES, José Ricardo *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos M. (Orgs). **Promoção da saúde – conceitos, desafios, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-138.

BÁLSAMO, Pilar U. **Substituindo famílias: continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946/2003**. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

**BRASIL**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência

Social (CNAS). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009.

BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n. 8, p. 413-449, 2008.

BRITO, Mirella Alves de. **Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se construindo sujeitos na maquinaria da proteção integral**. Tese de doutorado (Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2014.

BULHOES, Jose Ricardo de Souza Rebouças. Construções Históricas de Crianças e Adolescentes: Marcos Legais no Brasil. Faculdade Independente do Nordeste. **Confluências - Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 20, n 1, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 19(2), p. 19–46, 2002.

DEMAUSE, Lloyd. **Historia de la infancia**. Madri: Alianza Universidad: 1991.

FILGUEIRA, Carlos H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago: Cepal, 2001.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (Org.). **Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Orgs).

**Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções.** Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena** – constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MALUF, Sônia Weidner; ANDRADE, Ana Paula Müller de . Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções. **Saude e Sociedade**, v. 26, p. 171-182, 2017.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. IN: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) **História social da infância no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 53-79.

NASCIMENTO, Silvana J. **Crianças indígenas kaiowá abrigadas e em Situação de reinserção familiar:** uma análise em Torno da rede de proteção à criança e ao Adolescente. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2013.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A Construção Social do Conceito de Infância: Uma Tentativa de Reconstrução Historiográfica. **LINHAS**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.04 – 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar. **Mnemosine**, v. 1, p.203-225, 2004.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul:** módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. Dourados: Ed. UFGD, 2016.

PEREIRA, Levi Marques. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: SILVA, Aracy Lopes da *et al.* (Orgs.). **Crianças Indígenas:** ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

PRESTES, Andréia B. **Ao Abrigo da Família:** emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigo de crianças e adolescentes

em situação de risco social e familiar. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2010.

QUINHONES, Paola Amorim de Vargas. **Encontro com as “vulnerabilidades”**: uma etnografia de uma instituição de acolhimento de crianças no estado de Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2022.

RIZZINI, Irene; PILOTI, Francisco. (Orgs). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Prefácio. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Orgs). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 8-19.

SEVALHO, Gil. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. **Interface** (Botucatu), 22(64), p. 177-188, 2018.

SNIZEK, Bárbara K. **Chegadas partidas: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares**. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2008.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

VÍCTORA, Ceres Gomes; RUAS-NETOS, Antonio Leite. Querem matar os ‘últimos Charruas’: Sofrimento social e ‘luta’ dos indígenas que vivem nas cidades. **Revista Antropológicas**, Recife, 22(1), p. 35-58, 2011.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

# **Diálogos políticos**





## 6.

### Desafios à luta emancipatória no atual momento histórico

Claudio Reis<sup>1</sup>

Ricardo Rodrigues Alves de Lima<sup>2</sup>

#### Introdução

Uma breve retomada dos principais fatos políticos que ocorreram no Brasil entre 2013 e o início de 2023 deixa à mostra a turbulenta conjuntura que envolveu o país na última década. Entre as manifestações pelo transporte público gratuito em 2013 e a tomada da Praça dos Três Poderes em Brasília, em 08 de janeiro de 2023, situam-se uma série de acontecimentos com forte impacto na correlação de forças entre as classes sociais e suas representações políticas: a tomada das ruas por grupos que defendiam a pauta do neoliberalismo extremado e do fascismo contemporâneo, a prática do *lawfare* levada a cabo pelos operadores da Lava-Jato, a execução de um golpe de Estado como ponto de partida para a implantação de uma série de contrarreformas que penalizam a classe trabalhadora brasileira, a ascensão de Bolsonaro e prisão de Lula, a ação repressiva ampliada de forças paraestatais (como as milícias), o avanço das forças capitalistas predatórias (as mineradoras, o agronegócio e os garimpos), a reorganização dos movimentos de defesa do Estado democrático de direito e a organização de uma

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP e Prof. de Teoria Política da FCH/UFGD – ORCID: 0000-0002-0685-4176 E-mail: claudioreis@ufgd.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em História pela UFG e Prof. de Sociologia do IFSP/SJC – ORCID: 0000-0003-2505-0752 E-mail: ricardo.rodriques@ifsp.edu.br

frente ampla antifascista para eleger Lula e derrotar Bolsonaro e seus apoiadores na disputa eleitoral de 2022.

Para o intelectual ou o ator político que busca viabilizar a práxis emancipatória no atual contexto, o desafio é o de entender os nexos sociais profundos por trás dos fatos elencados e de identificar os espaços concretos para a ação emancipatória em seus níveis político e social. O presente ensaio assume este desafio e busca apontar para algumas das principais tendências e forças históricas atuantes neste momento, bem como as contradições e possibilidades para a ação emancipatória abertas para a práxis para os que atuam a partir da circunstância específica do início de um novo governo identificado às forças democrático-populares no Brasil e na América Latina.

### **Formação histórica do Brasil: autocracia e limites à democracia**

Uma análise sobre o presente histórico não pode se furtar ao diálogo com o pensamento e obra de intelectuais que interpretaram o processo histórico brasileiro, como é o caso dos estudos desenvolvidos no século XX sobre o caráter da revolução burguesa no Brasil e os limites democráticos e tendências autocráticas da ação das classes dominantes no país. Em seu grande ensaio de interpretação sociológica, Florestan Fernandes (1981) argumentava que a burguesia brasileira surgiu na cena histórica sustentando interesses de classe muito restritos e uma visão de mundo igualmente limitada, características relacionadas à herança do regime colonial, permanência de relações de exploração arcaicas e ação de domínio do imperialismo. A dependência externa da economia brasileira era um fator decisivo na maneira como a revolução burguesa ocorreu no Brasil, dificultando sua realização. A análise de Florestan Fernandes mostrava que a ação histórica da burguesia brasileira e do conjunto das nossas classes dominantes limitou-se à construção de uma ordem econômica capitalista. Foi o que ele observou, por exemplo, na ação de dois agentes sociais que

contribuíram para a ruptura com a ordem escravista: o imigrante e o fazendeiro de café.

Para Florestan Fernandes, o imigrante e o fazendeiro de café exerceram papéis econômicos construtivos para a emergência da ordem social competitiva no país, mas essa atuação restringiu-se ao campo econômico. Quando a revolução – as mudanças profundas pelas quais passava a sociedade brasileira desde a Independência – precisou avançar no sentido democrático e de independência nacional, a burguesia brasileira recuou. Ela não aceitou que aqueles que foram submetidos a relações de dependência e escravidão no período colonial do Império e que a nascente classe de trabalhadores assalariados imprimisse sua marca na nova sociedade, na ordem social competitiva, como força social construtiva na economia e na política do país.

As consequências desse recuo histórico da burguesia também foram políticas. No século XX, frente ao desafio de garantir o acúmulo de capital equilibrando-se entre herança escravista, dependência externa e pressão da nova classe trabalhadora, a solução política foi a constituição da autocracia burguesa, do Estado autocrático, não da democracia liberal-burguesa. O poder autocrático burguês garante a defesa dos interesses exclusivos das classes dominantes (grandes proprietários de terra, empresários da indústria e do setor financeiro) ao mesmo tempo em que impõe limites à participação democrática nas escolhas políticas e no destino do país. Exemplos disso foram as restrições impostas ao direito de voto em vários momentos no século XX. Foi assim nas ditaduras deflagradas em 1937 e 1964. Nos momentos de eleições livres, o poderio econômico e a influência sobre a grande mídia pesaram a favor “dos de cima”, como nas eleições presidenciais de 1989 – situação posterior ao momento em que o autor escreveu *A revolução burguesa no Brasil*, mas acreditamos que coerente com a sua interpretação.

Segundo Florestan Fernandes, a autocracia burguesa tanto assumiu uma forma dissimulada, com aparência democrática, entre 1945-1964, como a de uma ditadura aberta, com tendência ao

fascismo, no pós-1964. Ao não se constituir como o sujeito histórico da revolução nacional e democrática, a burguesia foi determinante para que a revolução burguesa se convertesse em revolução interrompida, dando início ao período da contrarrevolução. Essa classe social vai deixar de ter o papel de força social construtiva que teve no passado, atendo-se apenas à continuidade e expansão da ordem econômica capitalista no país. Um ponto crítico na obra de Florestan Fernandes é o fato de o autor não ter identificado a tendência de um setor burguesia brasileira a incorporar a democracia liberal como alternativa histórica para um novo ciclo de acumulação de capital, como ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980. Naqueles anos, a expressão política mais avançada da burguesia brasileira (inicialmente MDB e depois PMDB) foi fundamental para garantir uma transição pactuada entre as classes dominantes para um regime de Estado democrático de direito. A teoria sociológica desenvolvida por Florestan Fernandes parece não considerar que, em alguns momentos, uma parte da burguesia brasileira tenha se colocado o problema da hegemonia perante as demais classes sociais e considerado a democracia como elemento necessário da hegemonia burguesa<sup>3</sup>. O esboço intelectual desta perspectiva burguesa está representado, por exemplo, na obra de Fernando Henrique Cardoso desenvolvida nos anos 1970 a partir

---

<sup>3</sup> Duas publicações contemporâneas à obra de Florestan Fernandes e que consideraram o tema da hegemonia na análise sobre o caso brasileiro foram *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), de Luiz Werneck Vianna, e *A democracia como valor universal* (1979), de Carlos Nelson Coutinho. Nestas obras, os autores entendem o processo histórico brasileiro como um caso de revolução sem hegemonia burguesa, uma modalidade de via prussiana e/ou revolução passiva. No entanto, em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Werneck Vianna lança a hipótese de que houve por parte da burguesia industrial paulista uma intenção de constituir uma hegemonia pautada no americanismo nas décadas de 1920 e início de 1930, o que não ocorreu devido à vitória do projeto de constituição de um Estado corporativo para viabilizar a industrialização da economia. Segundo nossa hipótese, a burguesia paulista retomou a pauta da hegemonia e do americanismo a partir da segunda metade da década de 1970.

do CEBRAP, a qual tinha por referência o tema da democracia desenvolvido na perspectiva liberal<sup>4</sup>.

Apesar do aspecto crítico que levantamos em relação à seminal obra de Florestan Fernandes, ela nos traz um ponto de reflexão significativo para a atualidade: com a tendência ao exercício autocrático do poder pelas classes dominantes no Brasil, o papel de defesa e de luta pela democracia em todas as dimensões da vida social coube principalmente aos dominados e seus representantes políticos: a classe operária, os sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda. Ainda que não seja o ponto principal a ser abordado historicamente por este ensaio, uma das hipóteses aqui sustentadas é a de que o Estado democrático de direito no Brasil foi principalmente uma conquista da classe trabalhadora e dos grupos sociais subalternos de modo geral. Eles tiveram um papel muito mais importante na constituição de governos democráticos do que as classes dominantes, as quais tendem apenas se apropriar instrumentalmente e ideologicamente do tema da democracia – exemplo neste caso é a apropriação feita pelos grandes grupos de comunicação do país sobre o tema da democracia no período pós-Constituição de 1988. Foi a ação organizada da classe trabalhadora, de movimentos sociais dos grupos dominados e de suas organizações políticas que questionaram a tradicional conciliação pelo alto entre as classes dominantes brasileiras e pressionaram para que ocorresse uma reorganização das relações entre Estado, capital e trabalho no Brasil nos anos 1980 de uma perspectiva democrática.

Nesse sentido, a luta pela emancipação política frente a uma sociedade constituída sob relações sociais coloniais, de dependência e escravidão foi incorporada e assumida ao longo da

---

<sup>4</sup> A trajetória intelectual e política de Fernando Henrique a partir da década de 1970 - a qual envolve a publicação de livros como *Autoritarismo e Democratização* (1975), atuação como dirigente intelectual no CEBRAP, a participação na oposição à ditadura militar pelo MDB e a ascensão à Presidência da República pelo PSDB (1995-2002) - expressa a posição de uma fração da burguesia brasileira que postula a hegemonia a partir da mobilização do tema da democracia em perspectiva liberal, especialmente a partir de meados da década de 1970.

história brasileira pela classe trabalhadora e pelos grupos sociais subalternos. A burguesia brasileira não tem esse vínculo histórico com a democracia na mesma medida em que, por exemplo, a burguesia francesa, que teve de romper com o modo de produção feudal e o poder político autocrático da nobreza para impor seu domínio na sociedade francesa.

### **O desafio da emancipação em tempos de globalização neoliberal**

A combinação entre luta pela emancipação política (a democratização do Estado) e emancipação social (a revolução “contra a ordem”, nos termos de Florestan Fernandes) levada a cabo pelos setores mais avançados da classe trabalhadora brasileira ao longo do século XX não logrou êxito quanto ao projeto de uma revolução social que partisse do mundo do trabalho. No entanto, foi decisiva para a conquista do Estado democrático de direito e da constituição de um novo cenário para luta de classes – com a garantia de direitos sociais e políticos. No caso da classe operária, por exemplo, a longa luta que travou durante todo o período de implementação do capital industrial no país por melhoria de suas condições de vida e de trabalho, das greves do início do século 20 às greves do ABC paulista (1978-1980), desdobrou-se numa série de conquistas de direitos sociais, trabalhistas e políticos – ainda que não fosse esse o objetivo final dos setores da classe operária que almejavam a revolução socialista e a derrubada do Estado capitalista.

No entanto, essa nova fase da luta social no Brasil, iniciada final dos anos 1980 e cujo principal momento político foi a disputa presidencial de 1989, vencida por Fernando Collor, ocorreu em um cenário de avanço da crise estrutural do capital em escala mundial (Mészáros, 2002).

Na década de 1990, a contrarrevolução avançou por meio da implantação das políticas neoliberais no país, opção das classes dominantes para se adequarem ao “mundo globalizado” – expressão muito comum à época. Com a promulgação da

Constituição de 1988, a luta de classes no Brasil se desenvolveu, no plano político, a partir da oposição entre contrarrevolução neoliberal (privatizações, financeirização da economia, reestruturação produtiva e ataque aos direitos das classes trabalhadoras) e a defesa de reformas progressivas possibilitadas pela nova Constituição nas lutas por ampliação de direitos e políticas sociais, combate à desigualdade, reforma agrária, saúde pública universal (SUS), educação pública de alta qualidade, democratização dos meios de comunicação, etc. A partir daquele momento, final da década de 1980, a luta de classes no Brasil vai ocorrer num cenário de modificação da configuração internacional do sistema do capital e do próprio perfil das classes sociais no país, com impacto na composição de classe do Estado brasileiro e imposição de limites à constituição da democracia social e política delineada na Constituição de 1988.

### **Imperialismo e neoliberalismo: a constituição do poder autocrático do capital em escala global e seu impacto no Brasil**

István Mészáros (2002) situa o início da crise estrutural do capital global no final da década de 1960, cujos fatos expressivos seriam a Guerra do Vietnã, os acontecimentos de maio de 1968 na França e a repressão soviética às tentativas de reforma na Tcheco-Eslováquia e Polônia, países vinculados ao chamado “socialismo real”. A natureza da crise anunciada naquele momento não correspondia às características das chamadas crises cíclicas do capitalismo. A probabilidade maior é de que “o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1089).

Dentre os desdobramentos da crise estrutural do capital, destaque para a nova estratégia desenhada a partir da década de 1970 pelo EUA para enfrentar a crise, dando início a uma nova fase do imperialismo capitalista, caracterizada posteriormente pelos



termos globalização e neoliberalismo. Apesar da difusão, por meios de comunicação de massa e também de instituições acadêmicas, da ideia de mundo governado pelo livre mercado em escala global e de enfraquecimento dos Estados-nação, o início da crise estrutural do capital implicaria na configuração da moderna autocracia do capital politicamente coordenada pelo projeto imperial dos EUA. Fiori pontua esse aspecto com precisão:

Assim o projeto da globalização financeira foi assentando suas bases e impondo sua legitimidade, na medida em que os demais países foram delegando ou sendo obrigados a delegar sua soberania financeira para os bancos centrais desse novo grupo de poder internacional, o G7+, ou SWIFT. Um movimento de transferência, centralização e controle de informações e decisões que alcançou seu ápice no início da Guerra Global ao Terrorismo, declarada pelos Estados Unidos em 2001. Naquele momento, o governo norte-americano exigiu de seus principais aliados o repasse do sistema de informações e o poder de decisão, em última instância, dentro do SWIFT, para seu próprio Banco Central e seu Departamento de Justiça, que passaram a controlar e operar uma capacidade sem precedentes de arbítrio e uso de “informações sigilosas”, e de imposição de sanções financeiras, contra todo e qualquer país considerado seu inimigo ou competidor. Já era então possível ver o que, após o início da Guerra da Ucrânia, ficou absolutamente transparente, mesmo para os menos avisados: o projeto da globalização neoliberal nunca foi apenas um imperativo dos mercados, e esteve sempre associado ao projeto de poder global dos Estados Unidos. Na verdade, a história da internacionalização capitalista dos últimos 50 anos é inseparável da estratégia de poder internacional adotada pelos Estados Unidos em resposta à sua crise do início dos anos 1970. (FIORI, 2023, online).

Apesar das tensões estabelecidas entre poder político de Estados nacionais e tendência transnacional e expansionista da economia e das empresas transnacionais, a articulação Estado-capital segue fundamental para garantir o controle e a exploração sobre o trabalho. “Os representantes das seções mais poderosas do

capital compreendem que não estão em posição de dispensar a proteção oferecida por seus Estados nacionais aos seus interesses vitais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 230). No entanto, tal articulação entre o econômico e o político tem no imperialismo dos EUA seu polo organizador e vértice hierárquico. Algumas implicações importantes deste processo: a concentração das decisões relevantes sobre os rumos da sociedade pelo império e pelas seções mais fortes do capital transnacional; mudança no perfil das classes dominantes e das classes exploradas; criminalização da política como meio de ampliar o domínio do capital sobre o trabalho e ascensão de lideranças políticas medíocres e de perfil fascista<sup>5</sup>. Tem-se, nessa fase histórica, a constituição de uma verdadeira autocracia do capital em escala internacional, um sério obstáculo aos processos democráticos nacionais.

À fase histórica da globalização e do neoliberalismo, expressão da crise estrutural do capital global, vai corresponder uma classe dominante de perfil transnacional. Não se trata apenas de uma burguesia proprietária de meios de produção locais, mas de uma classe dominante integrada ao circuito de mercados financeiros internacionais, personificada em CEOs, grandes investidores e figuras bilionárias sem quaisquer preocupações com projetos de desenvolvimento nacional ou em estabelecer vínculos orgânicos com as demais classes e camadas sociais de seus respectivos países.

---

<sup>5</sup> Segundo Fiori (2023, online): “Um dos pontos, aliás, em que o projeto da globalização econômica alcançou pleno sucesso, ao lograr autonomizar quase completamente as decisões dos mercados financeiros internacionais com relação aos governos locais da maioria dos Estados nacionais (com exceção, evidentemente, dos Estados Unidos, e em alguma medida, também da China). Não foi por acaso que no mesmo período a “estatura política” dos governantes nacionais foi ficando menos relevante, sobretudo no Ocidente, onde os políticos tradicionais foram sendo substituídos por atores de cinema, animadores de televisão, esportistas de sucesso, palhaços de circo, alcóolatras, psicopatas e celebridades de qualquer outro tipo que fossem festejadas pelas grandes massas como “figuras rebeldes”, quando na verdade não passavam de “figuras excêntricas” que atuavam, na maioria dos casos, como marionetes dos novos grandes centros internacionalizados de decisão financeira.”

No caso brasileiro, quem vai se impor no mercado a partir da década de 1990 é o agente capitalista (CEO) especialista em fazer a empresa gerar dividendos, os lucros a serem distribuídos aos acionistas. Nessa perspectiva, inspirada na linha econômica da Escola de Chicago, o foco central e único da empresa é o acionista, independente dos impactos econômicos e sociais desta linha de atuação (como venda de empresas que não estão dando lucro imediato e demissão em massa de trabalhadores para assegurar os lucros). Impõe-se a lógica de concentração de capital pela cartelização e esmagamento da concorrência entre empresas e a redução de custos com o capital variável (salários), aprofundando a exploração sobre o trabalho<sup>6</sup>. Há uma continuidade no padrão de ação da classe dominante brasileira, de ater-se puramente à expansão da ordem econômica capitalista no país, tal qual Florestan Fernandes observou em relação à burguesia brasileira. Com a diferença de que os vínculos com o capital transnacional são mais profundos do que nas décadas de 1960 e 1970, quando o autor elaborou sua interpretação da revolução burguesa no Brasil.

Uma das consequências da imposição dessa lógica econômica e economicista na sociedade é a desestruturação e reconfiguração do mundo do trabalho e da classe trabalhadora. O avanço das forças produtivas do capital a partir do início da crise estrutural tem combinado avanço tecnológico – uso da robótica nas fábricas, desenvolvimento de plataformas virtuais de trabalho e serviços, etc. – com aumento do desemprego, precarização do trabalho, perda de direitos e redução significativa do padrão de vida da maioria da classe trabalhadora.

Tomando-se novamente o caso brasileiro como um exemplo e os resultados sociais colhidos pelas classes dominantes após o aprofundamento das tendências neoliberais na economia a partir de 2016. Dados recentes indicam um grande número de

---

<sup>6</sup> Tome-se com um exemplo significativo a esse respeito a 3G Capital, empresa brasileiro-estadunidense que tem atuado no país nos ramos da indústria de alimentos, bebidas, restaurantes, fast-foods, varejo e comércio eletrônico.

trabalhadoras e trabalhadores em empregos informais ou subutilizados no mercado de trabalho. Segundo o DIEESE (2022), ao final do ano de 2022, o número de pessoas empregadas com carteira de trabalho era de 36,3 milhões de pessoas. Trabalhadores sem carteira de trabalho no setor privado eram 13,2 milhões, maior número da série histórica desde 2012. O número de empregados no setor público seria de 12,2 milhões de pessoas, mas deste total, 3,1 milhões de trabalhadores não têm carteira assinada no serviço público. Ainda segundo o DIEESE, 39,1 milhões seria o número de trabalhadores informais, superior àqueles com carteira assinada. Somando-se a esse dado, temos que a força de trabalho subutilizada (aquela parte desocupada, com poucas horas de trabalho ou que é força de trabalho potencial) totaliza 23,4 milhões de pessoas. Do ponto de vista da remuneração salarial, o valor do salário mínimo no Brasil em dezembro de 2022 era de R\$1.212,00. Para o mesmo período, o valor da cesta básica era de R\$768,82 em Porto Alegre (RS) e de R\$762,20 em São Paulo (SP), cerca de 63% do valor do salário mínimo.

Um claro sinal de pauperização social. Com relação à alimentação, por exemplo, dados de 2022 mostraram que ao fim do governo Bolsonaro a situação era semelhante à da década de 1990. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2022), 40% dos domicílios brasileiros convivem com algum tipo de insegurança alimentar, cerca de 125 milhões de pessoas – mais da metade da população do país. Completando o quadro, 33,1 milhões de pessoas, 15% da população, estavam em situação de fome e 14 milhões chegaram a essa condição de miséria em 2022.

Junto à precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, tem-se, como sustentáculo desta situação, a difusão e ampliação da chamada “uberização” das atividades laborais, as quais são realizadas por meio dos aplicativos e demais plataformas virtuais, propagandeadas como possibilidades de trabalho autônomo, caminhos para a atividade empreendedora e autogestão do próprio tempo disponibilizado ao trabalho. A ideologia do

empreendedorismo floresce precisamente no contexto de fragmentação do mundo do trabalho e de grandes dificuldades dos trabalhadores se perceberem e se constituírem como classe.

Com relação à nova configuração das classes sociais no Brasil durante o período da globalização neoliberal, nota-se um movimento marcado por tendências contrárias, mas que fazem parte de um mesmo processo de recomposição do capital em crise: há um movimento de consolidação e unificação das classes dominantes de maneira subalterna e integrada ao capital transacional; uma internacionalização das classes dominantes que tem como contrapartida a fragmentação do mundo do trabalho e da classe trabalhadora, dividida em grupos subalternos com identidades sociais, culturais, política e ideológicas diversas.

Do ponto de vista da relação entre Estado e classes sociais, tem-se como tendências dessa fase o reforço do poder autocrático do capital em escala mundial como meio e necessidade para se garantir o controle sobre a força de trabalho:

As medidas autoritárias se tornam necessárias pelas dificuldades crescentes da administração das condições cada vez mais deterioradas da vida socioeconômica, que não foram geradas por intervenção legislativa direta do Estado. São criadas para apoiar, com a ameaça da lei e, sempre que necessário, com o uso da força as posturas mais agressivas do capital com relação à sua força de trabalho. (MÉSZÁROS, 2002, p.342).

Por outro lado, a prevalência da lógica neoliberal tende a submeter a luta de classes e as relações entre Estado e classes sociais políticas ao reino da pequena política, com a ação política reduzida à mera adaptação à dinâmica de mercado e expressão direta de interesses econômicos de grupos com maior força e capacidade de influência sobre as políticas do Estado. Pequena política e criminalização da política são faces características do poder autocrático do capital no atual momento histórico. Se, por um lado, há uma tentativa de converter o Estado em agente direto dos

interesses do capital, por outro, a criminalização da política surge como criminalização de qualquer esboço de grande política que se faça às margens do império e dos interesses do capital transnacional.

Mais uma vez, o caso brasileiro é emblemático nesse sentido. A crise do primeiro ciclo neoliberal no Brasil (1990-2002) abriu espaço para a ascensão de uma força político-social identificada à realização de um programa democrático-popular de reformas estruturais no país. Ainda que com limitações, houve por parte dos governos do PT (Lula e Dilma Rousseff) a tentativa de realizar uma ação coordenada entre Estado e representantes das classes sociais e da sociedade civil de modo a favorecer a formação de um mercado interno de massas, com aumento dos salários, garantia de direitos e promoção de políticas sociais capazes de reverter a condição de miséria e pobreza de cerca de 35 milhões de pessoas no Brasil. A reação a esse projeto de reformas veio sob a forma de um golpe de Estado em 2016 sustentado por um discurso ideológico midiático de criminalização da política e permissão para que um setor do Poder Judiciário agisse a contrapelo do Estado democrático de direito para prender e punir o “inimigo interno”.

A Operação Lava Jato e o amplo uso que fez da prática do *lawfare*, o direito como arma de guerra, foi a face visível, situada no Estado, de um poder autocrático, capitalista e burguês, que tende cada vez mais a recusar qualquer avanço em termos de bem-estar social, ainda que nos marcos do capitalismo. Logo após a derrubada do Governo Dilma Rousseff por um golpe de Estado que atualizou o modo tradicional de conciliação pelo alto entre as classes dominantes no Brasil, uma série de contrarreformas foram implementadas, sendo as mais significativas: emenda constitucional 95/2016 (lei do teto de gastos), reforma trabalhista (2017), reforma do ensino médio (2017) e reforma da previdência (2019). Tais medidas implicaram na diminuição do papel do Estado na promoção de políticas públicas e sociais, desestruturação das proteções sociais à classe trabalhadora (com o aumento de casos

análogos à escravidão) e submissão do orçamento público aos mecanismos financeiros de acumulação do capital.

Em suma, nas últimas três décadas a luta de classes e a correlação de forças sociais no Brasil têm se situado entre as tentativas de aprofundamento da “democracia” burguesa, herança das conquistas das lutas sociais do século XX, e da autocracia internacionalizada do capital. Assim, nas reformas progressivas buscadas, tem-se a tentativa de aprofundamento da democracia nos limites do capitalismo, a revolução dentro da ordem sempre recusada pela burguesia brasileira, conforme Florestan Fernandes. A revolução contra a ordem não foi a pauta dominante no mundo do trabalho nas últimas três décadas, muito menos entre as que galgaram posições no Estado. No entanto, a contrarrevolução neoliberal e a profunda desestruturação social que promove trouxe novamente o fascismo como alternativa e solução de continuidade para a reprodução da ordem econômica capitalista – por mais deletéria que ela se apresente para o mundo do trabalho, por mais que promova a barbárie na sociedade. No atual momento histórico, a luta emancipatória deve, portanto, levar em consideração a ameaça fascista.

### **Aspectos do fascismo brasileiro: a emergência de uma sociedade civil fascista**

O ano de 2013 ainda pode ser visto como ponto de partida para se entender o cenário de 2023 e a crise política de uma década que teve como uma de suas explicações a emergência de uma sociedade civil de perfil fascista. Naquele ano de 2013 e nos anos subsequentes, uma vontade coletiva foi posta em marcha, com características ainda pouco orgânicas. Múltiplas, e muitas vezes antagônicas, concepções do mundo conviveram bizarramente nas ruas em atos comuns, o que anunciava uma nova disputa a ser travada no âmbito da sociedade civil brasileira. As crises políticas dos anos subsequentes, ainda vivendo a atmosfera de 2013, tiveram o seu primeiro desfecho antipopular, o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, concluído

em 31 de agosto de 2016, estendido até a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de abril de 2018. O segundo desfecho, deu-se em 28 de outubro ainda em 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência da República.

A Operação Lava Jato, do Ministério Público Federal do Paraná, é elemento central em todos esses acontecimentos pós-2013. Como ficou comprovado já em 2019, a partir das informações divulgadas pelo *The Intercept Brasil*, no conjunto de publicações expondo conversas ilegais entre o ex-juiz Sérgio Moro e os procuradores da Lava Jato – material que ficou conhecido como “Vaza Jato” – ficou evidente a atuação política desse braço do Estado para eliminar as alternativas populares para conduzir politicamente o país. O *lawfare* da Lava Jato, um método de investigação e punição contrário aos princípios do Estado democrático de direito, foi peça central na condenação do então ex-Presidente Lula, que, ainda assim, acabou sendo inocentado e solto da prisão em 8 de novembro de 2019. A libertação do ex-Presidente encerrou uma fase da nossa conjuntura, dando início a outra, de reorganização do campo progressista e democrático-popular. De todo modo, tal operação pavimentou a vitória de Bolsonaro e levou ao poder um governo fortemente inspirado por concepções fascistas, marcantes no início do século 21.

De 2013 até a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 esteve em curso na sociedade brasileira um forte movimento antipopular e de massas, forçando a conquista do poder. Os vários acontecimentos ocorridos desde 2013 caminharam nessa direção. Pela ação de aparelhos privados de hegemonia que atuaram na sociedade civil brasileira<sup>7</sup>, uma energia social se conformou, de maneira mais ou menos bizarra, com o objetivo de impedir de qualquer modo a permanência dos governos petistas. Algo já indicava a insustentabilidade da manutenção da ordem, o

---

<sup>7</sup> Um dos pontos a serem analisados nas manifestações de direita que ocorreram entre 2013 e 2018 é sobre a rede de financiamento e apoio a grupos que ganharam projeção a partir deste momento, como o Movimento Brasil Livre (MBL).



que significava, ao mesmo tempo, risco às instituições democráticas e aos movimentos sociais e populares. Frentes fascistas estiveram bastante atuantes nesse período e elas acabaram alcançando articulação e força social relevantes meses antes das eleições de 2018. Conservadorismos de vários matizes morais e políticos, além do mais puro reacionarismo nacional, foram compondo a face do fascismo brasileiro.

Ganhando as eleições, o Governo Bolsonaro tentou aliar, e teve certo sucesso neste empreendimento, religiosos, militares, armamentistas, milicianos, negacionistas do pensamento científico moderno e forças políticas antipopulares. A partir de dentro das instituições da sociedade política, Bolsonaro, aliado a esses grupos da sociedade civil, forçou até ao máximo o golpe derradeiro de seu projeto de implementar uma ditadura fascista no país. Por quais razões isto foi possível e ainda permanece como possibilidade na sociedade brasileira?

O bolsonarismo conseguiu, em escala nacional, unificar desde as velhas forças políticas fundadas na pura violência do campo às recentes milícias urbanas, enraizadas no Rio de Janeiro – mas que já se encontram em outros estados e cidades do país. Antonio Gramsci, ao tentar entender o nascente fascismo italiano nas primeiras décadas do século 20, faz uma distinção entre o fascismo rural e o da cidade, os quais por vezes entraram em choque devido a diferenças na condução da luta política (GRAMSCI, 2004).

O ex-presidente Jair Bolsonaro, num certo sentido, construiu em solo brasileiro a unidade entre um emergente fascismo no campo e aquele organizado na cidade, edificando um mesmo bloco de poder. Daí o bolsonarismo se apresentar como uma vertente contemporânea do fascismo. No entanto, o entendimento da particularidade do fascismo no Brasil só pode acontecer por meio da abordagem histórica do problema.

O fascismo como forma de governo nasce nas primeiras décadas do século XX. E o seu contexto geográfico é a Europa. Os motivos para o seu nascimento, portanto, devem ser buscados nesse tempo/espço. Num primeiro momento, o fascismo é fruto

da crise da correlação de forças políticas entre as potências imperialistas. A tentativa tardia de países como a Alemanha e a Itália de invadirem e dominarem outras nações na África e na Ásia desdobrou-se num profundo conflito de interesses entre as nações imperialistas da Europa. A Primeira Guerra Mundial é o resultado mais dramático desse conflito. E o fascismo o desdobramento político-social desse drama. Ele também foi resposta à crise de hegemonia e solução das classes dominantes para promoção das forças produtivas de uma nova fase do capital, como foi a implementação do fordismo nas décadas de 1920 e 1930 na Itália. Um caminho para a reorganização da economia e do poder das classes dominantes sobre o trabalho pelo Estado em escala nacional e como preparação para a disputa imperialista do período situado entre as duas grandes guerras mundiais.

No caso italiano, considerado a formação clássica do fascismo, foram suas expressões históricas: a ideologia do nacionalismo e o retorno imaginário ao Império Romano; o combate às concepções que indicavam a existência da luta de classes; o enfrentamento aos diversos setores organizados e ligados ao movimento operário; a standardização da sociedade e o culto à liderança autoritária.

Como movimento político-social, o fascismo já projetava a disputa pelo Estado antes de se tornar governo, especialmente pela organização de grupos de ação e difusão de seus ideais pela sociedade. Assim, antes de assumir o controle do aparelho estatal, o campo fascista conseguiu atrair para sua órbita multidões de descontentes de uma sociedade em crise pelo avanço do capitalismo em tempos de guerra interimperialista. Desse modo, o partido fascista, em pouco tempo, tornou-se o mais forte da Itália. Com a entrada e derrota na Segunda Guerra Mundial, o fascismo italiano é desmontado, mas não totalmente eliminado como possibilidade histórica, sempre viva, de saída para as crises orgânicas do capitalismo.

Na sociedade brasileira contemporânea, há um entendimento, não consensual, mas bastante sólido, de que em vários episódios

sociais e políticos recentes é possível identificá-los como manifestações fascistas.

As posições críticas, em geral, pecam ao desconsiderarem as suas particularidades assumidas em relação ao caso italiano. Acreditam que a única forma de identificar a existência de forças fascistas é a partir dos elementos característicos das primeiras décadas do século XX. Obviamente que se os parâmetros forem somente esses, o fascismo dificilmente poderá ser encontrado na realidade contemporânea, principalmente em países como o Brasil. O que deve ser entendido, porém, é o fato do movimento e do regime fascistas, assim como qualquer outra experiência político-social, ao se expandirem pelos diversos países, passam, necessariamente, por processos de adaptações históricas. Assim ocorreu com as experiências socialistas, com o liberalismo e com as formas de democracia. Todas essas experiências que nascem em determinadas formações nacionais, ao se internacionalizarem, passam por transformações importantes, de acordo com cada realidade particular com que se defrontam.

Desse modo, quando se argumenta que existem movimentos de caráter fascista no Brasil, fundamentalmente nos últimos anos, não se está querendo encaixar a realidade italiana do início do século XX na atual sociedade brasileira. Busca-se, ao contrário, identificar o seu caráter específico que é parte da realidade sócio-histórica brasileira.

A hipótese aqui sustentada é a de que a particularidade do fascismo no Brasil deve ser buscada na conexão histórica entre o fascismo e uma história de 300 anos de escravidão do povo negro, retirado à força da África, e das populações indígenas originárias. Há um violento processo de exploração de povos oriundos do período colonial que precedem a emergência do fascismo no Brasil, mas que o favorecem em sua ascensão na cena histórica brasileira do século XX. Portanto, mencionar o fascismo no Brasil é referir-se a um momento histórico recente e que, ao mesmo tempo, não pode ser entendido fora da tradição de séculos de escravidão. O peso da

escravidão e do autoritarismo estatal asseguram as condições favoráveis para a disseminação de movimentos fascistas no Brasil.

No Brasil, a escravidão de grande parte da população gerou um solo nacional específico para as manifestações fascistas. Importante ressaltar que elas são formas específicas de autoritarismo e de ditadura, ou seja, não são sinônimos de qualquer governo ou movimento repressor. Afinal, nem todo regime fundado predominantemente na violência necessita do apoio da massa social para se consolidar. É perfeitamente possível construir um aparelho estatal baseado apenas na coerção, sem ter o consenso das amplas multidões. A história brasileira do século XX apresenta justamente esse aspecto, isto é, a forte presença de ditaduras no âmbito do Estado, mas sem um amplo movimento social de massas, organizado de forma permanente para apoiá-las. O que ocorreu foi a dominação por meio do aparato repressivo, domínio sem hegemonia, gerando o medo e o controle das instituições ligadas a grupos e classes sociais potencialmente antagônicos.

Para haver fascismo, é preciso existir uma sociedade civil fascista. Esse é um dado universal deste movimento. E, além disso, é preciso que a sociedade civil apresente um alcance nacional, produto de uma economia capitalista que integra materialmente o a população de um território e fornece a base para o desenvolvimento de relações sociais mais amplas e complexas. Tais elementos se desenvolvem no Brasil como desdobramentos do avanço da revolução burguesa no país durante o século XX e da correlação estabelecida entre acumulação de capital e poder estatal repressivo. Assim, houve momentos em que o fascismo ganhou corpo na relação entre Estado e classes sociais, sociedade civil e sociedade política no país, como durante o período de vigência do Estado Novo (1937-1945) e da ditadura militar a partir da promulgação do AI-5 (1968).

Após o longo processo de revolução burguesa e capitalista no Brasil – de fins do século XIX à segunda metade do século XX – e a nova divisão do trabalho que estabeleceu no país, a sociedade civil brasileira assumiu relações sociais mais complexas, com inúmeras

formas de organização política, social e cultural, em âmbitos institucionais ou não. É no contexto da transição e redemocratização dos anos 1980 que a sociedade civil se nacionaliza efetivamente. Nesse período, por exemplo, as condições serão mais propícias para a formação de partidos políticos de alcance nacional, não restritos às capitais da faixa litorânea. Do mesmo modo, é nesse momento que ganha corpo uma opinião pública nacional, em grande medida impulsionada e sob a influência da expansão dos meios de comunicação da indústria cultural – mesmo sendo controlados por pequeno número de famílias, representantes das classes dominantes.

A questão em aberto após a conclusão da revolução burguesa no Brasil é se a sociedade civil irá assumir um caráter liberal-democrático, socialista ou fascista, a depender da correlação de forças vigentes, da disputa pela hegemonia entre as classes sociais e da maneira como está organizada a produção e reprodução da vida social.

A interpretação dos acontecimentos da conjuntura iniciada em 2013 no país, tal qual descritos anteriormente, sugere que aquilo que ocorreu na Itália na primeira metade do século XX hoje surge como possibilidade real no Brasil, embora sob novas circunstâncias. Somente após quase 100 anos da experiência italiana é que o Brasil criou as condições concretas para sua efetivação, por meio da constituição de laços políticos, culturais e econômicos, envolvendo praticamente todo o país. O lento desenvolvimento de forças produtivas locais e da sociedade civil ao longo da história brasileira e de seu território constituíram obstáculos à existência e afirmação de uma concepção do mundo de dimensões nacionais, o que não ocorre nem rápida, nem facilmente. No entanto, as condições materiais, sociais e institucionais do Brasil do século XXI são mais favoráveis a esta possibilidade.

É assim que, nos anos 2000, o fascismo ressurgiu num cenário de crise estrutural do capital e com uma faceta ainda mais reacionária em um país como o Brasil, à medida que atua contra todas as políticas de bem-estar social e abre campo para a ação das

forças mais destrutivas do capital, promovendo o aumento da exploração do trabalho e dos recursos naturais do país. Não por acaso, uma de suas bases sociais é o conjunto de empresários ligados ao agronegócio, à articulação ao mercado internacional pela exportação de *commodities*, às práticas de destruição ambiental, genocídio de indígenas e à reprodução de formas de trabalho no campo análogas à escravidão. Setor este que apoiou explicitamente a reeleição de Bolsonaro em 2022.

Nesse fascismo do século XXI, não há qualquer intenção de se apropriar do Estado para promover reorganização nacional da economia em bases mais avançadas e de estimular uma política externa agressiva com a finalidade de expansão e fortalecimento do mercado interno nacional. Ao contrário, trata-se de promover a espoliação do território e de seus recursos naturais, da classe trabalhadora e de manter a condição de subalternidade frente ao imperialismo. Nesse sentido, a nova forma do fascismo no Brasil não se apresentou como antagonista das forças neoliberais em economia, mas como solução de continuidade, apresentando algumas semelhanças com a experiência econômica chilena durante a ditadura Pinochet – nesse caso, não se trata de uma anomalia o fato do Ministério da Economia ter sido entregue, no Governo Bolsonaro, a um quadro típico do mercado financeiro e expressão do neoliberalismo em economia. Daí a nova modalidade de fascismo ser a expressão da pequena política e de fazer o uso da criminalização da política como recurso ideológico a ser mobilizado contra a esquerda e as forças situadas no campo democrático-popular. No plano nacional, o fascismo no Brasil, sob a forma do bolsonarismo, se aproxima de uma ditadura aberta. Do ponto de vista mundial, trata-se de uma faceta local do poder autocrático internacional do capital.

Diferentemente das ditaduras fundadas predominantemente na ação das forças armadas, do poder político-militar, o fascismo tende à capilaridade social. Assim, a sua organização social e política cria dificuldades maiores para os setores de oposição. O risco que se coloca no presente histórico é que ocorra, como

resposta à própria crise estrutural do capital, o agrupamento em torno de um bloco histórico fascista de grupos sociais subalternos, de frações da classe trabalhadora, das camadas médias urbanas, da pequena burguesia e, sobretudo, da classe dominante transnacional. A emergência de uma sociedade civil fascista, tal qual analisada até aqui, indica que tal bloco histórico poderia ser sustentado materialmente pela força das armas, concentração de riquezas, exploração do trabalho em alta intensidade e, espiritualmente, por ideologias irracionistas de diversos matizes.

### **A democracia como resistência e alternativa emancipatória em tempos de crise**

O Governo Bolsonaro, sob a condução de uma liderança que se caracterizou pelo uso de ideologias reacionárias e anticomunistas como meio de mobilização popular, fortaleceu dentro e fora do Estado células fascistas que, no entanto, não alcançaram seu objetivo principal: a ditadura aberta. A tentativa ativa e, até o momento, a última movimentação nesta direção, ocorreu no recente 8 de janeiro de 2023. Uma semana após a posse do atual presidente Lula, vencedor das eleições de 2022.

Desde sua libertação no final de 2019, Lula se colocou como a principal alternativa e liderança do campo democrático-popular para enfrentamento do ainda incompleto fascismo brasileiro. A perseguição política de que foi alvo entre o golpe de Estado de 2016 e sua prisão em 2018, assim como sua trajetória anterior de resistência à ditadura, líder sindical, partidário e de Estado, o situaram como peça chave na resistência à fascistização e organização de uma frente ampla democrática para vencer as eleições de 2022. Com o apoio de uma base social que lhe permaneceu fiel mesmo após a criminalização midiática de sua imagem da qual foi alvo durante anos, conseguiu derrotar uma poderosa máquina financeira pública e privada organizada para garantir a reeleição de Bolsonaro.

Os desafios para este terceiro Governo Lula são muitos e complexos. Além da necessidade de reconstruir a vida nacional brasileira em praticamente todas as suas dimensões, o Governo Lula e a frente ampla democrática que o apoia devem enfrentar a herança fascista deixada por seu antecessor. O bolsonarismo é uma herança anti-nacional-popular de novo tipo, o que incorpora o antigo reacionarismo nacional no cenário das atuais concepções fascistas e possui, paradoxalmente, ampla base social e popular. O seu enfrentamento, aliás, não depende apenas das forças de governo e do aparelho de Estado. Exige, também, ações das organizações civis, como analisado anteriormente. O ambiente político nacional brasileiro nunca antes havia contemplado uma força fascista massificada, capilarizada e nacionalizada. O integralismo, por exemplo, não adquiriu tal dimensão nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

Esse quadro recente, no qual a luta de classes assumiu a forma de luta contra o fascismo pelo comando político do Estado, projetou novamente a democracia como tema central na batalha das ideias e na disputa geral pela direção da sociedade. O tema da democracia permeou um grande arco de tendências político-ideológicas, da direita à esquerda, liberais e socialistas, todos salientando a importância em se defender a democracia brasileira e as instituições que lhe garantem, tal qual fora estabelecido na Constituição de 1988. Esse fato chama atenção não apenas por trazer com força um antigo debate político e acadêmico, mas, também por recuperar o debate sobre o significado da democracia na história do Brasil.

De modo similar ao que ocorreu a partir de meados da década de 1970 no Brasil, no momento em que se deflagrou o processo de "abertura lenta e gradual" da ditadura civil-militar. Naquele momento, uma crise internacional sinalizava o início da crise estrutural do capital, processo assinalado anteriormente. No plano nacional, começava uma nova disputa pela direção intelectual, política e econômica da sociedade brasileira. A crise da ditadura era, ao mesmo tempo, crise das forças conservadoras que



conduziram pelo Estado a revolução burguesa no Brasil e do padrão de acumulação de capital que sustentara o "milagre econômico". A parte mais avançada da burguesia brasileira iniciou um movimento de afastamento em relação à ditadura para dar início a uma nova fase da acumulação de capital, sem a mediação das instituições corporativas do Estado criadas a partir da Era Vargas. O MDB foi a principal expressão política desse movimento nos anos 1970. No âmbito intelectual, o campo liberal vai elaborar uma teoria da democracia como expressão dos novos interesses que surgiam. Como indicado, a trajetória e a obra do intelectual do CEBRAP e político do MDB (depois PMDB), Fernando Henrique Cardoso, representa essa tendência.

No campo antagônico à ordem do capital, a classe trabalhadora e as organizações que lhe representavam também vão iniciar um movimento de reorganização de defesa e promoção de seus interesses após a dura repressão de que fora alvo a partir de 1964. O tema da democracia também será mobilizado como palavra de ordem contra o regime militar e caberá aos intelectuais de esquerda a reflexão sobre os caminhos da transição a uma democracia socialista. A concepção de democracia desenvolvida pela esquerda expressará as lutas por liberdades civis e políticas frente à repressão estatal e a ascensão do movimento operário representado pelas greves de 1978 a 1980 no ABC paulista.

A luta de classes e a disputa pela hegemonia assumiam, no campo teórico e entre os intelectuais, a forma de luta ideológica entre concepções liberal-burguesas e marxistas. Tanto no campo burguês quanto no da classe trabalhadora, havia diferenças sobre o alcance e significado da democracia e qual a aliança política necessária para viabilizá-la no país. A esquerda tendia a dividir-se entre os defendiam a ação autônoma e independente da classe operária e aqueles que argumentavam pela formação de uma frente democrática e do compromisso histórico com os liberais na transição à democracia. O recém-fundado PT, por sua ligação com o novo movimento sindical da época, tendia para a ação autônoma da classe operária frente à ditadura. O PCB encontrava-se dividido

entre aqueles que não aceitavam um pacto com a burguesia e propunham que a luta pela democracia deveria ser parte da luta pelo socialismo, como Luiz Carlos Prestes, e os que entendiam que o ponto central era um amplo pacto político pela transição à democracia, com o PCB voltando à cena como um partido novamente legalizado.

Uma resposta teórica importante aos dilemas da esquerda na transição veio a ser publicada no ensaio intitulado *A democracia como valor universal*, de 1979, escrito pelo intelectual marxista Carlos Nelson Coutinho, à época militante do PCB. O ensaio foi publicado inicialmente na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* e depois reunido com mais três ensaios em livro de 1980 que recebeu o mesmo título. Essa obra representa uma síntese, na trajetória do autor, entre a experiência de luta pela democracia pelo PCB contra a ditadura civil-militar e a linha “eurocomunista”, que muito o influenciou, representada pelo Partido Comunista Italiano (PCI) sob a liderança de Enrico Berlinguer.

Nessa obra, Coutinho assume o debate com os liberais sobre o significado da democracia, o que mostra que o autor percebia que a disputa pela hegemonia na sociedade brasileira do final dos anos 1970 relacionava-se à questão da democracia. Assim, “a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais”. (COUTINHO, 1980, p.34). Um dos autores com quem Coutinho estabelece uma interlocução crítica sobre o significado da democracia é Fernando Henrique Cardoso. Coutinho menciona um livro de entrevistas publicado por Cardoso, no qual ele menciona que a democracia não é busca pelo consenso, como nos regimes autoritários, mas o reconhecimento da legitimidade do conflito. Para Coutinho, a negação da ideia de consenso é a recusa da noção de hegemonia – fundamento teórico do autor (COUTINHO, 1980)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Ponto importante quanto a esta discussão é a reprodução da sociabilidade concorrencial de mercado na visão de democracia proposta por Cardoso, ou seja, a ideia de legitimidade do conflito e, portanto, da concorrência. Por outro, o limite

Outro ponto fundamental na discussão feita pelo autor é sobre o nexo necessário entre democracia e socialismo. Em primeiro lugar, Coutinho faz questão de apontar a existência de um importante debate, no interior de algumas tendências do movimento revolucionário, sobre a relação entre democracia e socialismo. Em sua leitura, essa discussão envolveu desde os clássicos do marxismo, como Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo e Gramsci, até os seus continuadores do final do século XX. De Marx, Coutinho retira uma reflexão de caráter metodológico que, certamente, segundo ele, foi assimilada por Lenin, na qual fica evidente a possibilidade de se entender a democracia como uma dimensão universal da vida humana. Diz ele: “Lenin certamente conhecia a observação Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal – e inclusive sua função de modelo – com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica.” (COUTINHO, 1980, p. 22). A tradução aqui para a dimensão da democracia é que a mesma pode ser entendida como uma forma de organização social e política não determinada, de modo absoluto, pela sociedade burguesa. Há, na convicção de Coutinho, elementos emancipatórios que não apenas podem sobreviver ao capitalismo, como são sempre atuantes e antagônicos à sua dinâmica reprodutiva. Afinal, a participação efetiva nos rumos da vida social é um princípio central da democracia. Então, a defesa da manutenção e aprofundamento da vida democrática não podem ser vistos como ações apenas táticas e transitórias para os objetivos finais da luta anticapital.

Segundo Coutinho (1980), o erro, muitas vezes cometidos inclusive pelos revolucionários, é associar a vida democrática à defesa da propriedade privada. Essa visão, que marca o pensamento liberal, não pode encerrar o entendimento sobre a democracia e as suas dimensões emancipatórias. Uma vez

---

da concepção de hegemonia de Coutinho à época, a qual é entendida como sinônimo de consenso.

pautado na possibilidade de uma sociedade realmente livre, aquele poder centralizador do aparelho estatal, responsável pelo comando da sociedade, deve ser substituído e superado pela gestão coletiva das organizações civis. Portanto, sem a participação efetiva dos sujeitos de uma possível nova sociedade, não há liberdade e emancipação plenas.

Justamente nesta linha, Coutinho afirma:

O socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – *ou deve eliminar* – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto. A superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente, para a realização do humanismo socialista, para a explicitação de todas as potencialidades abertas pela crescente socialização do gênero humano: essa realização e essa explicitação implicam também a superação da *alienação política*. (Uma necessidade de que Lenin era também consciente: basta lembrar a sua concepção de um Estado que pode ser dirigido por uma cozinheira.) A superação da alienação política pressupõe o fim do “isolamento” do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou. Ora, com o atual nível de complexidade social, essa reapropriação só se tornará possível por meio de uma articulação entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos “tradicionais” de representação indireta (como os parlamentos). Essa articulação fará com que esses últimos adquiram uma nova função – ampliando o seu grau de representatividade – na medida em que vierem a se tornar o local de uma *síntese política* dos vários sujeitos coletivos. E essa síntese é imprescindível se não se quer que tais sujeitos coletivos se coagulem ao nível da defesa corporativista de interesses puramente grupais e particularistas, reproduzindo assim em outro nível a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à perpetuação do domínio burguês. (COUTINHO, 1980, p. 27-28).

Ao considerar a democracia como caminho para superação da alienação em suas dimensões política e econômica, o autor aponta para uma forma de combinação entre emancipação política e social.

No entanto, naquela conjuntura histórica, tal proposta foi derrotada no plano nacional e internacional. Sua efetivação demandaria a constituição de um bloco histórico sob a direção da classe trabalhadora e com uma perspectiva de revolução social, ainda que a longo prazo. Mas houve uma composição de forças entre o bloco liberal-burguês e representantes da classe trabalhadora no intuito de superar a tradição político-reacionária que garantiu a promulgação de uma Constituição avançada para os padrões da história brasileira em 1988. Antes, porém, que esse processo entre a transição e a Constituição resultasse na composição de um bloco histórico social-democrata com um projeto de reformas estruturais, o avanço de um capital em crise trouxe ao país a realidade da fase neoliberal – a qual havia sido contida na década de 1980 por meio da ampliação das lutas sociais –, cujos impactos econômicos, políticos e na estrutura de classes da sociedade brasileira já foram analisados.

De todo modo, a teoria democrática desenvolvida por Coutinho contempla parte importante dos atuais motivos que indicam a necessidade dos grupos e das classes populares defenderem a manutenção do estatuto democrático frente ao bolsonarismo e à ameaça fascista. Defesa que não se resume à sua dimensão formal e constitucional, mas principalmente pela manutenção das infinitas formas de participações democráticas surgidas no interior da sociedade civil pós-1988. Organizações que atualmente vão além dos movimentos e agentes políticos tradicionais e que se fazem presente na atual luta pela reforma agrária, por moradia, pela diversidade e igualdade de gênero, pelos direitos dos povos originários à terra, na luta antirracista, nos partidos e sindicatos que ainda preservam identidade com o mundo do trabalho, etc. Pois há uma crescente multiplicação das formas de participação na vida social brasileira: coletivos pequenos ou grandes, nas periferias ou nos centros, políticos ou culturais, focados nas mais diversas pautas, são uma realidade e uma conquista que não se pode perder. O desafio é de identificar o fio de identidade e unidade nesta diversidade e correlaciona-las à reapropriação coletiva da produção pelo trabalho,

condição necessária ao aprofundamento da democracia para além das instituições políticas e para se romper com a reprodução social em parâmetros capitalistas. Manter tais conquistas é, seguindo os apontamentos de Coutinho, uma condição central para a construção de uma “democracia socialista”, fundada no pluralismo de massas e na avançada organização, “na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos de massa [...]” (COUTINHO, 1980, p. 31).

Levando em conta a herança histórico-nacional das classes dominantes no Brasil, marcada pelo conservadorismo e o reacionarismo, na qual as decisões mais importantes para a sociedade foram sempre tomadas “pelo alto”, com restrições significativas à participação ativa das classes e dos grupos populares, defender as conquistas pós 1988 como importante trincheira emancipatória é a condição de momento para os demais avanços. A recente vitória eleitoral da frente ampla de oposição ao fascismo e o início do Governo Lula abriu as possibilidades institucionais para uma ação emancipatória de longo prazo que não deverá ater-se apenas à política institucional. Somente a partir das últimas três décadas é possível afirmar, com certo grau de certeza, a existência daquilo que Coutinho chamou de “socialização da política”. Se em 1979, o autor já contemplava essa a concretização dessa situação na sociedade brasileira, hoje ela é uma importante realidade presente nas discussões cotidianas sobre a política, ainda que sob a mediação problemática de instrumentos da indústria cultural e das redes sociais.

Neste “novo” contexto, os desafios para a construção de uma “democracia socialista” não estão ligados somente à “socialização da política”, mas sim à *socialização da política democrática e até socialista*. Em oposição a *socialização da política fascista*, realizada pelo bolsonarismo, deve-se buscar a massificação de concepções do mundo alinhadas a projetos inovadores, renovados e emancipatórios de vida social e política.

## Considerações Finais

O Brasil e muitos outros países estão, neste instante, vivendo um momento histórico decisivo para seus futuros. Crises antigas e novas impulsionam marchas em direções opostas, ou mesmo antagonicas, sobre como as sociedades devem se organizar. Qual a força e o papel do Estado, neste cenário? Quais as possibilidades apresentadas pela sociedade civil? A massificação dos meios de comunicação favorece ou não aos projetos autoritários? Como pensar a democracia a partir de agora? Como superar o antagonismo entres as classes sociais? As questões, neste contexto, surgem com facilidade. As respostas, principalmente do ponto de vista dos interesses das maiorias exploradas e marginalizadas, deverão ser certeiras, com pouca chance para os erros. Afinal, as forças reacionárias estão globalmente atuantes e, no caso do Brasil, bastante difundidas.

Por aqui, a prioridade para a atual década é tentar enfraquecer ao máximo as células fascistas que ganharam corpo nos últimos anos. Os esforços para tal enfrentamento devem partir de um conjunto ampla da sociedade, não necessariamente todo alinhado ao fim da sociedade de classes, mas apenas capaz de garantir que trabalhadores e trabalhadoras possam continuar acumulando forças para avançar em suas pautas. Assim, a manutenção das liberdades fixadas na Constituição Federal são fundamentais para alargar o campo de ação de forças que propõem mudanças emancipatórias. Para tanto, é indispensável um ambiente político-cultural que garanta a possibilidade da ampla organização, nas mais diversas associações e instituições.

As primeiras medidas do atual governo sinalizam que ele tende a enfrentar o problema retomando aspectos da linha desenvolvida entre 2003 e 2016, ou seja, o de promover, pela ação do Estado, o fortalecimento de um mercado interno pela melhoria das condições de vida da população a serem atingidas pela elevação do nível de renda e ampliação do acesso a bens públicos como saúde, educação, cultura, lazer e moradia. Para isso, deverá,

entre outros fatores, combater as forças que mantêm o regime fiscal que garante a concentração de renda e é um dos pilares do neoliberalismo no Estado brasileiro. Essa é uma linha de ação, no interior do capitalismo, que busca promover reformas substantivas para garantir melhores condições de vida para a classe trabalhadora brasileira.

Mas o ator voltado para a mudança não deve se ater apenas a essa linha de resistência à crise do capital e seus impactos. As reformas e direitos conquistados no interior de uma totalidade formada por Estado-capital-trabalho podem ser revertidos, como mostra a história recente do Brasil posterior à Constituição de 1988, na qual o projeto de Estado de bem-estar social ali contido foi negado e combatido diariamente por uma classe dominante vinculada ao capital transnacional. No atual momento histórico em que o poder autocrático do capital não existe apenas no âmbito de um país, a luta pela democracia, portanto, se confunde com a luta de longo prazo pelo controle sobre o trabalho, sobre a produção econômica e o uso dos recursos naturais pela classe trabalhadora e os subalternos em geral. Nenhuma mudança substancial será alcançada sem um grande e profundo acúmulo de energia das classes e dos grupos subalternos para uma tarefa ao mesmo tempo nacional e internacional.

## **Referências**

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DIEESE. Boletim de conjuntura. Número 36. Novembro/Dezembro de 2022. Disponível em: [dieese.org.br](http://dieese.org.br). Acesso em: 10 dez.2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



FIORI, José Luís. Davos, Kiev e Brasília - o ocaso de um projeto. **A terra é redonda**, 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/davos-kiev-e-brasilia-o-ocaso-de-um-projeto/> Acesso em 01 de fev. 2023.

GRAMSCI, Antonio. Os dois fascismos, In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004. v.2.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

REDE PENSSAN. **Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: [pesquisassan.net.br](https://pesquisassan.net.br). Acesso em: 02 de dez. 2022

## 7.

### Ascensão do novo populismo de direita: o caso brasileiro

Davide Giacobbo Scavo<sup>1</sup>

Daiane Joice Schuindt Fernandes<sup>2</sup>

Yasmim Fabro Macena<sup>3</sup>

#### Introdução

A democracia brasileira vivenciou, na última década, uma profunda crise de legitimidade política, espalhando-se na população um sentimento generalizado de desconfiança no funcionamento das instituições e na atuação dos partidos políticos. Sobretudo após as manifestações de 2013, aumentaram as tensões entre as reivindicações dos cidadãos e as decisões tomadas pela política, instaurando-se uma crise de representatividade que teve seu desfecho na eleição presidencial de 2018 com a vitória de um candidato de extrema direita e anti-establishment.

O Brasil não foi um caso isolado. Em outras democracias ocidentais, lideranças “populistas de direita” se afirmaram eleitoralmente, como no referendun sobre o *Brexit* em 2016 e nas eleições nos Estados Unidos, na Hungaria, na Polônia, na Itália, no Reino Unido, entre outras. Há tempos, os eleitores perdem confiança em determinado partido ou governo, mas desta vez a crítica é mais profunda. A vitória de forças políticas anti-sistêmicas

---

<sup>1</sup> Davide Giacobbo Scavo: professor de teoria política na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

<sup>2</sup> Daiane Joice Schuindt Fernandes: Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia- UFGD.

<sup>3</sup> Yasmim Fabro Macena: Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia- UFGD.

é o efeito de uma crise de legitimidade da Democracia Liberal. Neste capítulo, busca-se refletir sobre duas questões:

1. As principais causas que possibilitaram, no Brasil, a vitória eleitoral de um líder “populista de direita”;

2. O que se entende por “populismo de direita”?

Dessa forma, divide-se o capítulo em três seções: Na primeira seção, ‘**O Aparecimento da Nova Direita em 2013**’, foca-se nos protestos de 2013, que iniciaram em São Paulo, contra o aumento da tarifa do transporte público que se espalharam por outras cidades do Brasil, apresentando múltiplas reivindicações. O que unia a maioria dos manifestantes era a crítica aos partidos políticos tradicionais e ao sistema político vigente. É no bojo das manifestações que surge a nova direita, composta, sobretudo, de jovens decepcionados com a política tradicional, de classe média, moralmente conservadores que, através das mídias sociais, se encontraram, se organizaram e marcaram presença nos atos, defendendo pautas como: liberalismo econômico, conservadorismo moral, luta contra a corrupção, nacionalismo e segurança pública.

Na segunda seção, ‘**Ascensão do Bolsonarismo**’, busca-se reconstruir os principais fatores que possibilitaram a vitória eleitoral em 2018 de Jair Bolsonaro. De fato, após 2013, a insatisfação popular com a política tradicional e com os partidos políticos estabelecidos se intensificou. O aprofundamento da crise econômica, a explosão da Operação Lava Jato e o aumento da violência nas metrópoles, criaram as condições para o surgimento de lideranças que se apresentavam como *outsiders*, prometendo soluções rápidas e fáceis para os problemas do país. Outro fator, que contribuiu para a ascensão de Jair Bolsonaro foi o uso das redes sociais para se comunicar diretamente com seus eleitores, evitando a mídia tradicional e criando uma base de apoio fiel e engajada. Através da rede, o bolsonarismo organizou os descontentamentos, contrapondo aos “cidadãos de bem” as “elites corruptas”, criticando as opiniões dos especialistas, entendidas como narrativas funcionais aos interesses do *establishment* e espalhando

*fake news* excêntricas, bizarras e esquisitas, que ganhavam relevância nas “câmeras de eco” do conservadorismo brasileiro.

Na terceira seção, ‘**O Novo Populismo de Direita**’, entende-se pelo aprofundamento da reflexão sobre as abordagens que identificam o populismo de direita como uma construção discursiva que tem o objetivo de condensar e articular um conjunto de reivindicações populares que permaneceram sem resposta por parte dos governantes, articulando o espaço político na dicotomia entre “nós” e “eles”, opondo ao “povo” as “elites políticas e culturais”. Entre as características comuns aos líderes populistas de direita, ressalta-se o uso da rede, buscando mobilizar a população através de apelos emocionais, uma retórica simplificada e uma postura anti-establishment, defendendo pautas conservadoras, nacionalistas e, frequentemente, autoritárias.

### **O Aparecimento da Nova Direita em 2013**

Com a crise financeira mundial deflagrada em 2007-2008, após o escândalo das hipotecas *subprime* estadunidenses, as democracias de maior poder econômico adquiriram, após um processo pelo alto, imponentes ativos financeiros para evitar o colapso do sistema bancário internacional e a eliminação das poupanças de muitos milhões de cidadãos. Essa medida conseguiu evitar a ruína do setor bancário, mas à custa das finanças públicas. Assim, o dinheiro que seria gasto em serviços públicos, infraestruturas e políticas sociais foi, prevalentemente, usado para amparar o sistema financeiro. O resultado foi uma profunda recessão econômica mundial.

Com o crescimento do desemprego, da precariedade e da desigualdade, aprofundou-se a descrença popular nos partidos políticos, aumentando-se as tensões não resolvíveis, os enfrentamentos e as lutas entre as necessidades do povo soberano e as limitações impostas pelas elites econômicas e políticas. As ferramentas políticas que, no passado, se revelaram eficazes para lidar com os desafios da vida individual e coletiva pareciam estar

desatualizadas, e todas as antigas narrativas que eram úteis pareciam não funcionar mais. Como demonstram as pesquisas de opinião, a maioria dos cidadãos no Ocidente não se sentia representada pelos próprios representantes, mais interessados preocupados em garantir os próprios interesses e aqueles de seus financiadores. (CASTELLS, 2013; MOUNK, 2019).

A partir de 2011, inúmeras manifestações explodiram em uma mistura de sentimentos de desesperança, aflição econômica, cinismo político, vazio cultural, como:

Os movimentos da Islândia e da Tunísia, da Revolução egípcia à Primavera Árabe, dos movimentos dos indignados na Espanha a *Occupy Wall Street* até a revolta no Brasil em 2013 questionavam o funcionamento da democracia liberal. Em todas as mobilizações, acusava-se a classe política de garantir preponderantemente os interesses do mercado e de poucas megacorporações em oposição aos interesses da grande maioria da população. (KRUGMAN, 2011; MORLINO; RANIOLO, 2017).

Hoffmann (2022) salienta que enquanto a democracia, no final do século XX, abriu espaço para um cenário de esperança e até mesmo euforia. No começo do século XXI, parece ser bem diferente, espalhando-se uma insatisfação generalizada:

A crise atual da democracia apresenta pelo menos duas dimensões: a primeira de caráter institucional, enquanto a segunda diz respeito ao apoio de massas e da crença no funcionamento do regime. As duas dimensões são importantes para um bom funcionamento do sistema político, pois tão importante quanto o fato de que um país deva possuir eleições regulares, com ampla competição e sufrágio universal, não menos o é a fé de que tais regras e instituições sejam os melhores meios para a formação de governos que comandarão o futuro das pessoas (HOFFMANN, 2022, p. 6).

No Brasil, não foi diferente. A população tinha insatisfações represadas que explodiram em junho de 2013, escancarando uma

profunda crise de consenso da política tradicional e uma forte vontade por mudanças estruturais no país. O que iniciou, em São Paulo, como uma reivindicação contra o aumento das tarifas do transporte público, se transformou, logo em seguida, em uma multidão de reivindicações que atingiu a maioria das cidades brasileiras.

Conforme, destacado por Ana Carolina Camargo (2018), dezessete dias separaram os anúncios dos aumentos das tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 2 de junho de 2013, e a revogação da decisão, no dia 19 daquele mesmo mês. Entre as duas datas, aconteceu uma das maiores mobilizações coletivas da história recente brasileira que causou uma drástica e imediata redução na aprovação do governo da então presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo o Datafolha, a presidente passou de 65% de aprovação em março para 30% no final de junho. Processo semelhante aconteceu com os índices do ex-governador de São Paulo e, à época, candidato à presidência, Geraldo Alckmin (48% de aprovação em março para 38% em julho) e com o ex-prefeito da cidade, Fernando Haddad (de 31% para 18%).

Como aconteceu em diversas partes do mundo, também no Brasil as manifestações foram espontâneas, sem a participação de lideranças políticas, por causa da profunda e espontânea desconfiança da maioria dos participantes do movimento em relação a qualquer forma de representação. As formas de organização ficaram opacas e pulverizadas, usando-se a rede pelo caráter viral de difusão das mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, e como possibilidade de auto-organização. Como ressalta Castells (2013), embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência continua tendo lugar no espaço livre da internet. Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Desse modo, não precisavam de uma liderança formal, de um centro de comando ou

de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações e instruções. Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído por redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral, como ressalta.

É também através das mídias sociais que apareceram nos protestos novos atores sociais, que raramente se manifestam nas ruas e que raramente rompiam com a ordem. Jovens conservadores, prevalentemente de classe média, geralmente avessos a movimentos abertos e públicos, se organizaram na segurança do ciberespaço para, em seguida, aparecer nos atos. Começaram em contextos específicos, por motivos próprios, adotando, em seguida, pautas nacionais e até globais, pois estavam conectadas com outras experiências da nova direita. Já em 2013, apareceram grupos como “Movimento Brasil Livre (MBL)”, “Vem para a Rua”, “Movimento Escola sem Partido”, defendendo pautas liberais na economia, conservadoras em questões culturais e sociais e a defesa do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

### **Ascensão do Bolsonarismo**

No Brasil, a extrema direita sempre esteve representada na Assembleia Nacional, mas nunca tinha assumido um papel dominante após o processo de redemocratização. Entretanto, a partir de 2013, tornou-se protagonista de uma batalha político-ideológica que visa transformar adversários políticos em inimigos.

Um ano após as eleições presidenciais de 2014, em agosto de 2015, o índice de aprovação da presidenta Dilma caiu para 8% e a crise se intensificou. A operação ‘Lava Jato’, o aprofundamento da crise econômica, o aumento do desemprego, a queda do poder de compra da população e a insatisfação com os índices de criminalidade, criaram um ambiente propício para a extrema direita orquestrar o processo de impeachment contra a presidenta Dilma. Combalida ao

final de treze anos no poder, a coalizão petista foi vencida por esta “nova direita” que, associada a outras vertentes políticas, organizou com apoio jurídico, parlamentar e midiático o golpe de 2016, por dentro da ‘democracia liberal’, corroendo suas instituições. (FREITAS, 2018, p. 15).

Ao longo do processo de impeachment, votaram na câmara dos deputados 367 parlamentares a favor do crime de responsabilidade da presidente Dilma Rousseff. Entre esses parlamentares estava Jair Messias Bolsonaro que, em 2016 era filiado ao PSC-RJ e dedicou seu voto na sessão do impeachment à memória do torturador do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que segundo tal era “o pavor de Dilma Rousseff”.

A gente não podia ter aceitado determinadas coisas como sociedade, por exemplo, o voto do Bolsonaro durante o impeachment. Isso não poderia ter sido aceito, porque é uma afronta à democracia, como instituição e valor. Isso foi aparecendo e sendo legitimado. (CHICARINO, 2021)<sup>4</sup>

Ninguém esperava, nem mesmo os mais finos pesquisadores políticos, que Jair Bolsonaro ganhasse as eleições presidenciais de 2018, tornando-se um dos maiores fenômenos políticos dos últimos tempos. A eleição de 2018 representou um marco na história democrática brasileira, pois, pela primeira vez, o indivíduo eleito presidente não gozava do apoio dos partidos políticos tradicionais do país – se candidatou pelo Partido Social Liberal (PSL) – não tinha experiência em cargos públicos, demonstrava pouco compromisso no que diz respeito a direitos constitucionais e claras tendências autoritárias.

O slogan “O Brasil está acima de tudo, Deus acima de tudo” tornou-se símbolo da sua campanha eleitoral, criticando o pluralismo e os direitos constitucionais que garantem a liberdade de religião e de crença, ao defender uma visão nacionalista e

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida a Caroline Oliveira. Brasil de Fato, 2021.



religiosa que coloca a nação brasileira e a fé em Deus acima de outras considerações legais.

O que choca é a defesa explícita e aberta destas teses de maneira organizada e militante, formando uma frente jurídica, parlamentar e midiática em defesa delas e que não hesita em fazer uso de recursos jurídicos ilícitos contra quem considera ser seu inimigo. A insegurança jurídica torna-se mecanismo de censura e ameaça difusa, perpassando toda a sociedade, em um processo crescente de “judicialização” da vida social, em substituição à própria política.” (FREITAS, 2018, p. 27)

Alertando sobre o futuro democrático do país, Levitsky (2018) comenta:

Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis. (...). É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. (...) O retrocesso democrático hoje começa nas urnas.(LEVITSKY *apud* ZIBLATT, 2018, p. 15).

Mendonça (2022, p. 45) afirma “Seu discurso simplificado e agressivo, criticando a corrupção, a ineficácia dos partidos políticos tradicionais e a mídia hegemônica, encontrou um eco em uma parcela significativa da população brasileira, se apresentando como ‘outsider’ da política tradicional, como um candidato “contra o establishment, ou seja, contra a elite, a velha política e a grande mídia.”

Bolsonaro contou também com o apoio de uma ampla base de eleitores conservadores e de direita, que se identificavam com suas posições sobre temas como a identidade nacional, a segurança pública, economia liberal, conservadorismo moral, a família tradicional, a religião e a propriedade privada. Foi, sobretudo, sobre as pautas de reconhecimento, o principal embate com o Partido dos Trabalhadores.

A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, ‘raça’, gênero e sexualidade. Nestes conflitos ‘pós-socialistas’, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política (FRASER, 2001, p. 231).

O bolsonarismo criou as condições para a direita se assumir como tal e ostentar o rótulo de conservadora com orgulho em discussões na internet, na mídia e, progressivamente, nas ruas.

Parte significativa do trabalho de militantes e intelectuais desse movimento consistiu no resgate de antigos símbolos e ideias de tradições liberais e conservadoras, não só lançando novos nomes na cena pública, mas também impulsionando antigos autores e atores (...). Nesse aspecto, a nova direita pode ser, de fato, vista como uma velha conhecida, uma nova máscara para o antigo discurso de uma direita mais radical, que nunca teria desaparecido completamente da política brasileira (MAITINO, 2020, p. 4)

Foi sobretudo no uso das redes sociais um dos segredos da ascensão bolsonarista. Através da rede, Bolsonaro apelou para um eleitorado amplo, usando uma comunicação afetiva, verbal e não verbal, compostas predominantemente de imagens curtas,

subjetivas e enfáticas. Inaugurou uma “guerra permanente” pela conquista do público, experimentando formas inovadoras de comunicação, baixando os custos da organização partidária e da comunicação, incentivando uma relação direta entre os apoiadores espalhados no território, sendo destinatários, mas também criadores e transmissores da comunicação bolsonarista

Bolsonaro usou as mídias sociais para se apresentar como um “indivíduo qualquer”, em um processo de mimetização comunicativa que envolve o discurso, as ideias, o vocabulário, o sotaque, a linguagem corporal, o vestuário e até as escolhas alimentares. Substituiu o “racionalismo retórico” da política tradicional com uma comunicação não mediada e uma linguagem mais “autêntica”, privilegiando um registro emocional. Introduziu um estilo político mais combativo do que no passado, “produzindo” fatos alternativos, produzindo *fake News*, manipulando os dados, espalhando falsidades, desafiando a veracidade das conclusões estabelecidas e minando a confiança dos especialistas no debate racional.

## **O Novo Populismo de Direita**

Em um contexto de crise democrática, os partidos e líderes populistas de direita se apresentam como alternativa, buscando canalizar a decepção dos cidadãos contra as elites, entendidas como aquelas parcelas sociais dominantes que abrangem uma ampla gama de sujeitos: representantes políticos de partidos tradicionais, integrantes da mídia jornalística, intelectuais de esquerda e representantes do setor financeiro.

O voto britânico para sair da União Europeia, seguido pela eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, surpreendeu a política tradicional e os especialistas. Ganhar a presidência do país símbolo da ordem liberal, ameaçando derrubar as instituições que regulamentam o funcionamento da democracia liberal, foi um choque. E foi apenas o começo do *tsunami* que, desde

então, varreu as democracias ocidentais com a vitória de candidatos e partidos populistas de direita:

De modo geral, as interpretações dos cientistas políticos combinam três fatores explicativos. A ‘onda’ atual se deveria ao fato de que o poder de sedução da ideologia (fator de base) difundida pelos movimentos em questão é hoje reforçado tanto pelo impacto negativo do desenvolvimento socioeconômico (segundo fator) na clientela política visada, quanto por múltiplos dados conjunturais (terceiro fator) – escândalos, ataques terroristas ou desastres naturais – que frequentemente coincidem com os momentos de seus maiores sucessos eleitorais. (...) Em termos de semiótica narrativa, estamos lidando aqui com uma crise ‘fiduciária’: é a perda de confiança nas figuras políticas e nas instituições que distanciou das formas tradicionais de participação política uma massa de cidadãos vítimas da conjuntura mundial, conduziu uma parte em direção à abstenção e empurrou os mais indignados, os mais revoltados ou os mais resolvidos para o lado de personalidades rejeitadas pela ‘classe política’. Para os eleitores que sonham em afastar do poder os representantes de um ‘establishment’ tido como responsável por seu destino injusto, o que poderia ser mais lógico do que se aliar a ‘outsiders’ que se proclamam os inimigos de toda e qualquer ‘elite’, em nome justamente do ‘povo’? (LANDOWSKI, 2020, p. 17)

De acordo com Sérgio Abranches (2017), o novo populismo de direita emerge do descontentamento e do ressentimento do povo em relação às tradicionais lideranças políticas. Dessa forma, o autor ressalta que o ambiente adequado, no qual o populismo de direita evolui, é caracterizado pela frustração e insatisfação diante da diminuição das oportunidades e pelo aumento das desigualdades. Essas características cultivam a sensação de desamparo e destituição que estão apoiados nas falhas sistêmicas dos mercados e das democracias.

Ampliando o espectro de análise sobre populismo, Judis (2016) alerta que, para a afirmação do populismo (de direita e de esquerda), é essencial que o povo viva uma situação de carência, pois quando o poder político não pode ou não quer dar respostas à

pluralidade de reivindicações populares, aparecem palavras de ordem capazes de encarnar o conjunto das reivindicações populares, apresentando-se como uma vontade coletiva anti-sistêmicas. Ao traçar a linha entre o “povo honesto” e as “elites corruptas”, o populismo pode assumir inúmeras vertentes políticas. Entende-se populismo como:

uma construção discursiva ou um estilo de comunicação que tem a função de representar algumas das reivindicações da sociedade civil que permaneceram sem resposta por parte dos governantes, articulando o espaço político na dicotomia entre ‘nós’ e ‘eles’, sendo o antagonismo povo-elite a precondição da lógica populista (JAGERS; WALGRAVE, 2007).

Dessa forma, ao analisar a trajetória semântica do populismo, percebe-se que existem populismos “de direita”, “de esquerda”, “reacionários” e “progressistas”, “inclusivos” e “excludentes”. Ao analisar as diferentes vertentes que constituem o populismo:

[...] os usos do conceito de populismo sempre se definem a partir de uma determinada concepção de democracia e, por conseguinte, do tipo de conflito que a ação política populista desperta em seu interior. Usos diversos do conceito de populismo pressupõem leituras diferentes e expectativas distintas sobre a interação entre representação e democracia e, portanto, estão relacionados com concepções diferentes sobre os limites da relação entre legitimidade democrática e instituições políticas (CASSIMIRO, 2021, p. 51)

Ao entender o populismo como uma forma de expressão dialética, percebe-se que pode ser empregado de maneira seletiva e estratégica pela direita e esquerda. Ao representar o “povo oprimido” por uma “elite corrupta”, o populismo não tem um conteúdo político específico, podendo apresentar metas e objetivos contrastantes, como buscar o apoio de forças sociais diferentes. Do ponto de vista analítico, evidenciam Jagers e Walgrave (2007), “o populismo não tem cores”, podendo assumir signos políticos

contrastantes, existindo populismo de esquerda e populismo de direita, de acordo com a forma como a ideia de “povo” é construída.

Ao focar sobre o populismo de direita, a noção de “povo” se constitui por uma identidade étnica e social que percebe estar ameaçada. Como resposta à insegurança econômica e ao descontentamento cultural, o populismo de direita apresenta um discurso político moralista com forte apelo religioso, nativista, antielitista, anti-intelectual, combinando a crítica à globalização com a defesa do *laissez-faire*.

(...) a culpa é dos outros e você pode se tornar um soldado pela justiça, agregue-se a nós. A raiva é uma grande fonte de energia em pleno desenvolvimento no mundo inteiro, graças às redes sociais. O mote da vitória do *Brexit* era: descubra por que as pessoas estão com raiva, identifique o quê, diga que a culpa é da Europa e peça para ela votar contra a Europa. (EMPOLI, 2020, p. 76)

Giuliano da Empoli (2020), destaca um ponto que pode ser observado em todas as recentes forças populistas que se ergueram desde os Estados Unidos até a Europa: o nacionalismo que retrata o sentimento de anti-imigração e reúne a direita nesses países, nas falas de seus líderes que são rudes em seus discursos, declarações e conversas. Citando como exemplo: Donald Trump nos Estados Unidos defendendo posições preconceituosas a respeito de negros, mulheres e imigrantes nos Estados Unidos; Bolsonaro no Brasil, desrespeitoso com gays, mulheres e índios; Viktor Orban, líder húngaro que afirma: “não queremos entre nós nenhuma minoria com patrimônio cultural diferente do nosso” (EMPOLI, 2020, p. 120).

Torney (2019) retrata como na experiência bolsonarista analisada acima, as lideranças populistas de direita usaram as mídias sociais para incendiar as paixões e incitar os grupos extremistas. Nesse contexto, destaca-se a figura de “liderança forte” que, através uma comunicação vertical, informa seus seguidores através de mensagens em redes sociais como *Facebook*, *WhatsApp* e

*Twitter*, opondo-se às tradicionais elites políticas acusadas de conspirar para manter o poder longe das “pessoas comuns”.

As redes exacerbam os conflitos de forma generalizada. Como considera Empoli (2020), a publicidade populista rearticula-os no grande conflito entre “nós” e “eles”, o povo e as elites. Como cada um recebe a mensagem que lhe cabe, ninguém sabe o que o outro recebe, só o centro da propaganda. Não existe comunicação horizontal, somente vertical. Para cada eleitor identificado e caracterizado pelos computadores, é produzida uma mensagem particular, pessoal, com variações e modalidades distintas e em grande quantidade. A campanha publicitária da eleição de Trump emitiu 5,6 milhões de mensagens dessa natureza; já a de Hillary, sua rival, 66 mil.

Corroborando desse pensamento Antonelli (2017) reiterou como se vivessem em um reality show. Ao criticar as elites, os líderes populistas de direita publicam os detalhes das suas vidas privadas, que se tornam objeto de julgamento público, protagonizando uma “revolução linguística”, usando deliberadamente um idioma pobre lexical, gramatical e sintaticamente, sempre mais parecido com as mensagens de *WhatsApp*, correlatos de *emoticons*.

Uma “persuasão afetiva” orientada a estimular a sensibilidade dos eleitores, despertando sensações de proximidade e pertencimento, em contextos globais ou locais. Já Taguieff (2006) percebeu como o “telepopulismo” busca criar um sentimento de proximidade entre líder e povo, diminuindo a necessidade organizacional e privilegiando uma comunicação na esfera privada, mas é com o processo de midiatização da esfera pública que o discurso político passa a englobar o privado.

De fato, um dos traços emergentes do populismo contemporâneo é, na opinião do Revelli (2019), o uso de uma linguagem simplista e politicamente incorreta, buscando não tanto a comunicação, mas a identificação com o eleitor.

Se antes o político buscava impressionar o auditório, aparentando uma educação erudita funcional a remarcar a distância do cidadão comum, hoje escolhe formas expressivas elementares que têm a função de simular honestidade, sinceridade e proximidade. O princípio é aquele que os psicólogos chamam de *mirroring*, entendido como uma mimetização linguística por parte dos políticos populistas, usando palavras e expressões banais ou na moda. Nessa corrida para parecer povo, também o turpilóquio se tornou uma das características da língua neopopulista, sendo frequente o uso de palavrões (REVELLI, 2019, p. 127, 130).

Moffit (2016) faz alusão à ideia mais ampla dos “maus modos” que permeia o desempenho do líder populista, sendo a “falta de educação” uma das marcas distintiva do neopopulismo. Ostiguy (2009) entende que a relação emotiva entre liderança e povo não é criada apenas através do discurso, mas com a ajuda de uma performance global que inclui ideias, vocabulário, sotaque, linguagem corporal, vestuário e até mesmo gosto cultural.

Na opinião de Revelli (2019), a alimentação é outro elemento novo da comunicação populista, sendo um aspecto ainda pouco considerado na literatura, mas bastante difundido entre as lideranças populistas. Acompanhando o processo de mimetização e auto assimilação ao povo, o “gastropopulismo” é entendido como a publicização do consumo de *junk food* por parte de líderes neopopulistas. Conforme afirma Revelli (2019, p. 141) “um cardápio feio, sujo, gorduroso, para marcar a diferença e a distância com os hábitos alimentares das elites”.

Essas atitudes, que deveriam ser vistas como defeitos e falta de habilidade em debater com opiniões diferentes, acabam cativando ainda mais seus eleitores, que veem isso como ponto positivo, como autenticidade e acabam engajando ainda mais a população, que culpa as elites políticas odiadas pela maior arte dos eleitores por parte de seus problemas.

As lideranças populistas de direita usam a rede para criticar as posições dos partidos tradicionais, entendidos como defesa do



establishment, afirma que essas posições são falsas, 'produzindo' fatos alternativos. Através as mídias sociais, as lideranças populistas de direita alimentam seus seguidores com mensagens aparentemente simples, mas com um forte significado simbólico e apelo emocional. Através da rede, o neopopulismo de direita inaugurou uma 'guerra permanente' pela conquista do público, experimentando formas inovadoras de comunicação, baixando os custos da organização partidária e da comunicação, incentivando uma relação direta entre os apoiadores espalhados no território, sendo destinatários, mas também criadores e transmissores da comunicação populista (WARD; GIBSON, 2009; CHADWICK; STROMER-GALLEY, 2016).

Segundo Empoli (2020), na comunicação populista de direita não há lugar para observadores, todos participam de forma ativa na política, fazendo uso da do sarcasmo, ironia, brincadeiras ofensivas e grosseria. Ainda, não há a responsabilidade do compromisso com a verdade, com os fatos como realmente são, mas sim com a narrativa do líder populista, mesmo diante das circunstâncias reais. Empoli conclui sua reflexão identificando a comunicação populista de direita como um carnaval:

Antes havia opiniões e interpretações diferentes em torno dos mesmos fatos, agora não, pois os fatos são distintos em função da narrativa de cada um. O carnaval não se afina com o bom senso, está concentrado na intensidade da narrativa e não na exatidão ou veracidade dos acontecimentos. (EMPOLI, 2020)

Partindo desse pressuposto, Nascimento (2021) afirma ainda que: Um líder político que espalha fake news ao longo de suas falas é um homem de ação, que constrói a sua própria realidade para responder aos anseios de seus seguidores, pois, para estes, a veracidade dos fatos não conta. O que importa é a versão explicitada pelo líder, já que, para os eleitores do populismo: "Ele sabe, ele conhece, ele diz o que pensamos e sentimos. Ele diz a verdade". Os assessores dos líderes políticos populistas, em todo o

mundo, utilizam o mesmo método, denominado *microtargeting*: análises demográficas sofisticadas, levantamento de dados nas redes sociais e sondagens eleitorais constantes, sendo seu principal objetivo identificar os eleitores, suas preferências, questionamentos e indignações.

Dominic Cummings *apud* Empoli (2020, p. 19 e 142) declara: “Se você quer fazer progresso em política contrate físicos ao invés de cientistas políticos e comunicadores”. Nascimento (2021) reitera essa questão, quando discorre que:

O físico habituou-se a trabalhar com uma infinidade de dados, o que não ocorre com os cientistas políticos. Na física, o comportamento de uma partícula não é previsível, mas o de aglomerados, sim. Pela observação do sistema, é possível identificar o seu padrão de funcionamento, pois ele possui características e regras que o torna previsível. Há 10 anos, os dados não permitiam trabalhar com os aglomerados humanos, hoje sim. A evolução tecnológica com a internet das coisas e o big data proporcionarão uma profusão de dados ainda maior sobre as pessoas, que permitirão fazer uma política de convencimento, mobilização e discriminação como jamais vista no mudo (NASCIMENTO, 2021, p. 5).

Frequentemente, ouvem-se alegações sobre o papel das *fake news* no sucesso eleitoral do populismo de direita, ainda mais após o escândalo da Cambridge Analytica, evidenciando Tormey (2019, p. 142) afirma que “estamos na era política da pós-verdade, onde se tornou legítimo retirar a verdade, manipular os dados e espalhar falsidades”.

Sismondo (2017) justifica que acusa-se os líderes populistas de direita de ter inaugurado, através da rede, uma cultura de mentira sistemática, onde os fatos perderam seu valor persuasivo no debate público. A pós-verdade seria, ao mesmo tempo, causa e consequência da ascensão do populismo, desafiando a veracidade das conclusões estabelecidas e minando a confiança dos especialistas no debate racional.

## Conclusão

A partir da crise de legitimidade política vivenciada pela democracia brasileira na última década, o texto analisou a ascensão de Jair Bolsonaro até a eleição de 2018, apresentando os principais elementos que produziram uma crise de desconfiança nos políticos tradicionais e refletindo sobre a capacidade do bolsonarismo de se apropriar do crescente descontentamento popular no país, apresentando-se como “outsider” da política tradicional, como um candidato do povo em oposição ao establishment da “velha política” e da “grande mídia.”

Como evidenciado no texto, a experiência brasileira não é um caso isolado. Numerosas lideranças populistas de direita emergiram nas democracias ocidentais, como reflexo de uma crise mais profunda na confiança das instituições e na capacidade dos partidos políticos tradicionais de responder às demandas da população.

Dessa forma, buscou-se definir o conceito de populismo de direita, entendido aqui como uma construção discursiva que busca sintetizar as reivindicações populares não atendidas pelos governantes em uma única voz, muitas vezes simplificada e agressiva, em oposição às “elites políticas e culturais”, defendendo pautas conservadoras, nacionalistas e, por vezes, autoritárias.

Diante disso, é importante refletir sobre as implicações desses fenômenos para a democracia liberal e para a representatividade política. A vitória de líderes populistas de direita é reflexo de uma crise mais profunda na confiança das instituições e na capacidade dos partidos políticos tradicionais de responder às demandas da população. É necessário, portanto, repensar as formas de representação e de participação política, buscando fortalecer os canais de diálogo e de escuta dos cidadãos, a fim de garantir a legitimidade e a eficácia da democracia como um sistema de governo.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio. **O novo populismo e o desafio democrático**. Jornal g1.com, 26 fev.2017. Blog do Matheus Leitão. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/o-novo-populismo-e-o-desafio-democratico.html>.

Acesso em: 30 jun. 2022.

ALLEN, Danielle. **Charlottesville Is Not the Continuation of an Old Fight**. It Is Something New, Washington Post, 2017.

ANTONELLI, Giuseppe. **Volgare eloquenza**. Bari: Laterza, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil**. Organizadores António Costa Pinto Fabio Gentile, p. 145, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/46805/1/ICS\\_ACPinto\\_Populismos.pdf#page=145](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/46805/1/ICS_ACPinto_Populismos.pdf#page=145). Acesso em: 12 jul. 2022.

BUGIATO, Caio; FREITAS, Sara. **Burguesia e extrema direita no Brasil**. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v.53, n.1, p.15-22, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8349946>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.

CALEGARI, Ana Paula K. **A nova onda do populismo enxerga a fragilidade da democracia**. Entrevista concedida a DWIH São Paulo pelo Prof. Dr. Wolfgang Merkel, 14 mai. 2019. Disponível em: <https://www.dwih-saopaulo.org/pt/temas/democracia-e-direitos-humanos/a-nova-onda-do-populismo-enxerga-a-fragilidade-da-democracia/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CASSIMIRO, Paulo Henrique P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 35. e242084, 2021, pp 1-52. Disponível em: DOI: 10.1590/0103-3352.2021.35.242084. Acesso em 07 jul. 2022.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COHEN, Jean L. Populism and the Politics of Resentment. **Jus Cogens**, v.1, n.1, p.5-39, 2019.

CHICARINO, Tathiana. Brasil de fato. Entrevista concedida a Caroline Oliveira. **Brasil de Fato**, Abr. 2021.

CHADWICK, Andrew; STROMER-GALLEY, Jennifer. Digital Media, Power, and Democracy in Parties and Election Campaigns: Party Decline or Party Renewal? **International Journal of Press/Politics**, v. 21(3), p. 283-293, 2016.

CRUZ, Aline G.B.R Santa; SANTOS, Myllena Pereira. **O novo populismo na América Latina: a classificação neopopulista através da percepção da população**. 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP) Montevideu, 26 a 28 de julho de 2017.

ELEITORAL, Tribunal Superior. **Eleição Geral Ordinária 2022**, 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados> Acesso em: 30 dez. 2022.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos: como as fakes news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar as eleições**. São Paulo: Vestígio, 2020.

FRASER, Nancy. "From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age". In: SEIDMAN, Steven; ALEXANDER, Jeffrey. (orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. p. 285-293.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002.

FREEDEN, Michael. After the Brexit referendum: revisiting populism as an ideology. **Journal of Political Ideologies**, Oxford, v. 22, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13569317.2016.1260813>. Acesso em 05 jul. 2022.

HOFFMANN, Fábio. A Extrema Direita no poder: Bolsonaro e o bolsonarismo. **Orbis Latina**, v.12, n.1, p.04-20, 2022. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/3161/2886>. Acesso em: 29 nov. 2022.

HORKHEIMER, Max. **Between Philosophy and Social Science:** selected early writings studies in contemporary german social thought. Massachusetts: The MIT Press, 1993.

JAGERS, Jan; WALGRAVE, Stefaan. Populism as political communication style: an empirical study of political parties' discourse in Belgium. **European Journal of Political Research**, v. 46, p. 319-345, 2007.

JUDIS, John. **The populist explosion:** How the Great Recession Transformed American and European Politics. Columbia Global Reports Paper, 2016.

KOMATA, Nicanor Barry. **A ascensão do populismo nas democracias contemporâneas.** 183f. Tese (Doutorado em Direito do Estado). Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-23032021-000306/publico/7073001\\_Tese\\_Parcial.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-23032021-000306/publico/7073001_Tese_Parcial.pdf). Acesso em: 13 jul.2022.

KRÄTKE, Michael; LÖWY, Michael; LOUREIRO, Isabel. A acumulação do capital revisitada. In: SCHÜTRUMPF, Jörn (Org). **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade.** 2ª edição. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015, p. 72-107.

KRUGMAN, Paul. **Oligarchy, American style.** *New York Times*, 4 Nov., 2011.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAGE, Leandro R.; SARAIVA, Luiziane S. Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo. **Revista ECO-Pós**, v.24, n.2, p.124-150, 2021. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27704/15219](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27704/15219). Acesso em: 01 Dez. 2022.

LANDOWSKI, Eric. Crítica semiótica do populismo. **Galáxia** (São Paulo), p. 16-28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25532020248140>. Acesso em 30 jun. 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?.** São Paulo: n-1 edições, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** 1º ed. Rio de Janeiro: Zarah, 2018.

- MAITINO, Martin E. Populismo e bolsonarismo. **Cadernos Cemarx**, v.13, p.e020002-e020002, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/13167/9729>. Acesso em 02. Nov. 2022.
- MENDES, Vinícius. '**Junho de 2013 é um mês que não terminou**', diz socióloga. BBC Brasil, São Paulo. 2018 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600> Acesso em: 18 jan. 2023.
- MENDONÇA, Arthur L. A construção hegemônica e os significantes vazios que levaram a extrema-direita ao poder no Brasil. **Revista Discente Planície Científica**, v.4, n.1, p.43-56, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/54527>. Acesso em: 03. Dez. 2022.
- MENDONÇA, Daniel de. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. **Caderno CRH**, v. 32, p. 185-201, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.22403>. Acesso em: 04. jul. 2022
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo Editorial, 2020.
- MOFFIT, Benjamin. **The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2016.
- MORLINO, Leonardo; RANIOLO, Francesco. **The Impact of the Economic Crisis on South European Democracies**. London: Palgrave, 2017. Disponível em: <https://www.routledge.com/Crisis-Elections-New-Contenders-and-Government-Formation-Breaking-the-BoscoVerney/p/book/9781138572430>. Acesso em: 12 out. 2019.
- MUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NASCIMENTO, Elimar P.D. As bases do novo populismo de direita. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.36, v.1, p.1-7, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/znT889kXSmNfSjCfYxBqRgr/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun.2022.

OSTIGUY, Pierre. **The High-Low Political Divide: Rethinking Populism and Anti-Populism**. Political Concepts: Committee on Concepts and Methods Working. Paper Series, 35, 2009.

PARZIANELLO, Sandra Regina Barbosa. Populismo e articulações no século XXI. In: **Dossiê “América Latina em perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário”**. HOFFMANN, Fábio (Org). Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021. 75 p. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284154>. Acesso em: 05 jul.2022.

REVELLI, Marco. **Populismo 2.0**. Torino: Einaudi, 2017.

RICCI, Rudá Guedes. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, v. 42, N. Especial 3, p. 90-107, 2018.

RODRIGUÊS, Theófilo Machado. Populismo de esquerda versus populismo de direita no início do século XXI: o conflito político nos EUA, Inglaterra, França e Alemanha. **Revista estudos políticos**, v. 9, n.1, 2018.

SANTA CRUZ, Aline G. Brito Rodrigues; SANTOS, Myllena P. O novo populismo na América Latina: a classificação neopopulista através da percepção da população. In: **Congresso Latino-Americano de Ciência Política**, 9, 2017, Montevideu. [Trabalhos apresentados]. Montevideu: ALACIP, 2017. p.1-24. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6816>. Acesso em: 29 jun.2022.

SILVA, Mayra G.; RODRIGUES, Théfilo C. M. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021. Disponível em: DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n1p86. Acesso em 30 jun. 2022.

SOUZA, Jessé de. **A Radiografia do Golpe**. Entenda Como e por que Você Foi Enganado. LeYa; 1ª edição, 2016.

STEVEN, Levitsky; DANIEL, Ziblatt. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

TAGUIEFF, Pierre-André. **L’illusionne populista**. Milano: Mondadori, 2006.



TORMEY, Simon. **Populismo: Uma breve introdução**. São Paulo: Cultrix, 2019.

VEIGA, Edison. **A democracia brasileira está respirando por aparelhos**. Entrevista concedida a DW Brasil por Luis Felipe Miguel, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-democracia-brasileira-est%C3%A1-respirando-por-aparelhos/a-61607695>. Acesso em: 01 jul.2022.

WARD, Stephen; GIBSON, Rachel. **European political organizations and the internet: mobilization, participation, and change**. Routledge Handbook of Internet Politics, p. 25-39, 2009.

## 8.

### **Um gigante à deriva: rupturas e retrocessos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2022)**

Marcos Antonio da Silva<sup>1</sup>

A adoção de posições míopes e tacanhas em momento tão crítico trará consequências duradouras que, no mundo pós-pandemia, significarão a redução dos espaços e das oportunidades para o Brasil. Não se trata mais apenas de uma ênfase ideológica no Itamaraty, mas de uma política externa que atenta contra os interesses do país, queimando pontes que demoraram décadas para serem construídas (Saraiva e Velasco Jr., 2020).

#### **Introdução**

Ao longo do século XX, a política externa brasileira foi se consolidando para projetar uma imagem internacional do país que procurava afirmar o interesse nacional em contraposição a diversas formas de dependência. Essa atuação que desenvolveu, principalmente após a formulação da Política Externa Independente (PEI), uma crescente autonomia com estratégias e parcerias que estimulassem o desenvolvimento nacional, superando a dependência econômica. Ao longo dos anos, essa

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1196-2814> Contato: [marcoasilva@ufgd.edu.br](mailto:marcoasilva@ufgd.edu.br)

política se aprofundou e se tornou universalizante e multilateral, com a multiplicação de parceiras econômicas e políticas<sup>2</sup>.

Além disso, como potência emergente, o país procurou desenvolver uma atuação internacional que estimulava a defesa de valores associados ao multilateralismo, à autodeterminação, ao desenvolvimento dos regimes internacionais, à afirmação das potências emergentes e, mais recentemente, à construção de parcerias Sul-Sul. Isso pode ser observado na criação do BRICS (Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul), 2009, e na fundação da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), em 2010, dentre outros exemplos.

Dessa forma, a política externa brasileira adquiriu uma relativa estabilidade e previsibilidade, indicando que os traços de continuidade permaneceram preponderantes entre os diversos governos, embora com ajustes nas ênfases, estratégias e parcerias, em detrimento dos elementos de ruptura que, embora tenham ocorrido, não foram preponderantes desde o século passado.

Tal atuação ativa, múltipla e intensa havia se fortalecido ao longo das primeiras décadas do século XXI, principalmente sob o governo Lula. Nesse período, observou-se uma ampliação da projeção internacional do Brasil e uma presença autônoma e independente nos fóruns internacionais. Inclusive, o país denunciava a manutenção de uma ordem internacional que já não correspondia aos interesses nacionais e à nova configuração do poder mundial. Além disso, a atuação brasileira estava voltada à liderança regional ou a parcerias com potências emergentes, centrada na cooperação Sul-Sul.

No entanto, desde meados da década passada e, principalmente, no atual governo brasileiro, pode-se observar um evidente retraimento da projeção internacional brasileira, fruto de uma política errática que parece nos deixar sem rumo, sem aliados

---

<sup>2</sup> Uma versão resumida e em espanhol deste trabalho foi publicada na Revista Iberoamérica, ILARAN/Rússia, n. 4, p. 42-69, 2022.

e sem interlocutores, como mencionam Saraiva e Velasco Junior ao apontar que:

A postura errática e inconsequente do governo brasileiro traz perdas significativas em termos de inserção internacional. A primeira delas é o isolamento do Brasil no mundo: a política externa de Jair Bolsonaro vem sucessivamente minando os laços e a confiança mútua construídos historicamente pela diplomacia brasileira com diferentes parceiros. Desde 2019, o país se afastou dos vizinhos e da América Latina em geral e abandonou os projetos de cooperação “sul-sul”, notadamente com países africanos. Com a China, alterna ações positivas no campo de comércio e investimentos com agressões oficiais desnecessárias. Também como consequência negativa está a diminuição do alcance e da visibilidade do país sobre as distintas agendas da política internacional. Historicamente, de diferentes formas, o Brasil apresentou-se como um ator que intermediava o Norte com o Sul, desempenhando a função de “país ponte”. Através de diversas táticas, exercia um papel de formulador e/ou aglutinador de ideias em organizações multilaterais. (...) Com Bolsonaro está havendo um claro abandono desse papel (SARAIVA e VELASCO Jr.; 2020, p. A3)<sup>3</sup>.

Dessa forma, este trabalho procura analisar os elementos centrais da atual política externa brasileira, problematizando tal retraimento e, principalmente, discutindo o abandono das premissas fundamentais da diplomacia brasileira e do ativismo recente, provocando um retrocesso significativo em sua atuação e projeção internacional.

Para tanto, este artigo, além desta introdução e conclusão, está organizado da seguinte forma: na primeira parte, discutimos a projeção internacional do Brasil, tanto em termos históricos como no governo Lula, analisando as premissas e valores fundamentais da política externa brasileira marcada por elementos de continuidade, em detrimento das rupturas, que consolidaram uma

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/estamos-sem-rumo-sem-aliados-e-sem-interlocutores.shtml>

tradição diplomática relacionada à independência, autonomia, diversificação e universalização. Em seguida, analisamos os fundamentos e as diretrizes da política externa de Jair Bolsonaro, indicando como esta promove inúmeras rupturas com tal tradição e o ativismo anterior, ao se estruturar em torno do alinhamento automático com os EUA, afetando o *soft power* e a projeção internacional do Brasil.

### **A política externa e a projeção internacional do Brasil: entre a tradição diplomática, a continuidade e o ativismo da era Lula**

Como um país de porte médio (ou grande país periférico ou potência emergente), a política externa brasileira passou, desde sua independência, por diversas fases que indicavam diversas estratégias e parcerias, em que se destacam as relações próximas e a influência da Grã-Bretanha entre o final do século XIX e começo do seguinte, e, principalmente, dos EUA ao longo do século passado.

Nesse caso, devido a sua relevância, vale apontar que esta relação passou por distintas fases, com o desenvolvimento da política externa brasileira, que foram do alinhamento automático à autonomia, como menciona Hirst:

No século XXI, as relações entre o Brasil e EUA enfrentam novos desafios e oportunidades. (...) é mostrar que este relacionamento, que atravessou diferentes fases no decorrer do século XX, oscilando entre bons e maus momentos, jamais cruzou a fronteira que pudesse conduzir a uma confrontação aberta de parte a parte. Desde uma visão histórica abrangente, pode-se identificar cinco fases que se rotulou dos cinco 'As' das relações Brasil-EUA: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação (HIRST, 2006, p. 91-92).

De toda forma, pelo menos desde meados do século XX, a política externa brasileira se consolida em torno de determinadas premissas (ou pilares) e princípios que, adequando-se às transições da ordem internacional, procuraram impulsionar uma atuação autônoma, em prol dos interesses nacionais, adaptando as

mudanças internacionais e as necessidades de desenvolvimento nacional (CERVO, 2008). Tal atuação conduziu à manutenção de importantes linhas de continuidade, apesar dos ajustes, na política externa brasileira, projetando uma imagem internacional e um *soft power* brasileiro, como apontam Daldegan e Sousa (2021).

Sendo assim, vale destacar que, embora apresente ajustes, os traços de continuidade predominaram no desenvolvimento da política externa brasileira e estão presentes em quase todos os governos brasileiros. Isso pode ser observado, em primeiro lugar, pelo papel predominante exercido pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE, também conhecido como Itamaraty) na formulação e implantação de tal política, que consolidou, apesar das diferentes táticas e estratégias, uma tradição diplomática brasileira associada a determinadas premissas e princípios como demonstram Pecequillo (2004), Altemani (2005), Altemani e Lessa (2006) e Cervo (2008), dentre outros.

Diante disso, é necessário destacar que a afirmação do MRE como principal formulador e executor da política externa brasileira está associada ao desenvolvimento de um corpo diplomático extremamente profissionalizado e burocrático, no sentido weberiano, que reforçou tal papel, adquirindo uma relativa autonomia no aparato estatal brasileiro e possuindo uma formação e atuação sólida e burocrática, orientada para os fins de tal política. Neste sentido, Russel indica que:

Desde a Política Externa Independente, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil fortaleceu sua autonomia decisória tanto na formulação como na implementação dessa política. Junto ao presidente, a corporação diplomática centralizou a adoção das decisões. Deste modo, esta conjunção de autonomia e centralização possibilitou que alcançasse um alto grau de unidade. O elevado consenso sobre a política exterior, a aprovação do Itamaraty por segmentos-chaves como as forças armadas e os grupos empresariais e a articulação funcional com outras agências federais contribuíram significativamente para o papel central do Itamaraty na formulação da política externa brasileira (RUSSELL, 1990, p. 259).

Tal processo contribuiu para a profissionalização e os traços de continuidade de tal política e teve como efeito um relativo insulamento da política externa, que geralmente é apontado como fator positivo na atuação brasileira pois:

Por esse motivo, o Ministério das Relações Exteriores foi historicamente elogiado por supostamente monopolizar não só a implementação, mas também a formulação da política externa. (...) Com isso, logrou-se um suposto isolamento da política externa das demais políticas públicas, as quais estariam demasiadamente poluídas pela interferência política em detrimento da técnica. Grande parte da literatura admite que foi devido a esse insulamento burocrático que se puderam consolidar os grandes pilares da política externa brasileira (PEB) ao longo dos anos (...) (BAPTISTA, BERTOLUCCI e DIOGO, 2020, p. 505-506).

Embora elogiado, tal insulamento afetou o caráter público e debate mais amplo sobre a política externa brasileira e o envolvimento de outros atores, o que vem sendo revisado neste século. Assim, como apontam Milani e Pinheiro (2013), pode-se afirmar que vários fatores tem contribuído para uma ampliação ou pluralização desta perspectiva, principalmente em relação à formulação e processo decisório, pois tem ocorrido uma ampliação do papel do Ministério da Fazenda nas negociações financeiras internacionais, uma atuação internacional mais organizada e ativa de outros ministérios e o envolvimento de outros atores, como o Congresso Nacional ou entidades subnacionais, nos debates sobre os rumos da política externa brasileira. Sendo assim, está em andamento um processo de quebra do monopólio do Itamaraty e uma pluralização das agendas de atuação internacional, consolidando a política externa como política pública.

De toda forma, a condução e a implementação de determinadas premissas e valores configurou a natureza e a dinâmica da política externa brasileira, conduzindo ao desenvolvimento de importantes linhas de continuidade, apesar dos ajustes conjunturais. Essas linhas estão fundamentadas, como indica Altemani (2005), em quatro

pilares básicos: independência, autonomia, diversificação e universalização. Desse modo, os traços de continuidade, no sentido de multiplicação das parcerias e atuação internacionais e construção de um relativo *soft power* brasileiro, predominaram em detrimento dos momentos de ruptura (como no governo Collor nos anos 90 ou, como apontamos neste trabalho, no governo atual) na inserção internacional brasileira.

Sendo assim, a preponderância e profissionalização do Itamaraty propiciou o desenvolvimento de uma tradição diplomática que, apesar das diferentes táticas ou estratégias utilizadas pelos diversos governos brasileiros, pode ser resumida segundo Daldegan e Souza:

No país, a literatura tradicionalmente tem destacado aspectos de continuidade da política exterior, devido: (i) ao papel de condução pelo Itamaraty do processo de formulação da política externa, sendo que a ‘defesa da continuidade tem um peso político importante no Ministério de Relações Exteriores brasileiro (Itamaraty)’, e (ii) à existência de um acumulado histórico da diplomacia brasileira, que teria desenvolvido crenças e comportamentos ao longo do tempo que garantiram uma identidade a política exterior e relativa continuidade. É sob esse acumulado da PEB que se formaram ativos atrativos que constituem parte do *soft power* brasileiro. Cita-se o pacifismo, o universalismo, o multilateralismo, a realização de uma política regional cooperativa e a defesa dos países em desenvolvimento como principais aspectos da PEB que contribuíram para a construção do *soft power* brasileiro (DALDEGAN e SOUZA, 2021, p. 215)<sup>4</sup>.

Tais elementos foram aprofundados no começo deste século sob a gestão de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), que,

---

<sup>4</sup> Neste mesmo sentido, Pecequillo indica que: “O caráter não confrontacionista da diplomacia brasileira (vocação pacífica e multilateral), o juridicismo (a preferência por soluções negociadas e sustentadas na lei e no direito internacional), o pragmatismo na busca do interesse nacional e a correlação entre desenvolvimento e relações internacionais, no qual o setor externo é percebido como uma importante alavanca de progresso e sustentabilidade nacional” (PECEQUILO, 2004, p. 227-228).



mantendo estas linhas de continuidade com novas ênfases, promoveu um intenso ativismo na atuação internacional do país, ampliando sua projeção regional e internacional, como apontam Vigevani e Cepaluni: “Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) como representantes de tradições diplomáticas brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências, e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política” (VIGEVAANI e CEPALUNI, 2007, p. 275).

Isto posto, se a política externa de FHC (1995-2001) poderia ser definida pela noção de ‘Autonomia pela Participação’, relacionando a inserção internacional brasileira ao potencial (relativo) que o país possuía e à aproximação com o centro hegemônico (EUA), adaptando-se ao novo sistema internacional, pela incorporação de novos temas na agenda do país (como direitos humanos, meio ambiente, transição democrática, reformas etc.), expressando os novos valores, compromissos e práticas internacionais.

Já a política externa do governo Lula procurou promover uma mudança estratégica para a busca de “Autonomia pela Diversificação”, segundo Vigevani e Cepaluni (2007). Nesse sentido, ocorreram ajustes, não rupturas, na formulação da decisão burocrática e potenciais mudanças nas metas, pois: “há mudanças de ideias e mesmo de estratégias para lidar com os problemas e objetivos que estão colocados pela história, pela posição e pelo destino, mas não essencialmente diferentes dos existentes há muito para o Brasil” (VIGEVAANI e CEPALUNI, 2007, p. 322). Assim sendo, Scherer aponta que:

Durante o mandato de Lula, a política exterior brasileira foi batizada de “autonomia pela diversificação” sendo caracterizada em três propósitos gerais: 1) A valorização e a ênfase da cooperação internacional sentido Sul-Sul, diversificando as parcerias do Estado brasileiro com os novos atores da política mundial como África do

Sul, China, Índia, e países da América do Sul; 2) A intensificação do processo de integração regional através da criação de programas mais amplos como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e a União das Nações Sul-americanas (UNASUL); 3) O fortalecimento da liderança brasileira nos fóruns internacionais através da chamada “diplomacia presidencial”. Os resultados desta terceira diretriz pode ser atestados na atuação brasileira nas rodadas comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMS) e na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Sendo assim, na “Autonomia pela Diversificação”, o Brasil encontra brechas desobstruídas para se colocar no complexo mundo multipolar (SCHERER, 2021, s/p).

Por consequência, segundo Cervo (2006), tal política externa significou uma correção em dois aspectos: no que se refere às questões internas buscou uma redefinição do papel do Estado, no intuito de fortalecer seu papel indutivo como promotor do desenvolvimento econômico e social; e, no plano internacional, a prioridade fundamental foi a superação da vulnerabilidade, produzida pelos déficits do comércio exterior e da balança de pagamentos, retomando a experiência histórica acumulada do Itamaraty, buscando reforçar o poder nacional e a capacidade de negociação internacional.

Em suma, para todos estes autores, não foi desenvolvido um novo paradigma da política externa brasileira, mas sim uma revisão de estratégias e táticas que não caracterizam uma ruptura com o que, até então, caracterizou a tradição e os pilares da diplomacia brasileira e que incluiu a tentativa de retomar uma ação internacional a serviço do desenvolvimento do país, pois, como apontam Villa e Vianna: “[...] sendo uma autonomia pela afirmação, através da qual o governo Lula decidiu tornar o Brasil um dos principais protagonistas por meio da afirmação intransigente dos interesses nacionais no sistema internacional contemporâneo, estando disposto a assumir tanto os custos econômicos e políticos como os militares-estratégicos” (VILLA e VIANNA, 2007, p. 57).

Isso ocorreu a partir de, pelo menos, três inovações importantes que, dialogando com a tradição e as premissas da política externa brasileira, contribuíram para um maior ativismo e projeção internacional do país.

Primeiro, no estabelecimento de um grupo neodesenvolvimentista no Itamaraty, no qual se destacam as figuras de Celso Amorim e Samuel P. Guimarães, que tanto promoveram sua atuação como aprofundaram o processo de abertura deste à atuação de outras agências governamentais e da sociedade na formulação e implementação de tais políticas.

Em segundo lugar, uma inovação metodológica e institucional com a criação do assessor para assuntos externos da presidência da República (o Conselheiro Presidencial) ocupado por um quadro histórico do PT, Marco Aurélio Garcia, que teve atuação intensa na América Latina e, principalmente, a ampliação da diplomacia presidencial com um maior aproveitamento do presidente como símbolo, exemplificada em sua intensa agenda internacional e viagens bilaterais. Finalmente, uma releitura da noção de “pouca margem de manobra no sistema internacional” que conduziu a uma maior autonomia e ativismo diante dos países centrais e dos órgãos internacionais, e o reconhecimento das diferenças, embora sem rompimento, com os EUA (VILLA e VIANNA, 2007, p. 50-53).

Disso resultou um maior ativismo internacional brasileiro, tanto nos organismos internacionais quanto na construção de novas parcerias e ações para promover o universalismo e o desenvolvimento nacional, como pode ser observado na atuação para a criação dos BRICS e, no caso da América Latina, na revitalização do MERCOSUL, na criação da UNASUL e da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos). Além disto, ocorreu o aprofundamento da presença brasileira tanto na região como em outras partes do planeta, como na África e Ásia, desenvolvendo ações em diversos planos (econômico, político, diplomático, etc.).

De toda forma, embora apresente limitações e contradições que possibilitaram diversas críticas, é possível constatar que neste

período ocorreu um maior ativismo na atuação internacional do país, ampliando sua projeção regional e internacional. No entanto, foi sucedido, primeiro, por uma diminuição de tal ativismo durante o governo Dilma (2011-2016), que, apesar de manter-se fiel às diretrizes fundamentais promoveu uma “contenção na continuidade”, como aponta Cornetet (2014). Em seguida, ocorreu o início da revisão dessa política e da ruptura com essa tradição diplomática brasileira com o governo Temer (2016-2018), que, como aponta Vidigal: “adotou o baixo perfil, de caráter não-ativista, de Dilma Rousseff, e fortaleceu o pragmatismo vinculado aos interesses dos setores econômicos mais importantes do país, como o agronegócio. O pragmatismo explica a ênfase atribuída às relações comerciais e econômicas com a China e a busca de relações econômicas mais estreitas com os Estados Unidos” (VIDIGAL, 2019, p. 3-4).

Isso irá se aprofundar no governo de Bolsonaro (2019-2022), que promoveu uma revisão estrutural de tal política como aponta Moreira:

(...) O trabalho defende que em assuntos da agenda internacional como pauta comercial e o relacionamento bilateral com a Venezuela, os governos possuem elementos semelhantes tais como, as prioridades na assinatura de acordos comerciais e no distanciamento progressivo com os venezuelanos. Por outro lado, em assuntos internacionais como a China e o conflito árabe-israelense, as administrações possuem elementos dessemelhantes. Enquanto Temer agiu com postura política pragmática junto aos chineses, árabes e israelenses, mantendo certos elementos tradicionais do Itamaraty; Bolsonaro defendeu uma postura ideológica ao criticar à parceria com o país asiático pelo seu modelo político e reposicionou o papel histórico da diplomacia brasileira na questão do Médio Oriente ao priorizar votos favoráveis a Israel na Assembleia Geral da ONU (MOREIRA, 2020, p. 4-5).

Assim, o que observamos é uma ruptura com a tradição diplomática brasileira e o ativismo anterior que conduziu a uma revisão dos laços bilaterais, com o retorno de um alinhamento

automático com os EUA e o distanciamento da América Latina, África e Ásia, a adoção de uma política de matriz conservadora e uma efetiva retirada brasileira dos fóruns e organismos multilaterais, afetando a projeção internacional do Brasil, como discutiremos adiante.

### **A Política Externa do governo Bolsonaro: fundamentos e dinâmicas de uma política conservadora e errática**

Embora anunciada em seu plano de governo na campanha eleitoral e ainda que marcada por distintas interpretações e perspectivas, é possível constatar que o governo Bolsonaro (2018-2022) promoveu, desde o início, uma ampla reorientação da política externa brasileira. Essa reorientação busca romper com premissas fundamentais da tradição diplomática brasileira e o ativismo internacional desenvolvido pelos governos anteriores, desenvolvendo uma significativa ruptura na política externa brasileira, pois:

Dessa maneira, o que percebemos até o presente momento é o abandono de tradições e opções feitas na atuação internacional do Brasil. Essa modificação, no entanto, vem sendo feita de maneira mais drástica que nos momentos anteriores, quando ajustes e diferenças nas conduções representavam a regra. Agora, o bloco no poder junto a Bolsonaro e as elites que influenciam na formulação da política exterior conduzem o Brasil a uma atuação que combina escolhas não vistas em momentos anteriores (BAPTISTA, BERTOLUCCI e DIOGO, 2020, p. 526).

Sua eleição foi marcada por uma forte polarização política e pelo uso intensivo das redes sociais, com o uso intenso de *fake news*, dificultando o aprofundamento do debate sobre os problemas reais do país e, principalmente, as políticas internas e externas que este deveria trilhar.

No caso de Bolsonaro, as propostas de política externa apresentadas em seu programa de governo, que ocupavam um

lugar secundário em contraste com as questões econômicas e políticas morais, eram marcadas por uma análise superficial do sistema internacional e da atuação brasileira.<sup>5</sup> Isso estava fundamentado em uma ideologização conservadora e em concepções genéricas que rompiam com a tradição e os pilares da diplomacia brasileira, pois como aponta Vidigal:

Na campanha de 2018, o atual presidente se pautou por cinco pontos, reafirmados a cada ocasião: a) aproximação com os Estados Unidos, Israel e Taiwan; b) abertura comercial, com redução de tarifas, e busca de acordos bilaterais; c) aprofundamento da integração na América Latina “com países que não sejam ditadura”; d) mudança da Embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém; e) pressão para troca de regime na Venezuela, com imposição de sanções sobre o governo. Surpreendeu muitos analistas de política externa a facilidade com a qual Bolsonaro se afastava de preceitos constitucionais como a não-intervenção e a promoção da integração latino-americana<sup>6</sup>(VIDIGAL, 2019, p. 4).

De toda forma, sua eleição e as ações iniciais de seu governo nesse campo, principalmente aquelas relacionadas ao alinhamento automático aos EUA (sob o governo Trump) e ao distanciamento da região e do Sul Global, indicaram, sem dúvida, que estávamos diante de uma política que promovia a ruptura com a tradição e nos pilares da política externa brasileira, alterando seus objetivos e estratégias, afetando o *soft power* brasileiro pois desenvolvia as seguintes características:

---

<sup>5</sup> As propostas podem ser visualizadas em “Plano de Governo - O Caminho da Prosperidade”. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: [http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta\\_1534284632231.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf) (Acesso em: 08 Agosto de 2022).

<sup>6</sup> Neste mesmo sentido, Scherer aponta que: “Espantava a todos eleitores a proposta de estreitar os laços com Israel e Taiwan, de deslocar a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, de cercar investimentos da China no Brasil, e de até mesmo promover mudança do governo venezuelano, se admitindo algum tipo de ingerência no governo de Nicolás Maduro” (SCHERER, 2021, s/p).

Quando assumiu o governo, a PEB de Bolsonaro tomou as seguintes características principais: i) fragmentação quanto ao processo de formulação PEB; ii) alinhamento aos EUA de Donald Trump; iii) críticas ao globalismo que seria instrumentalizado na ação dos organismos multilaterais; iv) abandono da atitude proativa e de liderança em temas como da defesa do meio ambiente e dos direitos humanos (DALDEGAN e SOUZA, 2021, p. 219).

Embora alguns pareçam se inclinar pela constatação de que havia uma mudança para algo em torno de uma busca de “autonomia pelo distanciamento”. mantendo-se, portanto, alguma relação com aquela tradição, é possível apontar que, em seu conjunto, a política externa desse governo indica uma profunda ruptura com a tradição e os pilares da diplomacia brasileira e o ativismo anterior, tanto em termos de valores como formas de atuação. Nesse sentido, Baptista, Bertolucci e Diogo indicam que:

(...) é possível que estejamos presenciando um momento de mudança de orientação na política externa brasileira, algo que não encontra paralelos em momentos anteriores. Tomando como eixos principais da política externa brasileira a busca pelo desenvolvimento nacional, a não intervenção em assuntos domésticos, a resolução pacífica de conflitos, a garantia da soberania e autonomia nacional e a busca por um papel de liderança no sistema internacional, o que presenciamos é o abandono de tais eixos (BAPTISTA, BERTOLUCCI e DIOGO, 2020, p. 521)<sup>7</sup>.

Dessa forma, pilares fundamentais da diplomacia brasileira (autonomia, multilateralismo e desenvolvimento) foram relegados

---

<sup>7</sup> Isto já havia sido percebido por Vidigal ao indicar que: “Considera-se, em contraponto a Paulo Roberto Almeida, que há uma política externa propriamente dita no atual governo, construída desde a campanha, e tributária, em muitos aspectos, da política externa de Michel Temer; que, ao contrário do que sustentou Cervo, o desenvolvimento dista de ser o elemento principal da política externa do novo governo, substituído pelo alinhamento a Washington; e que, como observou Freitas, a política de tornar o Brasil caudatário do governo Trump é o fio condutor da política externa bolsonarista” (VIDIGAL, 2019, p. 2-3).

diante da busca de um alinhamento automático aos EUA e, principalmente, ao governo Trump e suas pautas antiglobalistas e conservadoras, além da incorporação superficial de suas diretrizes internacionais relacionadas à guerra comercial e tecnológica com a China, diálogo com Taiwan, sintonia com Israel e oposição sistemática ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro.

Essa política e suas principais diretrizes foram implementadas, apesar dos conflitos e tensões, a partir da atuação de três grupos fundamentais que influenciaram tanto a política interna como externa deste governo, conforme apontam Hirst e Maciel (2020):

<b>ÂMBITO PILARES</b>	<b>DOMÉSTICO</b>	<b>INTERNACIONAL</b>	<b>REGIONAL</b>
<b>Núcleo Político- Ideológico</b>	Insumo narrativo do projeto de poder nacional; aprofundamento dos vínculos de atores internos com governos e organizações identificados com o ideário da extrema direita internacional.	Ativismo anti-globalista, alinhamento ao governo Trump e aproximação ao círculo de países com regimes de extrema direita.	Desconstrução das iniciativas, projetos e compromissos do progressismo latino-americano.
<b>Política Econômica Liberal- conservador</b>	Aprofundamento da agenda de reformas econômicas de cunho liberal, fortalecimento do agronegócio e defesa do capital financeiro.	Atração de investimentos internacionais, reconfiguração da presença brasileira na economia internacional e preservação dos vínculos econômicos com a China.	Preservação dos mercados sul-americanos, minimizando compromissos de reciprocidade, institucionalidade e de responsabilidades compartilhadas.
<b>Complexo de</b>	Controle militar de cargos ministeriais de	Fortalecimento da relação com os EUA (Comando Sul),	Cooperação militar e de inteligência com regimes



<b>Segurança e Defesa</b>	primeiro escalão, ampla presença corporativa na administração pública federal; redefinição de parâmetros da Política Nacional de Defesa.	reconhecimento como aliado extra-OTAN, e cooperação militar e em segurança com governos afins- como Israel, Emirados Árabes e Índia.	conservadores; militarização de controles meio-ambientais e de monitoramento de fronteiras na região amazônica, com foco nas divisas com a Venezuela.
---------------------------	--	--	---

Fonte: HIRST e MACIEL, 2020, p. 7.

Como pode ser observado, o quadro aponta para tensa interação entre três perspectivas distintas: o do núcleo político-ideológico que possui sintonia com o ideário da extrema direita internacional e buscava um alinhamento automático com os EUA e distanciamento da América Latina; o núcleo econômico liberal-conservador que busca atrair investimentos internacionais ou promover o agronegócio, procurando preservar laços com China e América Latina; e, por fim, o núcleo ligado ao complexo de segurança e defesa, relacionado às sintonias externas de militarização do Estado brasileiro.

Assim, a política externa do governo Bolsonaro não apresentou uma coerência unívoca ou plena harmonia, pois é resultado da tensa interação entre estes grupos e seu vínculo específico com a liderança presidencial, resultando em uma política que, embora tenha um fio condutor (alinhamento automático com os EUA), desenvolve ações inconsistentes ou mesmo contraditórias em relação às instituições e vínculos internacionais brasileiros<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Neste sentido, Hirst e Maciel apontam que: “Partimos do suposto que estes pilares operam articulados ao projeto de poder do atual governo. Cabe esclarecer, entretanto, que esta articulação não implica uma plena harmonia no interior do tripé, já que os atores e interesses em cada caso revelam um vínculo específico com a liderança deste projeto. O sentido de complementariedade entre os vetores político-ideológicos das ações externas, os seus fundamentos econômicos e o peso de seu componente militar não exclui choques e contrariedades entre as três searas” (HIRST e MACIEL, 2020, p. 13).

Por consequência, a ampliação de atores responsáveis, direta ou indiretamente, pela política externa brasileira, somada à inconsistência da diplomacia presidencial, gerou menos previsibilidade e coerência na política externa brasileira, inclusive afetando a capacidade do Itamaraty de conduzir tal política ou conter danos ou pressões de outros grupos, afetando os traços de continuidade, a projeção internacional e o *soft power* brasileiro, como apontam Daldegan e Souza (2021).

A partir disto, podemos assinalar outros elementos que confirmam esse processo de ruptura com a tradição diplomática brasileira e o ativismo anterior.

O primeiro deles está relacionado à própria escolha do primeiro chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, que revela a evidência de tal movimento e a marginalização do Itamaraty, pois:

Desde o início do governo de Jair Bolsonaro, foi recorrente a desqualificação de políticas que dão esteio institucional à vida republicana do Brasil. Tal impulso demolidor reverberou de forma imediata no Ministério das Relações Exteriores (MRE), um território de reconhecido profissionalismo da burocracia de Estado brasileira. A chegada do diplomata Ernesto Araújo à chefia do MRE trouxe no bojo não apenas a tentativa de implementar uma guinada radical e sem precedentes nas diretrizes da Política Externa Brasileira (PEB), como também apontou para uma ampla reestruturação interna. A incorporação das teses da renovada extrema-direita mundial indicou a carga ideológica dessa guinada (HIRST e MACIEL, 2020, p. 6).

Sendo assim, é possível constatar que este governo relegou tanto os valores como a tradição desse ministério, marginalizando o profissionalismo, ao indicar para ministro um diplomata novo (Ernesto Araújo) e relativamente inexperiente, rompendo a tradição de indicação de embaixadores experimentados e, principalmente, pela atuação deste que, alinhado ao núcleo político-ideológico, procurou revisar o ativismo e as estratégias anteriores e impulsionar o alinhamento automático com os EUA, de forma voluntarista e unilateral, afetando a capacidade

formuladora do ministério em política externa e a manutenção da costumeira continuidade em seus elementos principais, como apontam Vidigal (2020), Scherer (2021), Daldegan e Souza e Hirst e Maciel (2020), dentre outros.

Isso se revela, de forma mais evidente, em um artigo, publicado em 2017, intitulado “Trump e o Ocidente”, em que o ministro exaltava o governo Trump, condenava o globalismo e recomendava uma “cruzada” em defesa do Ocidente, apoiando-se nas ideias de outro guru bolsonarista, Olavo de Carvalho, retomando as velhas teses do conflito civilizacional.

Tal trabalho marcado por uma idealização, mistificação, ênfase na providência divina e num pan-nacionalismo, serviu como construção narrativa para o alinhamento automático com os EUA, marginalizando os interesses nacionais brasileiros e as tradições do Itamaraty, pois segundo Vidigal:

O alinhamento foi tomado por pertencimento ao Ocidente, futuras coalizões em contexto de conflito de grandes proporções foram justificadas pelo ocidentalismo e os fatores estruturantes das relações internacionais, os interesses econômicos e políticos, foram substituídos pela ação de Deus. Uma mistificação rara ou mesmo inédita na história diplomática do Brasil, utilizada como elemento diversionista. O que o artigo de Araújo nega é o que importa para a política de Washington: a primazia dos negócios e manutenção da América Latina como área de influência (VIDIGAL, 2020, p. 5).

Em seu discurso de posse, Ernesto Araújo (2019), em consonância com a agenda conservadora do núcleo político-ideológico, indicou uma nova abordagem na política externa e procurou ressaltar que orientaria o ministério contra os valores do “globalismo”, a necessidade de se libertar do Fórum de São Paulo, teceu críticas à atuação das ONGs no Brasil, fez menções à luta contra o direito ao aborto, exaltando Deus e a família, além de apontar sua admiração a Israel.

Além disto, promoveu inúmeras mudanças no corpo diplomático com o intuito de nomear diplomatas alinhados às

propostas do governo e remoções ou demissões de quadros críticos que participaram de gestões anteriores.

Mesmo sua substituição à frente do ministério, em 2021, por outro diplomata (Carlos Alberto França), após forte pressão de grupos empresariais, do corpo diplomático e do Congresso Nacional, não alterou de forma significativa, a condução e as diretrizes da política externa desse governo, mantendo a marginalização do Itamaraty na formulação e condução desta.

De toda forma, o alinhamento automático com os EUA, de caráter voluntarista, unilateral e sem compensações que Medeiros, Vilas-Boas e Andrade (2019) denominaram de “americanismo ideológico” continuou a orientar a atuação brasileira nos organismos internacionais e regionais (MERCOSUL), nas relações bilaterais (principalmente com a China, mas também no plano regional com Venezuela e com outros países que possuíam governos progressistas) e continentais (América Latina, África e Ásia), bem como na tentativa de indicação como embaixador de um dos filhos do presidente para a embaixada brasileira nos EUA.

Sendo assim, vale ressaltar que esta política retomava a ideia de que o “que é bom para os EUA é bom para o Brasil”, confundindo os interesses nacionais, e embora tenha sido mais intensa no mandato de Trump, não foi abandonada e aprofundou-se em contradições com a chegada de Joe Biden ao poder e a implementação de uma agenda voltada à gestão da pandemia ou de temas multilaterais, como o meio ambiente, afetando o alinhamento brasileiro.

O segundo elemento que demonstra as linhas de ruptura com a tradição e as premissas fundamentais da diplomacia brasileira e o ativismo anterior refere-se à atuação do presidente no exercício da “diplomacia presidencial”.

Isso porque, em governos anteriores, principalmente de Fernando Henrique Cardoso e Lula, que por razões distintas possuíam boa projeção internacional, tal mecanismo foi intensamente utilizado para promover a imagem e os interesses brasileiros com a frequente participação destes presidentes nos

fóruns internacionais ou em constantes viagens presidências bilaterais para as mais diversas regiões do planeta. Então, essa diplomacia contribuía para a afirmação de temas nacionais na agenda internacional, como ocorreu com o debate sobre a reforma da ONU ou a erradicação da fome e a construção de parcerias internacionais (BRICS e CELAC, por exemplo) promovido pelo governo Lula.

Dessa maneira, é possível observar que o governo Bolsonaro minimizou a importância da diplomacia presidencial tanto em relação a seu uso e intensidade (baixo número e perfil das viagens internacionais) como na adoção de um estilo que provocou, ao longo de todo o mandato, inúmeros atritos e mal-estar internacional derivados de suas polêmicas declarações ou atuação em relação a determinados governantes ou temas, tanto bilaterais como multilaterais.

Quanto à intensidade, pode-se apontar que esse foi o presidente que, proporcionalmente, menos viagens internacionais realizou (apenas 23 até setembro de 2022) e estas priorizaram os EUA (com 7 viagens, cerca de 30% do total, demonstrando, uma vez mais, o alinhamento automático), os países com governos conservadores (Israel, Hungria, Polônia...) ou do Oriente Médio. Vale ressaltar que esse governo diminuiu, significativamente, viagens à América Latina (apenas 6), sendo que até o momento é o primeiro presidente, desde Itamar Franco, que não visitou a América Central e não realizou nenhuma visita à África, algo inédito desde o governo Geisel.

Além disto, seu estilo e declarações polêmicas têm provocado inúmeros atritos com aliados históricos ou parceiros relevantes. Dessa forma, além de não estar presente na posse dos presidentes de Argentina (a primeira vez desde a redemocratização), Chile e Colômbia, suas declarações (novamente no caso de Argentina, afirmou que o país havia escolhido mal o presidente, conduzindo a relação para o nível mais baixo em décadas) provocaram um relativo desgaste nas relações bilaterais, assim como em relação a outros países latino-americanos.

De toda forma, dois exemplos devido à sua importância e repercussão internacional, tornaram-se emblemáticos: os casos de França e China. Isso porque, como aponta Scherer:

Como não gosta de ser criticado ou advertido, Bolsonaro proferiu deselegâncias contra o líder francês em um episódio de extrema indelicadeza, ofendendo de forma repugnante a primeira-dama francesa. Não bastasse as grosserias do pai, Eduardo Bolsonaro repostou no seu perfil no twitter um vídeo no qual um youtuber chama Macron de idiota demonstrando assim a percepção limitada que a diplomacia brasileira se tornou sob a liderança de Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo. (...) Seja durante a campanha, seja como presidente, Bolsonaro proclamou diversas vezes que seria duro com os chineses e não permitiria que eles “comprassem o Brasil”. Porém, em sua visita à China, Bolsonaro modificou seu discurso, propondo aos chineses que aumentassem o volume de investimentos e compras no Brasil, revelando seu pensamento dicotômico em relação aos chineses. Com a pandemia do coronavírus, novamente Pequim entrou no radar de ofensas e discursos xenofóbicos por parte de Bolsonaro e seus familiares. Em um discurso, sem citar nominalmente a China, o líder brasileiro alegou que o vírus pode ter sido criado pelo país asiático em um laboratório (SCHERER, 2021, s/p).

Além dele, declarações semelhantes de seu filho e senador na comissão que investigava a pandemia, em 2021, provocaram uma dura reação do embaixador chinês Yang Wanming, afirmando que: “As suas palavras são um insulto maléfico contra a China e o povo chinês. Tal atitude flagrante anti-China não condiz com o seu estatuto como deputado federal, nem a sua qualidade como uma figura pública especial” (SCHERER, 2021, s/p). Nesse ano, em plena campanha eleitoral, as declarações sobre a China de seu ministro da economia deram continuidade a tais polêmicas e acentuaram o mal-estar nas relações bilaterais.

Em suma, ocorreu um evidente retrocesso da diplomacia presidencial, devido ao baixo perfil das viagens e à falta de empatia internacional do presidente, afetando a projeção internacional brasileira. Isso foi evidenciado, uma vez mais, na viagem ao velório

da rainha da Inglaterra (setembro de 2022), que buscou transformar em um ato da campanha eleitoral brasileira, desrespeitando qualquer luto ou protocolo, ou na convocação frustrada de uma reunião com embaixadores no Brasil para criticar, sem provas e à mercê do Itamaraty, o sistema eleitoral brasileiro que possui respeito e reconhecimento internacional. Dessa forma, como aponta Castro: “A política externa passou a adotar uma estratégia do ‘caos’, tornando-se um espaço de políticas declaratórias repleto de ‘cacofonias’. (...) O resultado tem sido o desgaste da imagem do país no cenário internacional, e uma crescente deterioração das relações exteriores do Brasil com os demais atores internacionais” (CASTRO, 2019, p. 5-9).

Por fim, o último elemento que confirma as rupturas com a tradição diplomática e o ativismo anterior, afetando o *soft power* e a projeção brasileira, pode ser observado na atuação internacional desse governo nas relações bilaterais e multilaterais.

No primeiro caso, o governo minimizou a continuidade ou a construção de laços sólidos bilaterais, tanto com aliados tradicionais (Argentina, Chile, Angola, África do Sul, dentre outros) como na busca de novas parcerias, e, como já mencionamos, desenvolveu uma política que, à mercê da sombra estadunidense, procurou ampliar laços com Israel e Taiwan ou países do Oriente Médio, próximos aos EUA, praticamente abandonando seus laços regionais na América Latina ou África. Da mesma forma, as relações com os países da Europa sofreram inúmeros retrocessos.

Além disso, a relação com parceiros relevantes, como a China, cujas relações demoraram décadas para a aproximação e bom entendimento com o aprofundamento dos laços comerciais e o desenvolvimento de cooperação em inúmeras áreas, passou a sofrer inúmeras tensões e retrocessos, pois esta, apesar de se constituir no principal parceiro comercial brasileiro, passou a ser percebida, sob a lente do alinhamento automático, como a principal ameaça à liderança global norte-americana.

Embora tal alinhamento tenha sido mais intenso durante o governo Trump e menos sistemático sob Biden, a relação com a

China foi marcada por inúmeros atritos, acentuados durante a pandemia e na atual campanha eleitoral brasileira, dificultando seu aprofundamento e o desenvolvimento de uma relação harmoniosa com o principal parceiro comercial brasileiro ou mesmo afetando a participação brasileira no BRICS. Além destes, inúmeros exemplos parecem confirmar que houve um retraimento dos laços bilaterais e um menor ativismo brasileiro na construção de parcerias.

Da mesma forma, em relação à atuação multilateral, é possível constatar que:

A política externa do governo Bolsonaro passou a ser um mero campo para exercício ideológico, rompendo com as premissas de elementares protocolos diplomáticos, isolando o Brasil do Sistema Internacional e se transformando em uma base americana, a partir da qual os setores mais agressivos do aparelho de Estado dos Estados Unidos têm agido no sentido de fazer valer seus propósitos na América do Sul. Como exemplo disto, em 2019 ocorre uma quebra de tradição diplomática brasileira de apreço aos organismos multilaterais com o voto a favor do embargo econômico, comercial e financeiro a Cuba, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em Nova York (SCHERER, 2021, s/p).

Dessa forma, o Brasil, praticamente, se retirou da América Latina, diminuindo a intensidade dos laços bilaterais com os países da região, mesmo os vizinhos sul-americanos e parceiros históricos, e ocorreram inúmeros atritos diplomáticos com Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela e Cuba, dentre outros. Além disso, essa política externa foi reorientada para revisar ou esvaziar diversos organismos regionais importantes como a CELAC, a UNASUL (oficializando a saída do país em abril de 2019) e, inclusive, o principal bloco de integração regional que é o MERCOSUL.

Da mesma forma, ocorreu uma retração de sua atuação e protagonismo nos organismos multilaterais (ONU, OMC, OMS, ...) ou de cooperação (BRICS, MERCOSUL, ...) e, principalmente, a revisão de suas posições, adotando um viés conservador em temas da agenda internacional, em que se destacam uma mudança em



relação a assuntos como meio ambiente, direitos humanos e comércio internacional.

No primeiro caso, o país passou a adotar posturas negacionistas, questionando e negligenciando os dados sobre as queimadas na Amazônia e Pantanal brasileiros, bem como aqueles relacionados à mudança climática. Depois de quase se retirar do Acordo de Paris, desistiu de sediar a Conferência do Clima (COP-25) e as questões ambientais brasileiras foram decisivas para a suspensão do acordo entre União Européia e MERCOSUL. Como resultado, constata-se que: “O aumento da degradação ambiental fez com que o soft power tradicionalmente projetado pelo país em assuntos ambientais sumisse ‘no ar como fumaça de queimada’. (...) Como resultado, de agenda-setter e propositor de normas internacionais, o Brasil se tornou pária” (DALDEGAN e SOUZA, 2021, p. 221).

Em relação aos direitos humanos, além de acompanhar pela primeira vez EUA e Israel evitando condenar o embargo à Cuba na ONU, no Conselho de Direitos Humanos desta entidade tem procurado atuar para restringir o mandato de monitoramento de seu encarregado e adotado posições conservadoras em relação a temas como racismo, violência policial e direitos das mulheres. Ainda, foi denunciado no Tribunal Penal Internacional em 2019 devido ao tratamento dos povos indígenas nesse governo.

Por fim, no que se refere ao comércio internacional, a postura brasileira tem se distanciado das posições dos países em desenvolvimento, não tem prosperado sua tentativa de entrada na OCDE e, principalmente, está paralisado o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, devido principalmente às condições de desmatamento da Amazônia.

Embora a ideia de que o país tenha se tornando um pária internacional pareça controversa, essa perspectiva foi impulsionada pela atuação do governo brasileiro diante da pandemia covid-19, em que procurou questionar o trabalho e as principais orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou procurando evitar o desenvolvimento de parcerias regionais ou internacionais para pesquisas e desenvolvimento de estratégias e

vacinas conjuntas para minimizar sua proliferação. Nesse sentido, Hirst e Maciel afirmam que:

O cenário da pandemia de Covid-19 potencializou uma política externa que combina isolamento com um mimetismo ideológico associado a outras experiências de governo, comprometidas com a visão de mundo da extrema direita internacional. A articulação entre o negacionismo e o isolacionismo latentes robustece o perfil antiregionalista da política externa de Bolsonaro. A diplomacia brasileira tem produzido uma política de “má-vizinhança”, a qual abre mão de variáveis brandas de poder e impõe uma presença dissuasiva, que se faz acompanhar por laços econômicos com baixa institucionalização e um diálogo político de monossilabos, sem pretensões de ocupar espaços em instituições multilaterais de nível regional e/ou global (HIRST e MACIEL, 2020, p. 13).

Da mesma forma, Daldegan e Souza afirmam que: “A pandemia de COVID-19 exacerbou os impactos dessas mudanças na percepção do país por seus pares. A falta de coordenação de medidas, interna e externamente, para o combate à COVID-19, bem como a atuação passiva do MRE diante das iniciativas regionais e multilaterais para abordar a crise, reforçaram a perda de soft power. Essa perda somada à tragédia que a doença se tornou no Brasil, resultantes, ambas, da falta de adoção de medidas responsivas e responsáveis pelo governo e em consonância com a comunidade internacional, têm feito do Brasil um dos párias nessa era de pandemia” (DALDEGAN e SOUZA, 2021, p. 225-226).

Então, torna-se compreensível o balanço, mencionado na epígrafe, da política externa desse governo proposto por Saraiva e Velasco Junior, que, apesar de incisivo, é significativo, pois destaca que: “Não se trata mais apenas de uma ênfase ideológica no Itamaraty, mas de uma política externa que atenta contra os interesses do país, queimando pontes que demoraram décadas para serem construídas” (SARAIVA e VELASCO JUNIOR, 2020, p. A3).

Em suma, a política externa desse governo promoveu, sem dúvida, uma revisão e rupturas com a tradição e premissas

fundamentais da diplomacia brasileira e com seu ativismo recente, impulsionando uma política com forte teor ideológico, de matriz conservadora, que distorce os interesses nacionais, dificultando o estabelecimento de laços e parcerias sólidas, tanto bi como multilaterais, e tem conduzido o país a um relativo isolamento internacional, afetando a projeção e o *soft power* brasileiro, indicando que o país parece estar sem rumo, sem aliados e sem interlocutores, como sugerem alguns estudiosos.

Sendo assim, somente a reorientação da política externa brasileira, retomando sua tradição diplomática e ativismo recente, poderá propiciar a recuperação da projeção internacional do país, reconstruindo seu prestígio e ativismo, tanto regional como global.

### **Considerações finais**

Este trabalho procurou analisar a política externa do governo Bolsonaro e sua relação com as tradições e principais premissas da diplomacia brasileira, bem como o intenso ativismo desta na era Lula. Nesse sentido, indica que ocorreram rupturas significativas com essa tradição e valores, que afetaram a projeção internacional do Brasil, tanto em termos multilaterais, bilaterais ou regionais.

Para tanto, procurou apontar os valores e objetivos que marcaram a política externa brasileira e contribuíram para a construção, ao longo do tempo, de uma tradição diplomática associada, que determinou uma atuação e projeção internacional do Brasil, em que se combinaram os elementos de independência, autonomia, diversificação e universalização. Assim, os traços de continuidade predominaram na ação diplomática e se mantiveram presentes aos longos da maioria dos governos brasileiros, pelo menos desde meados do século passado, orientando uma atuação internacional em que a política externa, apesar dos ajustes nas estratégias e táticas, esteve a serviço do desenvolvimento e dos interesses nacionais, buscando a universalização de suas relações.

A isso se agrega, como mencionamos, a atuação do governo de Lula que, mantendo-se fiel a esta tradição diplomática e aos

principais elementos da política externa brasileira, impulsionou um intenso ativismo na atuação internacional pautado na cooperação, alianças e parcerias Sul-Sul. Isso promoveu uma maior participação em fóruns internacionais, a construção de alianças e parcerias estratégicas (regionais e bilaterais) e, apesar dos limites e alguns equívocos, contribuiu para uma maior projeção internacional do Brasil nas duas primeiras décadas deste século.

Após isso, ocorre, primeiro, um retraimento desse ativismo durante o governo Dilma e, em seguida, começa uma revisão de tal ação durante o governo Temer, que se aprofunda com o governo atual.

Em vista disso, demonstramos que o governo atual, fundamentando-se no antipetismo e numa análise superficial do cenário internacional, promoveu uma revisão profunda dessa política, rompendo com as tradições da política externa brasileira e, principalmente, com o intenso ativismo que a havia caracterizado. Então, adotou o alinhamento automático com os EUA, com o distanciamento da região e do Sul Global, e procurou romper boa parte das alianças e parcerias, bem como da perspectiva multilateral e universal desenvolvida anteriormente, retomando o eixo Sul-Norte das relações brasileiras e abandonando boa parte do legado e atuação em relação à América Latina, África e Ásia.

Sendo assim, procuramos demonstrar que a marginalização do Itamaraty, na formulação e implementação da política exterior, o retrocesso ou o uso inapropriado da diplomacia presidencial e, principalmente, a atuação brasileira nas relações bilaterais e nos fóruns regionais ou multilaterais, revisando valores, práticas e parcerias que foram construídas ao longo do último século, demonstram, sem dúvida, que houve uma ruptura sem precedentes com a tradição diplomática e o ativismo brasileiro.

Em suma, o que constatamos foi o desenvolvimento de uma política errática, em que se combinaram perspectivas conservadoras, ultraliberais e de nacionalismo retrógado, que conduziu o Brasil ao retraimento e a uma política sem rumo, sem aliados e sem parcerias efetivas. Tal política afetou também o *soft power* e a projeção

internacional brasileira tanto no plano multilateral como bilateral, principalmente em termos regionais, que certamente levará algum tempo para se recuperar. Somente a reorientação de tal política com a retomada dos pilares da tradição diplomática brasileira e do ativismo internacional poderá recuperar, de forma paulatina, a atuação e a projeção internacional do país.

## Referências

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, IPRI, n. 6, p. 323-358, 2017.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-embaixador-ernesto-araujo-na-cerimonia-de-posse-como-ministro-das-relacoes-exteriores-em-brasilia-02-01-2019> Acesso em: 08 ago. 2022.

BAPTISTA, João V. M.; BERTOLUCCI, Artur Cruz.; DIOGO, Ana Victória K. Política de Estado ou de Governo? A reorientação da política externa brasileira sob o governo Bolsonaro. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 45, n. 250, p. 502-533, maio/ago. 2020.

CASTRO, Gabriel Sandino de. Teoria, discurso e prática da política externa do governo Bolsonaro: breves considerações. **Boletim de Conjuntura Política e Econômica**, IEEI. p. 5-16, 2019.

CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Orgs).

**Relações Internacionais do Brasil:** temas e agendas. São Paulo: Saraiva, p. 7-34, 2006.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.

DALDEGAN, Willian; SOUSA, Ana Teresa L. M. de. Soft power brasileiro: uma análise da política externa em tempos pandêmicos. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 212-230, 2021.

HIRST, Mônica. Os cinco “As” das relações Brasil-EUA: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morato. O tripé da Política Externa Brasileira no governo Bolsonaro. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 6-15, 2020

MEDEIROS, Klei P.; VILAS-BOAS, Vinícios; ANDRADE, Enrico. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? **Le Monde Diplomatique**, Março/2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/79475-2/> Acesso em: 15 ago. 2022.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.

MOREIRA, Daniel Sorato O. Continuidades e discontinuidades nos governos Temer e Bolsonaro na política externa brasileira (2016-2020). **Revista Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v.11, p. 1-17, 2020.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais:** temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

RUSSELL, Roberto. **Política exterior y toma de decisiones en América Latina**. Buenos Aires: GEL, 1990.

SARAIVA, Miriam; VELASCO JUNIOR, Paulo Afonso. Estamos sem rumo, sem aliados e sem interlocutores: o preço de uma política externa perdida. **Folha de São Paulo**, edição, p. A3, 20 de

junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/estamos-sem-rumo-sem-aliados-e-sem-interlocutores.shtml> Acesso em: 12 ago. 2022.

SCHERER, Lucas Mondin. A política externa do governo Bolsonaro: autonomia pelo distanciamento. **Revista Relações Exteriores**, Unesp, junho de 2021. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/> Acesso em: 28 ago. 2022.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. “Bolsonaro e a reorientação da política Exterior Brasileira”. **Revista Meridiano 47- Journal of Global Studies**, v. 20, 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2007.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; VIANNA, Manuela Trindade. Política Externa do governo Lula: autonomia pela integração ou em busca de um novo paradigma. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org). **A política externa do governo Lula (2003-2005)**. São Paulo: Marco, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

## 9.

### **Elites políticas, partidos e ideologia em Mato Grosso do Sul: uma análise comparativa do perfil e posição ideológica dos vereadores de Campo Grande e Dourados (2020-2024)**

Yasmim Fabro Macena<sup>1</sup>  
Marcos Antonio da Silva<sup>2</sup>

#### **Introdução<sup>3</sup>**

As eleições constituem-se num momento fundamental das democracias contemporâneas e influenciam boa parte da vida política de um país, determinando governos, a organização e atuação dos partidos e o desenvolvimento de políticas que afetam a toda a sociedade. Sendo assim, é possível constatar que o processo eleitoral nos conduz, no mundo moderno, inevitavelmente, a temas instigantes da análise política

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi bolsista pela CAPES no Mestrado de Sociologia e, atualmente, leciona na rede pública de ensino. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1698-1099> Email: [yasmimf.macena@gmail.com](mailto:yasmimf.macena@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>. Email: [marcoasilva@ufgd.edu.br](mailto:marcoasilva@ufgd.edu.br)

<sup>3</sup> Este trabalho é resultado de participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e agradecemos a esta e ao CNPQ pela bolsa necessária para desenvolvimento desta pesquisa.



relacionados ao estudo das elites políticas, dos partidos políticos e suas posições ideológicas.

Dessa forma, o estudo das elites políticas brasileiras, embora presente no desenvolvimento da ciência política nacional, ganhou um novo impulso no período recente com a proliferação de análises sobre o perfil, a composição e a atuação das elites em diversas instituições dos diferentes poderes (executivo, legislativo e judiciário), com destaque para o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais, os partidos políticos e as reflexões sobre o processo de renovação (ou não) das lideranças políticas (elites políticas) em diversos planos (nacional, regional ou local).

Nesse sentido, vale observar que o processo de recrutamento para seleção de elites políticas possui várias etapas que afetam o próprio processo e a escolha dessas elites, conforme apontava Norris (1997). Do mesmo modo, trabalhos como o de Codato, Cervi & Perissinotto (2013) retratam as etapas que compõem o recrutamento dos candidatos e os diversos fatores que, combinados, afetam as chances de eles entrarem na elite política.

Este trabalho procura analisar o perfil das elites políticas locais e a posição ideológica de seus respectivos partidos, a partir do estudo comparativo dos vereadores eleitos em Campo Grande e Dourados eleitos nas últimas eleições municipais (2020). Para tanto, se fundamenta tanto nos principais estudos sobre tal temática quanto nos elementos fundamentais e estruturais que têm caracterizado a elite política sul-mato-grossense e, a partir disso, a dinâmica político-partidária estadual.

Para seu desenvolvimento, foi realizado um levantamento de dados (vereadores e partidos) no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foram analisadas as seguintes variáveis sobre o perfil dos vereadores: a) Escolaridade; b) Cor; c) Gênero; d) Origem geográfica; e e) Ocupação/Profissão. Em seguida, apresenta a posição ideológica dos partidos desses vereadores eleitos em Campo Grande e Dourados.

O trabalho, além desta introdução e conclusão, está organizado em duas seções. A primeira discute alguns estudos

sobre as elites políticas e analisa o perfil e a composição dos vereadores destes dois municípios, relacionando-os aos trabalhos mencionados, procurando compreender como retratam o perfil da elite política do estado. Em seguida, analisa a posição ideológica dos partidos políticos desses vereadores, discutindo sua relação com o perfil das elites e a política partidária nacional e local.

### **Velhas e novas elites políticas: o perfil dos vereadores de Campo Grande e Dourados (2020-2024)**

Os estudos sobre as elites políticas brasileiras estão se avolumando e apresentam recortes que abrangem tanto as elites parlamentares, como o poder executivo e judiciário, tanto no plano nacional como regional, conforme apontam Dulci (2007), Perissinotto *et al* (2007), Costa e Codato (2013) e Barbosa (2019), dentre outros. Diante disso, este trabalho procura analisar o perfil das elites políticas sul-mato-grossenses em Campo Grande e Dourados, capital do estado e a segunda maior cidade respectivamente (IBGE, 2017), considerando os vereadores eleitos em 2020, procurando contribuir para a análise e compreensão da política regional.

Para isso, é possível destacar que o Mato Grosso do Sul era, até 1977, parte do território do atual estado do Mato Grosso (MT), sendo que sua dinâmica e as produções acadêmicas sobre o estado estavam ligadas a esta unidade. Dessa forma, após a divisão, emergem trabalhos específicos sobre o estado, nos quais se destacam as análises de Bittar (2009a, 2009b), que são uma contribuição fundamental para o entendimento da política no estado e sobre a atuação das elites políticas locais. Além deles, é possível destacar o de Barbosa (2019), que construiu uma radiografia da classe política eleita no estado entre os anos de 1978 e 2014, analisando o perfil dos deputados estaduais, federais e senadores eleitos em toda a história política do estado.

Diante disto, Bittar apontava que:

Quanto à ideologia do divisionismo, se é que podemos empregar esse termo, ela se nutriu de fatores políticos, culturais e econômicos. Um deles foi o discurso recorrente de que o sul, ao se separar do norte, se transformaria em “estado modelo” e uma de suas virtudes seria a renovação política. No entanto, ao se tornar poder no sul, essa classe praticou o continuísmo e encarnou a polaridade política herdada de Mato Grosso (BITTAR, 2018, p. 60).

A partir disto, procuramos compreender o perfil da nova elite política estadual, considerando os vereadores eleitos em Campo Grande e Dourados na última eleição (2020), conforme podemos observar abaixo:

Quadro 1. Vereadores eleitos em Campo Grande (2020)<sup>1</sup>

<b>Vereadores</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Formação</b>	<b>Cor</b>	<b>Gênero</b>	<b>Origem</b>	<b>Ocupação</b>
<b>Tiago Vargas</b>	PSD	76202	Ensino Superior	Amarela	Masc.	Campo Grande	Outros
<b>Carlão Comunitário Mesmo</b>	PSB	4836	Ensino Médio	Parda	Masc.	Pedro Gomes	Empresário
<b>Zé da Farmácia</b>	PODE	4680	Ensino Médio	Branca	Masc.	Fátima do Sul	Outros
<b>João César Mattogrosso</b>	PSDB	4209	Ensino Superior	Branca	Masc.	Campo Grande	Empresário
<b>Professor Juari</b>	PSD	4199	Ensino Superior	Branca	Masc.	Rondonópolis (MT)	Professor
<b>Gilmar da Cruz</b>	REP.	4195	Ensino Superior	Branca	Masc.	Poá (SP)	Vereador
<b>Prof. João Rocha</b>	PSDB	4157	Ensino Superior	Branca	Masc.	Campo Grande	Professor
<b>Silvio Pitu</b>	DEM	4117	Médio (incomp.)	Parda	Masc.	Campo Grande	Outros
<b>Professor Riverton</b>	DEM	3987	Ensino Superior	Preta	Masc.	Campo Grande	Professor

<sup>1</sup> A elaboração de todos os quadros foi realizada a partir de consulta ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no link: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga> (Acesso em 15 de maio de 2021).

<b>Valdir Gomes</b>	PSD	3920	Ensino Superior	Branca	Masc.	Campo Grande	Professor
<b>Otávio Trad</b>	PSD	3861	Ensino Superior	Branca	Masc.	Campo Grande	Advogado
<b>Delei Pinheiro</b>	PSD	3850	Ensino Médio	Branca	Masc.	Campo Grande	Servidor público
<b>Beto Avelar</b>	PSD	3750	Ensino Superior	Branca	Masc.	Campo Grande	Advogado
<b>Junior Coringa</b>	PSD	3716	Ensino Médio	Preta	Masc.	Campo Grande	Empresário
<b>William Maksoud</b>	PTB	3653	Ensino Superior	Branca	Masc.	Campo Grande	Vereador
<b>Betinho</b>	REP.	3498	Ensino Superior	Parda	Masc.	Altônia (PR)	Vereador
<b>Camila Jara</b>	PT	3470	Superior (incomp.)	Branca	Fem.	Campo Grande	Estudante
<b>Dr Jamal</b>	MDB	3369	Ensino Superior	Parda	Masc.	Campo Grande	Médico
<b>Papy</b>	SOLID.	3078	Ensino Superior	Preta	Masc.	Campo Grande	Vereador
<b>Edu Miranda</b>	Patriota	2986	Ensino Superior	Parda	Masc.	Terenos	Cargo em comissão

<b>Clodoilson Pires</b>	PODE	2979	Ensino Superior	Parda	Masc.	Aquidauana	Outros
<b>Dr Sandro Benites</b>	Patriota	2873	Ensino Superior	Branca	Masc.	Campo Grande	Médico
<b>Dr Loester</b>	MDB	2861	Ensino Superior	Branca	Masc.	Nioaque	Médico
<b>Marcos Tabosa</b>	PDT	2199	Ensino Médio	Branca	Masc.	Campo Grande	Servidor público
<b>Ayrton de Araujo</b>	PT	2167	Ensino Médio	Preta	Masc.	Campo Grande	Vereador
<b>Dr. Victor Rocha</b>	PP	2163	Ensino Superior	Branca	Masc.	Corumbá	Médico
<b>Ronilço Guerreiro</b>	PODE	2059	Ensino Superior	Preta	Masc.	Campo Grande	Psicólogo
<b>Coronel Alirio Villasanti</b>	PSL	1954	Ensino Superior	Parda	Masc.	Porto Murtinho	Policia Militar
<b>Prof. André</b>	PSD	76202	Ensino Superior	Branca	Masc.	Uberlândia (MG)	Servidor Público

Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Quadro 2. Vereadores eleitos em Dourados (2020)

<b>Vereadores</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>Formação</b>	<b>Cor</b>	<b>Gênero</b>	<b>Origem</b>	<b>Ocupação</b>
<b>Janio Miguel</b>	PTB	1894	Ensino Médio	Branca	Masc.	Ponta Porã	Vereador
<b>Lia Nogueira</b>	PP	1880	Ensino Superior	Branca	Fem.	Dourados	Jornalista
<b>Liandra da Saude</b>	PTB	1806	Ensino Superior	Branca	Fem.	Ronda Alta (RS)	Servidora Pública
<b>Elias Ischy</b>	PT	1772	Ensino Superior	Preta	Masc.	Bataguassu	Advogado
<b>Mauricio Lemes</b>	PSB	1728	Ensino Superior	Branca	Masc.	Dourados	Professor
<b>Marcio Pudim</b>	DEM	1698	Ensino Superior	Parda	Masc.	Dourados	Servidor Público
<b>Juscelino Cabral</b>	DEM	1635	Ensino Superior	Parda	Masc.	Custódia (PE)	Servidor Público
<b>Olavo Sul</b>	MDB	1562	Ensino Superior	Branca	Masc.	Dourados	Servidor Público
<b>Rogério Yuri</b>	PSDB	1414	Ensino Superior	Branca	Masc.	Vicentina	Arquiteto
<b>Laudir Munaretto</b>	MDB	1329	Ensino Superior	Branca	Masc.	Concórdia (SC)	Comerciante

<b>Marcelo Mourão</b>	PODE	1315	Superior (incomp.)	Parda	Masc.	Dourados	Radialista
<b>Sergio Nogueira</b>	PSDB	1299	Ensino Superior	Branca	Masc.	Dourados	Vereador
<b>Fabio Luis</b>	REP.	1224	Ensino Superior	Branca	Masc.	Getúlio Vargas (RS)	Arquiteto
<b>Dr Diogo Castilho</b>	DEM	1105	Ensino Superior	Branca	Masc.	Palotina (PR)	Médico
<b>Daniel Junior</b>	Patriota	1095	Superior (incomp.)	Branca	Masc.	Dourados	Comerciante
<b>Creusimar Barbosa</b>	DEM	1042	Superior (incomp.)	Parda	Masc.	Mirante (SP)	Publicitário
<b>Daniela Hall</b>	PSD	991	Ensino Superior	Branca	Fem.	Barra do Garças (MT)	Advogada
<b>Marcao da Sepriva</b>	SOLID.	937	Médio (incomp.)	Parda	Masc.	Santo Anastácio	Empresário
<b>Cemar Arnal</b>	SOLID.	926	Superior (incomp.)	Parda	Masc.	Caarapó	Administrador

Fonte: TSE (elaboração dos autores).



A partir disso, acompanhando os trabalhos sobre as elites políticas no país, como o de Dulci (2007), Rodrigues (2006), Perissinotto (2007) e Costa e Codato (2013), dentre outros, uma análise preliminar das elites deve levar em consideração, pelo menos, cinco variáveis: escolaridade, cor, gênero, origem geográfica e profissão/ocupação. Assim, o perfil dos eleitos nestas duas cidades pode ser visualizado da seguinte forma:

Quadro 3. Perfil dos vereadores eleitos no município de Campo Grande (Escolaridade, cor, gênero, origem geográfica e a profissão).

**Escolaridade**

Escolaridade	Direita	Centro	Esquerda	Total
Ensino Médio Incompleto	1	0	0	1
Ensino médio completo	2	3	2	7
Superior incompleto	0	0	1	1
Superior completo	13	7	0	20

**Cor**

Cor	Direita	Centro	Esquerda	Total
Branca	7	8	1	16
Amarela	1	0	0	1
Preta	2	2	1	5
Parda	4	2	1	7

**Gênero**

Gênero	Direita	Centro	Esquerda	Total
Feminino	0	0	1	1
Masculino	14	12	2	28

**Origem Geográfica**

Origem Geográfica	Direita	Centro	Esquerda	Total
Mato Grosso do Sul	12	10	3	25
Outros estados	2	2	0	4

**Ocupação**

Ocupação	Direita	Centro	Esquerda	Total
Empresário	1	1	1	3
Profissão com Nível Superior	3	4	0	7
Político	3	1	1	5
Estudante	0	0	1	1

<b>Outros</b>	2	2	0	4
<b>Funcionário público</b>	2	2	0	4
<b>Cargo comissão</b>	1	0	0	1
<b>Professor</b>	2	2	0	4
<b>Comerciante</b>	0	0	0	0
<b>Comunicador</b>	0	0	0	0

Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Quadro 4. Perfil dos vereadores eleitos no município de Dourados (Escolaridade, cor, gênero, origem geográfica e a profissão).

#### Escolaridade

Escolaridade	Direita	Centro	Esquerda	Total
<b>Ensino Médio incompleto</b>	0	1	0	1
<b>Ensino médio completo</b>	1	0	0	1
<b>Superior incompleto</b>	1	2	0	3
<b>Superior completo</b>	7	5	2	14

#### Cor

Cor	Direita	Centro	Esquerda	Total
<b>Branca</b>	6	5	1	12
<b>Amarela</b>	0	0	0	0
<b>Preta</b>	0	0	1	1
<b>Parda</b>	3	3	0	6

#### Gênero

Gênero	Direita	Centro	Esquerda	Total
<b>Feminino</b>	2	1	0	3
<b>Masculino</b>	7	7	2	16

#### Origem Geográfica

Origem Geográfica	Direita	Centro	Esquerda	Total
<b>Mato Grosso do Sul</b>	3	6	2	11
<b>Outros estados</b>	6	2	0	8

#### Ocupação

Ocupação	Direita	Centro	Esquerda	Total
<b>Empresário</b>	0	1	0	1
<b>Profissão com Nível Superior</b>	4	2	1	7
<b>Político</b>	1	1	0	2

<b>Estudante</b>	0	0	0	0
<b>Outros</b>	0	0	0	0
<b>Funcionário público</b>	3	1	0	4
<b>Cargo comissão</b>	0	0	0	0
<b>Professor</b>	0	0	1	1
<b>Comerciante</b>	1	1	0	2
<b>Comunicador</b>	0	2	0	2

Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Como pode ser observado nos quadros acima, constata-se que, em relação à escolaridade, a maioria dos eleitos nos dois municípios possuem formação superior. Isto se aproxima aos trabalhos de Neiva & Izumi (2012) e Costa & Codato (2013), dentre outros, que mostram que a posse do diploma universitário é um atributo fundamental para o ingresso e desenvolvimento no universo da elite política, conforme apontava Barbosa: “A posse do diploma universitário é um atributo fundamental para a entrada no universo da elite. No Brasil, desde Carvalho (2003), Barman & Barbam (1976), Neiva & Izumi (2012) e Costa & Codato (2013) o diploma superior tem sido apontado como um aspecto recorrente no perfil das elites políticas” (BARBOSA, 2019, p. 115).

Nesse sentido, constatamos uma taxa de 69% de vereadores com ensino superior completo em Campo Grande e 74% dos eleitos em Dourados. Além disso, vale destacar que os partidos de direita são os que mais representam os eleitos com ensino superior completo.

No que se refere à questão racial (cor), constatamos que a maioria absoluta dos eleitos se declara de cor branca, convergindo com análise de Lamounier (1968) de que as desigualdades sociais presentes no Brasil se expressam na política por meio da relação entre raça e comportamento político. Também vale observar que Campo Grande apresenta maior número dos que se declaram pretos (5) em relação a apenas um em Dourados.

Quanto ao gênero dos candidatos eleitos, com base nos resultados, das 48 cadeiras disponíveis nesses dois municípios,

apenas 4 (8%) são representadas por mulheres. Diante desse fato, pode-se observar que, ainda nos dias de hoje existe uma tendência à sub-representação feminina dentro das câmaras municipais, reforçando que o número de mulheres na política local ainda continua pequeno.

Esses resultados corroboram com os obtidos por outros autores, que discorrem que as taxas de mulheres eleitas têm sido menores do que as de homens no Brasil (ARAÚJO, 2005; ALVES, PINTO e JORDÃO, 2012). Vale destacar que as mulheres eleitas neste trabalho estão ligadas a um partido de esquerda em Campo Grande (PT) e as três de Dourados estão em partidos de centro e direita. De toda forma, tais dados indicam que o espaço político no Mato Grosso do Sul é predominantemente masculino e que os partidos não têm obtido sucesso na inserção feminina na classe política.

Em relação à origem geográfica, é possível constatar a predominância de políticos naturais do Mato Grosso do Sul, principalmente em Campo Grande, daqueles oriundos de outros estados da federação. Apesar disto, vale destacar o que aponta Barbosa (2019) de que há uma tendência de presença e continuidade de políticos de outras regiões no Mato Grosso do Sul, provavelmente devido às migrações internas.

Por fim, em relação à profissão/ocupação, é possível observar que em Campo Grande seis dos 29 vereadores eleitos já eram políticos, enquanto em Dourados, quatro de 19 vereadores são funcionários públicos e apenas dois já eram políticos. Nesse sentido, Rodrigues (2002) apontava que os partidos tendem a recrutar seus quadros em grupos sociais distintos, em que nos partidos de direita predominam quadros empresariais e proprietários rurais e à esquerda quadros associados ao funcionalismo público e trabalhadores.

Conforme Dogan (1999, p. 174), determinadas profissões se ligam ao mundo político por suas afinidades com as habilidades necessárias na política, seriam os advogados, professores, jornalistas, por exemplo. Os dados encontrados neste trabalho vão de encontro aos de Barbosa (2019), que, ao fazer uma radiografia

da elite política do Mato Grosso do Sul a nível de deputados e senadores, afirmou que empresários, professores e profissionais liberais representaram 60% da classe política do estado. No caso dos vereadores, essas ocupações representam aproximadamente 52% dos eleitos em 2020.

Além disso, Barbosa (2019) apontava que os partidos de direita teriam maiores taxas de empresários e indivíduos com alta renda, enquanto os partidos de esquerda seriam formados por membros das classes médias e populares, como professores, bancários e trabalhadores de uma forma geral. Isso parece corroborar o que apontava Codato et al. ao indicar que:

...a nova direita tem sua força eleitoral calcada no espaço dado para trabalhadores e para novas lideranças. Isso pode ser interpretado pelo tamanho dos partidos, como dissemos, em sua maioria micro ou pequenas legendas, que servem apenas de esteio para absorver o capital eleitoral pessoal de seus candidatos. E, finalmente, ao mesmo tempo que os trabalhadores não encontram mais guarida nos partidos tradicionais (em sua maioria dentro da categoria de “outros”) ocupados por políticos profissionais e camadas médias, correm para os novos partidos, onde a competição é baixa e a chance de conquistarem uma vaga nas listas eleitorais alta (CODATO et al., 2015, p. 141).

Por fim, vale observar que nos partidos de centro, os estratos sociais do seu recrutamento seriam em classes intermediárias, com maiores rendas que a esquerda, mas menores que a direita, contando com menores taxas de empresários e trabalhadores. De toda forma, os dados e os autores acima parecem indicar o envelhecimento da classe política, aliado a um recrutamento de políticos naturais de outras regiões, além da queda na quantidade de empresários e produtores rurais, o que pode demonstrar mudanças na própria sociedade sul-mato-grossense e diferenciar essa nova direita da velha direita, onde os latifundiários e seus familiares eram a maioria dos eleitos.

Embora o perfil apresentado demonstre uma relativa diversidade e complexidade, é possível apontar que se destacam os elementos associados a uma alta escolaridade (superior completo), ao predomínio masculino e branco, de políticos locais e com profissão associadas ao ensino superior ou de relativa carreira política. De todo modo, tal retrato refere-se aos vereadores eleitos de Campo Grande e Dourados e ainda são necessárias novas pesquisas e estudos para compreender o perfil das novas (e velhas elites) políticas do estado.

### **Partidos Políticos e Ideologia: o espectro político-partidário das Câmaras de Vereadores de Campo Grande e Dourados (2020-2024)**

Ainda que a política seja de extrema importância para a organização da sociedade e a construção do bem-comum, boa parte de seus elementos e dinâmicas históricas segue ignorados ou desconhecidos.

O processo de divisão do estado deixou marcas, principalmente destacando as diferenças de classes, a violência, o poderio das oligarquias políticas e dos antigos coronéis da região. Desse modo, as elites agrárias perceberam que poderiam chegar e se manter no poder, o que foi comprovado pelo fato de que a maioria dos políticos que chegaram ao poder terem alguma vinculação direta ou indireta com as elites agrárias e industriais do estado (BITTAR, 2009).

No caso de Mato Grosso do Sul, podemos apontar que na primeira eleição após a ditadura militar, em 1982, o sentimento oposicionista era forte e havia um profundo descontentamento com a ditadura militar. Assim, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tinha maior representatividade, já possuía um histórico de lutas democráticas e estava ligado a grupos sociais mais diversificados, como os servidores públicos, alguns sindicatos e organização dos professores. Foi essa composição ideológica diversificada, que englobava diferentes segmentos de camadas, classes sociais e grupos com interesses diversos e ideologias

diferenciadas (do liberalismo ao socialismo) e a defesa da democracia por meio de princípios de participação política e planejamento democrático, que contribuiu para que esse partido chegasse ao poder Executivo estadual.

Já o Partido Democrático Social (PDS) estimulava o eleitor sul-mato-grossense a exercer o voto direto para escolher o governador do estado, pois era a primeira vez que escolheriam o ocupante deste cargo. Enquanto o Partido Democrático Trabalhista (PDT) se fundamentava na ideia de que o partido representava em Mato Grosso do Sul a legenda de oposição sem compromisso com a ditadura. Por fim, a primeira campanha que o Partido dos Trabalhadores (PT) procurava a construção das bases partidárias com vistas à formação de um partido forte e ligado aos trabalhadores e extratos populares.

Na atualidade, análises sobre a política no Mato Grosso do Sul apontam três desafios primordiais (MIRANDA, SILVA e MIRANDA, 2019). Em primeiro lugar, a necessidade de um diálogo interdisciplinar; em segundo lugar a demanda urgente de sistematização dos estudos sobre o estado em torno de sua diversidade e peculiaridades; e, por último, o desenvolvimento de estratégias para fazer expandir a quantidade e variedade de estudos sobre política do estado.

Além disso, considerando a análise de Bittar (1998) e Souza (2020), é possível observar que, na política sul-matogrossense, há um conjunto de cenários interpretativos relacionados ao fato de termos entre 1979-1998 somente governos ligados ao conservadorismo e às elites agrárias e latifundiárias; a constatação de que há pouca alternância no poder, ou seja, há uma predominância de governos que representam basicamente os mesmos segmentos de atores por um longo período; e, por fim, a ausência ou pouca representatividade de oposição aos projetos neoliberais por parte dos governos eleitos (SOUZA, 2020).

Isso nos ajuda a compreender o quadro partidário estadual em que os partidos que elegeram parlamentares foram classificados, sendo que na direita ficaram: Arena - PDS, PP, Partido Democratas

(DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Liberal (PL), Partido Social Trabalhista (PST), Partido da República (PR), PSD, Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Partido Social Liberal (PSL); no centro: PMDB, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); na esquerda: PT, PDT, Partido Popular (PPS), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido da Mobilização Nacional (PMN). Além dessas, as agremiações que ainda não possuem classificações ideológicas definidas foram unificadas na categoria outros, que são os casos do PSD, PMN, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e Partido Ecológico Nacional (PEN), atualmente denominado Patriota.

Assim, é possível constatar que o estado parece possuir um perfil eleitoral que tende aos partidos de direita, embora tal grupo seja heterogêneo, como a direita brasileira. Assim, conforme Roeder (2016), os partidos políticos de direita podem ser classificados em três grupos: a velha direita tradicional; a nova direita, que ainda pode ser neoconservadora (que defende a intervenção estatal limitada e conservadora moral, tais como o Avante, o Podemos) ou neoliberal (partidos orientados pelo mercado, defensores da mínima intervenção estatal na economia, tais como PTB, PRTB e PEN); e, por fim, os partidos fisiológicos, que não apresentam posicionamentos firmes quanto ao neoliberalismo e conservadorismo.

A partir disto, vale observar que as estratégias das elites partidárias, principalmente ao definir seus candidatos, podem influenciar no sentido do fechamento da estrutura de competição, o que por sua vez favorece a estabilidade dos alinhamentos eleitorais e do sistema partidário. De acordo com o texto da Braga (2013), a estrutura de competição poderá ser relativamente fechada e, dessa forma, altamente previsível, com pouca ou nenhuma mudança na gama de alternativas de governo ou no padrão de alternância, e com probabilidade alta de os novos partidos não chegarem ao governo.

Da mesma forma, Carreirão (2014) aponta que o Brasil é um país mais fragmentado quando se trata de legendas partidárias e a



tendência é se fragmentar cada vez mais. A grande quantidade de partidos não significa que o apoio eleitoral é plural. O que se constata é que o grande volume de legendas dificulta o conhecimento dos eleitores sobre elas, gerando problemas de *accountability*, com repercussões sobre a qualidade da representação.

Por essa razão, os dados expostos por Barbosa (2019) informam que o estado de Mato Grosso do Sul, em seus quarenta anos de competição eleitoral, 156 indivíduos conquistaram os 328 mandatos parlamentares que são divididos entre: 234 deputados estaduais, 78 deputados federais e 16 senadores. Logo, os partidos de direita e centro foram as agremiações que mais cadeiras elegeram parlamentares no estado. Dos 328 mandatos do Estado, 128 (39,5%) foram conquistados pelo centro, enquanto 127 (38,5%) pela direita.

Tais elementos nos permitem compreender o desempenho eleitoral dos partidos, considerando o espectro ideológico (Esquerda, Direita e Centro), das Câmaras de Vereadores de Campo Grande e Dourados nas eleições de 2020, como pode ser observado nos quadros abaixo:

Quadro 5. Votação por espectro político partidário de vereadores eleitos (2020) em Campo Grande (MS)

<b>Partidos</b>	<b>Votação</b>
<b>Centro</b>	114900
<b>Centro-direita</b>	28362
<b>Centro-esquerda</b>	15750
<b>Extrema direita</b>	7813
<b>Direita</b>	2163
<b>Esquerda</b>	0
<b>Total</b>	168988

Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Quadro 6. Votação por espectro político partidário de vereadores eleitos (2020) em Dourados (MS).

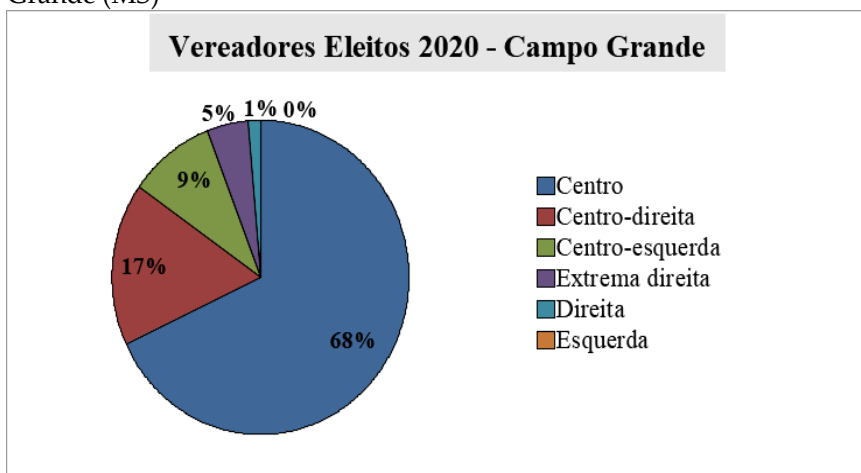
Partidos	Votação
Centro	8897
Centro-direita	9417
Centro-esquerda	5363
Direita	1880
Extrema-direita	1095
Esquerda	0
<b>Total</b>	<b>26652</b>

Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Como pode ser observado, a maioria absoluta dos votos esteve voltada aos partidos de centro, seguida por partidos de direita e, em menor medida, de esquerda. Isso nos permite observar os efeitos do novo contexto político nacional a partir de 2018 e a ascensão da nova direita no Brasil, conforme apontam as análises de Casimiro (2014), Velasco e Cruz, Kaysel e Codas (2015) e Roeder (2016).

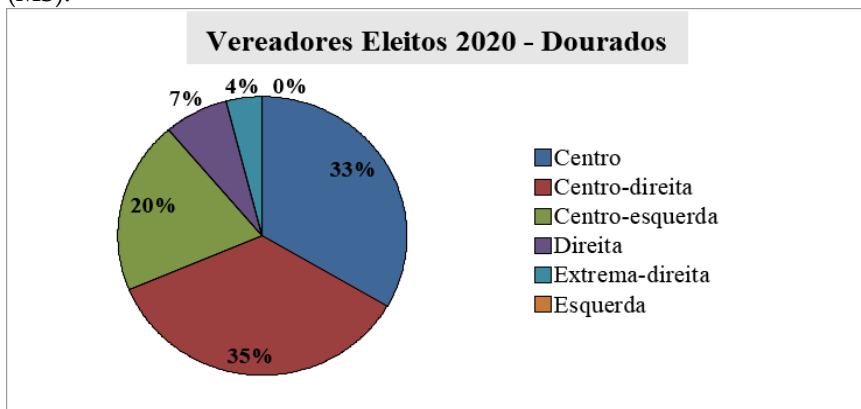
Tal desempenho também pode ser visualizado nos gráficos abaixo:

Gráfico 1. Espectro ideológico de vereadores eleitos (2020) em Campo Grande (MS)



Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Gráfico 2. Espectro ideológico de vereadores eleitos (2020) em Dourados (MS).



Fonte: TSE (elaboração dos autores).

A partir dos quadros e gráficos, constata-se que, em Campo Grande, os partidos de centro e direita foram os que mais cadeiras conquistaram, pois das 29 cadeiras em disputa, 14 (48,27%) foram conquistadas pela direita (PSL, Patriota, Republicanos, DEM, PTB, PSD), enquanto 12 (41,37%) foram conquistadas pelo centro (Progressistas, PDT, REDE, Solidariedade, Podemos, MDB, PSDB), o que representa a maioria absoluta dos eleitos, e apenas uma pela centro-esquerda (PT).

Em Dourados, os partidos de centro (Progressistas, Solidariedade, Podemos, MDB e PSDB) conquistaram 9 (47,36%) cadeiras, enquanto os partidos de direita (Patriota, Republicanos, DEM, PTB e PSD) conquistaram 6 (31,57%) das cadeiras em disputa e as demais foram conquistadas pela esquerda (PT e PSB). Dessa forma, apesar do predomínio de partidos de centro e direita, constata-se um melhor desempenho da esquerda em relação à capital.

Então, podemos observar que, apesar das tendências constatadas nas eleições estudadas, a nova conjuntura política brasileira que emerge das eleições presidenciais de 2022, com o retorno de Luis Inácio Lula da Silva à presidência da república, será determinante para verificarmos os rumos do sistema partidário nacional e local, incidindo sobre os futuros realinhamentos no

espectro político-partidário, com a reafirmação (ou não) do centro, a retomada (ou não) dos partidos de esquerda ou na continuidade (ou não) do crescimento da direita.

## **Conclusão**

Este trabalho procurou analisar o perfil da elite política no estado, considerando os vereadores eleitos em Campo Grande e Dourados nas eleições de 2020 e, em seguida, compreender o desempenho eleitoral dos partidos relacionado ao espectro político-ideológico (Esquerda, Centro, Direita).

Para tanto, procurou apresentar o debate sobre as elites políticas no país e, em seguida, analisou o perfil dos vereadores eleitos em Campo Grande e Dourados, a partir dos elementos associados à escolaridade, cor, gênero, origem geográfica e a profissão. Nesse sentido, constatamos que tal perfil se assemelha ao identificado na política nacional pois a maioria absoluta dos eleitos se declara de cor branca, masculina (apenas 4 (8%) das 48 cadeiras analisadas foram conquistadas por representadas por mulheres), com predominância dos que possuem ensino superior completo e daqueles que já desenvolvem uma carreira política ou atuam no funcionalismo público, embora seja possível ressaltar a presença de profissionais liberais, professores e empresários que constituíram cerca de 52% dos eleitos.

Em seguida, após apresentar um breve histórico sobre os partidos e o sistema partidário estadual, desde a criação do estado até a atualidade, apontamos que nas eleições municipais de 2020, considerando o desempenho dos partidos nas Câmaras de Vereadores das cidades estudadas e sua posição político-ideológica, podemos constatar que os partidos de centro e direita foram as agremiações que tiveram um melhor desempenho, elegendo um número maior de vereadores, enquanto os partidos situados à esquerda tiveram um desempenho moderado. Dito de outro modo, dos 47 mandatos disputados e estudados (28 em

Campo Grande e 19 em Dourados) os partidos de centro venceram 20 (42%) e os partidos de direita 23 (48%).

Embora tais dados sejam importantes para construirmos uma visão estrutural e conjuntural da elite política local, é imprescindível destacar que, no que se refere ao cenário partidário e ao espectro ideológico, as tendências aqui identificadas necessitam de um maior aprofundamento e, principalmente, dependem da nova conjuntura política brasileira para serem confirmadas ou descartadas. Sua compreensão, no entanto, é uma tarefa que envolve os interessados e estudiosos de temas relacionados à política, mas, acima de tudo, se refere a todos aqueles que defendem e desejam a manutenção e o aprofundamento da democracia brasileira diante do autoritarismo, da intolerância e da mentira.

## Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. (Orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/livro-as-mulheres-nas-eleicoes-2010/>

ARAÚJO, Clara. “Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 1, p. 193–215, 2005.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. Radiografia da classe política de Mato Grosso do Sul (1978-2014). In: MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de; SILVA, Marcos Antonio da; MIRANDA, Victor Garcia. **Os (des)caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e mudanças**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019.

BITTAR, Marisa. **Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009a.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um Estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossense**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009b.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. “A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil”. **Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, vol. 1, p. 1-25, 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 255-295, 2014.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. “Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012”. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 61-84, 2013.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, G. **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: FPABRAMO, 2015.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. “A profissionalização ou popularização da classe política: um perfil dos senadores da República”. In: André Marengo (Org.). **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

DOGAN, Mattei. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, Michel. (Ed.). **La profession politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999.

DULCI, Otávio S. As elites políticas. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **O Sistema Político Brasileiro: uma**

introdução. São Paulo: UNESP/Rio de Janeiro: Konard-Adenauer-Stiftung, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. “Raça e classe na política brasileira”. **Cadernos Brasileiros**, v. 47, n.1, p. 39-50, 1968.

MACIEL, Ana Paula Brito Maciel; ALARCON, Anderson de Oliveira Alarcon; GIMENES, Éder Rodrigo Gimenes. “Partidos Políticos e espectro ideológico: Parlamentares, Especialistas, Esquerda e Direita no Brasil”. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 8, n. 3, 2017.

MIRANDA, Daniel de; SILVA, Marcos A. da; MIRANDA, Victor de (orgs.). **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e rupturas**. Campo Grande: UFMS, 2019.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. “Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 171-192, 2012.

NORRIS, Pippa. **Passages to Power: Legislative recruitment in advanced democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PERISSINOTTO, Renato *et al.* **Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROEDER, Karolina Mattos. “Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social”. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/04/existenova-direita-brasil-proposta-classificacao-e-analise.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021

SOUZA, Ailton. “Aspectos da política sul-mato-grossense: uma breve análise de conjuntura”. **Movimentação**, v. 7, n. 13, p. 41-57, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/12652/6633> Acesso em: 15 nov. 2021.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

# **Diálogos sociológicos**





# 10.

## **A educação em direitos humanos diante da ascensão autoritária (2016 - 2022): investigando as dinâmicas de ataques e esperando formas de res(ex)istências políticas**

Rodolfo Arruda Leite de Barros<sup>1</sup>

### **Introdução**

Neste capítulo, tenho como objetivo apresentar alguns resultados parciais da pesquisa de pós-doutorado do projeto intitulado *“Panorama da Educação em Direitos Humanos no Brasil: ataques à democracia e resistências político-pedagógicas no período recente (2016 – 2022)”*. O tema principal da investigação é compreender e detalhar de que maneira a ascensão autoritária da conjuntura política recente acabou gerando efeitos destrutivos no campo das políticas públicas desenvolvidas na Educação em Direitos Humanos (EDH). Do ponto de vista macro, grande parte das discussões e pesquisas dedicadas a compreender o cenário político nacional mais amplo convergem para o entendimento da importância do recorte temporal do que chamo aqui de ascensão autoritária (CASARA, 2017, 2020; AVRITZER, KERCH, MARONA, 2021; FRIGOTTO, 2021; PENNA, 2021), momento histórico no qual dois pontos são centrais nesse processo: o primeiro, o Golpe de 2016, marcado por instabilidades institucionais, intensificação de políticas neoliberais (PEC do Fim do Mundo e programa Ponte para o Futuro); e o segundo, a eleição do governo federal em 2018

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Docente Permanente do Programa de Mestrado em Sociologia (PPGS-UFGD). Pós-doutorando em Educação em Direitos Humanos na UFABC PCHS. E-mail: rodolfobarros@ufgd.edu.br

do representante da extrema direita, com sua posse em janeiro de 2019, a partir da qual se intensificam inúmeros retrocessos e ataques às políticas sociais, à Democracia e aos Direitos Humanos (DH), os quais discutirei mais detalhadamente a seguir.

Essas duas ocorrências, ainda que de modo muito introdutório, inauguram dinâmicas na política nacional que significaram desativações de políticas sociais, danos institucionais, dissolução de conquistas democráticas e de direitos sociais, dentre outros retrocessos. De outro ponto de vista mais específico, aproximando da temática da EDH, uma breve retomada de sua trajetória de implementação na educação nacional aponta que após inúmeras iniciativas (de diferentes lugares e em momentos diversos), a EDH no Brasil encontrou um momento favorável de conquistas evidenciadas em 2006 com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e em 2012 com as Diretrizes Nacionais sobre Educação em Direitos Humanos (DNEDH). Para grande parte do debate (MONTEIRO, SIMÕES, CARDOSO, 2022; CANDAU, SACAVINO, 2013), esses dois momentos evidenciavam o amadurecimento das propostas de EDH no país enquanto uma Política Pública bem-sucedida na Educação nacional e que, com esses avanços institucionais já obtidos, o foco recairia nos elementos mais específicos da efetivação e consolidação desses princípios definidos nos planos e diretrizes recém-conquistados. Ou seja, é possível pensar que até próximo de 2012, grande parte do debate estava atento à efetivação e ao detalhamento da implementação de modelos de EDH que foram conquistados nas Políticas Públicas até aquele período. Nessa linha, uma das principais preocupações seria desenvolver pedagogias específicas e adequadas à EDH, pensar a formação de educadores (as), ampliando a inserção da EDH na Educação nacional, efetivando as metas, valores e diretrizes produzidas no PNEDH e nas DNEDH (MONTEIRO, SIMÕES, CARDOSO, 2022; CANDAU, SACAVINO, 2013). Porém, como já discutido acima, em data não muito distante, com o Golpe de 2016, há um corte nessa

tendência. Entender como se desdobrou esse processo também constitui um dos focos deste trabalho.

Tomando como referência o cenário acima apresentado, a hipótese que tenho desenvolvido nesta pesquisa é considerar em que medida a mudança política mais ampla, representada pela ascensão autoritária, não representa uma ruptura desse horizonte de conquistas e de implementação das políticas públicas da EDH no período recente. Essa hipótese se torna mais plausível ao analisar dois marcos: de um lado, o momento privilegiado de conquistas das políticas públicas na EDH em 2012, e, de outro, o início de um período de inúmeros retrocessos dos direitos sociais, de ataques às instituições democráticas (destacado em 2016 e intensificado a partir de 2019). É possível notar, de modo mais enfático, como essas duas dinâmicas podem estar interligadas. Porém, desde o início desse projeto, uma pesquisa bibliográfica focada nessa hipótese de uma ruptura (ou interrupção) dessas propostas/expectativas da efetivação da EDH (delineada nas políticas públicas) influenciada pelo cenário político hostil e antidemocrático, mostrava ainda poucos trabalhos, artigos ou relatórios focados em detalhar de que maneira ocorreu (ou não) esse processo e quais seriam os impactos desses desdobramentos para a EDH. A proposta desta pesquisa se tornou entender como se deu esse processo e trazer alguma contribuição a essa lacuna que se verificava nas produções relacionadas às temáticas da EDH.

A partir da elaboração dessa pergunta central da pesquisa, o desafio consistia em encontrar quais as evidências dessa hipótese de ruptura do projeto de EDH a partir dos efeitos da ascensão autoritária na política nacional, detalhando inclusive quais seriam as lentes de observação e os recortes teórico-metodológicos para esse objetivo. Devido a uma literatura escassa<sup>2</sup>, havia poucas sugestões metodológicas na literatura específica. Diante disso, a

---

<sup>2</sup> Importante citar alguns trabalhos que debateram essas questões e foram referências para se compreender esse processo, como Monteiro, Simões, Cardoso, 2022; Mota, 2020 e Abrucio, 2021.

alternativa encontrada foi desenvolver, a partir da sistematização dos elementos empíricos encontrados e, com base nas figurações desse material, elaborar meus próprios itinerários de análise crítica e produzir, ainda que de maneira preliminar, algumas chaves interpretativas (recortes e dinâmicas) que me ajudavam no aprofundamento das questões centrais do projeto.

Trazendo essas considerações para um plano mais específico dos resultados do trabalho, ficou nítido que, para entender como a conjuntura política de extrema direita influenciava, atacava e desestruturava projetos e políticas públicas em EDH dos governos progressistas anteriores, era necessário operar e articular diversas análises. A saber, compreender de que maneira os DH foram tratados/atacados nesse período autoritário, assim como entender de que maneira o campo da Educação (sobretudo em nível Federal) se tornou um foco de disputa e ataques de grupos políticos reacionários que se beneficiaram politicamente da defesa de valores autoritários. Essas duas dinâmicas amplas, trabalhadas aqui, ainda que em linhas gerais, eram fundamentais para se compreender que a EDH não poderia passar ilesa na vigência dessa hegemonia política antidemocrática. Essa perspectiva demandou um cuidado especial na análise para articular numerosas ocorrências / dinâmicas de campos amplos (tais como a política do governo federal em relação aos DH, ou as dinâmicas neoliberais na Educação), mas, ao mesmo tempo, acredito que essa abordagem permitiu também construir um suporte / repertório contextual e analítico para responder de que maneira a EDH foi duramente atacada e desestruturada nos anos recentes. Esse procedimento, inclusive, conforme foi se constituindo e amadurecendo, evidenciou também que muitos dos desafios de realização da EDH no contexto atual podem se beneficiar dessa abertura mais ampla (cenários mais amplos da Política e da Educação) da análise aqui empreendida.

Uma vez detalhadas a pergunta principal da pesquisa e quais foram as perspectivas metodológicas utilizadas para recortar e investigar as dinâmicas, apresento aqui alguns dos resultados

preliminares da pesquisa. O resultado principal confirma a hipótese inicial, de que as transformações políticas mais gerais do período que atacaram duramente as conquistas democráticas tiveram um forte impacto na trajetória das políticas públicas de EDH, seja bloqueando processos de implementação, destruindo mecanismos institucionais, retirando recursos orçamentários, reorientando no plano nacional políticas educacionais democráticas em modelos conservadores, desativando redes e gestores, dentre outros mecanismos. Conforme a pesquisa avançou, verifiquei que as dinâmicas de ataques à EDH (assim como os ataques aos DH) são numerosas e que elas seguem estratégias e padrões obedientes a uma certa racionalidade política autoritária (que nada tem de irracional ou arbitrária) e que possui bases profundas ligadas ao aprofundamento de uma hegemonia neoliberal no Brasil, conjugada com o revigoramento da extrema direita e de tendências desdemocratizantes na América Latina e outros lugares do mundo (BROWN, 2019).

Para evidenciar esses processos acima apresentados, trabalho nesse capítulo a partir de algumas partes do relatório de pós-doutorado (ainda não finalizado e por enquanto, inédito), material no qual discuto a compreensão dessas dinâmicas recém discutidas na introdução do capítulo e que dão suporte aos resultados parciais já aqui apresentados. Pretendo executar essa proposta em dois movimentos analíticos: num primeiro momento, uma articulação mais ampla sobre os DH e a Educação no Brasil diante da ascensão autoritária recente, e num segundo ponto, apresentar em linhas gerais os ataques ao campo da EDH no país.

## **Os Direitos Humanos e a Educação no período do bolsonarismo<sup>3</sup>: ataques à democracia e a desconstrução de políticas públicas educacionais**

No contexto dessa pesquisa, em que investigo quais foram os principais mecanismos e dinâmicas de ataques ao projeto da EDH, considero que seja importante também avaliar, num sentido mais ampliado, de que modo os DH foram atacados durante o período investigado no foco deste capítulo. Essa abertura da análise, que se amplia dos ataques à EDH para uma abordagem mais panorâmica da situação dos DH no período investigado, não consiste numa ampliação indevida ou abandono do foco da EDH, mas parte, sobretudo, da compreensão de que essas dinâmicas que afetaram destrutivamente os DH durante o período foram elementos que causaram (e causam) impactos de desestruturação e retrocessos para as expectativas de realização do projeto da EDH.

Tendo em vista as ponderações acima, é igualmente necessário considerar a dificuldade de se elaborar um panorama detalhado de inúmeras ações de um período autoritário que afetaram os DH no recorte analisado, pois, como ficará claro na articulação dessa pesquisa, a orientação política que se tornou hegemônica nesse período recente tinha como um dos seus principais eixos de sustentação justamente o ataque intensificado e multiplicado aos DH como sua principal racionalidade governamental-política. Nesse sentido, é possível considerar que as medidas antidemocráticas e autoritárias dos governos 2016/2018 e 2019/2022 tiveram, como um fio condutor comum, quase que como horizonte central de atuação, ações governamentais que visavam promover o desmonte de políticas sociais, promover pautas reacionárias, desarticular movimentos sociais e enfraquecer a cidadania.

---

<sup>3</sup> Utilizamos a palavra bolsonarismo seguindo as pistas abertas por Casara (2020) entendendo o termo como um movimento político mais amplo que envolve a desestruturação e turbulência da política nacional, a ascensão de políticas de extrema direita, reacionárias e conservadoras, ultra-neoliberais, e que se inicia com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Dito de outra forma, a depender da lente em que se observa tais períodos, as ações em sua grande maioria converg(em)iam (direta ou indiretamente) para o enfraquecimento e/ou esvaziamento dos DH, desativação de valores democráticos e retrocessos da Democracia no Brasil. Diante dessa consideração, fica evidente a dificuldade de se elaborar um panorama exaustivo, e detalhado, acerca de todas as ações que possam ter afetado ou interferido na esfera dos DH no país, pois, como já colocado anteriormente, isso poderia significar reconstruir quase que a totalidade das ações governamentais (especialmente em nível federal) do recorte temporal abarcado. Ao contrário disso, proponho uma investigação que possa levantar os principais marcos/evidências dessas ações que afetaram os DH e elaborar uma compreensão articulada dessas ocorrências de modo a compreender como a intensificação de uma agenda antidireitos humanos, favorecida durante a ascensão autoritária, acabou influenciando as expectativas, projetos e efetivação da EDH no país.

Para analisar a situação dos DH na época do bolsonarismo, retomo o contexto de turbulência política imediatamente anterior à eleição de 2018, que culminou no Golpe de 2016 e que preparou terreno para um agravamento da ascensão autoritária no país. Um de seus primeiros e principais efeitos, a PEC 95 (PEC do Fim do Mundo – ou oficialmente nomeada Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos) significou o engessamento do orçamento público e o congelamento / redução de recursos públicos, sobretudo, nas áreas da Educação e da Saúde. Os efeitos sociais e políticos do golpe de 2016 causariam ainda impactos nas instituições e no sistema eleitoral. A eleição de 2018 é marcada com o avanço de partidos da extrema direita, o revigoramento de valores autoritários, antidemocráticos e o favorecimento de candidatos com retóricas radicais, que se insinuavam como “antissistema”.

Esse cenário institucional turbulento criou condições favoráveis às candidaturas de extrema direita, sendo a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 uma das principais evidências desse processo. A partir de sua posse em



janeiro de 2019, desde seu primeiro discurso, o candidato eleito já reafirmava sua trajetória política autoritária pregressa e postura antidireitos humanos publicamente conhecida<sup>4</sup>. No interior de um discurso repleto de referências autoritárias e antidemocráticas, ressaltamos algumas passagens mais próximas à temática da EDH. “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, **combater a ideologia de gênero**, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. (Bolsonaro, 2019)”. Mais adiante, no mesmo discurso de posse:

Daqui em diante, nos pautaremos pela **vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para militância política**; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, **pelo mérito**, bons empregos e sustentar com dignidade sua família; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição. (BOLSONARO, 2019)

Essas falas já apontavam algumas das intenções políticas a serem executadas pelos novos representantes eleitos e de tendências governamentais que iriam se concretizar ao longo do mandato do governo federal executivo. Antes de prosseguir com mais dados e ocorrências que configuram o quadro de ataques aos DH intensificado no período, também aponto alguns elementos comuns que caracterizavam as dinâmicas de hostis desenvolvidas nesse período. Nesse sentido, é possível levantar uma reflexão, de fundo, na qual se questiona: de que maneira foi possível, dentro dos limites constitucionais e institucionais, promover uma racionalidade política de ataques e desmonte das políticas públicas

---

<sup>4</sup> Inúmeras ocorrências dão fundamentação a esta afirmação. Somente para citar alguns pontos conhecidos da sociedade brasileira: defesa do regime da ditadura militar, defesa de torturadores, falas racistas, sexistas, homofóbicas, discursos de ódio e intolerância em relação a certos grupos e/ou orientações políticas.

ligadas aos DH, aos direitos sociais, cidadania e democracia? Esta pergunta, que vai além dos limites dessa pesquisa, ainda assim se torna justificada nessa investigação pois nos permite detalhar o *modus operandi* em que se pode implementar uma orientação política hostil aos DH e à democracia no Brasil, sem, no entanto, pelo menos num primeiro momento, produzir uma forte ruptura constitucional e uma reação adversa na sociedade civil de modo geral. A hipótese inicial que incorporei para articular essa aparente contradição (ataque e desativação de direitos sociais e DH sem uma ruptura visível) foi a estratégia adotada pelo governo autoritário de promover uma lógica política de desativação, desestruturação e reelaboração das noções de DH numa chave reacionária, que foi implementada habilmente como uma racionalidade governamental por meio de ataques e criação de inimigos políticos. Conforme avançava na pesquisa, ficava cada vez mais evidente que este *modus operandi* (estratégia / racionalidade política) não era arbitrária, irracional, casual ou residual.

Refletindo sobre essa questão, Koerner (KOERNER et. al., 2019), já nos meses iniciais do governo de Bolsonaro, fazem apontamentos importantes para se fundamentar a análise dos ataques aos DH no período autoritário, indicando:

A política geral do novo governo pode ser chamada de anti-direitos humanos. Seu discurso combina elementos de ressentimento, ódio e agressividade para atribuir efeitos negativos aos direitos humanos, que passam a ser acusados de provocar aquilo que eles combatem. Vítimas de violação são acusadas de incitá-las ou provocá-las; as condutas dos violadores são justificadas; as condições que propiciam violações são naturalizadas e aqueles que lutam por mudanças aparecem como os promotores da violência e do ódio que contra eles se abate. (KOERNER et. al., 2019)

Aprofundando essa compreensão do que significaria uma política governamental antidireitos humanos, Koerner aponta alguns métodos e estratégias utilizadas por agentes governamentais nesse período que implementaram essa

orientação política antidireitos humanos. As estratégias citadas nesse trecho são importantes referências metodológicas nesse trabalho, pois contribuíram para recortar objetos de investigação e dinâmicas políticas. Na passagem de Koerner (Koerner et. al., 2019) que evidencia esses mecanismos, grifamos em negrito alguns mecanismos privilegiados dessa racionalidade política antidireitos humanos:

Os objetivos e métodos de ação são anti-direitos humanos porque promovem **reformas legislativas(grifo nosso)** que fragilizam as garantias dos cidadãos contra arbitrariedades de autoridades na investigação criminal, ao mesmo tempo em que **impedem a responsabilização de agentes do Estado por atos violentos**; preparam-se para **alterar substantivamente ou extinguir programas de inclusão social e racial e desqualificam políticas de reconhecimento das diversidades culturais, contra a discriminação de gênero ou de orientação sexual**; **redirecionam políticas estatais para o proselitismo religioso e a reafirmação de hierarquias e preconceitos variados**; **atribuem ao Executivo prerrogativas de vigilância a ONG's e organismos internacionais**; **criam novos obstáculos para o acesso a documentos públicos**. **Desrespeitam a autonomia das Universidades, preparam cortes nas verbas para a pesquisa e ameaçam censurar ou bloquear pesquisas em ciências humanas e sociais.** (KOERNER et. al., 2019)

Essa racionalidade política desenvolvida no período pode ser evidenciada a partir de variadas ocorrências, eventos, decisões políticas e discursos, dentre outros dispositivos, os quais, ainda que não diretamente vinculados ou intencionalmente articulados, convergem claramente para a execução de uma agenda antidireitos humanos. Desde o início do governo Bolsonaro, três Ministérios desempenharam um papel fundamental na implementação dessa agenda, a saber: o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com a Ministra Damares Alves; O Ministério das Relações Exteriores, com o Ministro Ernesto Araújo, e o Ministério da Educação, com o Ministro Vézé Rodrigues.

Evidentemente que outros Ministérios também poderiam ser elencados aqui, tais como o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente, mas talvez pelo papel estratégico que esses três primeiros Ministérios desempenharam em relação aos DH e à Educação, evidenciam de forma exemplar como foram tratadas as questões de DH no período do bolsonarismo (ABRUCIO, 2021; LOPES, 2021; BIROLI, QUINTELA, 2021)<sup>5</sup>. Sobre esse aspecto, o analista político Leonardo Avritzer (2021) aponta:

A concepção de antigovernabilidade do capitão ganhou forma durante o primeiro ano de seu mandato devido à sua capacidade de destruir políticas. Foi em ministérios-chave, como os da Educação, do Meio Ambiente e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que a concepção de (des)governo se expressou melhor. Seus ministros foram nomeados pela capacidade de tensionar com a respectiva área de políticas públicas, ou de desfazer políticas bem-estabelecidas, ou de criar tensões com burocracias e membros de comunidades de políticas públicas nessas áreas. Setores consolidados como a educação e o meio ambiente foram desestruturados por ministros que estabeleceram fortes conflitos com profissionais, organizações não governamentais ou organizações internacionais, como as Nações Unidas. (AVRITZER, 2021, pág. 08)

A pesquisa tem mostrado que há muito a ser descoberto e debatido acerca dos impactos e efeitos deletérios produzidos pelo

---

<sup>5</sup> Dado os limites desse capítulo, não farei aqui um detalhamento dessa escolha que aponta para a centralidade dos 03 Ministérios MMFDH, Relações Exteriores e MEC em face dos DH e da EDH. Ao invés disso, faço um breve apontamento das referências utilizadas que me levaram a esse entendimento. Refiro-me aqui a 03 capítulos de uma obra destinada a discutir as dinâmicas do bolsonarismo, publicado em 2021. Cada capítulo aborda um aspecto do (anti) governo autoritário: Birolí e Quintela discutem o MMFDH no capítulo intitulado “Mulheres e Direitos Humanos sob a ideologia da “defesa da família”. Fernando Abrucio discute os ataques à Educação no capítulo “Bolsonarismo e Educação: quando a meta é destruir uma política pública”. Por fim, a brusca mudança das políticas de DH no sistema internacional é debatida por Dawisson Lopes em “Dois anos de uma política externa rudimentar”.

governo autoritário, sobretudo no que diz respeito aos DH e à Educação, nos anos recentes. Para avançar nesse campo exploratório, uma estratégia utilizada na pesquisa foi um levantamento documental de materiais relacionados à temática dos DH e demais assuntos relacionados, sobretudo àqueles produzidos por entidades de Direitos Humanos e Organizações Não-governamentais (ONGs). Nesse sentido, o primeiro ponto a ser observado, é considerar a grande quantidade de documentos, relatórios e materiais produzidos (em diferentes instâncias e por diferentes grupos). Esse número elevado de materiais torna uma análise sistemática e aprofundada muito onerosa, e isso foge aos limites desse trabalho. Ainda que não privilegiando esse aspecto mais exaustivo da análise, ao contrário de um levantamento detalhado e numeroso, trago aqui alguns materiais mais significativos dos relatórios de DH produzidos sobre o governo Bolsonaro.

Duas publicações anuais se destacam nesse sentido: um da Anistia Internacional, o Informe 2021/2022 – *O Estado de Direitos Humanos no Mundo*, o segundo, da Human Rights Watch, em seu relatório *Mundial de 2022 – Brasil – eventos de 2021*. Nas duas publicações, ainda que produzidas por duas entidades diferentes, é possível encontrar um quadro comum a respeito de um grande retrocesso dos DH no Brasil, aumento de graves violações de direitos humanos e permanência de desigualdades, violências e opressões características da sociedade brasileira. Em comum, os relatórios apontam: 1) as graves violações ao direito à saúde, cometido pelo governo federal por ações negacionistas, por negligenciar políticas públicas de saúde pública para proteger a população e tratamentos inadequados e omissões que levaram à mais de 700 mil mortes (dentre elas, muitos analistas estimam que em torno de 120 mil poderiam ter sido evitadas); 2) a intensificação de ameaças e ataques aos pilares da democracia, com ações do governo federal de atacar instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o sistema eleitoral; 3) desregulamentação das instituições de proteção ao Meio Ambiente e intensificação de

ataques aos Povos Indígenas; 4) retrocessos nos Direitos das pessoas LGBTQIA+, nos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres, com ênfase na criminalização do aborto, combate à “ideologia de gênero”, aumento de violência contra mulheres, feminicídios e violência trans/homofóbica; 5) aumento de violência policial e reforma das normas regulatórias da posse de armas de fogo, promovendo o armamento da população; 6) aumento de perseguições à defensores de DH e aumento de censura em relação à imprensa, com aumento de ameaças e perseguições a jornalistas.

Outro relatório importante produzido pela Anistia Internacional, com o título: *“1000 dias sem direitos: As violações do governo Bolsonaro”* (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021), apresenta um panorama bem documentado de qual foi tônica do tratamento dispensado aos DH durante esse período. O relatório anuncia, logo em sua abertura, que o material apresentado foi retirado de “trinta e duas situações que o governo federal tomou atitudes que ocasionaram perda de direitos de brasileiros e brasileiras” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021) e as respectivas “campanhas, ações urgentes e reativos produzidos pela equipe da Anistia Internacional no Brasil desde 01 de janeiro de 2019” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021).

Dentre as situações catalogadas estão os gestão da pandemia, Liberdade de expressão / redução do espaço cívico (ataques à imprensa), discursos antidireitos humanos na ONU, direitos de povos indígenas e outras comunidades tradicionais e violações de direitos humanos na Amazônia, política de segurança pública (aumento do acesso a armamentos), ameaças ao Estado de Direito. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021)

Além desse conjunto de ações diretamente ligadas ao campo dos DH, também é importante trazer algumas ocorrências que explicitaram ainda mais o modo como o governo autoritário concentrou esforços para propor mudanças no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), por meio de uma portaria que criou

um grupo de trabalho para discussão e proposição de mudanças nas políticas públicas de DH. O mais impressionante dessa ação governamental foi o fato de que a portaria não previa a participação da sociedade civil, de nenhum grupo representante de instituições de DH, como movimentos sociais, lutas de mulheres, LGBTQIA+, movimento negro, lideranças indígenas, representantes de instituições do judiciário, dentre outros grupos. A portaria n. 457, de fevereiro de 2021<sup>6</sup> foi uma iniciativa do MMFDH e foi vista pelas entidades de DH como uma tentativa secreta de reformular as diretrizes dos DH no Estado brasileiro, uma vez que não contava com membros externos ao governo e não exigia nenhuma transparência da forma como a discussão seria encaminhada. Mais de 200 entidades emitiram notas e se manifestaram contra a iniciativa, de modo a bloquear o grave retrocesso. Em uma notícia republicada pela Human Right Watch, analistas se manifestaram:

“O governo Bolsonaro, que vem promovendo uma agenda anti-direitos, anunciou que planeja mudar o Programa Nacional de Direitos Humanos em segredo absoluto e sem a participação de qualquer um que discordar de suas políticas”, disse Maria Laura Canineu, diretora da Human Rights Watch no Brasil. “Tendo em vista o histórico deplorável do governo em relação aos direitos humanos, existe um risco real de que o resultado desse processo secreto seja desastroso para a proteção desses direitos no Brasil.” (CANINEU, *apud* HUMAN RIGHT WATCH, 2022)

A proposta de revisão secreta<sup>7</sup> do PNDH gerou reações de ex-ministros de ministérios e pastas de Direitos Humanos, lançando um manifesto, no dia 1º de outubro de 2021, documento chamado

---

<sup>6</sup> A portaria pode ser encontrada no link: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-457-de-10-de-fevereiro-de-2021-303365015>

<sup>7</sup> De acordo com interpretações da portaria, o regulamento desse grupo de trabalho proibia a divulgação de qualquer informação sobre as discussões do grupo antes do encerramento dos trabalhos. Conforme a mesma notícia citada: HRW – notícia – fev 2021 - <https://www.hrw.org/pt/news/2021/02/15/377877/2021/02/15/377877>

de “Pela reconstrução das Políticas de Estado dos Direitos Humanos no Brasil<sup>8</sup>”, durante um evento transmitido pela internet<sup>9</sup> e congregando diversas entidades de DH, instituições de pesquisa e universidades. Diversos portais noticiaram as resistências políticas, dentre eles notícias no portal Rede Brasil Atual, portal da Human Right Watch e Comissão Pastoral da Terra:<sup>10</sup>

O governo Bolsonaro não acabou com a pasta de Direitos Humanos, **mas subverteu sua lógica (grifo nosso)**, com os direitos deixando de ser para todos, segundo o ex-ministro. “Não há mais defesa da liberdade, bem-estar social e da diversidade. Agora, o governo entende que direitos humanos são para seus aliados e nada mais”, criticou. [...] O manifesto ato uniu os ex-ministros José Gregori (1997-2000); Gilberto Vergne Saboia (2000-2001); Paulo Sérgio Pinheiro (2001-2003); Nilmário Miranda (2003-2005); Mário Mamede Filho (2005-2006); Paulo de Tarso Vannuchi (2006-2011); Maria do Rosário (2011-2014); Ideli Salvatti (2014-2015); Pepe Vargas (2015-2015); Nilma Lino Gomes (2015-2016) e Rogério Sottili (2015-2016). Sottili destacou que Bolsonaro é uma grave ameaça aos direitos humanos desde a época em que era deputado federal. “Ele homenageou torturadores e, após eleito presidente, acabou com os mecanismos de combate à tortura. Hoje, os conselheiros não tem mais estrutura. A Comissão Nacional da Verdade enviou um grande relatório com recomendações, mas todas foram ignoradas. Além disso, o Brasil deixou de cumprir os compromissos do pacto internacional de direitos humanos”, afirmou. (SOTTILI, 2021, *apud* REDE BRASIL ATUAL, 2021)

---

<sup>8</sup> O documento encontra-se disponível para download em: <https://drive.google.com/file/d/12IDWPvM7kLV72GG8X808OrShRIZyUYwE/view>

<sup>9</sup> O site da Comissão Arns publicou uma notícia desse evento e disponibilizou um registro em vídeo que pode ser visto em: <https://comissaoarns.org/pt-br/blog/ex-ministros-lan%C3%A7am-manifesto-por-direitos-humanos/>.

<sup>10</sup> As notícias utilizadas encontram-se nos links: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5526-nota-publica-mais-de-200-organizacoes-pedem-revogacao-de-portaria-que-pode-mudar-a-politica-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3> e, <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/10/bolsonaro-destruicao-redemocratizacao-direitos-humanos/>.



Como fica explícito ao longo de ações e propostas desenvolvidas durante o governo, é possível constatar uma estratégia política de reelaboração das noções de DH a partir de uma chave reacionária, de modo a promover a destruição e o retrocesso dos DH, mas com o cuidado de minimizar/camuflar suas intencionalidades antidemocráticas, mantendo um verniz de institucionalidade.

Uma vez elaborado esse breve quadro acerca do modo pelo qual foram tratados/atacados os DH nesse contexto de ascensão autoritária no país, a outra metade complementar dessa análise de conjuntura nos aponta para a necessidade de se descrever um panorama das políticas educacionais no Brasil. Inúmeros trabalhos apontam essa conexão entre as políticas democráticas de educação e o cenário político no qual esses valores e diretrizes são atacados, precarizados ou descartados. Sem realizar um aprofundamento da trajetória da educação pública no país, por conta dos limites desse trabalho, é possível considerar que a educação se encontra sempre como um objeto de disputa política, como parte integrante de um projeto de país, seja um projeto conservador ou um plano de transformação social. Essa luta política está presente em disputas entre modelos de educação, escola e docência, a respeito dos seus princípios e orientações. No caso brasileiro, um dos principais pontos desse debate se estabelece entre, de um lado, o fortalecimento de uma educação pública, com diretrizes democráticas, delimitada na ideia de educação como um direito social e compromisso do Estado democrático na redução das desigualdades sociais, e, de outro lado, uma tendência de privatização da educação, no qual se destacam algumas ideias de educação bancária, diretamente ligada ao mercado, com modelos de gestão eficientes e métodos e modelos avaliativos uniformizados. Simplificando a questão, de um lado, temos o projeto da CF 88 e demais legislações como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 1996) que corporificam o direito à educação e um modelo de educação democrática; e, de outro, várias ocorrências recentes que se intensificam que defendem a

desobrigação do Estado, a abertura do campo educacional para a iniciativa privada e uma relação direta entre o funcionamento das instituições de ensino em sintonia com o Mercado e suas dinâmicas produtivas. De acordo com alguns analistas (Peroni, Caetano, Lima, 2017), a partir desse cenário de retrocessos democráticos, diversas tendências privatizantes vão se desdobrando no Brasil, transformando o cenário mais amplo da Educação no país, e restringindo (o que é mais importante no enfoque desse trabalho) os horizontes de realização da EDH. Como se verá adiante, a privatização está diretamente ligada ao avanço de tendências neoliberais na educação brasileira e esses movimentos políticos vão se materializar em processos de lutas político-educacionais, tais como a “Reforma do Ensino Médio”, a disputa em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outros movimentos como o “Escola sem Partido” (ESP).

Em um artigo que discute as reformas educacionais e o processo de privatização da educação no Brasil, Peroni, Caetano e Lima (2017) apontam:

Sob o **projeto pós-golpe [grifo nosso]** no Brasil, as **reformas educacionais não são debatidas** com as associações de professores, sindicatos, pesquisadores, e estão sendo aprovadas sob sua resistência, como no caso da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do ESP, que vêm demonstrando a disputa por projetos distintos e que tem como foco a direção e o conteúdo da educação pública brasileira. Diferentes processos de privatização da educação pública em nível de sistema e escola trazem implicações para a democratização da educação, identificando os sujeitos que vêm atuando para dar a direção das políticas educacionais neste momento histórico, político e social. [...] **As reformas na educação brasileira fazem parte de um projeto que não dialoga** com os principais envolvidos nas propostas em curso – professores, alunos, comunidade escolar – e **apresenta-se como uma afronta à democracia.** (PERONI, CAETANO, LIMA, 2017, p. 418)

As autoras Peroni, Caetano e Lima (2017), no artigo “*Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia*”, oferecem importantes informações para o debate sobre as tendências neoliberais na educação brasileira, sobretudo, por detalharem atores sociais, grupos políticos e entidades da iniciativa privada que impulsionam essa agenda privatizante no cenário nacional. São citados grupos como o Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Itaú Social, dentre outros, muitas dessas fundações fomentando organizações da sociedade civil que pressionam por política públicas educacionais, tais como o Todos Pela Educação.

A retomada desses elementos mais amplos contribui para um entendimento de como esses processos convergem para um cenário cada vez mais restrito no que diz respeito às expectativas de uma educação pública, democrática e orientada pela pluralidade de concepções pedagógicas e pelos DH. Embora todas as dinâmicas que discuto nesse trabalho tenham início em datas anteriores, não por acaso, esses processos marcantes de tentativas de retrocesso na educação democrática, ganham força a partir da ascensão autoritária inaugurada em 2016 e intensificada no governo de 2019. O histórico de discussões em torno da Reforma do Ensino Médio retomam desde 2013 (PL6840/13) e a primeira proposta da BNCC data de 2015. Porém, se no início essas ocorrências contavam com debates mais amplos e participação de alguns setores da sociedade civil e da educação, em sentido mais autoritário, e aproveitando-se do contexto de retrocesso democrático, tanto a reforma do ensino médio passada de forma forçada no governo de Michel Temer com a Lei 13.415/2017 (primeiro como medida provisória – MP 746/16), assim como, em dezembro de 2017, a homologação da 2ª versão, sem participação de representantes da sociedade civil e setores da educação, marcam esses retrocessos. Da mesma maneira, o movimento “Escola sem Partido” (ESP), fundado em 2004 e ganhando visibilidade em 2014 (com o PL 7180/14 que visava

alterar a LDB), passou a ganhar notoriedade em 2016,<sup>11</sup> a partir desse efeitos do cenário antidemocrático e de ganho político a partir de pautas autoritárias. O ESP passa congrega grupos políticos conservadores, parlamentares e entidades, em torno de uma agenda capaz de alterar as diretrizes pedagógicas e curriculares constituídas desde a CF 88, incluindo políticas educacionais ligadas à diversidade, como elementos raciais, de gênero, sexualidade e diferenças, acusando as escolas e professores de “doutrinação ideológica”, propondo modelos “neutros” de “educação/escolarização” (PENNA, 2017), prevendo inclusive propostas de implementação de delação nas instituições de ensino, tais como “Flagrando o doutrinador” e “Planeje a sua denúncia” (PENNA, 2017).

A proposta do ESP tem como elemento fundamental a censura, constituindo-se como espaço de encontro entre as agendas neoliberal e neoconservadora. Busca interditar o discurso e o trabalho dos professores, da educação básica ao ensino superior, decidindo sobre quais conhecimentos e conteúdos podem (ou não) permear o espaço escolar. No âmbito da censura – travestida de combate à doutrinação – os focos se dividem. De um lado, os neoliberais pretendem eliminar da escola práticas que se propõem transgressoras, que questionam o pensamento hegemônico e procuram construir alternativas à lógica do capital. [...] De outro lado, os neoconservadores justificam a censura como uma forma de garantir a moralidade e a tradição e impedir que os professores subvertam aos valores morais tradicionais. É nesse sentido que surge o elemento do combate à “ideologia de gênero” que “passa a ser bandeira prioritária de grupos religiosos conservadores e funde-se à pauta do movimento ESP que transfere sua discussão do campo político, para o campo

---

11A maioria dos trabalhos analisados até o momento mostram que nos anos de 2014/2015 e 2016 constituem o período em que aumentam o número de projetos de lei (em diferentes âmbitos, federal, estadual e municipal), assim como se dá o alinhamento do ESP com outras organizações neoconservadoras, como Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados Online (Ribeiro, 2016).

moral” (Miguel, 2016, apud Lima, 2017, 0. 26-27). (PERONI, CAETANO, LIMA, 2017, pág. 423)

Como se nota a partir da citação acima, o movimento do ESP se conecta diretamente com a terceira dinâmica conservadora da política educacional resultante da ascensão autoritária analisada nesse trabalho, o combate ao que se chamou de “ideologia de gênero”.

A luta de variados grupos políticos no cenário nacional que convergiam na cruzada contra a “ideologia de gênero” tinha como objetivo a retirada dos termos “gênero” e “sexualidade” do Programa Nacional da Educação (PNE) (em discussão nas instituições políticas no ano de 2014), sob alegação de que tais termos significavam ameaças às famílias (segundo esses grupos, aos modelos tradicionais e valores associados) e também poderiam interferir na orientação sexual de crianças e identidades de gênero, às quais deveriam ser preservadas e de responsabilidade das famílias. A disseminação desse discurso incorporado nos ataques à “ideologia de gênero” confrontava frontalmente inúmeras políticas educacionais nacionais, desde princípios da CF 88 e da LDB (1996), bem como diversas diretrizes educacionais que defendem o direito às diversidades, às lutas contra todas as formas de discriminação e a uma educação pautada no reconhecimento e valorização da diferença. Nas palavras de Mendonça (2021), sintetizando esse movimento:

É nessa conjuntura que a Educação em Direitos Humanos assume um papel primordial como ação capaz de promover o enfrentamento de preconceitos e violações de direitos, constituindo-se fundamental instrumento para a construção de uma nova mentalidade, especialmente voltada para as gerações em processo de formação. Ainda assim, é forçoso reconhecer que os processos educativos formais pela via da escolarização estão igualmente atingidos por ações governamentais que reverberam os movimentos conservadores com acusações e perseguições a professores e instituições educativas sob o falacioso argumento de doutrinação

ideológica. A verdadeira cruzada que se instalou no país contra a chamada “ideologia de gênero”, os movimentos em torno do tema da “escola sem partido”, as referências depreciativas sobre as universidades, inclusive e principalmente aquelas vinculadas administrativamente ao próprio governo federal e, até mesmo, ataques infundados e desqualificados ao patrono da educação brasileira Paulo Freire, sem nenhuma base de realidade, são elementos que evidenciam o quadro desfavorável para uma consequente materialização da política pública de educação em direitos humanos. Avanços conquistados ao longo de anos e positivados no arcabouço jurídico e normativo nacional são sistematicamente desconsiderados sob alegação de se constituírem pura ideologia. Essas posturas confrontam-se radicalmente com as políticas contemporâneas de direitos humanos. A pandemia do Covid-19 recrudescer esse panorama governamental em função da postura negacionista e contrária à Ciência, tendo a União desertado de sua competência de liderar e coordenar os processos de enfrentamento ao vírus que permanece ceifando a vida de brasileiros. (MENDOÇA, 2021, págs. 29/30)

### **Os ataques à EDH na época do bolsonarismo**

Além dessas três dinâmicas das políticas educacionais recentes apresentadas acima (1 - combate à ideologia de gênero, 2 - movimentos do “Escola sem Partido” – ESP e, 3 - a “Reforma do Ensino Médio” e as disputas em torno da BNCC), as quais, de uma forma direta ou indireta, restringiram / inviabilizaram ou desestruturaram as políticas públicas relacionadas à EDH, a pesquisa também apontou a existência de ações, decisões e estratégias governamentais especificamente voltadas para bloquear, neutralizar e desconstruir conquistas da EDH. Até o momento da escrita deste texto, foram identificadas quatro ações, às quais irei discutir aqui e descrevê-las de forma breve. Porém, antes dessa apresentá-las, inicio essa parte do capítulo detalhando um pouco acerca das racionalidades políticas utilizada pelo bolsonarismo na gestão da educação, as quais contribuem para

compreender os desdobramentos e ocorrências no MEC e também a entender a maneira como os ataques à EDH foram encaminhados. Num primeiro momento, pode ser que essa retomada possa parecer estranha ao (à) leitor (a), porém, ênfase aqui, que essa estratégia de “ataque” à EDH seguiu uma lógica específica, ligada à ideia de antigoverno – ou antigovernamentalidade (uma racionalidade política já discutida ao longo do texto). Vale lembrar que durante o governo de extrema direita, e também com o advento da Pandemia da covid-19, o MEC se configurou com um dos ministérios mais precarizados e inertes da gestão, tendo quatro ministros, uma ação problemática durante a pandemia (considerada como um “apagão da educação”), sucateamento do ENEM, uma participação reduzida focada em retomar modelos conservadores de educação como a Educação Domiciliar (Homeschooling)<sup>12</sup> e a Militarização das Escolas<sup>13</sup>.

Retomando a linha de atuação das políticas educacionais no período do bolsonarismo, Fernando Abrucio (2021), ao analisar os dois primeiros anos da gestão bolsonarista, apresenta pistas importantes acerca dessa compreensão:

Para entender a política educacional implantada pelo MEC nos últimos dois anos, é preciso antes entender o modelo geral de políticas públicas adotado pelo governo Bolsonaro. Tudo começa com a forma de pensar a política de maneira geral, especialmente a

---

<sup>12</sup> Em 2019 o governo federal assinou um projeto de lei em que buscava regulamentar e incorporar a educação domiciliar no Brasil, a qual passou por debates e votações na Câmara e no Senado. O tema permanece ainda sem regulamentação definitiva sobre a matéria no país. A proposta se configura como uma das chaves conservadoras da educação durante o governo Bolsonaro, por estar em contradição com vários princípios do direito à educação. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/educacao-domiciliar> .

<sup>13</sup> No portal governamental, o MEC publicou notícia em 2020 sobre 54 instituições escolares que iriam adotar a “gestão de excelência” do modelo de gestão cívico-militar, destinando R\$ 54 milhões. <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85831-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec> .

maneira como o bolsonarismo tem buscado construir a agenda governamental e implementar suas propostas. Nesse aspecto, o chefe do Executivo não só abandonou a lógica da coalizão e da negociação com os políticos e a sociedade – algo que significaria a “velha política” para os bolsonaristas -, mas também segue a linha dos populistas de extrema direita no mundo: **faz a política das políticas públicas de forma schmittiana (Schmitt, 1992), selecionando grupos sociais, líderes políticos e ideias inimigas, para então construir estratégias de mobilização e ataques permanentes para destruí-los.**[grifo nosso] Diálogo só existe com os aliados, ou melhor, seguidores. (ABRUCIO, 2021, P.102)

Esse modelo de gestão da Educação enfraquece o potencial de concretização das políticas públicas herdadas dos períodos anteriores, tirando atenção e recursos dos desafios cotidianos de implementação das diretrizes e desviando o foco para “inimigos políticos”, capilarizando força política em ressentimentos sociais e paralisando mobilizações populares. Além disso, as medidas de realocação de recursos, ressignificação dos termos, omissão e desestruturação de instituições e redes ligadas à área vão convergindo para uma agenda neoconservadora.

O modelo schmittiano<sup>14</sup> na Educação significou **colocar-se contra a agenda, instituições e os atores que, em maior ou menor medida, guiaram as políticas públicas ao longo das últimas décadas.** O bolsonarismo fez questão de limitar, quando não rechaçar, o diálogo com as principais lideranças da área, de ignorar a engrenagem institucional prévia – tanto no plano federativo como junto às organizações da sociedade civil – e de deslegitimar tudo o que viera antes. Fechando a porta para interlocutores da comunidade epistêmica da área, tentou criar de cima para baixo o que seria um modelo educativo totalmente novo. [...] O resultado desse processo schmittiano de ordenar as políticas públicas foi o completo isolamento do MEC frente ao mundo educacional existente, a ponto

---

<sup>14</sup> A referência aqui é o filósofo Carl Schmitt (1888 - 1985), conhecido como um pensador político da teoria da Soberania, do Direito Constitucional e do Estado de Exceção.



de muitas vezes as redes de ensino, as universidades e as organizações sociais da área da Educação simplesmente ignorarem grande parte da agenda educacional do governo Bolsonaro. (ABRUCIO, 2021, p. 102)

O primeiro ataque direto à EDH foi a extinção da Secad/Secadi, logo no início do governo Bolsonaro e como uma das primeiras medidas do ministro da Educação Vêlez Rodrigues. Inicialmente criada como Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004, no governo Lula, a secretaria representou um marco no desenvolvimento de políticas públicas referentes ao enfrentamento do racismo, iniciativas em relação à gênero e sexualidade, educação de jovens e adultos, educação indígena, quilombola, medidas socioeducativas, dentre outras (Carreira, 2019). Em 2012, devido a mudanças institucionais (a fusão da secretaria de Educação Especial do MEC), a Secretaria passa a ser nomeada como Secadi (Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), tendo, no período entre 2012 e 2014, um aumento de projetos desenvolvidos e de recursos orçamentários (Carreira, 2019). A pesquisa tem mostrado, preliminarmente, que no bojo de conjunto expressivo de iniciativas de educação antirracista, políticas de inclusão de temáticas de gênero, orientação sexual, reconhecimento da diferença e diversidade, foi também nesse horizonte de redes e conhecimentos acumulados que se produziram importantes políticas públicas de EDH. A notícia rapidamente gerou reações negativas de todos os atores sociais ligados ao campo não só pela redução do campo institucional de atuação, mas também pelo significado político que essa decisão simbolizava. Com o ataque direto dessa extinção da Secadi, a EDH perdia logo no início do governo Bolsonaro um de seus principais órgãos institucionais formuladores de suas políticas públicas<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> O consenso sobre o significado dessa extinção e sobre a importância da Secadi pode ser evidenciado pelo acontecimento recente, no qual, uma das primeiras ações do governo atual foi propor a recriação da Secretaria. Vide: <https://www1>.

O segundo ataque foi a dissolução do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), o qual foi criado em 2003 tendo como uma das principais funções elaborar a principal política pública na EDH, o PNEDH (2006), congregando especialistas e atores sociais da educação em nível nacional, e foi extinto a partir da publicação do decreto n.9.759 de abril de 2019 (Instituto Aurora, 2021, pág. 34). O CNEDH já passava por dificuldades institucionais de desenvolvimento de suas ações, restrições orçamentárias devido às incompatibilidades políticas com os novos governos conservadores e havia já se manifestado em nota pública contra o movimento do ESP em 2017 (MEC, 2018<sup>16</sup>). Com a dissolução do CNEDH, importantes redes de grupos, especialistas e atores sociais foram desarticulados e desativados e ainda são escassas as informações sobre os impactos gerados por essa gestão política ligada à agenda antidireitos humanos.

O terceiro ataque ocorreu no plano institucional e consistiu na retirada da Pasta da Educação em Direitos Humanos do MEC, sendo em janeiro de 2019 transferida para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A partir do novo arranjo ministerial, a Pasta de EDH ficaria incorporada à Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG). A mudança administrativa foi seguida de reformulação completa nas nomeações de cargos de coordenadores (as). O relatório produzido pelo Instituto Aurora (2021) realizou um breve levantamento do perfil dos novos membros (as) responsáveis e coordenadores (as) e constatou que todos (as) tinham formação em Direito ou áreas sem ligação com Educação ou atuação em Direitos Humanos, não havia nenhum nome dentre os nomeados com atuação reconhecida ou especialização na área de EDH. As informações obtidas no relatório (Instituto Aurora, 2021) sobre as ações da nova coordenação mostra

---

folha.uol.com.br/educacao/2022/11/governo-lula-vai-criar-secretaria-de-diversidade-e-inclusao-no-mec-extinta-por-bolsonaro.shtml .

<sup>16</sup> Nota Pública do CNEDH publicada no portal governamental do MEC em 2018, no link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/comite-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos-cnedh/notas-publicas> .

que não houve proposições desenvolvidas no campo de EDH, e a justificativa apresentada para o esvaziamento de iniciativas foi a de que o departamento está passando por uma reestruturação, segundo a coordenadora na época: “(...) o departamento de EDH está passando por um processo de reestruturação e ainda é necessário identificar qual é a missão, finalidade e os valores do departamento.”(INSTITUTO AURORA, 2021)

O quarto ataque foi o abandono do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos, que ficou conhecido como o Pacto Universitário para a Educação em Direitos Humanos. Segundo informações das notícias que circularam em 2019, momento de seu abandono, 333 instituições (dentre públicas e privadas) participavam do Pacto, dentre elas, aproximadamente 180 universidades, centros universitários e faculdades. Foi iniciado em 2017, contava com recursos financeiros para formação de professores (as) em EDH, pesquisas para o enfrentamento de temáticas como “bullying, violência, preconceito e discriminação” em torno de R\$ 2 milhões (MEC) e R\$ 60 mil (Unesco). A ação foi vista como uma consequência da desestruturação do campo de políticas públicas, extinção da Secadi, eliminação dos conselhos e colegiados e esvaziamento (Folha de São Paulo, apud Geledés, 2019).

Em conjunto, esses 04 ataques evidenciam a racionalidade política do governo neoconservador em sua dinâmica de desconstruir / desativar, inviabilizar e ressignificar os sentidos da EDH. Como bem aponta Mota (2020), ao lado de desafios históricos e estruturais da EDH, esse cenário político da ascensão autoritária representava um campo em completa incompatibilidade com os novos valores e diretrizes propostos pelos governos reacionários:

Não obstante a importância, perenidade e atualidade dos temas que aborda, a Educação em Direitos Humanos ainda tem muito a caminhar para ser integrada e manejada adequadamente no cotidiano dos espaços de educação formal e não-formal brasileiros. Gargalos estruturais como a necessidade de formação de quadros

especializados no assunto e a permanente falta de recursos da educação, cumulados com as dificuldades inerentes à implementação de políticas educacionais no Brasil, encontram-se potencializados na atualidade por dois obstáculos de dissonância político-ideológica que dificultam sua adequada implementação: a) **a ascensão de discursos e práticas de extrema-direita na política mundial que contrapõem-se diretamente aos princípios de direitos humanos;** b) **sua incompatibilidade com modelos não-democráticos de gestão, muito presentes na prática das escolas brasileiras** não obstante a adoção teórica por parte das mesmas da gestão democrática como compromisso formal de seus ‘PPPs’ – projetos político-pedagógicos. (MOTA, 2020, p. 1130)

### **Considerações finais**

Ao longo do capítulo, tive como preocupação central demonstrar que o período referido como a ascensão autoritária (2016 – 2022) significou um momento de mudanças políticas que afetaram de forma dramática o desenvolvimento das políticas públicas na área da EDH. Durante a pesquisa realizada para se compreender esse fenômeno, a percepção obtida foi a de que, embora um número significativo de pesquisas, relatórios e artigos tenham documentado e levantado acontecimentos, dinâmicas e ocorrências normativas/institucionais que evidenciam esses ataques à EDH, no entanto, ainda não é possível constatar um amadurecimento dessa problemática como um foco de investigação específico e bem delimitado. Os resultados aparecem ainda dispersos e referidos a questões pontuais, sem uma articulação mais ampla.

Muitos trabalhos ainda investem na importância da temática da formação de educadores(as) para o fortalecimento da EDH (ponto sem dúvida, fundamental e que deve sempre permanecer), mas ainda aparecem poucas iniciativas pensando nos novos desafios a partir do cenário político atual. Nesse sentido, talvez somente reforçar a importância das últimas conquistas tais como o PNEDH e as DNEDH sem uma devida articulação com os graves

acontecimentos recentes pode reforçar a sensação de desconexão e inviabilização da EDH diante do novo cenário. A percepção preliminar é a de que, de modo geral, talvez a área enquanto um todo não tenha considerado de forma mais amadurecida o que esse período representou em termos de mudança de conjuntura e de necessidades de reabrir o campo da EDH para novas temáticas e novos campos de atuação, tais como a necessidade de se pesquisar e compreender as dinâmicas do pensamento autoritário no país e suas figurações neoliberais/neoconservadoras.

Considero, nesse aspecto, que uma parte desse caminho foi ensaiada, sobretudo quando amplio o foco de análise para o cenário mais amplo dos DH no país e retomo as dinâmicas neoliberais/neoconservadoras na educação (reformas/BNCC, ESP e “ideologia de gênero”). Como todos(as) especialistas da área concordam, a EDH é sempre contextual, histórica e política, sendo construída nos enfrentamentos políticos e no trilhar dos movimentos sociais, da educação popular e inúmeros agentes que congregam o horizonte de uma educação pública, democrática e voltada para a transformação social.

## Referências

ABRUCIO, Fernando L. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. In: AVRITZER, Leonardo; KERCH, Fábio, MARONA, Marjore (Orgs.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ANISTIA INTERNACIONAL. 1000 Dias sem direitos. As violações do governo Bolsonaro. 2021.

ANISTIA INTERNACIONAL. O estado dos direitos humanos no mundo. Informe 2021/2022.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCH, Fábio, MARONA,

Marjore (Orgs.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AVRITZER, Leonardo; KERCH, Fábio, MARONA, Marjore (Orgs.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora F. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: AVRITZER, Leonardo; KERCH, Fábio, MARONA, Marjore (Orgs.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BOLSONARO, Jair. Discurso de posse: janeiro de 2019. Agência Brasil - EBC, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/no-discurso-de-posse-bolsonaro-pede-apoio-para-reconstruir-o-pais> Acesso em: 30 mar. 2023.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CANDAU, Vera M.; SACAVINO; Susana B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 59-66, 2013.

CASARA, Rubens. **Bolsonaro: o mito e o sintoma.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHACON, Daniel R. A. (org) **Pedagogia da Resistência:** escritos a partir da vida e obra de Paulo Freire. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021. Disponível em: <https://institutoaurora.org/wp-content/uploads/2021/04/Relato%CC%81rio-EDH-pt-br-compactado.pdf> Acesso em: 30 mar. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org) **Escola “sem” partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org) **Escola “sem” partido:** esfinge que

ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GADOTTI, Moacir. Um mapa de navegação em tempos obscuros. In: CHACON, Daniel R. A. (org) **Pedagogia da Resistência**: escritos a partir da vida e obra de Paulo Freire. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2022. Capítulo Brasil – Eventos, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/brazil> Acesso em: 30 mar. 2023.

INSTITUTO AURORA. Panorama: Educação em Direitos Humanos no Brasil – O Biênio 2019 – 2020 e a Perspectiva Futura.

KOERNER, Andrei. et. al. Contra as políticas anti-direitos humanos! Boletim Revista Lua Nova. Disponível em: <https://boletimluanova.org/contra-as-politicas-anti-direitos-humanos/> Acesso em: 30 mar. 2023.

LOPES, Dawisson B. Dois anos de uma política externa rudimentar. In: AVRITZER, Leonardo; KERCH, Fábio, MARONA, Marjore (orgs.) **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MENDONÇA, Erasto F. A educação em direitos humanos como política pública no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos RIDH**, Bauru. v. 9, n. 2, p. 19 – 33, 2021.

MONTEIRO, Aida; SIMÕES, Helena C.; CARDOSO, Fernando. Educação em Direitos Humanos, formação de Sujeitos de direitos e dignidade humana: fundamentos teóricos, epistêmicos e políticos. **Revista Momento – diálogos em educação**, Rio Grande, v. 31, n. 1, p. 116 – 134, 2022.

MOTA, Helena A. Democracia e Educação em Direitos Humanos no Brasil: resistências e possibilidades da defesa da plataforma humanista no cenário político nacional e mundial. **Revista Filosofia e Educação**, Campinas, v.12, n. 2, p. 1126 – 1147, 2020.

PENNA, Fernando A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org) **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 414 – 432, 2017.

REDE BRASIL ATUAL. "Bolsonaro simboliza a destruição das conquistas da redemocratização" diz Sottili. 2021. Republicado no Portal Brasil de Fato , Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/04/bolsonaro-simboliza-a-destruicao-das-conquist-as-da-redemocratizacao-diz-sottili> Acesso em: 30 mar. 2023.





# 11.

## O sistema nacional de prevenção e combate à tortura no Brasil: entre avanços e retrocessos

André Luiz Faisting<sup>1</sup>

### Introdução

Uma das violações mais graves à dignidade da pessoa humana é, sem dúvida, a prática da tortura em suas múltiplas dimensões. Após a barbárie praticada pelo nazismo, a Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU, de 1948, não apenas reafirma essa concepção, mas amplia as possibilidades de prevenir e coibir a tortura. Como reflexo dessa Declaração várias Constituições nacionais incorporaram dispositivos de prevenção e combate à tortura. No Brasil, a Constituição de 1988 estabeleceu, em seu artigo 5º, III, que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

Em obediência a esse mandado constitucional de criminalização, apenas em 1997 o crime de tortura foi tipificado no Brasil pela Lei 9.455. Em 2013, por meio da Lei 12.847, o governo federal implantou o “Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura” e, dentro dele, o “Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura”, formado por peritos indicados pelo governo e

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Professor Titular de Sociologia nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). ORCID: 0000-0001-6009-7455. E-mail: andrefaisting@ufgd.edu.br

pela sociedade, com a finalidade de desenvolver ações de prevenção e combate às práticas de tortura por parte de agentes estatais.<sup>2</sup>

Diante desses avanços, poder-se-ia imaginar que, no Brasil, as práticas da tortura são efetivamente prevenidas e coibidas. Contudo, diversas pesquisas acadêmicas e matérias jornalísticas demonstram, com frequência, a continuidade dessas práticas especialmente por parte de agentes públicos, sugerindo a permanência de uma mentalidade na qual a tortura é vista não apenas como aceitável, mas também desejável em determinadas circunstâncias. Se considerarmos que, para além da legislação existente, algumas políticas de segurança pública acabam muitas vezes refletindo essa mentalidade, estaríamos diante de um suposto conflito entre a lei e as práticas de tortura pelos agentes do Estado.

O presente capítulo tem como objetivo analisar os limites da legislação e das políticas públicas de prevenção e combate às práticas da tortura por agentes públicos no Brasil. Partimos do pressuposto de que esses limites não se explicam unicamente pela legislação tardia, ou seja, apesar da legislação nacional e das convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, não é possível compreender a existência e a permanência da tortura no Brasil se não considerarmos, em conjunto, quatro dimensões do problema: a produção da legislação sobre tortura, a implementação das políticas criminais por parte do Poder Executivo, a forma como são processados os crimes de tortura na justiça criminal e, finalmente, mas não menos importante, o processo de legitimação da tortura por amplos segmentos da sociedade, caracterizado pelo fenômeno do “populismo penal”.

Com efeito, embora tipificada como crime na legislação brasileira, a prática da tortura precisa ser compreendida de forma mais ampla, considerando o modelo de Estado e a maneira como

---

<sup>2</sup> Registra-se que entre a promulgação da Constituição de 1988 e a Lei 9.455/97, apenas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, criou um dispositivo, em seu artigo 233, que prevê o crime de tortura contra crianças e adolescentes, dispositivo esse revogado pela Lei 9.455/97.

esse Estado se relaciona com as questões morais amplamente difundidas na sociedade. Nesse sentido, as questões que orientam essa reflexão são as seguintes: em qual modelo de Estado se desenvolvem, se justificam e se legitimam práticas institucionalizadas de tortura? Qual a diferença, para reflexão sobre a tortura institucional, entre um Estado Social que resguarda direitos e garantias individuais e um Estado Penal que se fundamenta no “direito penal do inimigo”, seja ele interno ou externo?

Para fundamentar essa reflexão, o presente capítulo se estrutura a partir de três tópicos. Primeiro, analisaremos como o crime de tortura e a sua repressão surgem e se desenvolvem na perspectiva dos dispositivos constitucionais e convencionais de direitos humanos; segundo, refletiremos sobre o contexto a partir do qual as leis 9.455/97 e 12.847/2013 foram implementadas, bem como quais os limites apresentados à efetividade das mesmas para a prevenção e o combate à tortura institucionalizada; por fim, apresentaremos o argumento a partir do qual a tolerância à prática da tortura por agentes públicos só pode ser compreendida se, antes, compreendermos a relação entre um modelo de Estado Penal com as ideologias políticas fundamentadas na cultura do controle e no populismo penal que contribuem, em conjunto, para a legitimação da tortura pelo Estado.

### **O crime de tortura na perspectiva dos dispositivos convencionais e constitucionais**

Na perspectiva dos direitos humanos, a tortura é entendida como um crime contra a humanidade. Contudo, a prática da tortura é ainda mais comum do que se imagina, o que nos leva a considerar que a própria lógica dos direitos humanos ainda não foi compreendida em sua plenitude. Apesar de caracterizados como crimes internacionais, os chamados “crimes contra a humanidade” também foram tipificados no ordenamento jurídico brasileiro, previstos em leis especiais como no caso do crime de tortura. Na ordem internacional são diversos os instrumentos existentes para

prevenir e coibir a prática da tortura. Entre os mais conhecidos, destaca-se a *Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*,<sup>3</sup> proclamado pela ONU em dezembro de 1984 e promulgado no Brasil em dezembro de 1991. Para Ramos (2021),

A Convenção de 1984 é criticada por ter adotado uma definição estrita de tortura, dando a entender que a tortura não pode ser cometida por omissão e negligência. Também foi alvo de polêmica a menção a “sanções legítimas” que descaracterizam a tortura, exigência na época da negociação do tratado dos países que adotam os castigos corporais. Essa menção a “sanções legítimas” pode ser utilizada de modo abusivo por países, como os Estados Unidos, interessados em justificar os seus meios de interrogatórios de suspeitos de prática de atos de terrorismo. (RAMOS, 2021, p. 724)

Além dessa Convenção, registra-se a *Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura*, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1985. Essa Convenção foi assinada por 20 países e compõe o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Ao comparar a Convenção das Nações Unidas de 1984 com a Convenção Interamericana de 1985, Ramos (2021) argumenta:

Temos as seguintes convergências: a) ambas consideram tortura como “sofrimento físicos e mentais”; b) para fins de investigação penal, intimação, castigo pessoal. Já as divergências são as seguintes: a) só a Convenção da ONU exige que a tortura seja feita por agente público ou com sua aquiescência; b) só a Convenção da ONU exige que o sofrimento seja agudo; c) a Convenção Interamericana tipifica como tortura o ato de imposição de sofrimento físico e psíquico com “qualquer fim”; d) a Convenção Interamericana admite que pode ser tortura determinada ou medida preventiva; e) a Convenção

---

<sup>3</sup> A *Convenção* da ONU é um tratado internacional que determina a proibição absoluta da tortura. Até 2010 146 países ratificaram a Convenção. O Brasil o fez em setembro de 1989. (PINHEIRO; ASTOLFI, 2014, p. 9)

Interamericana criou a “figura equiparada”, ou seja, são equiparadas à tortura medidas que não infligem dor ou sofrimento, mas diminuem a capacidade física e mental. (RAMOS, 2021, p. 725-726)

Além das Convenções de 1984 e 1985, registram-se o *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*, proclamado pela ONU em 1966 e promulgado no Brasil em 1992; a *Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura* de 1983, promulgada no Brasil em 1989; o *Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, proclamado pela ONU em 2002 e promulgado no Brasil em 2007.

Para efeitos de conceituação da tortura, registra-se também o *Estatuto de Roma* que criou o *Tribunal Penal Internacional*, aprovado em 1998 e promulgado no Brasil em 2002. Ao lado de crimes como extermínio, escravidão, estupro, entre outros “atos desumanos de caráter similar que causem intencionalmente grande sofrimento ou atentem gravemente contra a integridade física ou saúde mental ou física”, a tortura figura como um dos crimes contra a humanidade no referido *Estatuto*. Em seu artigo 7º, a tortura é definida como o ato por meio do qual se inflige “intencionalmente dores ou sofrimentos graves, físicos ou mentais, a um indivíduo que o acusado tenha sob sua custódia ou controle”.

Ainda no sentido da caracterização da tortura, Huggins (2014, p. 42) propõe dez condições básicas para que as práticas da tortura ocorram. Destaca-se que seu modelo “Tortura em Dez Lições” não partiu dos tipos de pessoas que podem torturar, mas das condições políticas, sociais e culturais que facilitam, promovem, estimulam ou justificam a tortura.<sup>4</sup> Embora esse modelo tenha sido publicado

---

<sup>4</sup> As dez condições para a prática da tortura, segundo a autora, são: denominação enganosa; ideologia; legalismo *ad hoc*; sistêmica; múltiplos atores; divisão de trabalho e diluição de responsabilidade; furor competitivo; evidências ignoradas; insalubridade e segredo; impunidade generalizada (HUGGINS, 2014, p. 43-54). Após décadas de pesquisa sobre a violência do Estado, incluindo entrevistas com policiais brasileiros e norte-americanos que praticaram tortura, bem como o

após os episódios de 11 de setembro de 2001 e, portanto, é inevitável a referência aos eventos que se seguiram à chamada “guerra ao terror”, o referido modelo nos parece útil para pensar, também, as práticas de tortura em contextos nacionais, mesmo nas democracias.

No que se refere à previsão constitucional de proibição da tortura no Brasil, registra-se que se trata de um direito absoluto, ou seja, o direito a não ser torturado é insuscetível de relativizações. Nos termos da Constituição de 1988, torturar é constranger alguém mediante a prática da violência e da grave ameaça, causando dor e sofrimento físico ou mental. Nota-se, portanto, que a criminalização da tortura se caracteriza pela sua finalidade torpe para obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceiros.

Ressalta-se, ainda, que a expressa previsão da proibição da tortura pela Constituição de 1988 certamente foi influenciada pela prática sistemática da tortura de presos políticos durante o Regime Militar (1964 – 1985). Apesar disso, a Constituição não definiu o que é “tortura”, deixando tal tarefa para a jurisprudência, referenciada pelos tratados internacionais e, posteriormente, pela Lei 9.455/97. No âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, destaca-se a decisão do Ministro Celso de Mello no HC 70.389/SP de 2001 que, ao se referir ao delito de tortura, ressalta que a mesma “caracteriza-se pela infligência de tormentos e suplícios que exasperam, na dimensão física, moral ou psíquica em que se projetam os seus efeitos, o sofrimento da vítima por atos de desnecessária, abusiva e inaceitável crueldade”.

---

estudo das instituições policiais nos dois países, a autora diz estar segura de que seu modelo permite prever tal violência em locais de detenção e interrogatório.

## O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura entre avanços e retrocessos

A Lei 9.455/1997 define os crimes de tortura nos seguintes termos:

**Artigo. 1º** - Constitui crime de tortura:

I - constringer alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
- c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

**Pena** - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

A referida Lei se fundamenta ... em três dispositivos constitucionais, todos previstos no artigo 5º, quais sejam: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inciso III); “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura (...)” (inciso XLIII); “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” (inciso XLIX).

Nota-se, assim, que definição dos crimes de tortura pela Lei 9.455/1997 está em sintonia com a Constituição Federal. Por outro lado, no que se refere às convenções internacionais que tratam da matéria, observam-se algumas diferenças. Uma delas é a relativa ao



sujeito ativo do crime de tortura, ou seja, enquanto a tortura no Brasil é, em regra, um crime comum, na *Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* o crime de tortura é entendido como crime próprio, nos seguintes termos:

**Artigo 1.** 1. Para os fins desta Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um **funcionário público** ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam conseqüência, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas.

Vemos, portanto, que a concepção da tortura como crime comum é majoritária no Brasil, pois está em conformidade com o princípio *pro homine*<sup>5</sup>. Além disso, embora a *Convenção* apresente a tortura como crime próprio (funcionários públicos), o item 2 do mesmo artigo 1º estabelece que o referido artigo “não prejudicará qualquer instrumento internacional ou lei nacional que contenha ou possa conter disposições de maior alcance”, ou seja, não haveria antinomia entre a legislação nacional e a internacional nessa matéria. Tal entendimento já foi, inclusive, ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça<sup>6</sup>

No entanto, para além do mérito da Lei 9.455/1997 em ampliar as possibilidades de incriminação por práticas de tortura no Brasil,

---

<sup>5</sup> O princípio *pro homine* assegura que, em um determinado conflito entre normas jurídicas, deve prevalecer aquela que mais amplia os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana.

<sup>6</sup> STJ, 6ª Turma, Resp 1.738.264/DF, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, j. 23/08/2018, DJe 14/09/2018.

é importante ressaltar que tal ampliação pode implicar em uma maior dificuldade para responsabilização de agentes do Estado. Ou seja, embora a lei brasileira considere o agravante quando o crime de tortura é cometido por agentes públicos, a falta de uma lei específica que trate dos crimes de tortura por parte desses agentes pode contribuir para uma relativização desse tipo de crime contra o próprio Estado Democrático de Direito. Em outras palavras, o mesmo Estado que tem a obrigação de coibir e prevenir as práticas de tortura não pode tolerar ou minimizar as práticas de tortura por parte de seus agentes, levando a uma percepção de que essas práticas podem, em determinadas circunstâncias, serem admitidas ou até mesmo legitimadas.

A questão que se coloca para reflexão, portanto, é por que a tortura no Brasil permanece como uma prática institucionalizada mesmo diante dos dispositivos legais, constitucionais e convencionais? Para Cardia e Salla (2014), a erradicação das práticas de tortura por agentes do Estado esbarra em algumas hipóteses, quais sejam:

Percepção de que a prática da tortura é um meio eficiente para se obter de suspeitos informações que permitem esclarecer a autoria de crimes ou impedir que novos delitos sejam praticados; percepção disseminada de impunidade; medo exacerbado de ser vítima de violência; exclusão do sistema de proteção e garantias legais dos suspeitos de delinqüerem; ausência de clamor/indignação coletiva contra essas práticas, pressionando as autoridades a agirem de modo consciente; falta de informação sobre a frequência e a gravidade do problema; falta de políticas e programas de prevenção; conluio entre autoridades e agentes que praticam a tortura, apoiados pela presença de valores, dentro de nossa sociedade, que promovem a aceitação dessas práticas. (CARDIA e SALLA, 2014, p. 315)

Para Salla e Alvarez (2006), historicamente no Brasil, os suspeitos de prática de crimes comuns, bem como pessoas em cumprimento de pena, foram freqüentemente submetidos à tortura. Com efeito, tanto no Estado Novo (1937 – 1945) como no Regime

Militar (1964 – 1985) ampliaram-se as práticas de tortura para presos políticos e opositores desses regimes. Em ambos os casos, as práticas de tortura que vitimaram as elites foram repudiadas por parte da população e, de certa forma, esquecidas, ao contrário da tortura rotineira que continuava a vitimar os suspeitos de crimes comuns pertencentes às camadas mais pobres da população. Nessa mesma linha, argumentam Cardia e Salla (2014):

A tortura que vitimou as elites e a classe média começou a ser “esquecida, a partir de 1985, por força de acordos que permitiram o retorno à democracia: a Anistia pactuada garantiu aos torturadores que não fossem processados e punidos em troca do não processo de opositores do antigo regime. Assim, não houve punição e, como consequência, não foi dado um sinal claro à sociedade que essas práticas não só eram moralmente condenáveis, mas configuravam graves crimes que deveriam ser severamente punidos. (CARDIA e SALLA, 2014, p. 317)

Como consequência desse contexto, embora proibida pela Constituição de 1988 e tipificada como crime em 1997, o fato é que as práticas da tortura continuaram muito presentes no Brasil. Embora não existam números oficiais sobre tortura no país, não é difícil encontrar diversas denúncias dessas práticas, tanto por parte das entidades que atuam no combate à tortura, como por meio da imprensa que, com frequência, apresenta episódios de tortura institucional. Ou seja, se a Anistia relegou ao “esquecimento” a tortura durante o regime militar, ao longo das últimas décadas a imprensa continuou noticiando casos de torturas no âmbito das delegacias de polícia, dos presídios e nas operações policiais de rotina. Daí a importância, para além da lei que tipifica o crime de tortura, da criação de instrumentos efetivos de prevenção e combate às práticas de tortura no Brasil.

Foi nesse sentido que se criou, juntamente com o *Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura* (CNPCT), o *Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura* (MNPCT). Criado por meio da Lei 12.847/2013, e como fruto do Protocolo Facultativo à

*Convenção das Nações Unidas contra Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes*, do qual o Brasil é signatário desde 2007, o MNPCT é formado por 11 peritos independentes e tem como principal função promover visitas regulares aos espaços de privação de liberdade, no intuito de prevenir e combater as práticas de tortura nesses estabelecimentos.

Já o *Comitê Nacional* é um órgão colegiado formado por 23 membros, sendo 11 do Poder Executivo Federal e 12 da sociedade civil. Também é composto por atores permanentes como o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. Entre suas funções está a de realizar avaliação periódica da política nacional de prevenção à tortura, acompanhar casos emblemáticos de violações de direitos, fazer recomendações e escolher os membros do Mecanismo Nacional. (JESUS e DUARTE, 2020, p. 230)

Para Angulo e Silva (2022. p. 632), o *Comitê Nacional* “é fundamental para manter um diálogo com o governo, propor ações estratégicas para a prevenção de qualquer forma de tratamento degradante, além de manter um devido monitoramento das ações levadas adiante no âmbito executivo, legislativo e judiciário”. Assim, a presença de membros da sociedade civil no *Comitê* é fundamental justamente para evitar que as políticas governamentais prejudiquem os avanços nas políticas públicas já conquistadas no combate e na prevenção da tortura por agentes do Estado.<sup>7</sup>

Em uma pesquisa que teve como objetivo compreender com qual conceito de tortura o *Mecanismo Nacional* opera, Jesus e Duarte (2020) analisaram os relatórios produzidos entre 2015 e 2018 por esse órgão. Entre as questões investigadas pelas autoras estão as circunstâncias em que o órgão identifica determinada violação de direitos como tortura, como ele diferencia “tortura” e “maus-

---

<sup>7</sup> O MNPCT e o CNPCT integram o *Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura* (SNPCT), e além do Mecanismo Nacional a lei também incentiva a criação de Mecanismos Estaduais. Em uma pesquisa exploratória, contudo, constatamos que poucos Estados contam com esse instrumento.

tratos”, e se estabelece escalas de práticas torturantes. Em suas reflexões finais, argumentam o seguinte:

Toda a análise em torno dos relatórios do Mecanismo Nacional apontou para uma falta de padronização na conceituação da tortura. Quando as tipificações jurídicas ou outras abordagens foram mobilizadas pelo órgão, houve pouco aprofundamento e muitas flutuações interpretativas. Ao que parece, o conceito de “tortura” estaria em disputa e em construção, requerendo maior refinamento e reflexão. Provavelmente, os relatórios apenas espelham processos internos do órgão, os quais poderiam ser mais bem compreendidos em outros estudos, cujo foco seria suas dinâmicas de trabalho (...) Conforme o prisma proposto pela Pastoral Carcerária, as políticas de enfrentamento à tortura em espaços de privação de liberdade já implementadas, baseadas em sistemas de monitoramento, seriam muito limitadas. Esses mecanismos seriam potentes para cercear uma ou outra situação típica do ambiente averiguado, mas se mostrariam incapazes de reprimir circunstâncias estruturais de violação. Ademais, a Pastoral Carcerária também tem indicado que a abordagem meramente jurídica em torno da tortura, baseada nas normativas nacionais e internacionais, é obsoleta. A mera subsunção de um fato à lei esvaziaria todo o conteúdo histórico e político que gira em torno do debate. Portanto, a experiência de mecanismos de prevenção à tortura exige uma reflexão complexa sobre a noção de tortura, incluindo a perspectiva da prática como ferramenta de controle e dispositivo de gestão de populações submetidas a sistemas de privação de liberdade. (JESUS e DUARTE, 2020, p. 254-256)

Um exemplo de desvalorização das políticas de prevenção e combate às práticas de tortura no Brasil foi a tentativa do governo federal de exonerar, em 2019, por meio de decreto, peritos do *Mecanismo Nacional*. Nesse sentido, é consenso entre especialistas que, nos últimos anos, esse importante instrumento enfrentou ameaças ao seu livre funcionamento. Além da tentativa de exoneração dos peritos, de acordo com Angulo e Silva (2022), o *Mecanismo Nacional* foi impedido pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos de fazer visitas ao sistema prisional do Pará

após denúncias de maus-tratos, fato que resultou em manifestação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O fato chamou atenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que manifestou preocupação com os impedimentos impostos ao trabalho dos peritos. A estratégia traçada pelo governo federal é de total inviabilização nos trabalhos realizados pelo Sistema como um todo. De um lado, o impedimento de visitas *in loco* pelos peritos e a retirada de recursos financeiros é uma maneira de obstruir que informações sejam colhidas e que denúncias sejam devidamente averiguadas. Por outro lado, o silenciamento da sociedade civil ou o impedimento de que universidades, por exemplo, integrem o CNPCT, permite que o governo possua mais controle sobre as organizações que ali participam. Assim, diversas pautas são deixadas de lado e não há diálogo entre governo e sociedade. (ANGULO e SILVA, 2022, p. 633)

Ressalta-se, ainda, que esse cenário de desmonte na política nacional de prevenção e combate às práticas da tortura institucional no Brasil foi agravado no período mais agudo da Pandemia da covid-19 – uma vez que a incomunicabilidade vivenciada durante a pandemia dificultou ainda mais o acesso ao que acontece dentro dos presídios brasileiros, o que pode ter criado maiores oportunidades para a prática da tortura nesses espaços.

De acordo com um levantamento feito pela Pastoral Carcerária, entre 15 de março e 31 de outubro de 2020, foram notificados 90 casos de torturas nos presídios brasileiros, ao passo que, no ano anterior, nesse mesmo período, foram 53 notificações, o que revela um aumento de 70%. Um episódio recente, em 2021, foi um relatório publicado pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, que denunciou práticas medievais de tortura impostas aos presos de uma penitenciária em Sinop. A denúncia detalhou as agressões praticadas pelos policiais penais, que incluíam o uso indiscriminado de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, tiros com munição não-letal e até práticas como o pau de arara, método conhecido por ter sido usado durante o regime

militar. Tais práticas não são apenas recorrentes, como também são incentivadas. Em vídeo-aula para curso preparatório para concurso da polícia militar, um ex-capitão da Polícia Militar de São Paulo ensinou técnicas de torturas, além de confessar ter participado de atos violentos que levaram à morte de diversos detentos. (ANGULO e SILVA, 2022, p. 634)

Com efeito, em 2021, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) produziu um relatório intitulado “Situação dos Direitos Humanos no Brasil”, no qual ressalta a preocupação com uma crescente e constante negação das violências praticadas durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Segundo o relatório, isso acaba gerando a desestruturação de políticas públicas de direitos humanos, dentre elas a Política Nacional de Combate e Prevenção à Tortura. Daí a crítica, pela CIDH, ao Decreto Presidencial de 2019 que enfraqueceu o *Mecanismo Nacional*. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com base em relatório elaborado por especialistas da ONU, a investigação e a punição dos agentes do Estado por torturas no Brasil são praticamente inexistentes. (ANGULO e SILVA, 2022, p. 635)

Embora o Supremo Tribunal Federal, por meio de liminar, tenha suspenso parte do decreto que pretendeu exonerar peritos do *Mecanismo Nacional*, o fato é que as ações do executivo nos últimos anos, tanto no que se refere às políticas de segurança pública quanto às propostas de mudança legislativa, podem refletir e/ou influenciar o nível de tolerância em relação às práticas da tortura por parte de agentes do Estado. Como argumentam Jesus e Duarte (2000),

A depender de circunstâncias políticas, as quais costumam estar muito conectadas à natureza do governo em curso em determinada época, as rotinas do Mecanismo e do Comitê Nacional se sujeitam à discricionariedade dos gestores públicos. Supõe-se, então, que um governo mais adstrito a parâmetros internacionais de direitos humanos tenderia a respeitar a autonomia do Mecanismo Nacional,

mas, em situação contrária, traços fundamentais ao seu funcionamento, como os indicados pelo Protocolo, poderiam ser colocados em xeque. (JESUS e DUARTE, 2000, p. 239).

Daí a importância em desenvolver estudos e pesquisas não apenas sobre a legislação nacional e internacional de prevenção e combate às práticas de tortura, mas também sobre como a efetividade dessas legislações pode estar limitada por políticas criminais de governos, por novas propostas legislativas, pela forma como o sistema de justiça criminal processa os crimes de tortura, bem como pela maior ou menor adesão de segmentos da sociedade em relação a essas práticas. Nesse sentido, é importante refletir sobre de que forma um Estado Penal fundamentado na “cultura do controle” e no “populismo penal” contribuem para a legitimação da tortura pelo Estado. Essa é a reflexão que faremos no próximo tópico.

### **Cultura do Controle, Populismo Penal e Legitimação da Tortura pelo Estado**

A percepção de que a tortura deve ser tolerada em determinadas circunstâncias é, no Brasil, historicamente alimentada por ideologias políticas também contrárias à concepção contemporânea de direitos humanos. Ao elaborar seus argumentos sobre a herança autoritária no Brasil, Caldeira (2000) analisa duas questões interligadas que vieram à tona depois do início do regime democrático, no início dos anos 1980. A primeira é a ampla oposição aos defensores dos direitos humanos, e a segunda é a campanha pela introdução de pena de morte na Constituição.

Embora a violação dos direitos humanos seja comum no mundo contemporâneo, opor-se aos direitos humanos e concebê-los como algo ruim, mesmo reprovável, no contexto de uma democracia política é algo único. Entender como isso foi possível e como os direitos humanos foram transformados de direitos legítimos em “direitos de bandidos” é entender vários elementos da cultura e da vida política brasileira. Embora os direitos humanos sejam em teoria



um valor universal, na verdade eles são cultural e politicamente interpretados e modificados, como são os direitos civis em geral (...) Em outras palavras, o significado dos direitos humanos depende de como o conceito é articulado politicamente em contextos específicos. (CALDEIRA, 2000, p. 344-345)

Nessa perspectiva, entendemos que a compreensão das práticas institucionalizadas da tortura no Brasil pressupõe, também, compreender a mentalidade autoritária e as raízes da violência política que caracterizam nossa história. Da mesma forma, tão importante como compreender a violência política no Brasil é compreender a própria punição como uma instituição social, tarefa que caberia à *Sociologia da Punição* como uma área da Sociologia que explora as relações entre punição e sociedade.<sup>8</sup> A proposta é superar uma visão da punição associada exclusivamente ao sistema penal como um aparato de poder e controle e reconhecer que as leis criminais e as instituições penais incorporam valores morais que são extensamente compartilhados pela sociedade.<sup>9</sup>

Em outras palavras, a idéia tão difundida de que “bandido bom é bandido morto” sugere uma representação há muito existente no imaginário popular, uma forma tradicional de atribuição de estereótipo aos suspeitos de crime. Tal representação sugere pensar naquilo que Garland (1999) considera como uma das tendências atuais da “cultura do controle”: o “populismo penal”. O argumento de Garland (2008) é que a modernidade tardia trouxe consigo um conjunto de riscos, inseguranças e problemas de

---

<sup>8</sup> Uma das maneiras de compreender a natureza social da punição está, como sugere Garland (1990), nas correlações entre diferentes formas punitivas existentes e questões políticas e morais relacionadas a elas.

<sup>9</sup> Para Garland (1990, p. 10), “enquanto a Penologia se situa nas instituições penais e busca atingir um conhecimento de suas funções penalógicas internas (durante todo século XIX a Penologia era sinônimo de ciência penitenciária), a Sociologia da Punição vê as instituições do lado de fora e procura entender suas funções como um jogo distintivo de processos sociais situados em uma maior extensão da rede social”.

controle social que deram uma configuração específica às respostas ao crime. Assim, o tema do controle do crime entrou nos debates políticos e no processo eleitoral e aumentou o populismo com que os políticos ofereciam soluções fáceis ao problema da criminalidade.

Em outra ruptura significativa com as práticas pretéritas, a política criminal deixou de ser assunto partidário que pode ser delegado a especialistas e se tornou um tema proeminente na competição eleitoral. Agora, um discurso político fortemente carregado permeia todos os temas relacionados ao controle do crime, de modo que toda decisão é tomada sob as luzes dos holofotes e da disputa política e todo erro se transforma em escândalo. O processo de formulação das políticas se tornou profundamente *politizado* e *populista*. (GARLAND, 2008, p. 47)

Na perspectiva do populismo penal, portanto, não restaria alternativa a não ser ampliar e fortalecer a área penal. Com efeito, o Brasil apresenta algumas das tendências apontadas por Garland, como, por exemplo, o crescimento do encarceramento em massa. A contribuição desse autor é ainda relevante para se tentar esclarecer como e por que, no Brasil, a sociedade em geral dá aval a práticas punitivas que correm muitas vezes à revelia da lei ou se limitam a alcançar os estratos mais pobres da sociedade. Ou seja, se a punição moderna se posiciona atrás de um discurso que nega a violência inerente nas suas práticas, devemos refletir sobre as razões pelas quais, no Brasil, tal dimensão ainda coexiste com atos de violência que “legitimam” as práticas de tortura institucional.

Considerando, portanto, os postulados de uma autêntica *Sociologia da Punição*, poderíamos melhor compreender as relações entre as práticas de tortura como punição e as questões políticas e morais que caracterizam uma determinada mentalidade social, que se refletem não apenas nas propostas de leis penais e políticas criminais, mas também na forma como opera o sistema de justiça criminal na seleção e tratamento dos crimes de tortura. Em uma pesquisa que analisa de que maneira a Lei 9.455/97 tem sido

aplicada pelo sistema de justiça criminal, Jesus e Gomes (2021) argumentam que os atores jurídicos apuram os crimes de tortura a partir de fatores alheios à dinâmica delitiva, o que pode afetar a compreensão do que é tortura e quais ações devem ser desenvolvidas para seu enfrentamento. E concluem afirmando:

Quando a vítima é compreendida como um indivíduo portador de estigmas e estereótipos negativos, observa-se que a violência por ela suportada pode ser flexibilizada, constituindo-se, por vezes, não uma decorrência da prática de tortura, mas uma ocorrência ou uma lesão de menor importância. Os casos de denúncia de violência com pessoas presas como vítimas são recebidos com ainda mais reservas pelos atores do sistema de justiça criminal (...) Da mesma forma, quando agressores exibem elementos desqualificadores a seu respeito, tais fatores concorrem para que a narrativa da vítima tome mais relevo na descrição do caso. Ambos os casos evidenciam que o que está em jogo na apuração é esse entrelaçamento entre estereótipos e signos. Uma vez produzidos e associados, eles contribuem para que fatos graves e violentos como a tortura sejam interpretados a partir do valor atribuído social e institucionalmente à vítima. As suas narrativas de sua experiência de dor são recebidas com desconfiança, enquanto as de seu(s) agressor(es), que apresentam suas escusas e justificativas quanto ao uso da intervenção física/psicológica/moral contra a vítima, parecem ter maior aceitabilidade por parte dos atores do sistema de justiça. (JESUS e GOMES, 2021, p. 372)

Zaffaroni (2012) relaciona o “populismo penal” ao que chama de “criminologia da mídia”, entendendo-a como fruto de um modelo de “estado policial” que amplia a sensação de medo das pessoas. É por meio desse medo, pânico ou paranoia que se produz a crença de que a única saída para combater a criminalidade é ampliar as medidas repressivas, o que acaba, por vezes, violando direitos e garantias fundamentais. É dentro desse contexto que devemos compreender, também, a lógica de funcionamento do sistema penal. Ao se referir às “pulsões vingativas” desse sistema, Zaffaroni (2012), afirma:

Insistimos que deve ficar claro que o poder punitivo real e politicamente significativo pertence às agências executoras, ao contrário do que o discurso jurídico afirma. Para este, os legisladores manipulam o poder punitivo (em razão do princípio da legalidade penal), os juízes aplicam a lei penal e os policiais fazem o que os juízes ordenam. A dinâmica real do poder punitivo é exatamente inversa: os legisladores autorizam o poder punitivo sem saber sobre quem nem quando ele irá recair, enquanto os juízes não podem fazer mais do que se limitar a decidir no processo de criminalização secundária que os policiais colocam em funcionamento. Em palavras mais simples: em cada processo de criminalização secundária, os juízes dispõem dos semáforos que mostra a luz verde, autorizando a continuação do poder punitivo, a luz vermelha, que o interrompe, ou a luz amarela, que o detém para pensar um pouco (...) Nesse sentido, a justiça penal - ou seja, o aparelho formado pelos juízes de todas as instâncias penais, os fiscais e os advogados defensores, com o conseqüente aparato administrativo - tem um importante papel de controle e contenção sobre o exercício do poder punitivo negativo, embora não muito sobre o de configuração, ou positivo (ZAFFARONI, 2012, pp. 432-433).

Ao tratar da “eficácia invertida do sistema penal”, Andrade (2003) também argumenta que, mais do que combater a criminalidade, a função latente e real do sistema é construir seletivamente a criminalidade e, com isso, produzir assimetrias sociais. É nesse sentido que, segundo a autora, o sistema penal se caracteriza por um sistema de “violação” e não de “proteção” de direitos. Se referindo de forma especial aos sistemas penais da América Latina, e tendo como referência Zaffaroni e Baratta, argumenta:

Embora tal violação, amplamente documentada por instituições de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais, se verifique, em maior ou menor grau, na totalidade dos sistemas penais vigentes, na América Latina adquire contornos muito mais agudos, pela gravidade das ilegalidades cometidas, seja ao nível interno do sistema (policial, processual ou de execução penal), seja ao nível

paralelo de grupos (grupos armados de repressão, paramilitares ou privados, que promovem intimidações, torturas, desaparecimentos, execuções sumárias, extermínios, matanças, massacres, etc.) cuja ação integra, muitas vezes, um planejamento determinado de certas elites (com o apoio direto ou indireto do exército e dos governantes e cuja impunidade os próprios órgãos do Estado, que deveriam controlar, asseguram (...)) O fenômeno, experimentado no Brasil, é o de um poder penal extralegal, que inflige penas extralegais (controle social informal) e pode propriamente ser designado por sistema penal paralelo ou subterrâneo, que se dialetiza, funcionalmente, com o sistema oficial. (ANDRADE, 2003 p. 134)

Considerando que o limite ao exercício do poder e à violência pelo Estado está justamente na garantia dos direitos fundamentais, Casara (2017) argumenta que nada pode legitimar a flexibilização de uma garantia constitucional. Nesse sentido, apresenta os riscos de um populismo penal que, entre outras coisas, ataca o direito constitucional à presunção de inocência e, ainda, pode contribuir para a legitimação de práticas como as da tortura.

A ausência de reflexão – o “vazio do pensamento” a que se referia Hannah Arendt – marca a produção de atos legislativos e judiciais, nos quais tanto a doutrina adequada à Constituição da República quanto os dados produzidos em pesquisas sérias na área penal são desconsiderados em nome da “opinião pública”. Na Alemanha nazista, o Führer do caso penal (o “guia” do processo penal, sempre, um inquisidor) podia afastar qualquer direito ou garantia fundamental ao argumento de que essa era a “vontade do povo”, de que era necessário na “guerra contra a impunidade” ou na “luta do povo contra a corrupção” (mesmo que para isso fosse necessário corromper o sistema de direitos e garantias) ou, ainda, através de qualquer outro argumento capaz de seduzir a população e agradar aos detentores do poder político e/ou econômico. Vale lembrar, ainda, da ideia de “malignidade do bem”: a busca do “bem” sempre serviu à prática do mal, inclusive o mal radical. O mal nunca é apresentado diretamente como “algo mal”. Basta pensar, por exemplo, nas prisões brasileiras que violam tanto a legislação interna

quanto os tratados e as convenções internacionais ou na “busca da verdade” que, ao longo da história, foi o argumento a justificar a tortura, as delações ilegítimas e tantas outras violações. (CASARA, 2017, pp. 116-117)

Embora esse contexto marcado por violação de direitos e por uma mentalidade autoritária não seja novidade para os estudiosos do sistema penal no Brasil, a eleição em 2018 de um legítimo representante dessa mentalidade traz contornos especiais para as análises mais recentes. Ao registrar a fala do ex-presidente afirmando que “*pau de arara também funciona. Sou favorável à tortura, tu sabes disso. E o povo é favorável também*” (FSP, 28/03/2019), Jesus e Gomes (2021) argumentam:

A frase do então deputado federal e atual presidente da República, Jair Bolsonaro, externaliza, de certo modo, a ideia de que a tortura constitui um tipo de prática que, apesar de violenta, tem alguma justificativa. Para além dos efeitos e significados que se pode explorar a partir de tal fala, nós a destacamos como forma de propor um convite à reflexão sobre como práticas de tortura permanecem como um expediente cujo apoio ou escusa está em contínua disputa na sociedade brasileira. Mais especificamente, nos interessa compreender como determinados atores-chave mobilizam categorias sociais para definir um caso de violência como tortura e, portanto, crime, e utilizam essa tipificação (JESUS E GOMES, 2021, p. 361).

Na contramão de posturas como a do ex-presidente, que contribuem para legitimar as práticas de tortura no Brasil, é preciso reconhecer as inúmeras iniciativas para minimizar as consequências dessa cultura punitivista, como é o caso do próprio *Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura* com seu *Comitê e Mecanismo Nacionais*, que continuam resistindo. No âmbito da esfera legislativa, embora não exclusivamente associada às práticas de tortura por agentes públicos, é importante mencionar a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade. Essa lei se fundamenta no fato de que, embora o Estado esteja

legitimado para exercer sua autoridade sobre os cidadãos, em um autêntico Estado Democrático de Direito, essa autoridade precisa estar sujeita a certos limites, sobretudo para resguardar direitos e garantias fundamentais.

Uma análise da Lei 13.869/2019, contudo, permite constatar que são tênues os limites entre o crime de abuso de autoridade e o crime de tortura, dependendo da análise do caso concreto e da subjetividade do julgador na interpretação dos fatos. Com efeito, considerando a existência comprovada de práticas de tortura de pessoas sob a custódia do Estado, estejam condenadas ou não, é provável que em muitas situações nas quais a tortura ocorreu, o argumento em favor do agente aponte para a existência do crime de abuso de autoridade, descaracterizando, com isso, a prática da tortura.

Pensando nesses limites tênues entre o que poderia caracterizar um crime de abuso de autoridade e um crime de tortura por parte dos agentes estatais, é oportuno resgatar um episódio amplamente conhecido e que suscitou muitas discussões nesse sentido. Trata-se do suicídio do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina após ser preso pela Polícia Federal em julho de 2017, acusado de chefiar uma quadrilha que teria desviado dinheiro público da educação. Mesmo depois de solto por falta de provas e de fundamento jurídico para a prisão, o ex-reitor continuou proibido de entrar na universidade, o que o teria levado a cometer suicídio em outubro de 2017.

O que esse suicídio colocou em questão foi justamente o método de investigação que sempre vigorou no Brasil, ou seja, primeiro se prende e se humilha para, somente depois, ouvir o suspeito e permitir o direito de contraditório. Infelizmente esse foi o *modus operandi* do que ficou conhecida como “Operação Lava Jato”, que, apesar do mérito no combate à corrupção, foi marcada por episódios de excessos e desvios de finalidade. O fato é que nada ficou comprovado contra o ex-reitor, a não ser a relação entre o constrangimento e o ato extremo do seu suicídio. Curiosamente, um dia antes de se suicidar, o ex-reitor foi ao cinema assistir o filme

"Polícia Federal: a lei é para todos", com um enredo que glamourizava o trabalho da mesma delegada que o prendeu.<sup>10</sup>

Em síntese, voltando às lições de Zaffaroni (2012), que sugere que a limitação dos excessos do poder punitivo do Estado se apresenta metaforicamente sob a forma de semáforos à disposição dos julgadores, ou seja, a luz verde que autoriza o excesso, a luz vermelha que o interrompe, ou a luz amarela que permite parar para pensar, parece que é no âmbito do sistema de justiça criminal que o crime de tortura por agentes públicos pode não apenas ser melhor evidenciado, mas também coibido.

### Considerações Finais

Eu tinha um bebê de um mês e fui presa pelo esquadrão da morte. Passei cinquenta dias no DOPS, nas piores condições que vocês podem imaginar. Depois mais oito meses no Presídio Tiradentes. Quando eu saí o meu filho andou no dia seguinte, deu uns passinhos, e eu nem conhecia ele. Eu tive alguns problemas muito sérios, por exemplo, eu tinha leite e me deram forçado uma injeção para cortar o leite. É uma violência muito grande que qualquer mãe tem. Fora todas as outras coisas horríveis que eles faziam. Eu tive companheiros que foram mortos na tortura. E a tortura, todos sabiam, todos sabiam, a tortura era o sistema que segurava a ditadura. Quando um homem é torturado, qualquer um, uma pessoa, é a humanidade inteira que é ofendida. E nós não realizamos às vezes a importância da luta contra a tortura. Ela é a mais forte exatamente porque se você se acostumar com isso é impossível valorizar a vida e ela também não tem significado nenhum.<sup>11</sup>

Esse é um depoimento da jornalista e presidente do Grupo "Tortura Nunca Mais" de São Paulo, Rosemeire Nogueira, que foi

---

<sup>10</sup> Uma descrição desse episódio pode ser acessada no documentário "*Levaram o reitor: quando o modelo Lava Jato adentrou uma universidade*", disponível no Youtube.

<sup>11</sup> Trecho de um depoimento da jornalista Rose Nogueira no vídeo institucional da ANDHEP – Associação Nacional de Direitos Humanos – Ensino e Pesquisa, intitulado "Direitos Humanos" e disponível no Youtube.



presa e torturada durante a ditadura militar (1964 a 1985). Ao trazer esse depoimento para o texto, damos voz a alguém que, de fato, sentiu na pele a dor e o sofrimento pela tortura sofrida. Com isso, pelo menos por um momento, ultrapassamos uma discussão teórica sobre o que é ou não tortura para compreendê-la em seu sentido real e humano. Como ela ressalta, “quando uma pessoa é torturada a humanidade inteira é ofendida”. Foi nesses termos que procuramos apresentar a reflexão sobre a tortura, ou seja, como uma grave violação à dignidade da pessoa humana ou, em outros termos, um crime contra a humanidade.

Além disso, outra referência ao depoimento da jornalista é quando ela diz que “a tortura era o sistema que segurava a ditadura”. Também foi nesse sentido que orientamos nossa reflexão, ou seja, compreender o significado, o alcance e as conseqüências das práticas da tortura pressupõe considerar essas práticas para além de ações individuais de torturadores, por mais reprováveis que essas condutas sejam. Mais importante, porém, é considerar as dimensões institucionais e estruturais que favorecem a prática da tortura, como essas práticas muitas vezes refletem um problema inerente ao próprio poder punitivo do Estado, bem como de que forma a cultura punitivista disseminada por amplos segmentos da sociedade se refletem na disposição do legislativo para criar normas mais punitivas, na proposição de políticas criminais mais severas e na tolerância do sistema de justiça criminal em relação aos crimes de tortura praticados por agentes públicos. Todos esses movimentos, de certa forma, acabam por legitimar as práticas de tortura em determinadas circunstâncias, o que torna o problema mais complexo. Qualquer que seja a justificativa para a tortura, ela sempre estará na contramão da garantia de direitos fundamentais assegurados pela Constituição de 1988.

Assim, refletimos sobre os motivos pelos quais, apesar do percurso histórico nacional e internacional no sentido da prevenção e do combate às práticas de tortura, no Brasil ainda convivemos com essas práticas. Para tanto, após apresentar como o crime de tortura e a sua repressão surgem e se desenvolvem na perspectiva dos

dispositivos constitucionais e convencionais, analisamos o contexto no qual a Lei 9.455/97, que tipificou o crime de tortura, e a Lei 12.847/2013, que criou o *Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura*, foram implementadas e quais os limites apresentados à efetividade delas. Finalizando o artigo, apresentamos uma discussão com base em produções teóricas sobre Estado penal, cultura do controle e populismo penal, que nos ajudam a compreender as razões pelas quais a prática da tortura por agentes públicos no Brasil ainda é tolerada, quando não legitimada.

Por fim, destacamos que tanto as práticas da tortura por agentes públicos como outras práticas que constantemente violam direitos e garantias fundamentais no Brasil, parecem estar atravessadas pelo fenômeno da seletividade penal. Se não, vejamos essa constatação a partir da análise de dois eventos recentes que tiveram grande repercussão. O primeiro envolveu um ex-deputado federal e presidente de um importante partido político que, condenado e cumprindo pena de prisão domiciliar, recebeu policiais federais com tiros e granadas, e ainda assim saiu ileso depois de horas de negociação. O segundo episódio se refere a um cidadão comum, negro, residente em Sergipe, sem antecedentes criminais e portador de doença mental que, ao ser abordado pela polícia rodoviária federal daquele Estado, não foi apenas preso, mas torturado e morto pela ação dos policiais.

O que pretendemos evidenciar com esses dois casos não é a conduta pessoal dos policiais envolvidos, que ora agiram no devido cumprimento da lei, ora excederam no cumprimento do seu dever legal, causando tortura e morte do cidadão que estava sob a custódia do Estado naquele momento. O que importa, para os propósitos dessa reflexão sobre a tortura institucional, é compreender qual a influência da estrutura de poder punitivo do Estado que autoriza e incentiva, nos dois casos, condutas completamente diversas.

Ao final dessa reflexão, resta reafirmar a necessidade de reconhecer que o combate à tortura não é apenas difícil e complexo, mas também cotidiano e permanente. Em período mais recente,

contudo, marcado pela eleição, no Brasil, de um legítimo defensor da ditadura militar e da tortura por parte do Estado, essa discussão se tornou não apenas necessária, mas urgente, menos pelas palavras e ações do próprio ex-presidente, e mais pelos milhões de pessoas que ele e sua ideologia arrebataram, e que passaram a reproduzir, também por meio de palavras e ações, a mesma mentalidade que, entre outras atrocidades, legitima a violência política e a tortura institucionalizada em nosso país.

## Referências

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- ÂNGULO, Milena Coelho; SILVA, Rafaela Assan Lopes da. Brasil desgovernado: o desmonte da Política Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. In: MEYER *et.al.* (org.). **Democratizando: um inventário sobre a pandemia e democracia no Brasil**. Faculdade de Direito da UFMG, 2022.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CALDERONI, Vivian; JESUS, Maria G. M. de. **Julgando a Tortura: análise de jurisprudência nos tribunais de justiça do Brasil (2005-2010)**. São Paulo: ACAT-Brasil/Conectas/NEV-USP/IBCCRIM/Pastoral Carcerária, 2015.
- CARDIA, Nancy; ASTOLFI, Roberta (orgs.). **Tortura na Era dos Direitos Humanos**. São Paulo: Edusp, 2014.
- CASARA, Rubens. **O Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GARLAND, David. **A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- GARLAND, David. **Punishment and Modern Society**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

- JESUS, Maria Gorete Marques de. **O Crime de Tortura**: uma análise dos processos criminais na cidade de São Paulo. São Paulo: IBCCRIM, 2010.
- JESUS, Maria Gorete Marques de; DUARTE, Thais Lemos. Tortura? Como o mecanismo nacional preventivo brasileiro conceitua e analisa práticas de tortura em espaços de privação de liberdade. **Sociologias**. Ano 22, n. 55, p. 228-260, 2020. <https://doi.org/10.1590/15174522-95742>
- JESUS, Maria Gorete Marques de; GOMES, Mayara de Souza. Nem tudo é o que parece: a disputa semântica sobre a tortura no sistema de justiça criminal. **Dilemas**. RJ, v. 14, ano 2, p. 361-378, 2021. <https://doi.org/10.17648/dilemas.v14n2.34139>
- PASTORAL CARCERÁRIA. **Tortura em Tempos de Encarceramento em Massa**. São Paulo: CNBB, 2018.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; ASTOLFI, Roberta. Introdução. **Tortura na Era dos Direitos Humanos**. Nancy Cardia e Roberta Astolfi (orgs.). São Paulo: EDUSP, 2014.
- SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César. Apontamentos para uma História das Práticas da Tortura no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 63, pp. 277-308, 2006.
- RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2021.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Palavra dos Mortos**: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.



# 12.

## **A terceirização nos serviços públicos: das raízes históricas às perspectivas futuras**

Vinicius Farias de Souza<sup>1</sup>  
Marcilio Rodrigues Lucas<sup>2</sup>

### **Introdução**

Pesquisas recentes, realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD, analisaram o processo de terceirização na universidade pública e indicaram um quadro bastante crítico em relação às condições de trabalho e à (in)observância dos direitos trabalhistas (RUSSO, 2019; SOUZA, 2022). Numa tentativa de síntese da situação encontrada, pode-se dizer que a terceirização na universidade constitui:

[...] uma permanente zona de tensão e instabilidade, que coloca desafios e gera conflitos de diversos níveis, envolvendo a administração da instituição, as empresas prestadoras, a “comunidade universitária”, os sindicatos e, evidentemente, os próprios trabalhadores terceirizados. Em relação a estes últimos, percebeu-se várias formas de desrespeito de direitos trabalhistas e diversas dimensões da precarização do trabalho, ao que se somam dinâmicas

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Especialista em Gestão Pública (UFGD). Mestre em Sociologia pela UFGD. Assistente em Administração na UFGD. <https://orcid.org/0000-0001-8666-8383>. [souza.viniciusf@gmail.com](mailto:souza.viniciusf@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor dos cursos de graduação em Ciências Sociais e de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://orcid.org/0000-0002-5211-7089>. [marciliolucas@ufgd.edu.br](mailto:marciliolucas@ufgd.edu.br)

de fragmentação, desvalorização e invisibilidade inerentes à própria relação contratual representada pela terceirização – isso tudo ocorrendo no contexto de acumulação flexível, marcado pela ofensiva neoliberal e pela flexibilização do trabalho, sob comando do capital financeiro (RUSSO; LUCAS, 2021, p. 323).

Considerando esse diagnóstico, este texto buscará aprofundar a análise sobre o fenômeno da terceirização, especialmente no âmbito do serviço público, através da contextualização de sua emergência histórica e da reflexão sobre os possíveis caminhos e descaminhos que a dinâmica da flexibilização e precarização do trabalho pode tomar. Essa análise leva em conta o contexto de incerteza e instabilidade do capitalismo global e os elementos de precariedade e informalidade que historicamente caracterizam o mundo do trabalho no Brasil.

### **A terceirização no contexto da reestruturação capitalista**

Numa tentativa de síntese a respeito do fenômeno da terceirização, Marcelino e Cavalcante afirmam que

[...] terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas. Ou seja, é a relação na qual o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratado de maneira imediata por outra. (MARCELINO; CAVALCANTE, p. 338, 2012).

Trata-se, portanto, de uma relação em que o trabalho é realizado em uma empresa ou instituição, porém, o trabalhador possui vínculo empregatício imediato com outra empresa, acrescentando um terceiro vértice à relação clássica bilateral entre trabalhador-empregador. A prática da terceirização tem se tornado cada vez mais comum no mercado global, sob o argumento de que, ao utilizar mão de obra especializada, a empresa conseguirá otimizar sua produtividade e assegurar maior qualidade aos seus produtos. Porém, o que se encontra de fato é a erosão dos direitos

e garantias trabalhistas conquistados e a superexploração do trabalhador. Nesse sentido, Santana e Druck afirmam que:

A terceirização tem sido uma estratégia empresarial de largo e polêmico uso no capitalismo contemporâneo. Seus impactos sobre os trabalhadores têm sido amplamente investigados e debatidos. O par terceirização e precarização passou a ser inseparável, por seu caráter desagregador e degradante no que diz respeito às condições de trabalho, de saúde e salariais e seus reflexos sobre a organização sindical (SANTANA; DRUCK, 2015, p. 53).

Antunes destaca que os trabalhadores terceirizados recebem remuneração inferior aos trabalhadores não terceirizados, possuem maior jornada de trabalho, têm maior instabilidade em relação ao vínculo de trabalho e gozam de menos direitos do que os trabalhadores que possuem a relação clássica e bilateral de contratação, sendo os que mais morrem e se acidentam na execução de suas atividades laborais. Essas vulnerabilidades são fruto justamente dessa condição mais precária de trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 163). Nesse sentido, o autor aponta a terceirização como o fio que conduz o processo de precarização do trabalho no país:

Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/ controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um “manto de invisibilidade” os trabalhadores nela enquadrados, como forma ideal para o empresariado não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria (ANTUNES, p. 163, 2018).



A força do avanço da terceirização no Brasil se mede também pelo fato de que nem mesmo a alternância de governos e a emergência de conjunturas econômicas mais favoráveis frearam esse processo no mundo do trabalho brasileiro. Como afirmam Druck e Filgueiras:

Nos anos 2000, mesmo com a mudança da conjuntura econômica internacional e a retomada do crescimento, em uma conjuntura favorável às empresas de todos os setores, a terceirização continua crescendo, atingindo também o setor público, numa clara demonstração de que não se trata de uma estratégia empresarial de resposta a uma conjuntura de crise (DRUCK; FILGUEIRAS, 2014, p. 109).

No entanto, antes de avançar a análise sobre as especificidades da terceirização no Brasil, especialmente no âmbito do serviço público brasileiro, é preciso portanto compreender o sentido desta dinâmica no interior dos processos de transformação do capitalismo global. A profunda crise do capitalismo mundial, durante a década de 1970, gerou instabilidades no “compromisso fordista” que havia se consolidado nos países do centro capitalista, impondo uma série de processos marcados pela reestruturação econômica e o reajustamento sócio-político que abriu espaço material e ideológico para uma ofensiva neoliberal (HARVEY, 2010, p. 140).

Esse momento histórico é caracterizado por fenômenos sociais que passaram a compor o que chamamos de terceira fase do capitalismo global, o capitalismo financeiro (CHESNAIS, 1996). Essa nova fase de reestruturações do sistema capitalista ocorre, em especial, com a financeirização e mundialização da economia, centrados na flexibilização e precarização do trabalho. Druck e Antunes nos dizem que:

O capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas, transformou-se sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e na precarização do trabalho. São mudanças impostas pelo processo de financeirização e

mundialização da economia num grau nunca antes alcançado, pois o capital financeiro passou a dirigir todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho (DRUCK; ANTUNES, p. 153, 2014).

No que se refere à organização da produção e aos modos de gestão do trabalho, verifica-se uma intensa reestruturação produtiva inicialmente marcada pela emergência do “toyotismo”, que substitui – e se mescla com – elementos do paradigma taylorista/fordista dominante durante boa parte do século XX, especialmente nos países de capitalismo avançado. Nesse processo, novas ferramentas de gestão técnico-organizacionais são estruturadas para aprofundar a subalternidade objetiva e subjetiva dos trabalhadores na ordem produtiva, bem como para deslegitimar os movimentos de organização, representação e luta dos trabalhadores, enfraquecendo e/ou destruindo os sindicatos. Por esse motivo, o “toyotismo” se estrutura a partir de um número mínimo de trabalhadores, com a adoção de horas-extras, trabalhadores temporários, subcontratados ou terceirizados, de acordo com as demandas do mercado. Além disso, e pelo princípio de adaptação às flutuações de demanda, o “toyotismo” anseia pelo proletário polivalente, “engajado”, flexível, com vistas à redução dos custos e à ampliação das taxas de lucro.

Em função do imperativo toyotista de flexibilização e enxugamento permanentes, a terceirização apareceu, inicialmente no contexto japonês, como forma de transferir os imprevistos conjunturais para firmas terceiras, impondo a precariedade contratual e desvalorização salarial, com vistas à preservação da lucratividade e à manutenção de alguns benefícios de seus próprios funcionários diretos (CHESNAIS, 1996, p. 53). Dessa forma, busca-se, simultaneamente, a recomposição da taxa de lucro, com a redução de custos de força de trabalho, e a recomposição do controle sobre o trabalhador, por meio da fragmentação da classe. Em síntese, diante do processo de reestruturação produtiva, a

terceirização se apresenta como uma de suas principais ferramentas, tendo, por fim último, a flexibilização do trabalho e do trabalhador em favor das necessidades empresariais.

O avanço da terceirização está, portanto, ligado às necessidades do processo de autovalorização do capital que, em meio ao cenário de crise estrutural, busca recompor as taxas de lucro e manter a dominação sobre a força de trabalho, desestruturando e desmontando um conjunto de direitos, garantias e benefícios sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora em diversos países. Por esse motivo, a terceirização compõe um conjunto mais amplo de processos e estratégias que Harvey (2012) identifica como “acumulação por espoliação”, a qual envolve a mercantilização de áreas e recursos naturais ainda inexplorados, a eliminação de direitos e garantias sociais e o desmantelamento/privatização dos serviços públicos, como forma de contenção dos gastos sociais e abertura de novos campos de apropriação privada<sup>3</sup>. Dito de outra forma, o autor destaca que a retirada de conquistas históricas da classe trabalhadora – como os direitos trabalhistas, previdenciários e de seguridade social e o acesso a serviços públicos – compõe o quadro heterogêneo das estratégias de acumulação por espoliação exercidas pela razão neoliberal, produzindo níveis elevados de desigualdade social e crescentes instabilidades que culminam em crises crônicas de sobreacumulação (HARVEY, 2012, p. 120).

Considerando o Estado como o agente legitimado para a determinação e imposição de leis e normas, e considerando o

---

<sup>3</sup> De acordo com o autor, essa dinâmica de acumulação pode envolver medidas violentas, fraudulentas e predatórias, se assemelhando, em partes, à “acumulação primitiva” analisada por Marx, em *O Capital*. Mas Harvey (2012, p. 121) se inspira especialmente na reinterpretação realizada por Rosa Luxemburgo, a qual argumenta que o capital, por suas próprias contradições internas, precisa permanentemente realizar processos análogos ao que Marx indicou como “acumulação primitiva”, ou seja, precisa permanentemente invadir e “capitalizar” áreas, povos e setores ainda não capitalistas/capitalizados. Por se tratar de uma necessidade e um processo permanentes, e não algo “primitivo” ou meramente “originário”, Harvey opta pela caracterização como “acumulação por espoliação”.

neoliberalismo como a racionalidade do capitalismo contemporâneo (DARDOT; LAVAL, 2020, p. 17), temos que a flexibilização do direito do trabalho se dá para que as relações sociais de produção possam se desenvolver com o mínimo custo e com mínimo constrangimento legal, em detrimento das condições de vida básica do trabalhador. Assim, retornando à análise de Harvey:

Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (HARVEY, 2012, p. 123).

Abrir novas oportunidades de acumulação de capital às custas da superexploração e da precarização da vida das classes trabalhadoras, esse é o sentido principal das dinâmicas mencionadas por Harvey. Esse também é o sentido contido na expansão da terceirização no capitalismo contemporâneo. Vejamos agora algumas especificidades desse processo na administração pública do Brasil.

### **A Terceirização na Administração Pública Federal Brasileira**

Ante o avanço das políticas neoliberais, emerge a adoção da terceirização pela Administração Pública Federal brasileira através da contratação de empresas para prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, especificamente a partir dos anos 1990. No entanto, antes de avançarmos nesse tema específico, faz-se necessário recuperar alguns elementos relativos à especificidade do avanço da reestruturação produtiva no contexto brasileiro.

## Especificidades do mundo do trabalho no Brasil

Antunes (2014) destaca que, no Brasil, o processo produtivo começa a passar pelas transformações mencionadas acima a partir dos anos de 1980, com os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, que é marcado principalmente pela busca da redução de custo da força de trabalho.

Foi durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema just-in-time; germinou a produção baseada em team work, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se, também, o início da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuram o “envolvimento” (na verdade, a adesão e a sujeição) dos trabalhadores com os planos das empresas (ANTUNES, 2014, p 14).

No entanto, pode-se dizer que a inserção mais orgânica no novo patamar de acumulação se deu somente a partir da década de 1990. A orientação neoliberal ganhou concretude com a eleição de Fernando Collor em 1989, cuja campanha se deu em torno de uma plataforma de abertura econômica, privatizações e eliminação de direitos sociais. Tal processo se desenvolveu de forma ainda mais orgânica e articulada a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso. No âmbito da produção industrial, a década de 1990 também é a grande referência em termos de introdução dos princípios de flexibilização dos processos de produção e reorganização do controle sobre o trabalho no Brasil<sup>4</sup>. Nesse

---

<sup>4</sup> Oliveira relata a introdução, na Volkswagen, dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), um dos elementos centrais do toyotismo, já na década de 1980 (OLIVEIRA, 2004, p. 88). Porém, a própria autora considera que é a década de 1990 o momento da materialização da reestruturação produtiva no Brasil e da “reinscrição do país na ordem capitalista internacional” (idem, ibidem, p. 73).

movimento iniciado naquela década estão envolvidas mudanças na legislação trabalhista, processos de negociação coletiva com sindicatos e, em grande medida, uso do poder discricionário dos empregadores, para a adaptação dos processos produtivos à dinâmica instável do mercado mundial (KREIN, 2007).

Porém, a especificidade brasileira não se restringe a esses marcos temporais, mas está relacionada especialmente a aspectos históricos e estruturais da própria forma de estruturação do mercado de trabalho no Brasil. Nesse sentido, Braga (2012, p. 19) afirma que a precariedade do trabalho, que a reestruturação produtiva faz avançar sobre os países do centro capitalista, “nunca deixou de ser regra” em países da periferia do sistema capitalista, como o Brasil. Dito de outra forma, “a reprodução da precariedade é um traço estrutural do capitalismo no país”, que pode ser enquadrado no chamado “fordismo periférico” (idem, p. 20). Segundo o autor, dessa forma podemos compreender “as principais mediações históricas entre os países capitalistas avançados e os países capitalistas desenvolvidos” (idem, p. 21), recuperando uma agenda de pesquisas da sociologia brasileira que vai “da análise da formação do operariado no chamado ‘fordismo periférico’ até chegar ao estudo da precarização do trabalho engendrado pelo neoliberalismo” (idem, p. 19). A partir dessa referência, pode-se indicar elementos da particularidade brasileira ligados à sobreposição e articulação de uma precariedade estrutural com uma nova dinâmica de precarização, emergente a partir das últimas décadas do século XX. Em sentido semelhante, Valencia (2009), apoiado na teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, indica que, nos países dependentes, os “novos paradigmas da organização do trabalho” aprofundaram e intensificaram a superexploração, que já se constituía como elemento marcante do processo de industrialização desses países.

Essa articulação entre as características históricas e as recentes tendências “flexibilizantes” pode ser melhor compreendida mediante a recuperação do debate em torno da marginalidade e informalidade do trabalho, especialmente no âmbito latino-

americano a partir da década de 1960, quando buscou-se a compreensão da formação socioeconômica dessa região capitando a combinação entre relações capitalistas e pré-capitalistas, as quais produzem formas híbridas específicas. Inicialmente, o debate foi levantado a partir da problematização de noções marxianas de exército industrial de reserva e superpopulação relativa, discutindo-se a pertinência de categorias como “marginalidade”, “massa marginal” e “polo marginal” para entendimento do excedente de força de trabalho e aspectos estruturais do mercado de trabalho na América Latina (NUN, 1969; QUIJANO, 2014 [1970]; CARDOSO, 1971; KOWARICK, 1975).

A partir da década de 1970, esse debate passa a se desenvolver especialmente em torno da informalidade – “trabalho informal”, “setor informal”, “não formal”, entre outros – após as contribuições pioneiras trazidas por Keith Hart (1973 [1971]) e pelo “relatório do Quênia” da OIT (1972), que logo impulsionaram importantes debates e possibilidades analíticas para a compreensão da realidade do trabalho nos países latino-americanos (SILVA, 1979; SOUZA; TOKMAN, 1976; PREALC; 1978; PÉREZ-SÁINZ, 1991). Ainda que com enfoques diferentes, esse conjunto de autores afirma que a informalidade do trabalho é constitutiva do padrão de relações de trabalhistas historicamente verificadas nestes países de inserção subordinada e periférica na dinâmica do capitalismo mundial. Dito de outra forma, no debate latino-americano, a noção de informalidade passa a ser empregada para indicar “um elemento constitutivo dos mercados de trabalho nas sociedades em que o capitalismo dependente” nas quais se verificava um “amplo conjunto de atividades sociais e econômicas permeadas pelo não-assalariamento, que cresciam e se desenvolviam de forma coetânea com o mercado de trabalho” (BARBOSA, 2011, p. 106).

Segundo Silva (2003, p. 141), a noção de informalidade foi, até meados dos anos 1980, o centro de “um debate mais ou menos estruturado”, que posterior e progressivamente se tornou “um mero léxico sociológico” cujo uso generalizado e indiscriminado acabou por esvaziar sua “substância analítica e força prática”. No

entanto, nas últimas décadas, os próprios impasses gerados e, principalmente, as mudanças ocorridas na dinâmica capitalista – no Brasil, especificamente, a partir dos anos 1990 – impulsionaram esforços, por parte de diversos autores, no sentido da atualização e renovação do debate, que culminaram inclusive em diagnósticos de uma “nova informalidade” ou “neoinformalidade” (PÉREZ-SAINZ, 1995; LIMA; SOARES, 2002). Em termos gerais, pode-se dizer que a emergência da “acumulação flexível” expandiu o trabalho informal, antes praticamente restrito à periferia do sistema, também para os países centrais do desenvolvimento capitalista, tornando-se um fenômeno mundial. Além disso, reforçou e agravou tendências históricas das economias periféricas, de modo que ocorrências antes vistas como transitórias, marginais e/ou intersticiais tornaram-se características essenciais e decisivas do trabalho tipicamente capitalista contemporâneo. Temos, assim, um processo de recrudescimento e rearranjo da informalidade:

[...] associado ao problema do desemprego, aos processos de heterogeneização das formas e vínculos de trabalho, à onda de terceirização, à flexibilização da legislação trabalhista, à emergência de novas modalidades de informalidade, à precarização das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2011, p. 193).

Em síntese, segundo Oliveira (2011, p. 214), a informalidade não pode mais ser vista como resíduo intersticial ou como especificidade periférica da dinâmica capitalista, passando a “envolver o núcleo mesmo da acumulação capitalista, seus setores e regiões mais dinâmicos”. É justamente nesse “contexto de desestruturação do mercado de trabalho” que se renova o destaque ao conceito de informalidade no debate acadêmico (ARAÚJO, 2011, p. 168). Isso porque o conjunto de metamorfoses no mundo do trabalho fez ruir as expectativas de que um “desenvolvimento capitalista cada vez mais sustentável levasse à modernização da sociedade e, no limite, ao desaparecimento do setor informal” (ARAÚJO, 2011, p. 164) e, para além da frustração de expectativas “fordistas”, representou de fato



uma inversão da “tendência histórica à formalização das relações de trabalho no país” (OLIVEIRA, 2011, p. 213).

Além disso, nesse contexto, alteram-se e complexificam-se as imbricações entre o formal e o informal, posto que a tendência à informalização “percorre, embora sob formas diversas, as várias situações de trabalho, do centro à periferia, favorecendo a sua fragmentação e heterogeneização, mas ao mesmo tempo imprimindo-lhe um sentido comum (aproximando-as): a flexibilização”. Ainda segundo Oliveira (2011, p. 216), essa tendência se realiza por diversas vias e estratégias, incluindo a incorporação de “momentos informais nas relações mantidas como formais”. Como resultado, temos uma “nova dinâmica formal-informal” que se dá por movimentos contraditórios e complementares de “informalização da formalidade” e “formalização do informal” (OLIVEIRA, 2011, p. 217). Em meio a esses diversos movimentos, a terceirização ocupa um lugar estratégico, pois a opacidade em relação à responsabilização trabalhista, inerente à dinâmica da subcontratação, permite que postos “formais” – ou seja, com carteira assinada – ligados a serviços terceirizados, sejam perpassados por momentos informais, que aparecem sob a forma de precarização, prolongamento de jornada, instabilidade no emprego, atrasos de salários e condições de trabalho marcadas pela insegurança e pelo descaso.

Retomando o debate apresentado anteriormente, os modelos organizacionais pautados pela produção flexível e enxuta promoveram alterações estruturais do mercado de trabalho, que se expressam no rebaixamento geral das condições de trabalho e de emprego das categorias terceirizadas e no peso que a ameaça de terceirização tem nas negociações daqueles trabalhadores não terceirizados (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012, p. 333). Tem-se, assim, um processo de desestruturação de um mercado de trabalho já marcado, historicamente, pela precariedade estrutural.

Tais demarcações permitem que avancemos em relação ao avanço da terceirização no âmbito da administração pública federal. Isso porque, devido às próprias características do “fordismo periférico”, a precariedade sempre foi “regra” do

mundo do trabalho brasileiro, de modo que os direitos trabalhistas e a estabilidade no emprego – que caracterizam o funcionalismo público e, em alguma medida, os setores mais protegidos do setor privado – podem ser discursivamente apresentados como “privilégios” que devem ser eliminados. Por esse motivo, no Brasil, o funcionalismo público passa a ser, a partir dos anos 1990, um dos focos da ofensiva neoliberal, na qual a terceirização aparece como uma estratégia – mais ou menos “silenciosa” – de desmonte de direitos trabalhistas e de serviços públicos.

### **A expansão da terceirização na esfera pública**

No início da década de 1990, o Brasil passava por diversas incertezas político-econômicas, vivenciando as contradições do processo de redemocratização, iniciado com cenário econômico desfavorável e, desde logo, com o impeachment do Presidente Collor. Carinhato (2008) descreve o momento que o Brasil passava, no início da década de 1990, como a sintetização de desafios e contradições centrados em um regime de altíssima inflação e incertezas quanto à condução da política econômica. Com o impeachment de Collor, assumiu Itamar Augusto Cautiero Franco, cujo Plano Real, conjunto de reformas econômicas elaboradas para enfrentar o “monstro da inflação”, levou à projeção e eleição do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC). Durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito com forte discurso de viés neoliberal, de redução da máquina estatal e de reforma do Estado, a expansão da terceirização no serviço público foi alçada a projeto de governo, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, sob a tutela do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) (SANTANA; DRUCK, 2015, p. 53)<sup>5</sup>, em contraposição ao Regime

---

<sup>5</sup>“A expansão da terceirização no serviço público tem um marco importante: os programas de privatização de empresas e de serviços públicos implementados a partir dos anos 1990 e a reforma do Estado iniciada em 1995, por meio do Plano

Jurídico Único (RJU) que rege os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Fruto de tais políticas, foi emitido o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que dispôs sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e possibilitou que as chamadas atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do órgão ou entidade (as chamadas “atividades-meio”) fossem objeto de execução indireta – ou seja, objeto de terceirização. O mesmo texto normativo trazia ainda as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações como atividades a serem preferencialmente exercidas por meio de terceirização.

Não tardou para que diversos cargos na esfera pública federal fossem extintos, em específico aqueles definidos como os de “nível C”, cuja escolaridade mínima para o cargo era o ensino fundamental completo. A Lei nº 9.632/1998, que dispôs sobre a extinção de cargos na Administração Pública Federal, extinguiu os cargos de apoio operacional, como auxiliar de serviços gerais, eletricitista, pedreiro, encanador, marceneiro, pintor, serralheiro, entre outros. A esses cargos eram atribuídas as funções, em nível federal, de asseio, conservação, limpeza, vigilância, ou seja, aquelas mesmas que constavam no Decreto nº 2.271. O resultado foi a

---

Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de responsabilidade do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare). Foi a chamada “década neoliberal”. Nessa reforma, cargos funcionais foram extintos, como parte do enxugamento do aparelho do Estado, e definiu-se uma legislação que estimulava a terceirização: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que fixa um limite de gastos do governo com pessoal do quadro do serviço público – que não computa os contratos de prestação de serviços, isto é, a terceirização –, e o Decreto-Lei n. 2.271/1997, que amplia as atividades terceirizáveis e define aquelas que deveriam ser contratadas de forma indireta, pois não são parte do plano de cargos do funcionalismo público” (SANTANA; DRUCK, 2015, p. 53).

impossibilidade de realização de novos concursos públicos para provimento desses cargos.

Com a eventual expansão dos serviços públicos ou a vacância de cargos anteriormente providos por concurso e extintos pelas medidas supracitadas – ocasionada por diversos fatores como aposentadoria, exoneração, demissão ou óbito dos servidores públicos que ocupavam essas funções – restou como alternativa às instituições públicas unicamente a possibilidade de fazer uso da terceirização no intuito de garantir a manutenção de seus serviços relativos às funções de motorista, de limpeza, de jardinagem, de copa e de recepção, de portaria e de vigilância, por exemplo.

Desde então, foram praticamente duas décadas de avanço constante da terceirização na administração pública, incluindo as universidades federais, até que, no governo Temer, esse processo ganha um novo impulso, com a aprovação da Lei nº 13.429 em março de 2017 – a chamada “Lei da Terceirização” – que ampliou as possibilidades legais de terceirização, incluindo até mesmo as atividades-fim. Como desdobramento, o Decreto de 1997 foi revogado, entrando em vigência o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispôs sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, controladas pela União. O texto normativo em questão regulamenta a ampliação das funções que podem ser objeto de terceirização, incluindo as atividades-fim. Temos, assim, um novo campo para o avanço dessa modalidade de contratação precária, que surge como contraposição ao vínculo estável estabelecido pelo RJU, fragmentando e ameaçando tanto a categoria dos servidores públicos civis quanto a própria constituição das instituições estatais.

A partir do exposto até aqui, pode-se afirmar que a relação entre terceirização e neoliberalismo é umbilical, algo que é especialmente relevante no caso da sua expansão no âmbito dos serviços públicos. Isso porque a ocorrência da terceirização na administração pública expõe “simultaneamente duas tendências

essenciais da dinâmica capitalista contemporânea, dos tempos neoliberais”, pois constitui “um processo que articula organicamente o desmonte do serviço público e a precarização trabalhista” (LUCAS, 2021, p. 14). Tendo em vista esse caráter estratégico e representativo das tendências globais, é pertinente considerar este fenômeno permaneça e tenda a se intensificar no futuro próximo, perspectiva que se torna ainda mais crível quando se considera que a terceirização não deixou de avançar no Brasil nem mesmo no período economicamente mais próspero, entre 2004 e 2014. Esse prognóstico sombrio também se funda no potencial altamente devastador da ampliação da possibilidade de terceirização, fruto da reforma implementada em 2017, a qual, combinada com possíveis “reformas administrativas”, projeta a redução de carreiras públicas e, por consequência, a expansão das atividades terceirizáveis nos serviços públicos.

### **Flexibilização, desmonte estatal e tendências para o futuro do trabalho**

Buscando refletir sobre esse cenário e suas perspectivas no futuro próximo, encerraremos este trabalho analisando a recente proposta de Reforma Administrativa, apresentada pelo governo Bolsonaro em 2020, e o incipiente processo de “uberização” do trabalho no serviço público, representado pelo projeto Táxi Gov. No caso da Reforma Administrativa, o principal impacto seria a ampliação do escopo da terceirização, com o fim de estabilidade e a redução das carreiras públicas; já no caso representado pelo Táxi Gov, o risco é a superação da terceirização por uma tendência similar, porém ainda mais potencialmente precarizante, com a chamada *uberização*.

### **A PEC 32/2020 como proposta de desmonte do serviço público**

Apresentada e muito exaltada pelo Governo Bolsonaro e o Ministro da Economia Paulo Guedes em 03 de setembro de 2020 –

em meio à emergência sanitária do novo coronavírus e, portanto, com menor possibilidade da adequada manifestação e participação por parte da sociedade no debate público –, a chamada “Reforma Administrativa” refere-se à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que traz em sua ementa o propósito de alterar “disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa” (BRASIL, 2020). Num momento em que se propõe a refletir sobre perspectivas futuras, pode parecer incoerente propor a análise dessa proposta de um governo recentemente derrotado nas eleições de 2022, no entanto, cabe destacar que a PEC segue ainda disponível para votação, ou seja, segue sujeita aos trâmites legislativos cabíveis, de modo que suas disposições podem ser aprovadas, alteradas ou excluídas, tanto parcial quanto totalmente, bem como pode acontecer da proposta ser arquivada e nunca votada. Mas mesmo nesse último caso, o destaque que faremos aqui se justifica pelo fato de que uma “reforma administrativa”, em moldes semelhantes, segue sendo uma pauta colocada por diversos setores da sociedade, incluindo parte importante da base do próprio governo Lula, eleito no pleito de 2022.

A Reforma mencionada traz em seu corpo o fim da estabilidade dos servidores públicos, desconstruindo os planos de cargos e carreira e propondo terceirizar parte do serviço público, o que, por si só, já seria bastante prejudicial. No entanto, a proposta não se limita a questões sobre os direitos dos servidores públicos, mas altera também toda a lógica que permeia a função do Estado brasileiro. Druck (2020), em recente participação no Podcast Remir, avalia que a reforma administrativa é a “reforma trabalhista do serviço público”, em razão de seu aspecto precarizante das relações de trabalho e de sua motivação: a redução do custo do trabalho.

A autora pondera ainda que a reforma administrativa tenta, assim como a reforma trabalhista o fez, estabelecer a precarização do trabalho como regra, em específico ao pôr fim à estabilidade dos trabalhadores estatutários em favor de outras formas de vínculo empregatício, como contratos precários, temporários, por tempo determinado ou por terceirização, trazendo o princípio da

rotatividade, típico das relações sem proteção trabalhista. Além disso, cabe destacar que a estabilidade do servidor público estatutário, prevista pelo constituinte, é, além de uma garantia trabalhista, uma garantia da manutenção da prestação continuada dos serviços públicos mesmo ante as alternâncias eleitorais.

A PEC 32 altera o Regime Jurídico Único (RJU), incluindo as lógicas flexíveis, como o “vínculo de experiência”, “cargo com prazo determinado” e de “avaliações periódicas de metas de desempenho”, deixando, todavia, em aberto para decisão posterior infraconstitucional, as conceituações de “gestão de desempenho” ou o detalhamento das “condições de perda dos vínculos e dos cargos típicos”. Graça Druck (2020) aponta ainda que a PEC traz a possibilidade de terceirização de mão de obra através da contratação de Organizações Sociais, contratações que, reiteradamente, são alvos de denúncias de desvios de recursos públicos. Destacamos ainda que a contratação de Organizações Sociais para a gestão das universidades era o carro-chefe da proposta “Future-se”, do governo Bolsonaro, sob a tutela, então, do Ministro da Educação Abraham Weintraub<sup>6</sup>.

Druck conclui que as reformas administrativa e trabalhista possuem o mesmo caráter e motivações, com implicações desastrosas para a maior parte da sociedade brasileira, que depende do acesso aos serviços públicos para a efetivação de seus direitos à saúde e educação, por exemplo (DRUCK, 2020). Além disso, o ataque aos direitos trabalhistas garantidos ao servidor público acabam por rebaixar e enfraquecer a resistência para manutenção de direitos ou mesmo de melhorias nas condições de labor, pois as garantias do funcionalismo poderiam servir como um farol, um horizonte do possível, para as disputas por direitos trabalhistas para toda a classe trabalhadora. A reforma

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre o projeto Future-se, indicamos ROSA, Franklin Schmalz da. Do Passado ao future-se: a privatização do ensino superior público no Brasil. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

administrativa reduziria esse sarrafo, apresentando essa tendência em vetor contrário. Ou seja, é a precarização das condições gerais de trabalho que têm nivelado por baixo as condições de trabalho do setor público, fazendo com que servidores evitem até mesmo a conflagração de greves propositivas, por exemplo. Isso pela fragilidade das condições conjunturais para se reivindicar recomposição salarial ante um cenário de reforma previdenciária, reforma trabalhista ou desemprego recorde.

Ainda nesse sentido, Druck (2020) afirma que a lógica da reforma administrativa, assim como foi a da reforma trabalhista, é a de aprofundar a mercantilização geral e, sobretudo, a do trabalho. A autora pontua ainda que a reforma age no intuito de subordinar o Estado ao mercado, “impregnando, portanto, todo o seu funcionamento, a sua estrutura, as suas práticas, a sua gestão da mesma lógica do setor privado (DRUCK, 2020). Por isso, trata-se de uma tentativa notória de privatização do Estado e de mercadorização de direitos sociais, atingindo, em especial, saúde, educação, assistência e previdência. Em síntese, a PEC 32 almeja flagrantemente viabilizar a transferência do fundo público gerado pelos impostos do cidadão brasileiro para a iniciativa privada. Tal transferência, através da privatização e abertura de novos mercados antes ocupados pelo Estado, ilustra o processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2012), processo importante para o desenvolvimento da atual etapa do capitalismo, em especial pós-2008.

Em síntese, embora com diferenças em termos de modalidade e intensidade em cada momento e em cada governo, a ofensiva neoliberal avança no país, no ímpeto de desconstruir quaisquer possibilidades de concretização de um Estado de bem-estar social idealizado pela Carta Maior de 1988 – ainda que distante de ser o ideal para a classe trabalhadora. Inicialmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, somando-se à Emenda Constitucional nº 95 (do “Teto de Gastos”), as políticas públicas e o investimento público são sufocados, limitando o alcance dos direitos sociais disponíveis. Em paralelo, as reformas neoliberais são apresentadas



uma atrás da outra, no intuito de “reduzir custos” e dispor novos campos de acumulação para o mercado.

### **Reconfigurações e Prospecções no mundo do trabalho**

Os seguidos contingenciamentos e cortes orçamentários têm levado os órgãos públicos à redução de custos, que levam à contratação de serviços terceirizados, impulsionando a precarização tanto da atividade laboral quanto dos serviços prestados pelos órgãos, fazendo surgir novas crises. Nesse processo, surgem questionamentos sobre a eficiência dos órgãos públicos, sua legitimidade, sua função, sempre no intuito de oferecer a privatização como solução. Assim, as crises exercem sua força em cascata, num moto-perpétuo que somente cessará ante a resistência interna ou o desmoronamento da instituição.

Diante do panorama de contínuos e reiterados cortes orçamentários, fruto de políticas de austeridade econômica, e com boa parte das chamadas “atividades-meio” já terceirizadas – desvelando um imenso leque de agruras para o bom andamento das atividades institucionais, bem como obstáculos para as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores –, não resta descartada a possibilidade de que as chamadas “atividades-fim” (juntamente com as demais atividades-meio) possam ser apontadas para mais uma rodada de terceirizações (SANTANA; DRUCK, 2015, p. 56).

Como já foi indicado, a adoção da terceirização tem caráter dúplice: não age somente como ferramenta de precarização das relações de trabalho, mas atua também como forma de precarização da própria atividade institucional estatal, abrindo caminho para possível privatização. Com o aprofundamento da crise estrutural do capital, em *continuum* depressivo, surgem, então, novas retóricas empresariais que afirmam serem necessárias adaptações, modernizações e mudanças nas relações de trabalho, ocasionando, não despropositadamente, no recrudescimento da exploração do trabalho. Nesse cenário, termos como Indústria 4.0 e

processos de uberização/plataformização irrompem no discurso empresarial e nas práticas cotidianas.

Abílio denomina as empresas promotoras da uberização como “empresas-aplicativo”, destacando sua atuação no sentido de intensificar tendências inerentes à terceirização: a desresponsabilização trabalhista. No entanto, no caso da uberização, desenvolvem-se formas de transferir os riscos e custos da atividade não para outras empresas a elas subordinadas, como é o caso da terceirização, mas para diversas categorias de trabalhadores, tidos como “autônomos”. Essa “transferência é gerenciada por softwares e plataformas online de propriedade dessas empresas, os quais conectam usuários trabalhadores a usuários consumidores e ditam e administram as regras (incluídos aí custos e ganhos) dessa conexão” (ABÍLIO, 2017).

As “empresas-aplicativo”<sup>7</sup> se afirmam como mediadoras entre consumidores e trabalhadores, fornecendo, via *software*, a infraestrutura para que essa ligação e seu pagamento sejam possíveis. Para isso, a empresa-aplicativo recebe um percentual pago, uma comissão, pela dita “mediação”. No entanto, a atuação da empresa é deveras mais complexa (ABÍLIO, 2017). A *Uber*, empresa que, devido à sua popularidade, deu nome, no Brasil, a essa tendência, evidenciou as dinâmicas do mercado de trabalho, não só transformando o trabalhador em microempreendedor, mas em trabalhador amador produtivo, um “nanoempresário-de-si” (ABÍLIO, 2017). A uberização retira as poucas garantias e direitos trabalhistas, ao negar essa identidade ao trabalhador, porém,

---

<sup>7</sup>Antunes descreve as “empresas-aplicativo” como “[...] corporações que, sob a hegemonia do capital financeiro, apresentam articuladamente pelo menos três elementos essenciais para o seu funcionamento: I) uso intenso de tecnologias de informação e comunicação (TIC); II) disponibilidade de uma imensa força de trabalho sobrando, ávida por “qualquer trabalho”, desde que haja alguma remuneração; III) exigência de que esses novos trabalhadores e trabalhadoras se transfigurem em “prestadores de serviços”, “autônomos”, “empreendedores”, para poder excluí-los completamente da legislação social protetora do trabalho (ANTUNES, 2022).

mantendo a relação de subordinação laboral, ao determinar a forma na qual a atividade será realizada.

Esses supostos empreendedores são, na realidade, parte integrante da superpopulação relativa e, dado os altos índices de desemprego, não lhes resta outra opção que não a submissão ao controle do algoritmo da plataforma. Essa submissão recrudescer o aspecto de fragmentação da classe trabalhadora, no aspecto em que não são reconhecidos nem formalmente, nem legalmente (e, por vezes, nem sequer se reconhecem) como trabalhadores. Essa franja marginal de trabalhadores de aplicativo fica sujeita ao controle sociopolítico de classe, ameaçada pela precarização e pela crescente desemprego.

Temos, assim, uma nova etapa de uma dinâmica inaugurada na década de 1970, a partir da qual o capitalismo tem reiterado as narrativas sobre “adaptações”, “mudanças” e “modernizações” nas relações de trabalho. As novas ferramentas, no entanto, do “toyotismo” à plataformização, têm em comum o aumento da precarização, a legitimação da destruição de direitos trabalhistas e o aprofundamento da assimetria entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, a plataformização, enquanto tendência mais recente e mais conectada às novas tecnologias, tem ganhado cada vez mais força e alcance no mundo do labor, nas mais diversas áreas.

Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores just-in-time” de acordo com sua necessidade. Este parece ser um futuro provável e generalizável para o mundo do trabalho (ABÍLIO, 2017).

O trabalho plataformizado intermediado por meios digitais já, inclusive, avançou para dentro da Administração Pública Federal. Com início em março de 2017, o projeto “Táxi Gov” foi lançado inicialmente em Brasília e, em 2019, começou a ser expandido para

outras capitais do país, com a previsão de estar disponível em todas as capitais até 2022 (BRASIL, 2021).

O modelo é gerenciado pela Central de Compras do Ministério da Economia, com administração descentralizada em Brasília. Para os órgãos e entidades situadas fora do Distrito Federal, a Central administra o sistema e os contratos são feitos diretamente entre os órgãos e entidades e as empresas contratadas (BRASIL, 2021).

A plataforma funciona como um “[...] serviço de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal em deslocamentos a trabalho com o uso de táxis” acionados através de “solução tecnológica”<sup>8</sup> (BRASIL, 2021), com o alegado objetivo de “[...] melhorar a oferta de serviços de transporte administrativo ao servidor, com economia, transparência de gastos públicos e eficiência, através do uso de tecnologia” (BRASIL, 2021).

O Táxi Gov, utilizado por “servidores e colaboradores do Poder Executivo Federal da Administração direta, indireta, autárquica e fundacional que precisam se deslocar em função de atividades de trabalho” (BRASIL, 2021), faz com que gestores públicos deixem de investir na aquisição e manutenção de frota veicular própria e na contratação de motoristas terceirizados, passando a contratar uma empresa que forneça um aplicativo tal qual a “Uber”, que conecta o usuário ao motorista diretamente. Essa contratação reforça uma tendência de precarização. A demanda pelo trabalho executado permanece, porém, não há mais o trabalhador estatutário, nem mesmo o terceirizado, mas sim a contratação de um trabalhador uberizado, sem qualquer direito trabalhista assegurado (condição em que, supostamente, ainda é – ou deveria ser – respeitada na terceirização).

---

<sup>8</sup>“Solução tecnológica” é definida pelo art. 4<sup>a</sup>, VIII, da Instrução Normativa nº 10, de 23 de novembro de 2018 como “ferramenta eletrônica utilizada para operação e gestão do serviço de transporte, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, disponibilizada pelo fornecedor contratado”.

Por ser um projeto ainda de implantação recente, a área ainda carece de pesquisas para sua avaliação e, principalmente, análise de seu impacto sobre os trabalhadores/motoristas. O site eletrônico do Ministério da Economia, no entanto, informa que houve, até a última atualização disponível, a redução de 274 contratos, dentre os quais figuram contratações de motoristas terceirizados (BRASIL, 2021). Destaca-se ainda que, quando na ocasião de contratação de mão de obra terceirizada por parte de órgãos públicos, há a exigência de fiscalização por parte da entidade contratante sobre o pagamento de despesas trabalhistas e previdenciárias. Com a uberização, não há sequer essa observância.

\*\*\*

No contexto atual, após menos de 100 dias do governo eleito em 2022, seria precipitado concluir que a proposta de Reforma Administrativa será retomada nos mesmos moldes da PEC 32. Também seria arriscado afirmar que o Táxi Gov se consolidará como uma espécie de “projeto piloto” para a introdução da uberização no âmbito do serviço público. No entanto, é possível afirmar que essas duas propostas representam tendências de longo prazo, ligadas à própria dinâmica do capitalismo contemporâneo, que, estas sim, permanecerão sendo defendidas por setores econômicos, políticos e midiáticos, colocando permanentemente em xeque os direitos sociais que ainda restam e, assim, intimidando pautas e lutas no sentido da ampliação de novas garantias e benefícios. A permanência dessas tendências não significa, porém, que elas prosperarão no futuro, posto que esse processo pode tomar outro rumo, dependendo da capacidade de organização e resistência das classes trabalhadoras. Nesse ponto, coloca-se o desafio de fazer frente a uma das principais consequências dos processos aqui mencionados: a fragmentação dos coletivos de trabalhadores. Isso só será possível através da construção de agendas políticas e de lutas sociais que consigam superar o corporativismo e unificar servidores públicos, celetistas, terceirizados e todas as frações do chamado “precarizado” em favor da conquista de condições dignas de vida e trabalho e, portanto, em

contraposição ao insaciável impulso capitalista transformar tudo em mercadoria.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Blog da Boitempo. Publicado em 22 de fevereiro de 2017. Acesso em 6 de setembro de 2022. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990**. Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVII, 2014.

ANTUNES, Ricardo. A Precarização do Trabalho Como Regra. In: **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo, Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. Coleção Mundos do Trabalho. 1ª ed. Edição do Kindle. São Paulo, Boitempo Editorial, mai 2022.

ARAÚJO, Angela M. C. O Trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 161-189.

BARBOSA, Alexandre. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 105-159.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **PEC 32/2020**. Proposta de Emenda à Constituição. Câmara dos Deputados. Set. 2020. Disponível em <<https://www.>

camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=262083> Acesso em 30 mai 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **TÁXI GOV**. Dez, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/central-de-compras/taxigov>. Acesso em 30 mai 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: F. H. Cardoso, J. A. Giannotti, H. M. Lacey, F. C. Weffort (coords.), **Estudos 1: teoria e método em sociologia**, CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências, São Paulo, Brasil, pp. 99-130, 1971.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2020

DRUCK, Maria da Graça; FILGUEIRAS, Vitor. **A Epidemia da Terceirização e a Responsabilidade do STF**. Rev. TST, Brasília, vol. 80, no 3, jul/set 2014.

DRUCK, Maria da Graça; ANTUNES, Ricardo. A Epidemia da Terceirização. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2014. p. 13-24.

DRUCK, Maria da Graça; SANTANA, Marco Aurélio. Terceirização e degradação do trabalho nas universidades brasileiras In **Margem a Esquerda – Ensaios Marxistas n. 25**. Ed. Boitempo, São Paulo-SP, 2015, p. 52-58.

DRUCK, Maria da Graça. Análise da reforma administrativa com a professora Graça Druck. In: **Podcast REMIR Trabalho**, de 21/12/2020. *Online*, 2020. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/podcasts/232-a-reforma-administrativa-com-a-professora-graca-druck>>

HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, Vol. 11, No. 1, Mar., 1973, pp. 61-89.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 6ª ed. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, São Paulo, 2012.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KREIN, J. D. **As tendências recentes na relação de emprego no Brasil: 1990-2005**. Campinas: Tese de Doutorado, UNICAMP, 2007.

LIMA, Jacob C.; SOARES, Maria José B. Trabalho flexível e o novo informal. In: Dossiê – Trabalho, Flexibilidade e Precarização (coord. DRUCK, G.) Salvador: **Caderno CRH**, n. 37, jul-dez 2002.

LUCAS, Marcilio Rodrigues. Prefácio. In: RUSSO, João Gustavo Jara. **Invisibilidade: um estudo de caso sobre a terceirização na universidade pública**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021, p. 9-17.

MARCELINO, Paula Regina Pereira; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, 331-346, Maio/Ago. 2012.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latino-americana de Sociología**. Buenos Aires, 1969, v. 5, n. 2.

OIT. **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Ginebra: OIT, 1972.

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 191-227.

QUIJANO, Anibal. **"Polo marginal" y "mano de obra marginal"**. Buenos Aires: CLACSO, 2014 [1970].

PÉREZ-SÁINZ, Juan Pablo. **Informalidad urbana en América Latina: enfoques, problemáticas e interrogantes**. Guatemala: FLACSO - Sede Guatemala, 1991.

PÉREZ-SÁINZ, Juan Pablo. Globalización y neoinformalidad en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº135 Enero-febrero, 1995.



PREALC. **Sector informal: funcionamiento y politicas.** SANTIAGO: PREALC, 1978.

RUSSO, João Gustavo Jara. **Processo de terceirização na Universidade Federal da Grande Dourados – Unidade II: um estudo de caso.** *Dissertação (Mestrado em Sociologia)* – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2019.

RUSSO, João Gustavo Jara; LUCAS, Marcilio Rodrigues. A corrosão da “comunidade universitária”: precarização e invisibilidade no trabalho terceirizado na universidade pública. In: Grazielle Acçolini; Márcio Mucedula Aguiar; Davide Giacobbo Scavo. (Org.). **Ciências Sociais em ação: práticas de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação/UFGD.** Curitiba: Appris, 2021, p. 293- 325.

SILVA, Luis Antonio Machado da. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. In: LOPES, José et al. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, Luis Antonio Machado da. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, M.; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Além da fábrica.** São Paulo: Boitempo, 2003, p. 140-178.

SOUZA, Paulo R.; TOKMAN, Victor. 1976. El Sector Informal Urbano en América Latina. **Revista Internacional Del Trabajo**, 94 (3), p. 385-397.

SOUZA, Vinícius Farias de. **Crise e precarização: a situação das(os) terceirizadas(os) da UFGD em tempos de arrocho neoliberal.** *Dissertação (Mestrado em Sociologia)* – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2022.

VALENCIA, Adrián S. **A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho.** Uberlândia: Edufu, 2009.

# 13.

## Os assentamentos rurais promovendo mudanças no município de Nioaque-MS<sup>1</sup>

Jaqueline Pardino Braz<sup>2</sup>

Alzira Salete Menegat<sup>3</sup>

### Introdução

Neste capítulo, analisamos as mudanças efetivadas com a instalação de assentamentos de reforma agrária no município de Nioaque, iniciadas em 1984, que levaram para aquele município 1.375 famílias assentadas em pequenos lotes de agricultura familiar. Eles passaram a produzir, comercializar e adquirir alimentos, produtos e serviços no contexto urbano, estabelecendo relações diversas no novo lugar.

No município de Nioaque, foram instalados oito assentamentos entre os anos de 1984 a 2007, sendo eles: P.A (Projeto Assentamento) Padroeira do Brasil, P.A Nioaque, P.A Colônia Nova, P.A Andalucia, P.A Palmeira, P.A Boa Esperança, P.A

---

<sup>1</sup> As reflexões desse artigo compõe a dissertação de mestrado (sendo aqui reorganizadas), intitulada “Transformações urbanas e rurais no município de Nioaque/MS com a criação dos assentamentos de reforma agrária”, defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia/PPGS, na Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, 2022.

<sup>2</sup> Mestra em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Professora na rede municipal de ensino Maracaju-MS. ORCID: 0000-0003-4232-3214 Email: jaqueline.braz051@academico.ufgd.edu.br

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia, professora na graduação de Ciências Sociais e na Pós-Graduação de Sociologia, da UFGD. ORCID: 0000-0001-8777-7637 Email: alziramenegat@ufgd.edu.br

Uirapuru e P.A Areias. Estes ocupam a área de 33.635,1082 hectares, formando 1.375 lotes, atendendo o mesmo número de titulares (FREITAS, 2020).

Nioaque está localizado a sudoeste de Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste do Brasil, com área de abrangência que soma 3.909,440 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010) e com população de 14.391 pessoas, sendo que destas 7.334 vivem na área rural e 7.057 urbana do município (IBGE, 2010). O equilíbrio populacional entre moradores da cidade e aqueles do campo coloca em evidência uma realidade nem sempre presente no conjunto dos municípios de Mato Grosso do Sul e mesmo no contexto brasileiro. Nesse sentido, os assentamentos rurais criados naquele município contribuíram para que lá ocorresse equilíbrio populacional entre campo e cidade, visto que os assentados, ao chegarem a Nioaque, passaram a ocupar os lotes rurais.

Além dos assentados da reforma agrária, outros grupos sociais compõem o espaço rural do município, dentre eles: comunidades quilombolas, comunidades indígenas, pessoas de fazendas de criação de gado, de produção de grãos e de cana-de-açúcar. No bojo desses grupos, nota-se que a concentração populacional rural dos assentamentos, por si só, já se apresenta como uma das grandes mudanças projetada pela reforma agrária no município, a qual se desdobra no ambiente urbano.

No caso da cidade de Nioaque, a atividade urbana está voltada ao comércio e prestação de serviços, especialmente aqueles direcionados à agropecuária, apresentando forte potencial, pelo fato da economia se direcionar para a pecuária de corte nas fazendas, com rebanho estimado em 394.448 cabeças (IBGE, 2020), bem como nos assentamentos, onde ocorre a produção de alimentos de subsistência nos lotes dos 8 assentamentos. Essa atividade também acontece nas comunidades indígenas da etnia Terena e Atikum e nas terras quilombolas Araújo, Cardoso, Bulhões e Romano Martins.

Esses aspectos podem ser empiricamente observados em diversos momentos, desde o movimento de pessoas nas estradas

que ligam os assentamentos ao núcleo urbano, quando buscam atendimento nos postos de saúde, até o aumento no número de crianças nas escolas, culminando na construção de novas escolas. Associado a isso, observa-se mudança no movimento de pessoas negociando (comprando ou vendendo) nas casas comerciais da cidade, nos bancos e nas feiras. Identificamos também aumento de residências no contexto urbano, podendo ser motivado pelo deslocar de assentados e/ou filhos de assentados, que pelo fato dos titulares de lotes envelhecerem e/ou dos filhos constituírem novas famílias saindo dos assentamentos, passaram a compor também a população urbana. Esses aspectos têm movimentado o urbano de Nioaque a se caracterizar pelo rural e em várias dimensões.

Nesse sentido, consideramos que a criação dos assentados no contexto do município de Nioaque, criando espaços de pequena produção, em um lugar onde havia o predomínio da grande produção, com ênfase na criação de gado de corte, atividade que requer pouca mão de obra, criou meios para a diversificação da produção econômica do local, para além da pecuária, incrementando a população do município. Esse movimento também intensificou a sociabilidade entre o campo e a cidade, visto que os assentados passaram a produzir e comercializar alimentos no âmbito do município, bem como adquirir itens ofertados no comércio urbano. Por meio dessa relação de compra e venda e da busca por serviços públicos, estreitaram-se as relações entre campo e cidade, construindo sociabilidades, encurtando as distâncias que separam ambos os espaços.

Todavia, os marcadores das diferenças entre urbano e rural são complexos, em que os limites não podem ser definidos facilmente. Visto que a cidade de Nioaque tem algo peculiar, mesclando características do rural em sua estrutura organizativa e nas relações entre as pessoas, coexistindo relações do urbano com o rural. Com esse fio condutor, procurou-se analisar se essa aproximação produziu ou não uma espécie de *continuum* entre cidade e campo, havendo predomínio de um espaço sobre o outro, neutralizando diferenças, ou se lá mantiveram-se as

particularidades que compõem o que é a vida no campo e o que é o viver na cidade.

Para a organização de nossas reflexões, dividimos o texto em três partes: na primeira, trazemos uma discussão sobre a relação campo e cidade, no *continuum* que criam e recriam. Na segunda parte, analisamos as mudanças e permanências sobre o urbano e, na terceira parte, as mudanças e permanências nos assentamentos rurais. Enfim, não é de nosso interesse delimitar em que ponto começa e termina o campo e/ou a cidade em Nioaque e nem mesmo validar se um espaço se sobrepõe ao outro. Buscamos compreender a relação existente entre ambos e as mudanças que os assentamentos vêm promovendo no município e vice-versa.

### **A relação campo-cidade em Nioaque**

Nioaque se constitui em um pequeno município em termos populacionais e com estrutura econômica baseada na produção agrícola, com destaque para a pecuária extensiva, com atividades industriais de menor porte, o que gerou naquele lugar um espaço em que o campo possui a primazia e não o contrário. Nesse conjunto, o urbano parece assumir características do rural, elementos que auxiliam na manutenção das especificidades de cada espaço, mesmo que em ambos são encontrados aspectos de imbricação de lugares.

Para compreender essas relações entre campo e cidade, duas categorias sociológicas foram fundamentais em nosso estudo: a categoria de *continuum* entre campo e cidade e a categoria de sociabilidades. O *continuum*, como apontam Kieling e Silveira, suplantou a dicotomia entre campo e cidade:

Atualmente, não podemos mais conceber o urbano e o rural como duas dimensões distintas, como se houvesse uma espécie de “cerca invisível” que separasse dois mundos ou duas realidades. Existem diferenças, evidentemente, e estas precisam ser compreendidas

como particularidades que irão definir as especificidades do território e sua territorialidade. (KIELING; SILVEIRA, 2015, p. 135).

Vale destacar a existência de duas correntes que analisam a relação campo-cidade. A primeira “[...] se pauta no dualismo, em que o campo é visto de forma pejorativa, como sinônimo de atraso [...]” (KIELING; SILVEIRA, 2015, p.139), a qual traz a ideia de que, com o passar do tempo, o campo se tornaria urbanizado, tornando-se inexistente. Já a segunda corrente, que nos interessa como um dos conceitos centrais nesse trabalho, defende a ideia de *continuum* integrando ambos os espaços, sem negar suas especificidades. Wanderley (2001) define a segunda vertente:

A segunda vertente, ao contrário da primeira, considera o continuum rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta segunda perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações. (2001, p.33).

A teoria do *continuum*, na integração e aproximação de campo e cidade, pode ser percebida no município de Nioaque, que resulta da influência do rural, principalmente dos assentamentos, sobre a cidade. A sociabilidade é outra categoria fundamental de nosso trabalho, do viver em sociedade, se relacionando com outros atores sociais. Araújo apresenta a sociabilidade com o seguinte sentido:

A ideia de sociabilidade quer compreender a relação estabelecida entre os atores pela própria relação, isto é, uma dimensão da relação que existe não para realizar outro objetivo, um interesse, uma tarefa, mas pela relação que não quer outra coisa senão constituir-se como relação – nela, o discurso torna-se seu próprio fim. (ARAÚJO, 2015, p.7).

Nessa perspectiva, a sociabilidade acontece sem a busca de outro objetivo, a não ser a própria relação entre ambos. A sociabilidade, mais que relações formais, figura como “cadinhos” de cada um, e que fazem a vida social possível. Se verificarmos ao nosso redor, nota-se que a interação, a relação com o outro, não acontece somente convencionalmente, em busca de um proveito. A sociabilidade nos faz sentir e viver como indivíduos participantes de uma sociedade e com existência guiada pela força social, que transforma relações, fortalece vínculos, podendo também fomentar processos econômicos, culturais e de pertencimentos.

Dessa forma, para compreender as mudanças em Nioaque, procuramos mostrar neste capítulo os relatos de pessoas assentadas e daquelas que vivem na cidade de Nioaque, com base em entrevistas<sup>4</sup> que lá realizamos. Registramos também fotografias da cidade de Nioaque, fazendo uma espécie de etnografia do lugar, combinando fotografias dos tempos atuais, retratando os

---

<sup>4</sup> Foram entrevistadas 06 pessoas do meio urbano, sendo: 01 representante de mercado, 01 de casas de sementes e insumos agrícolas, 01 do sacolão e 01 de loja de relojoaria. Foram entrevistados, ainda, 02 gestores do município, sendo o secretário de educação e o secretário de saúde, intentando compreender o atendimento que a prefeitura oferece, seja para o acesso ao atendimento a saúde e a educação. Nos assentamentos foram entrevistados 04 professores/as, para saber como organizam o ensino nesses lugares, 02 assentados de cada um dos 8 assentamentos, num total de 16, para compreender como estruturam a vida nos lugares e a sociabilidade que estabelecem com o meio urbano. Quanto às pessoas entrevistadas, na elaboração da escrita do texto, optou-se em utilizar nomes fictícios, a fim de não revelar a identidade dos sujeitos. Cabe destacar que a linguagem dos relatos das pessoas que entrevistamos, foi por nós revisada, corrigindo expressões que são típicas das conversas informais, momentos em que costumeiramente o diálogo é espontâneo, desprovido de atenção em relação ao português padrão e isso propicia a abreviatura das palavras, bem como o emprego de expressões da região. Dessa forma, ao corrigir expressões em conformidade com a norma culta da língua portuguesa, mantivemos o cuidado em não mudar as frases verbalizadas pelas pessoas, apenas corrigindo palavras, seguimos pelo que recomenda os estudos de Dulce Whitaker (2002), quando diz que ao conferir a escrita das palavras externadas pelas pessoas simples, realiza-se um ato de respeito para com elas.

estabelecimentos comerciais, comparando-as com imagens do final da década de 1980, quando foram instalados os assentamentos.

As fotografias empregadas como documento que subsidiou o entendimento dos dados coletados no campo, ampliando a compreensão sobre o período que analisamos. Para isso, as considerações de Humberto (2000) foram metodologicamente fundamentais, visto que o autor concebe fotografias para além de meros registros, capturadas em eventos, de um tempo histórico e de relações sociais. Por isso, a importância das imagens, visto que, de acordo com Sônego (2010, p. 113), “[...] durante muito tempo o documento escrito foi privilegiado como fonte de reconstrução do passado, em detrimento de outros tipos de fontes”.

Durante a pesquisa, identificamos imagens que nos interessavam acerca das transformações urbanas e rurais e de como organizavam a atividade econômica e a dinâmica comercial urbana, ampliando a compreensão da história do lugar da pesquisa. Reunidas com os demais dados coletados, construímos um texto que transmitisse ao leitor maior proximidade com o local pesquisado.

## **O espaço urbano de Nioaque**

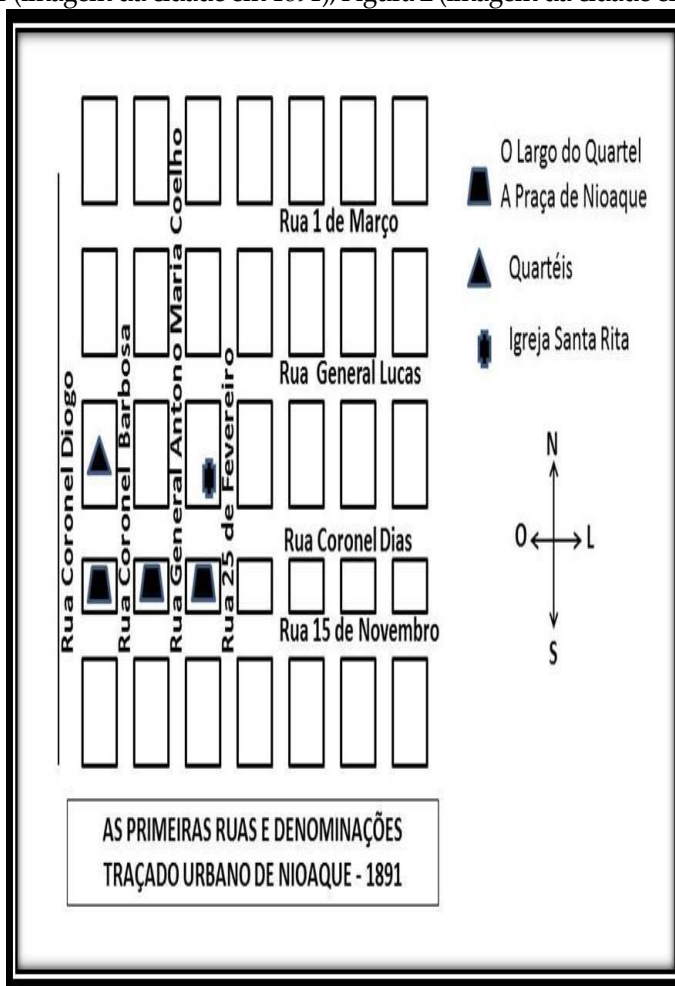
Nioaque é uma cidade antiga, datando sua fundação de séculos passados, formando um lugar pacato, com dinâmica que se aproxima das relações rurais do que propriamente urbanas. Exemplo disso está no espaço ocupado com a dimensão do urbano, com pouca incorporação de novas áreas, como podemos observar nas três imagens que seguem: na primeira, temos o mapa da cidade retratando finais do século XIX; na segunda, o perímetro urbano no ano de 1984; e na terceira, a área de abrangência da cidade nos dias atuais, após 32 anos do registro da segunda foto.

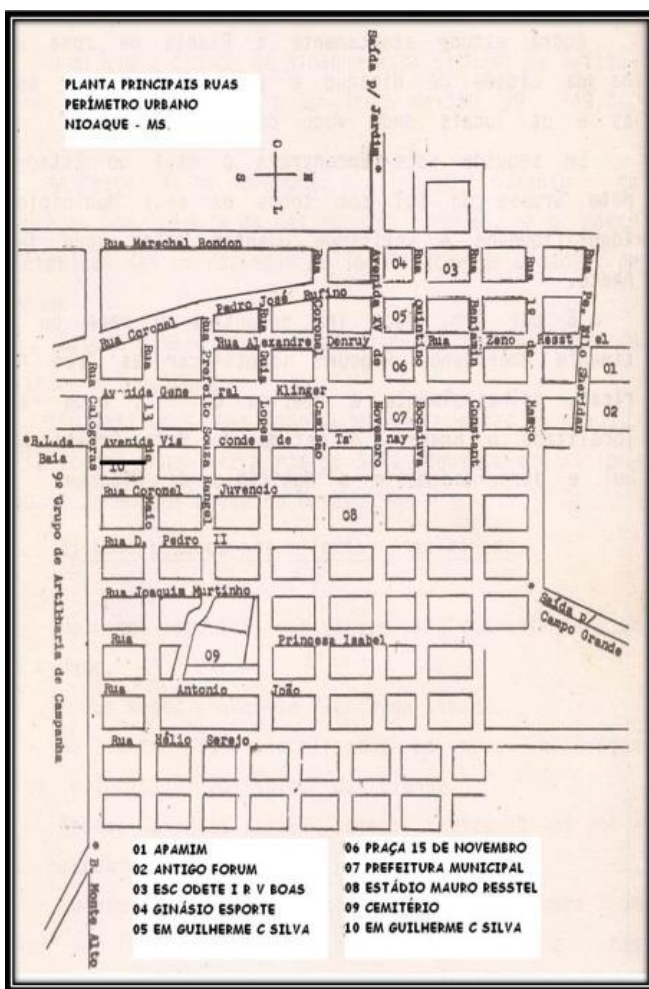
Analisando as imagens das figuras 1, 2, 3, é possível perceber o tímido aumento do espaço territorial da cidade de Nioaque, durante o período entre os anos de 1891 para 1984, o que representa mais de 100 anos de criação da cidade, com pouca área sendo incorporada no conjunto do total urbano. O mesmo acontece



quando se considera os dados da imagem de 2016, somando mais de 30 anos ao período anterior. Conforme as imagens, contabilizando a quantidade de ruas existentes no ano de 1891, as quais somavam 8, passando para 26 ruas no ano de 2016, um acréscimo de 18 novas ruas ao espaço considerado urbano. Se comparadas com a dinâmica de parte das cidades de Mato Grosso do Sul (e brasileiras), o ritmo de crescimento em Nioaque foi lento. Vejamos as figuras:

Figura 1 (imagem da cidade em 1891); Figura 2 (imagem da cidade em 1984)

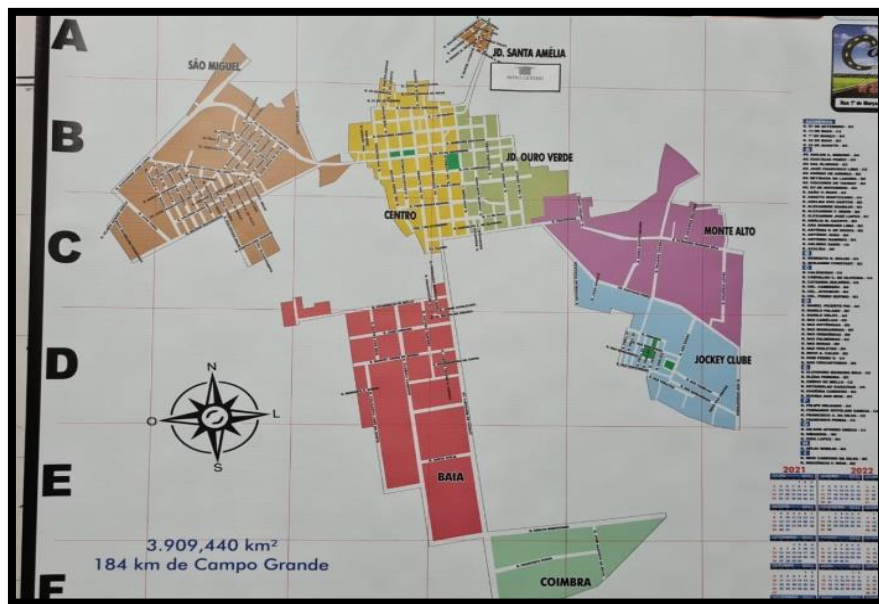




Fonte: Disponível em <http://nioaquehistorias.blogspot.com/2016/05/topico-43-nioaque-historia-nas-ruas-da.html?m=1>. Acesso em 11 de junho de 2021.



Figura 4: Bairros em Nioaque



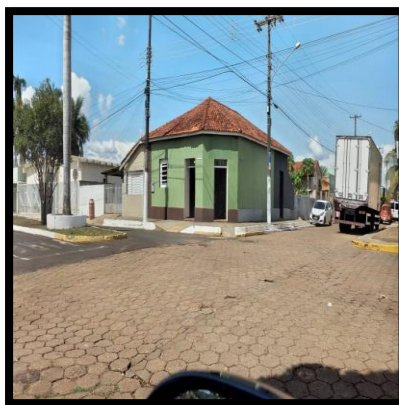
Fonte: Registro cedido por um morador da cidade. Pesquisa de Campo, 2021.

Acredita-se que a constância na dimensão urbana se deva à economia de Nioaque, com forte tendência no campo e não à industrialização, o que resulta na ausência de oportunidade de empregos no meio urbano. Além disso, Nioaque é um município que depende dos serviços e atendimentos diversos advindos de outros municípios de seu entorno, como Aquidauana e Campo Grande, especialmente para o acesso de sua população ao ensino universitário e atendimento hospitalar.

No entanto, se a dimensão territorial manteve-se através dos tempos quase a mesma área, houve modernização na infraestrutura e na estética das ruas e das avenidas, especialmente na área central da cidade, com mudanças de edificações antigas, como na primeira imagem, do prédio utilizado como Posto Telégrafo, entre o final do século XIX e início do século XX, redimensionado e transformado em *Lan House*.

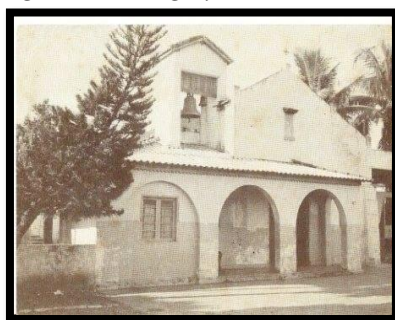
A modernização das edificações é percebida também na antiga Igreja, edificação que abriga a Igreja Santa Rita de Cássia, localizada na área urbana, na praça central da cidade. Vejamos algumas imagens que retratam diferentes tempos.

Figuras 5 e 6: Mudanças no Prédio da Avenida General Klinger.



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/nioaqueonline>. Acesso em 09 de junho de 2021 e Pesquisa de Campo, 2022.

Figuras 7 e 8: Igreja Católica em Nioaque.



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/nioaqueonline> . Acesso em 09 de junho de 2021.

Nioaque ainda é uma cidade com ritmo e características rurais. Percorrendo os bairros, é possível observar aspectos que são classificados como do campo, compondo o cenário urbano, como,

por exemplo, terrenos vazios ocupados como chácaras e nelas a presença de gado leiteiro, havendo inclusive mangueira para a ordenha do leite. Além disso, é comum encontrar animais como vacas e cavalos pelas ruas, bem como pequenos cultivos de mandioca e milho naqueles terrenos onde ainda não foram construídas residências. Associado a isso, a ruralidade se faz presente também nas conversas entre os cidadãos, especialmente aquelas envoltas na atenção que destinam ao clima, se está faltando chuva ou fazendo calor, numa preocupação de quem vivencia ou já esteve desenvolvendo atividades com o cultivo agrícola. Estas dependem do controle do tempo para que as plantas desenvolvam e rendam frutos com a produção de alimentos. As conversas sobre remédios oriundos da natureza, no tratamento de inúmeras patologias, também são compartilhadas pelas pessoas, relação facilitada pela sociabilidade que em Nioaque a população mantém, especialmente pelo fato de ser uma cidade de pequeno porte, em que quase todos do meio urbano se conhecem e também conhecem pessoas do campo e/ou possuem parentes oriundos dele.

Um fato que chama atenção nos supermercados é a venda a crédito, transação que combina formas de pagamento, figurando entre elas a caderneta, sistema antigo usado para registrar valores das compras, uma espécie de ficha onde é anotado o dia e o valor da compra. Por meio das cadernetas, os assentados e população em geral compram os alimentos em um mês e pagam no mês seguinte, conforme na figura abaixo, capturada no comércio local:

Figura 9: Fichas das compras a prazo no sacolão



Fonte: Registro na pesquisa de campo. Fotografado em 12 de julho de 2021.

Como exposto na figura, os clientes adquirem o produto e o dono do sacolão pega a ficha que está com o nome de cada cliente, registrando os produtos que foram adquiridos pelo cliente e o total dos valores a serem pagos. Segundo o senhor Marcos, proprietário do sacolão, esse modelo de recebimento está desaparecendo, visto que as pessoas estão se modernizando, acessando tecnologias impostas a elas, dentre elas o pagamento com uso de cartão bancário. No entanto, na loja de sua propriedade, ele combina procedimentos antigos com os novos, como pode ser visto pelas fichas onde são registradas as compras da clientela, em sua maioria pessoas de confiança e antigas relações comerciais, nutridas até os dias atuais. A caderneta é o registro da confiabilidade, de que a pessoa que leva o produto voltará para efetuar o pagamento. A confiança também está no cliente para com o dono do estabelecimento comercial, que assegura não haver adulteração entre o comprado e o registrado. Esses aspectos denotam relações de pequenas cidades, onde a modernização parece chegar

lentamente, mantendo antigas relações com base no conhecimento e na confiança, como elos entre as pessoas, viabilizando relações de trocas, efetuadas por indicações e sociabilidades de longa data.

Outro aspecto de pequena cidade está na carência de hospitais, e assim, em casos urgentes, os pacientes são transferidos para polos de atendimento acessíveis na micro e macrorregião, como nos municípios de Aquidauana e Campo Grande. Conforme declarações do Secretário de Saúde, está prevista a instalação de um Hospital de Pequeno Porte que trará benefícios para a comunidade de Nioaque. Já no setor educacional, Nioaque conta com uma biblioteca do SESI (Serviço Social da Indústria) localizada na praça central da cidade. No que tange às escolas municipais, são oito delas, sendo dois Centros de Educação Infantil e uma escola na zona urbana. Já na área rural, são três escolas situadas nos assentamentos, duas escolas nas aldeias, atendendo um total de 2.300 alunos. São aproximadamente 1.140 alunos das unidades escolares urbanas.

Nioaque ainda conta com 4 escolas estaduais, sendo elas: a Escola Estadual Odete Inês Restell Villa Boas, situada na área urbana; Escola Estadual Padroeira do Brasil, no assentamento Padroeira do Brasil; Escola Estadual de Ensino Médio Indígena Angelina Vicente, na aldeia Brejão e a Escola Estadual Uirapuru, no Assentamento Uirapuru.

### **Mudanças e permanências na cidade de Nioaque**

Nioaque por ser uma pequena cidade interiorana, histórica e com forte potencial no setor pecuário apresenta mudanças graduais, geradas pelos impactos da instalação dos assentamentos. Estes remetem a processos de transformação tanto na cidade, como no campo, o que leva a concordar com situações apontadas por estudos de outros lugares, nas mudanças promovidas com a chegada dos assentamentos. Como exemplo, o mercado da dona Ivonete, o mais antigo da cidade, que hoje é o atual Mercado Galvão. Havia o Hospital APAMIM, que atualmente se encontra



desativado e o posto de gasolina da cidade, de propriedade do senhor Anjo. O mercado Galvão é conhecido por todos que moram na área urbana e rural, sendo um dos primeiros da cidade. Na época, década de 1980 era apenas uma pequena mercearia, reorganizada para atender a demanda de clientes em busca de alimentos, muitos deles dos assentamentos rurais. Atualmente, os pequenos mercadinhos foram redimensionados e suas edificações ampliadas para comportar a demanda de novos clientes. Com isso, houve a necessidade de incorporação de novos funcionários, especialmente quando comparado ao ano de 1984. Os antigos proprietários ainda permanecem no negócio, porém ampliaram o espaço do prédio, situação notada pelo senhor Daniel, morador do assentamento Padroeira do Brasil:

[...] era comparado ao tamanho de uma caixa de fósforo, que nem o Dedinha acabou de falar. Lá não era mercado, era quase que boteco, entendeu? Era mercearia. Aquele Dilon mesmo, tinha uma mercearia lá embaixo, lá perto do quartel. Eu mesmo comprei lá, quando nós entramos aqui. (Daniel, 74 anos, assentado no Padroeira do Brasil. Entrevista gravada em julho de 2021).

É possível perceber a estrutura modificada com o comércio de produtos da agropecuária, que atende os assentamentos com sais minerais, medicamentos em geral. Lojas que não existiam na década de 1980, mas que hoje fomentam a economia da cidade. Na década de 1980, o município era habitado e dependia, em sua maioria, das pessoas que integravam o exército, assemelhando-se a uma pequena vila, com poucas ruas asfaltadas, sendo as principais calçadas com paralelepípedos. A partir de 1984, momento da chegada dos assentamentos, houve um crescente desenvolvimento de Nioaque:

[...] eles sempre falavam “olha, esses assentamentos que surgiu para aqui, para nós, foi uma beleza”, porque tudo, todo gasto que nos tinha que fazer, era em Nioaque, né? Comprava num mercado, comprava no outro, mas cada um tinha sua freguesia, né? Então,

como se diz mudou muito. Eles mesmos (comerciantes), toda vida falavam ‘a turma da Padroeira, a turma da Conceição’. Tudo foi que ajudou muito em Nioaque. Nioaque era bem pequenininho, não tinha asfalto, não tinha nada também. Então foi tudo crescendo. Hoje está tudo asfaltado. (Senhor Daniel, 74 anos, assentado no Padroeira do Brasil. Entrevista gravada em julho de 2021).

Os comerciantes corroboram com os assentados, entendendo que a transformação que as famílias assentadas ocasionaram na época da chegada do primeiro assentamento criado no município, que foi o Padroeira do Brasil, quando lá chegaram aproximadamente 226 famílias, as quais passaram a comprar os itens necessários para sua mesa. Além de comprar os produtos, compreendem que nos primeiros anos da instalação dos outros assentamentos, as famílias passaram a produzir em larga escala a agricultura e parte dos alimentos era comercializada na cidade. Dessa forma, as mudanças beneficiam o município, fortalecendo-o em vários aspectos: geração de emprego, a atividade econômica e infraestruturas. O comerciante aborda essa dinâmica da implantação dos assentamentos e da política pública oferecida no período de instalação destes, que fortaleciam a dinâmica do comércio local.

Os assentamentos na época do PROCERA (fomento agrícola), aquele financiamento do governo, naquela época, estava muito aquecido os assentamentos, né? Então cheguemos numa época assim, o pessoal estava formando as pastagens, tinha muito vendas de pastagens. E a zona rural estava muito fortalecida, tinha muita gente. (Fernando, 53 anos, comerciante em Nioaque. Entrevista gravada em julho de 2021).

Aliado a isso, novos serviços foram sendo criados pelo poder municipal, visto que, naquele momento, a população não tinha acesso à rede telefônica e a energia era produzida por um motor, como nos fala o senhor Ivan:

Ah, mudou bastante. A cidade criou uma estrutura que não tinha antes. A praça foi bem ampliada. Teve uma urbanização da praça que ficou bem melhor do que era antes, com várias construções, vários prédios, lojas, tanto residencial quanto comercial. Se comparado ao que tinha antes, geralmente bem simples e só o necessário. Hoje já tem lojas grandes, mercados grandes, e construções com dois pisos né? E também casas bonitas. (...) Se vê nós não tínhamos televisão, energia tinha, quando cheguei já tinha energia. Pouco antes era apenas um motor, mas já tinha energia e televisão. (...) Hoje a internet mudou tudo, mudou muito. Para você ter uma ideia, para você conseguir um telefone naquela época, você tinha de comprar um telefone. Era caríssimo um telefone fixo, quase ninguém tinha, ou seja, antes do telefone, quando começou o pessoal que precisava não teve saída, comprou e pagou o preço que precisava. Antes disso, era um posto de telefone. (...) Lá tinha uma fila enorme, gigantesca. (Ivan, 63 anos, comerciante em Nioaque. Entrevista gravada em julho de 2021).

A fala do comerciante Ivan apresenta as muitas mudanças que se processaram em Nioaque nas últimas décadas, a começar pelas filas enormes que se formavam no único posto telegráfico que havia na cidade, quando pessoas buscavam o serviço de comunicação. Nos dias atuais, a maioria da população tem seu próprio aparelho telefônico, conectado à internet, rede disponível na maioria das residências urbanas e dos lotes nos assentamentos. Nioaque tem os dados de registro de aumento populacional como um dos elementos que propiciou mudanças no contexto do município.

Vale destacar que a partir de 1984 começaram a ser implantados os assentamentos em Nioaque, entre eles o Padroeira do Brasil, Andalucia e Colônia Conceição. Neles, foram abrigadas 677 famílias, o que nos mostra que naquele período moravam mais pessoas no campo do que na cidade. Em 1996, esse número saltou para 14.187, da população geral, sendo que naquele período foram criados os assentamentos Uirapuru, Boa Esperança, Palmeiras e Colônia Nova, trazendo para o município mais 617 famílias. Com isso, o total da população do campo passou para 8.249 e 5.938 na

cidade. Da mesma forma, no ano 2000, quando os dados chegam a 9.005 da população que habitavam o campo e 6.081 na área urbana.

Nioaque ocupa o 4º lugar no ranking de Municípios por População Assentada – MS, conforme dados de 2010, tendo o número total de habitantes 14.391, destes são dos assentamentos 5.884, ou seja, 40 % da população residente nos assentamentos, fora as chácaras, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e fazendas que constituem o rural nioaquense. No entanto, a partir do censo de 2010, percebe-se uma diminuição na população rural, ainda que se mantenha maior que a urbana.

### **Mudanças e permanências nos assentamentos de Nioaque**

As transformações ocorreram também na dinâmica de produção do campo, como nos fala o senhor Daniel, com a transição do predomínio da agricultura em grande escala, para a formação de pequenos lotes de assentamento envoltos a pequena produção. Nesses pequenos lotes, também ocorreram mudanças ao longo do período de instalação:

Menina, aqui produzia de tudo, nos plantava: feijão, plantava algodão, plantava milho para o gasto. Nos tirava o algodão, preparava terra, plantava feijão. Então, quer dizer é que colhia 120, 130 até 150 arrobas por hectare de algodão. Foi considerado o assentamento que mais produzia, o assentamento Padroeira. O Dedinho tinha um comprador dele, que comprava algodão e comprava feijão aqui dentro. Saia era de carretas e carretas aqui, nos primeiros anos. Feijão dava 25, uns 25 sacos por hectare, bem plantado. Então, foi um assentamento que produzia de tudo que plantava e hoje não planta algodão, não plantão feijão. (Senhor Daniel, 74 anos, assentado no Padroeira do Brasil. Entrevista gravada em julho de 2021).

Os assentados que formaram os assentamentos em Nioaque migraram de várias regiões do estado e do Brasil, como na fala de Dona Lene. “De São Paulo, depois viemos para Deodópolis, de

Deodápolis viemos para Morraria, da Morraria viemos para cá” (Dona Lene, 65 anos, assentada na Colônia Conceição. Entrevista gravada em julho de 2021). Em busca de constituir uma vida sólida, almejando uma terra que fosse deles, já que a trajetória foi marcada pelo morar de favor em terras de conhecidos. Porém, o sonho da terra própria veio acompanhada por inúmeras dificuldades, em uma terra que havia apenas “mato”, sem estradas, sem energia e sem água, tempos considerados difíceis. Nota-se na entrevista abaixo:

Chegamos e montamos o barraco, entramos para dentro. Não tinha casa, nem escola, nem estrada, daqui no asfalto as pessoas andavam a pé. O Incra, o governo que fez a estrada, mandou fazer estrada, a Agesul que fez. Demorou uns 10 anos para construir uma casa, com dinheiro do banco, do Incra, financiado. (Paulo, 83 anos, assentado no assentamento Colônia Conceição. Entrevista gravada em julho de 2021).

Foi nessa terra que começaram a tecer sua vida, trabalhando duramente para então chegar à situação atual, numa estrutura que abriga lugar do trabalho e lugar de moradia – lote e casa. No lugar da floresta, da antiga fazenda, construíram casas, cultivaram os pequenos lotes, edificaram escolas em cada um dos 8 assentamentos, compuseram sociabilidades com a vizinhança do campo e da cidade. São vários impactos e mudanças projetados nos assentamentos. Transformações enfatizadas no relato da Dona Lene:

Mudou muita coisa, hein? Tudo estrada, casa, carro, médico, escola, internet, vixi, mudou tudo. Que não tem carro, tem moto, e aquele tempo era tudo nos pezinhos. Lavava roupa no rio mesmo, quando nos morava no Taquarussu. Então graças a Deus, cada um tem uma casinha para morar. Todo mundo tem seu carrinho para andar, tem um posto de saúde aí na sede, tem escola, né? Porque lá a gente morava no que era dos outros também, e aí viemos para cá, para aventurar. (Dona Lene, 65 anos, assentada na Colônia Conceição. Entrevista gravada em julho de 2021).

Antes da criação dos assentamentos, as famílias não tinham seu pedaço de terra, agora têm sua parcela para plantar e a casa onde podem viver. Na chegada a Nioaque, precisaram morar em barracos de lonas, enfrentando as agruras dos acampamentos onde tudo era improvisado, percorrendo longas distâncias até o rio para trazer água para consumo, ou esperando o INCRA abastecer as caixas d'água com o caminhão-pipa.

Nota-se que as famílias logo em sua chegada eram numerosas, com no mínimo 5 filhos, que por relatos de alguns entrevistados, as roupas para eles eram confeccionadas pela mãe, a qual comprava uma peça de tecido e costurava roupas para toda família. Era uma época em que tudo era escasso e não havia condição de ir em lojas escolher o que vestir. Atualmente, as famílias gozam de uma vida tranquila, possuem casas de alvenaria e/ou madeira, com assentados que conseguiram adquirir veículo próprio, facilitando os deslocamentos.

Logo nos primeiros anos dos assentamentos, produziam de tudo um pouco. Desse modo, a extensão territorial do lote era ocupada pela agricultura, no qual a mão de obra era familiar, envolvendo todos os membros da família com os trabalhos na roça. Assim, os trabalhos começavam ao nascer do sol e cessavam ao pôr do sol. Atualmente, o cultivo de produtos agrícola foi reduzido e está em pequena escala, apenas para a subsistência, sendo poucas as famílias que produzem para comercialização. Isso leva a pensar que a atividade econômica alterou para a pecuária. Entre os vários motivos da mudança estão: a falta de assistência técnica, a velhice de parte da população, a saída da juventude dos assentamentos e a falta de recursos para investir em tecnologias avançadas. Mesmo o assentamento tendo como principal atividade produtiva a criação de gado de corte, os assentados seguem resistindo e produzindo alimentos de subsistência, como se pode ver nas fotografias que seguem.

Figura 10 e 11: Criação de gado em um lote no assentamento Padroeira do Brasil e Horta no assentamento Andalucia.



Fonte: Registros de campo realizados em 16 de julho de 2021.

As mudanças que ocorreram nos assentamentos são percebidas também pelas pessoas do meio urbano, conforme o relato do senhor Ivan, que chegou a Nioaque em 1984, ano que se instalava o primeiro assentamento:

[...] olha uns assentamentos trouxeram para Nioaque um progresso, que demoraria mais a acontecer se não tivessem os assentamentos. Eu não sei exatamente a estatística como que é, mas eu creio que 60 ou quase 60% da nossa população vive na área rural. Se não fosse os assentamentos, Nioaque ainda não teria esse porte que tem, porque pela quantidade de gente, se fosse um assentamento com 20, 30 famílias, talvez não desse essa diferença. Então, isso incentivou bastante a cidade, mantém a cidade, não só comigo, com qualquer loja. Aqui se não houvesse os clientes dos assentamentos, eu precisaria ter só metade dos funcionários que tenho. O assentamento foi o grande impulsor do progresso de Nioaque até o momento. (Ivan, 63 anos, comerciante em Nioaque. Entrevista gravada em julho de 2021).

No relato do comerciante da cidade de Nioaque, nota-se o quanto a chegada das famílias assentadas produziu mudanças no meio urbano, dinamizando o comércio local, pois passaram a

demandar serviços. Esse movimento entre cidade e campo é perceptível ao se visitar a cidade na primeira quinzena de cada mês, quando se percebe grande movimentação, pois é o período de recebimento da aposentadoria pelas pessoas com idade que permite o acesso ao benefício. Estas se dirigem às agências bancárias e ainda aproveitam para realizarem compras no comércio local, especialmente de gênero alimentícios. Esse é um período do mês em que os assentados, indígenas, quilombolas e pessoas do meio urbano consomem na cidade.

Além desse período de marco mensal, quando aposentados e empregados da cidade recebem rendimentos, fazendo com que sejam os dias em que mais ocorre circulação de pessoas no meio urbano, em busca de adquirir produtos, Nioaque, por suas características rurais, tem também picos anuais, com intensidade de pessoas comprando utensílios. São os picos da produção dos produtos do campo, nos meses que marco a venda de gado, o qual demarca o início das estiagens, quando há escassez de pastagens e é preciso reduzir o número de cabeças para que aquelas que sobram tenham pastos para se manterem. Há também o período das colheitas de cereais, quando produtores acumulam rendimentos advindos das colheitas e comercialização das safras, aquecendo o comércio local, visto que se abastecem do que necessitam.

Tais dinâmicas rurais, que respondem no movimento e dinamizam o urbano, demonstram o quanto Nioaque tem no campo sua base econômica. São influências encontradas pelas relações comerciais que pessoas dos assentamentos mantêm com aquelas da cidade e vice-versa, às quais formam sociabilidades entre a cidade de Nioaque e os assentamentos. Dessa forma, os assentamentos são considerados aquecedores da economia do município, fato demonstrado pelos comerciantes locais:

Ah, com certeza eles são responsáveis pelo aquecimento sim, do que na verdade, quem acaba deixando, quem circula o dinheiro, são os próprios assentamentos, porque hoje, por exemplo, o grande pecuarista, ele, o dinheiro dele acaba pulverizando fora. Ele não tem



muito gasto dentro do próprio município, da região. Então, geralmente, o grande, por ele ter, por ele poder se deslocar, né? Ele procura preço melhor, aproveita as viagens, vai passear um pouco. Então, eu acredito que seja o médio e o pequeno quem sempre ajuda mais o comércio local. (Fernando, 53 anos, comerciante em Nioaque. Entrevista gravada em julho de 2021).

Segundo o relato do comerciante, os fazendeiros, produtores de grãos e gado de corte em latifúndios, não adquirem com frequência produtos em Nioaque, especialmente porque é um grupo que conseguem se deslocar com facilidades para outros lugares de Mato Grosso do Sul ou fora dele, buscando preços mais atrativos em centros comerciais de maior potência industrial. Além disso, é comum encontrar grandes proprietários que nem mesmo residem em suas fazendas, pelo fato de atuarem concomitantemente em diferentes segmentos da economia. Ou seja, eles mantêm fazendas de produção de grãos e/ou gado em Nioaque, mas residem em grandes centros, como Campo Grande, São Paulo, dentre outros, lugares onde estão inseridos em outras atividades econômicas.

Assim, a cidade, em termos de relações de produção, acaba sendo movimentada pelas pessoas que detêm média e pequena propriedades, que necessitam comprar medicamentos e sal para o trato com o gado, enxadas e sementes para o cultivo agrícola, conserto de tratores, dentre outros itens consumidos com o processo de produção dos médios e pequenos produtores, em sua maioria, assentados. Associado a isso, como mencionado anteriormente, os pequenos produtores adquirem alimentos, vestuário e medicamentos nas casas comerciais de Nioaque, dinamizando a economia local..

A sociabilidade entre campo e cidade precisou ser construída em Nioaque, em meio a atritos que se manifestaram quando da formação dos assentamentos e da chegada das famílias, visto que, num primeiro momento, eram tidas como estranhos que poderiam desestruturar a ordem vigente. O senhor Ivan nos fala dessa tensão

inicial: “[...] nos primeiros anos tinha um pouco de discriminação”, pois foi delegado a população do campo, um imaginário negativo. Nos relatos de alguns entrevistados, aparece a desconfiança que alguns comerciários tinham dos assentados, chegando a contratar funcionários para ficarem cuidando os assentados que adentravam nas lojas para efetuarem compras.

Sim, no começo, agora a cidade, o pessoal da cidade, vê nos com um outro olhar, mudou muito. Mas quando nós éramos acampados, logo que chegamos aqui, eu também nem condeno muito, que eu acho que eles não entendiam o que estava acontecendo, qual era o nosso objetivo. Nos era considerado bandalheiro, bandido, ladrão, quase isso assim. A cidade falava de nós. Mas eu não, nem fico com raiva, porque eu acho que hoje, o pessoal da cidade entendeu que não era aquilo que eles pensavam, né? Era bem mal visto, se você chegava no mercado, ficava cuidando porque achava que você ia catar alguma coisa e levar né? Então o que está acontecendo, hoje é diferente. Eles já sabem que não é aquilo que pensavam. (Elaine, 52 anos, assentada no assentamento Andalucia. Entrevista gravada em julho de 2021).

Contudo, os assentados resistiram às discriminações, passando a produzir alimentos, comercializando no meio urbano e construindo sociabilidades, centralizando estratégias para tirar o sustento em seu lote e serem reconhecidos como trabalhadores para os demais. Essa situação também foi relatada por Menegat (2009), ao estudar a instalação do assentamento Taquaral, em Corumbá, quando a comunidade local imprimiu recusa para com as famílias que lá chegavam. No caso de Nioaque, após o assentamento, as famílias foram edificando laços na comunidade local, ficando conhecidos como glebeiros, uma denominação que soa pejorativo para eles, pois no início ouviam expressões “é doido”, ou “veio da gleba”.

O assentamento é um lugar que nele abriga uma comunidade excluída pela sociedade, pessoas que estiveram expropriadas do processo produtivo e que, com os assentamentos, conquistaram a

possibilidade do retorno à produção de alimentos e à vida com dignidade, repleta de moradia e acesso aos bens e serviços necessários.

Em Nioaque, nota-se uma transformação na relação de sociabilidade entre pessoas de ambas as partes, visto que agora os cidadãos já conhecem e reconhecem os assentados como iguais, trabalhadores e pessoas que dinamizam a economia local. O refazer das relações entre assentados e comunidade local, mesmo com um começo repleto de discriminações e olhares “tortos”, os assentados expressam contentamento com o lugar que estão construindo, desejosos de nele permanecerem, vendo como lugar de fartura, descanso, paz, tranquilidade.

Durante a entrevista de campo, ficou visível, quando perguntávamos se pretendiam deixar o campo, a emoção dos assentados com o local onde habitam, por eles considerado paraíso, conquistado com suor e luta. O assentamento lhe proporciona toda a qualidade de vida que desejam, repleto no que definem como liberdade, além de ser o que sempre buscaram conquistar, um sonho, como vemos na fala de Manoel:

O sonho da minha vida foi conquistar um pedaço de terra, e aí eu consegui. Aí eu vou largar, o que Deus me deu? Isso aqui é igual à terra prometida que ficou 40 anos né? O povo na luta pela terra que Deus conquistou, atravessar o Rio Jordão. Para mim é assim. Eu sinto assim. Foi isso aqui que eu conquistei. Eu graças a Deus, me dá até tristeza, quando falam de sair daqui. Meus irmãos foram embora, venderam. Eu, Deus me livre, se quer me matar me leva para cidade. (Manoel, 55 anos assentado no assentamento Boa Esperança).

Outra mudança importante é o acesso à educação dos assentados, construído com reivindicações dos movimentos sociais rurais, um direito e uma obrigação do Estado para com as crianças e adolescentes, cenário diferente antes da instalação dos assentamentos em Nioaque. Atualmente, todas as crianças em idade escolar estudam na escola do assentamento, ou quando completam as etapas de formação educacional oferecidas no

assentamento, se deslocam para outros espaços, no município ou fora dele, em busca de continuarem os estudos. As conquistas de acesso à educação em diferentes níveis da formação, oferecidas nos assentamentos, ressignificaram o tabu de que assentados não têm direito à escolaridade, podendo atualmente concluir o ensino médio morando nos espaços dos assentamentos e assim oportunizar para que as juventudes possam concorrer com competência para as vagas do ensino superior oferecidas nas universidades.

Os diálogos com as pessoas assentadas nos mostraram que muitas foram às mudanças que se processaram nos assentamentos nesse percurso dos anos de suas instalações, sendo que a principal está no refazer do processo produtivo, passando da produção de alimentos básicos para a atividade de criação de gado de corte. Passaram de agricultores a pastores, como aponta o estudo de Menegat (2009) com as famílias do assentamento Taquaral, que também viveram essa reorganização no fazer produtivo. No entanto, é preciso destacar que essa não é a realidade de todos os assentamentos de Nioaque, dentre eles o Areias, em que a produção diversificada de alimentos está sendo fortalecida. Aliada a essa mudança, outras se processaram ou estão em curso, dentre elas a saída das juventudes e com isso o envelhecimento de quem permanece nos lotes. Com o envelhecimento, passaram a acessar o direito à aposentadoria, recebendo recursos financeiros que têm propiciado manterem-se nos lotes com qualidade de vida, além de estreitar os laços com o contexto urbano, dinamizando o comércio local, visto que é nele que adquirem os produtos de que necessitam para permanecerem nos lotes dos assentamentos.

Portanto, os assentamentos rurais, em suas diferentes dinâmicas têm promovido relações próximas com o contexto urbano de Nioaque, fomentando e sendo fomentados, interligando espaços e fazendo com que situações de exclusão passem pelo refazer, levando à incorporação das pessoas assentadas e dos assentamentos no conjunto do município.

## Considerações finais

Ao finalizar as reflexões direcionadas a compreender as transformações urbanas e rurais com a criação dos assentamentos em Nioaque, percebe-se que houve e ainda ocorrem mudanças com a inserção das famílias assentadas, visualizadas especialmente no aumento populacional a partir de 1985, quando famílias chegaram ao município para cultivarem e viverem nos lotes dos assentamentos rurais.

Os assentamentos foram resultados da luta e pressão dos movimentos sociais, garantido uma condição adequada de vida para aquela população historicamente excluída. No entanto, a luta tem sido constante, não se findando com a instalação dos assentamentos, havendo a necessidade de empreenderem constantes reivindicações para neles permanecerem, dentre elas: a busca frequente pelo acesso à escola, à saúde, ao escoamento da produção, melhoria de estradas, dos preços dos produtos e outras pautas.

Os assentamentos trouxeram transformações visualizadas em vários contextos do município de Nioaque, sendo a divisão da terra, antes na mão de um único fazendeiro, passando a formar mais de mil lotes, uma das grandes mudanças. Foram assentadas famílias, que passaram a praticar, além da pecuária, a produção de alimentos da agricultura familiar, destinados à subsistência e à venda do excedente, como geração de renda, diversificando dessa forma, a produção no município. Na nova estrutura dos assentamentos, foram edificadas escolas, postos de saúdes, agrovilas, demandando do poder público municipal acesso a serviços diversos. Este, por seu lado, passou a receber dos governos estadual e federal maior volume de fomento, a fim de atender a nova população que em Nioaque foi sendo incorporada. Isso aqueceu as ações da administração local e também do comércio urbano, que viu no aumento populacional a possibilidade de ampliação de seus estabelecimentos, como tem ocorrido nesses últimos anos, incrementando a quantidade de lojas e segmentos de serviços, além de reestruturação daqueles que já existiam.

As sociabilidades entre campo e cidade, após estranhamento e recusa na chegada dos assentados, foram modificadas, especialmente quando os assentados passaram a vender seus produtos e consumir na cidade, principalmente no início de cada mês, período movimentado pelo recebimento do direito da aposentadoria.

Contudo, vale ressaltar que Nioaque é uma cidade antiga, criada no ano de 1848, em um vagaroso movimento, onde muitas coisas permaneceram, principalmente no que tange à arquitetura das construções, como é possível observar nas fotografias apresentadas, como também a distribuição das ruas, com tímido aumento delas. Deve-se ressaltar que a economia do município está voltada para a pecuária de corte, presente nas fazendas da região e nos assentamentos, não apresentando complexo industrial em Nioaque, e, dessa forma, acarreta a falta de empregos na cidade, levando parte da população para fora do município. Dinâmica presenciada principalmente nos assentamentos, onde a população é composta em sua maioria pelas pessoas idosas, pois seus filhos já deixaram o campo em busca de serviços e continuidade nos estudos.

Verifica-se que há influência do rural sobre o urbano, fazendo de Nioaque um lugar onde é o modo de vida do campo, com representações sociais, ritmo e dinâmicas que constituem um modo urbano tipicamente rural. Com isso, os marcadores das diferenças entre urbano e rural são complexos, coexistindo o urbano no rural e vice-versa. As diferenças entre um contexto e outro estão marcadas na disponibilidade de acesso a bens e serviços, na produção e comercialização de alimentos diversos nos quintais urbanos com características rurais, nas expressões e experiências manifestas na cidade, com referenciais do campo. O imbricar das relações campo-cidade tem nos grupos sociais que constituem Nioaque, cidade interiorana do MS, as comunidades de assentamentos, as comunidades indígenas, os quilombolas e os fazendeiros, referenciais que se sobrepõem ao contexto urbano com similaridades e especificidades que os distingue e também, em vários aspectos, se combinam.

Nioaque, tipicamente pequena e pacata, traz em si muitas características do rural, com dependências dos assentamentos. Isso demonstra que as famílias assentadas transformaram o espaço não só dos pequenos lotes onde produzem alimentos, mas imprimiram mudanças no contexto urbano, onde buscam por artigos e serviços de que necessitam, movimentando a cadeia que envolve a produção, comercialização e o viver no município.

## Referências

ARAÚJO, Carlos. **Imaginação e Sociabilidade**: Novos Conceitos para o Estudo de Usuários da Informação. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), 2015.

BAGLI, Priscila. Campo e cidade: a construção dos mitos. In: **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, p. 1-8, 2004.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

**BRASIL**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama município Nioaque, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: jan. 2021.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2002.

FREITAS, André Alexandre. **A Reforma agrária em Mato Grosso do Sul**: os dilemas e as possibilidades nos assentamentos rurais a partir da análise dos dados do INCRA. (Mestrado em Sociologia). – FCH, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS. 2020.

HUMBERTO, Luis. **Fotografia, a poética do banal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

KIELING, Rejane; SILVEIRA, Rogério. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, dez. 2015. [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148\\_540.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_540.pdf)

MENEGAT, Alzira. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral - MS. Dourados-MS: Editora UFGD, 2009.

NUNES, Fabio Pereira. **Viver a Velhice no Assentamento Colônia Conceição no Município de Nioaque, em Mato Grosso do Sul**. (Mestrado em Sociologia). - FCH, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS. 2019.

**Prefeitura Municipal de Nioaque**. Disponível em: <http://www.nioaque.ms.gov.br/>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

Prefeitura Municipal de Nioaque. **Plano Municipal de Saneamento Básico – Nioaque/MS**. Organização: Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Itaverá Consultoria, Nioaque-MS. p. 435, 2019.

**SEBRAE**. Desenvolvimento Econômico Territorial Mato Grosso do Sul: Nioaque/Sudeste, 2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/NIOAQUE.pdf> . Acesso em: 20 de julho de 2021.

SÔNEGO, Márcio Jesus. A Fotografia como Fonte Histórica. **Historiæ**, Rio Grande, p. 113-120, 2010. <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/2366/1248/6399>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. GIARRACCA, Norma (org). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

WHITAKER, Dulce. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.





## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

### **Aline Crespe**

Professora de antropologia no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD (PPGAnt/UFGD). Possui mestrado e doutorado em História Indígena, pela UFGD e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Desenvolve pesquisa na interface da Antropologia e História Indígena com grupos Kaiowá e Guarani no sul do estado de Mato Grosso do Sul.

### **Alzira Salete Menegat**

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Professora TITULAR, da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas, nos cursos de Ciências Sociais e na Pós-Graduação em Sociologia - linha de pesquisa Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais. Atua com pesquisas e ações de extensão na área de Sociologia, com ênfase em Assentamentos Rurais, nos seguintes temas: movimentos sociais, assentamentos rurais, relações de gênero, educação do campo. Coordena o grupo de Pesquisa Sociedades e culturas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul.

### **André Luiz Faisting**

Bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar e Bacharel em Direito pela UEMS. Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar. Realizou estágio de pós doutorado no International Institute for the Sociology of Law, IISJ, Espanha e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE. Atualmente é Professor Titular na UFGD, atuando nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e no Mestrado em Sociologia. Foi coordenador da área de Sociologia do PIBID e do Projeto Interdisciplinar Geografia e Sociologia do

Residência Pedagógica. Foi coordenador pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA e coordenador do Curso de Especialização do Residência Agrária/PRONERA. Desenvolve atividades de ensino nas áreas de Fundamentos da Sociologia, Teoria Sociológica e Educação em Direitos Humanos, e de pesquisa e extensão nas áreas de Sociologia do Direito, Sociologia da Violência e Direitos Humanos, com ênfase nos estudos sobre sistema de justiça criminal, violência em regiões de fronteiras e políticas de direitos humanos. É coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Direitos, Diversidades e Diferenças na Fronteira (LADIF/UFGD).

### **Claudio Reis**

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Docente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) onde desenvolve pesquisas no interior da Filosofia da Práxis, com destaque para obra de Antonio Gramsci. Tem interesse nos seguintes temas: Crise Orgânica do Capitalismo, Intelectuais, Questão Nacional e o Nacional-Popular, Lutas Populares, Classes e Grupos Subalternos, Hegemonia, Estado, Partidos Políticos, Relação entre Alteridade e Luta de Classes.

### **Daiane Joice Schuindt Fernandes**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GEPEC). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) na UFGD.

### **Davide Giacobbo Scavo**

Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Atualmente é professor de Ciência Política do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase: nas teorias democráticas, teorias do Estado, história da democracia e do liberalismo, socialismo e marxismo.

### **Esmael Alves de Oliveira**

Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Federal da Grande Dourados onde atua nos cursos de Ciências Sociais e de Psicologia, e nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi) e em Antropologia (PPGAnt). Pesquisador vinculado ao Impróprias - Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (UFMS/CNPq), ao DiVerso: pesquis(ações) sob(re) resistências sociais (UFGD/CNPq), ao Grupo de Pesquisa TDI - TERRITÓRIO, DISCURSO E IDENTIDADE (UFGD/CNPq) e ao Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças – POC's (UFPEl/CNPq).

### **Jaqueline Pardino Braz**

Mestra em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Professora na rede municipal de ensino Maracaju-MS.

### **Juliana Deprá Cuzzo**

Doutora em Antropologia Social (2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestra em Antropologia Social (2016) e Graduada em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia (2008) pela mesma Instituição. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS). Áreas de atuação: Prisões Femininas e com familiares de pessoas presas; e, Metodologia e técnicas de Pesquisa em Antropologia.

### **Lauriene Seraguza**

Antropóloga, indigenista e professora na Faculdade Intercultural Indígena/FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/USP (2022). Mestra em Antropologia Sociocultural pelo PPGAnt/UFGD (2013). Licenciada em Letras com habilitação em Português-Inglês pela FALE/UFGD (2006). Tem vasta experiência de atuação junto aos Guarani e na área de Etnologia Indígena, com ênfase nas temáticas

de organização social, parentesco, política, gênero e demarcação das terras indígenas entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul.

### **Luiza Angélica Oliveira Guglielmini**

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Possui Graduação em Licenciatura Plena em Geografia (2001), Especialização em Turismo e Gestão Territorial (2002); Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2005) e Bacharelado em Geografia (2007), todos os cursos pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atualmente exerce a função de Gerente de Patrimônio Cultural Imaterial no Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – Governo do Amazonas.

### **Marcos Antonio da Silva**

Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL) e, atualmente, é membro do Laboratório de Estudos sobre Democracia e Marxismo (LEDEMA).

### **Marcilio Rodrigues Lucas**

Graduado em Ciências Sociais (2006) e em História (2007) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui mestrado em Sociologia (2010) e doutorado em Ciências Sociais (2015) pela Unicamp. Desde 2015 é professor dos cursos de graduação em Ciências Sociais e de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde coordena atualmente o projeto de pesquisa “Dinâmicas e tendências do mundo do trabalho na região da Grande Dourados”.

### **Moisés Lopes**

Professor Associado do Departamento de Antropologia, Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Mato Grosso. Graduado (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2002). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2005). Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (2010). Pós-doutorado em Antropologia Social (2018) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o Instituto Brasil Plural/INCT/PPGAS/UFSC/UFAM; Membro da Comissão Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de Cuiabá - MT; Coordenador do NAPLus - Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi Primeiro Secretário da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), biênio 2019-2020. Atualmente é Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência e interesse nos seguintes temas: teoria antropológica, metodologia de pesquisa, masculinidades, sexualidade, gênero, conjugalidades, família, movimentos sociais, políticas públicas, saúde e direitos humanos.

### **Noêmia dos Santos Pereira Moura**

Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1990), mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2001) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Professora associada IV da Universidade Federal da Grande Dourados, atuante na Faculdade de Ciências Humanas, no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Mestrado em Antropologia. Com experiência de ensino, pesquisa, orientação e extensão em História e Antropologia, com ênfase em História Indígena e Etnologia Indígena. Desenvolveu pesquisas de pós graduação junto ao povo indígena

Terena no âmbito da religiosidade, apropriação, protagonismo e ressignificação. Atualmente as atividades estão voltadas para as políticas públicas em educação escolar indígena com foco nos povos Guarani, Kaiowá e Terena, no ensino superior e na educação básica. Atuou na Coordenação e Vice coordenação do Programa de Mestrado em Antropologia da UFGD (PPGAnt) de 2013-2017 constituindo o corpo docente permanente e na Coordenação Institucional do PIBID/UFGD de 2010-2018. Tem sete orientações de mestrado concluídas e duas em andamento, das quais uma com bolsa CAPES. Realizou o Pós-doc na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no Mestrado em Educação - Campus de Paranaíba, sob a supervisão da Prof<sup>a</sup> Doutora Andréia Nunes Militão, com bolsa PNPd/CAPES (2018-2019). Foi coordenadora do curso de Ciências Sociais na UFGD de março de 2020 a abril de 2022

### **Paola Amorim de Vargas Quinhones**

Psicóloga (UNIGRAN/Campo Grande-MS), mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD).

### **Ricardo Rodrigues Alves de Lima**

Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Campus São José dos Campos. Pós-doutorando em Educação pela Unesp de Marília. Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado (1998) e Licenciatura (1999) - pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Mestrado em Ciências Sociais também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003), Campus de Marília. Atuação nas seguintes áreas: organizações políticas da classe trabalhadora, formas históricas do desenvolvimento capitalista.

### **Rodolfo Arruda Leite de Barros**

Professor Adjunto do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Docente Permanente do

Programa de Mestrado em Sociologia (PPGS-UFGD). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorando em Educação em Direitos Humanos na UFABC/PCHS. E-mail: rodolfobarros@ufgd.edu.br

### **Sidney Antônio da Silva**

Doutor em antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde desenvolve pesquisas sobre migração internacional na Amazônia. Coordena o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA), vinculado à rede de pesquisa do INCT Brasil Plural (IBP), e a Cátedra Sergio Vieira de Melo para refugiados (ACNUR/UFAM).

### **Vinicius Farias de Souza**

Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (2014), especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal da Grande Dourados (2016) e mestre pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (2022). Atualmente pesquisa sobre terceirização, crise e seus reflexos no mundo do trabalho.

### **Yasmim Fabro Macena**

Graduada em Ciências Sociais e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), durante a graduação, e da CAPES na pós-graduação. Atualmente, é professora da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso do Sul (MS).



"É por isso que insisto em enfatizar que tudo está interligado: o macro e o micro, o local, o global, o multipolar, o gênero, o étnico, o cultural e o político. Afinal, esses são os diálogos infinitos que se escondem por trás dos diálogos efetivos e possíveis que este livro nos convida a participar."

Ilka Boaventura Leite (Prefácio)

